

• JOURNAL •

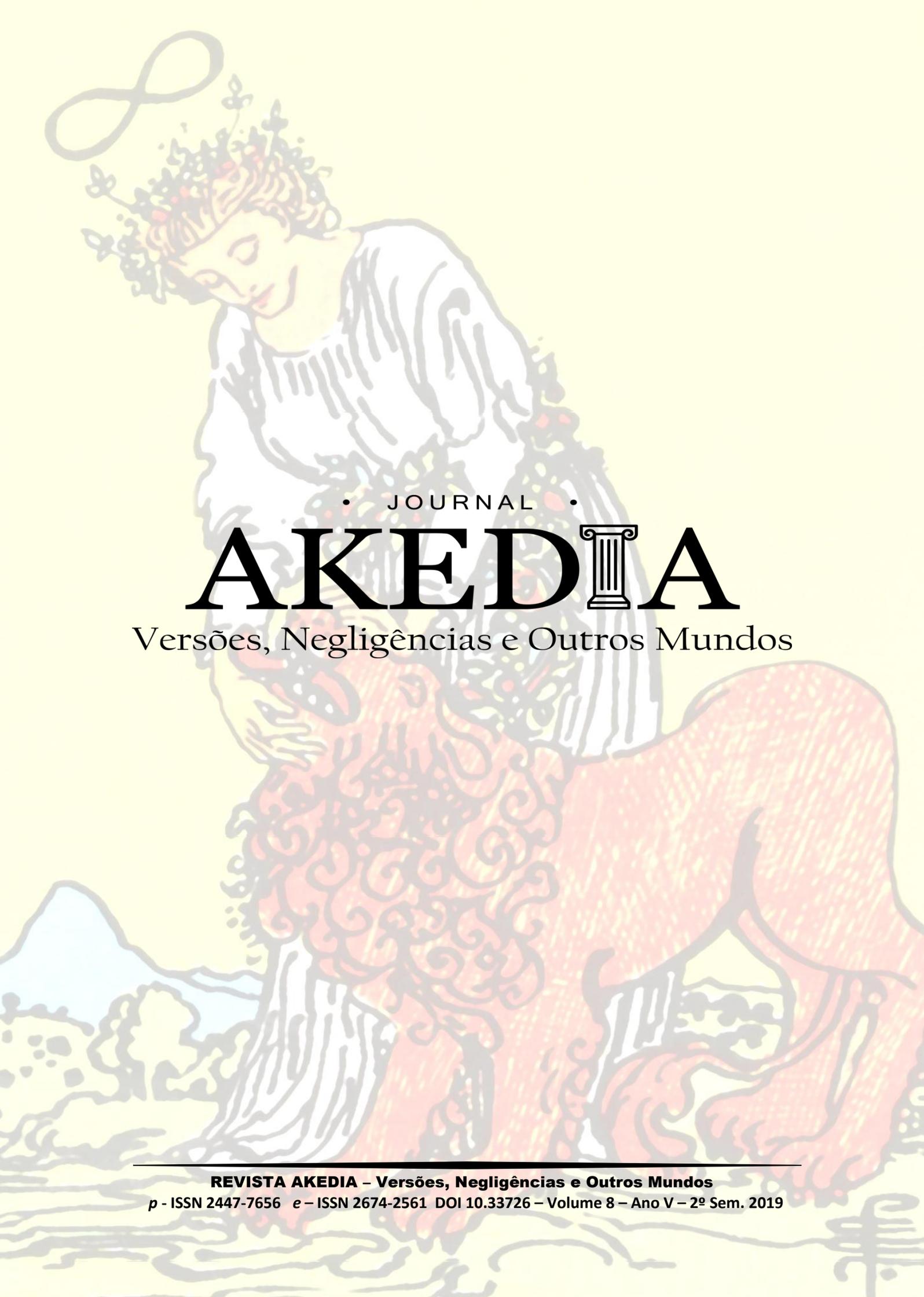
AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos



p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

V.8-ANO 5-DEZEMBRO 2019



• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

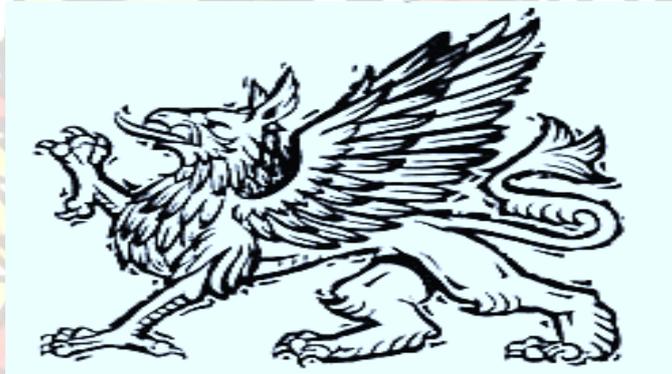
REVISTA AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 8 – Ano V – 2º Sem. 2019

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

Sobre a imagem da capa, diz-se que se trata de uma figura feminina, enfeitada com flores, e coroada com o símbolo do infinito (por ser parecido com a escrita do número 8, optamos por adotar esta imagem como capa do presente volume). A deusa segura nas mãos a juba de um leão, cuja boca ela está para fechar ou para abrir. A mulher veste o branco da pureza e da pura força espiritual, ao passo que o leão é vermelho, o que indica paixão e energia emocional. O poder exercido pela mulher sobre o animal é evidentemente de caráter espiritual e não de força bruta, e o seu domínio sobre ele parece ser tranquilo. A eternidade concede a ela uma força que não é deste mundo (Compilado de: <https://trilhas.diogenesjunior.com.br> – SP – 1882 / 1948)

GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



VOLUME VIII – ANO V – 2º SEM. 2019

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA
CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL



REVISTA AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 8 – Ano V – 2º Sem. 2019



IMPEDUCACIONAL

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME VIII – ANO V
PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIEMENTO
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS

FRUTAL – MG
2019

Conselho Editorial & Consultivo / Members of the Council

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz)

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal)

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Preto – SP)

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal – MG)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal – MG)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica – MG)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal – MG)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal)

Dr. Massimo Di Felice (USP – Universidade do Estado de São Paulo; ECA – Escola de Comunicação e Artes – Cidade Universitária – SP)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças – MG)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG – Instituto Federal de Goiás, Formosa – GO)

Dra. Cristiane Pimentel Neder (UEMG, Frutal – MG)

Pareceristas Permanentes / Permanent Reviewers

Dra. Olena Kovalek (AFA – Academia da Força Aérea)

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO, Campus Samambaia)

Dra. Daniela Soares Portela (Anglo – Sistema de Ensino)

Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (UEMG, Frutal)

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG, Frutal)

Dr. Levi Henrique Merenciano (UEMG, Frutal)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Wisley Moreira Farias (UEMG, Frutal)

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem / Final Standards Team

Dr. Marcelo Pessoa, Boss Editor, BRAZIL
Ariane Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL
Yago Patranis – Assistente Editorial, INDIA
Paulo Henrique Pedro – Informata, BRAZIL

Revisão de Diagramação e Arte / Review of Diagramming and Art

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Editor-Chefe / Boss Editor

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Créditos de Capa / Cover Credits

Autor: Imagem postada por Diógenes Júnior
Título: “A Força” (Releitura de Carta do Tarô de Waite)
Disponível em: <https://trilhas.diogenesjunior.com.br>.

Impressão por demanda do volume 8 / On-demand printing vol. 8
MPEducacional & AKEDIA Books

Periódico Nacional Indexado por / National Journal Indexed by

Google Scholar
Diadorim/IBICT
Latindex
Orcid Connecting Research and Researchers
Researcher Id
Claryvate Analytics
Crossref Foundation

Periódico Licenciado e também Indexado por / Licensed Journal
Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo / Corporate Editor

Revista AKEDIA – MPEducacional & Grupo SIC – UEMG / CNPq

P475p Pessoa, Marcelo
Produção e Difusão do Conhecimento. Estudos filosóficos Intersemióticos e
suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, novembro, 2019.
189 p. f.: il., (vol. 8, ano V, 2º semestre, 2019).

***p* - ISSN 2447-7656 *e* – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726**

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo.
II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

REVISTA AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

***p* - ISSN 2447-7656 *e* – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 8 – Ano V – 2º Sem. 2019**

EDITORIAL PARA O VOLUME 8 – VISÃO INTERDISCIPLINAR

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE, NESTE MÊS DE DEZEMBRO DE 2019, DIVULGAMOS O OITAVO VOLUME DA REVISTA “AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

CONCEBIDA ORIGINALMENTE, NA SEGUNDA METADE DO ANO DE 2015, PARA QUE FOSSE UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, ESTA MÍDIA CIENTÍFICA, ALINHADA ÀS DEMANDAS TÉCNICAS DE SEU TEMPO, RAPIDAMENTE PASSOU A INTEGRAR REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO O DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, SENDO LOGO, EM 2016, EMBARCADA NO SEU PRÓPRIO SÍTIOS, VIA PLATAFORMA WIX.COM, SEMPRE DISPONÍVEL ELETRONICAMENTE E EM MODAL IMPRESSO SOMENTE SOB DEMANDA, ATENDENDO A QUESTÕES ECOLÓGICAS EVITANDO ACÚMULO DE PAPEL E DESPERDÍCIO DE RECURSOS.

CUMPRINDO O QUESITO CAPES DE PERIODICIDADE SEMESTRAL, DIVULGA CHAMADAS DE PUBLICAÇÃO EM REGIME DE FLUXO CONTÍNUO. O PERFIL EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA” É GERENCIADO POR SEU EDITOR-CHEFE, QUE TAMBÉM É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC) E CEO DA MPEDUCACIONAL, ENTIDADE QUE GERENCIA PRODUTOS COMO A REVISTA AKEDIA E OUTRAS MÍDIAS SOCIAIS.

A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO EDITORIAL & CONSULTIVO DO PERIÓDICO CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUAM, SEMPRE QUE SOLICITADOS, COMO CONSULTORES *AD HOC*, DIRIMINDO QUESTÕES AS QUAIS, SEM SEU *KNOW HOW* A SOLUÇÃO NÃO SE DARIA A CONTENTO.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, ESTA REVISTA, BEM COMO AS DEMAIS

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E FICCIONAIS DO GRUPO AKEDIA & MPEDUCACIONAL, APESAR DE TAL PREMISA, NÃO SE ATÉM OBRIGATORIAMENTE À ESPÉCIE CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO. SIMULTANEAMENTE, NOSSAS PUBLICAÇÕES NÃO SE PROPÕEM INTERDISCIPLINARES, VISTO QUE SERIA PARADOXAL, ISTO É, SOARIA “DISCIPLINAR”, ROMPER COM UMA TRADIÇÃO E ADERIR A OUTRA:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. [...] Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional (CAPES, doc. de área 2016, p. 02. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfGF2YWxpYWVhby1xdWFkcmllbmFsfGd4OjFjNGI5Y2YwNGZmZjNiMjI>, acesso em 04/07/2019).

É FATO, POR ISSO, QUE AS PUBLICAÇÕES DITAS, ASSIM, TÍPICAMENTE AKEDIANAS, SÃO CONTROVERSAS, UMA VEZ QUE ORIENTA NOSSO *CORPUS* EDITORIAL O DESEJO DE REUNIR E PROPALAR TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES E DE FRONTEIRAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS, À LUZ DO RIGOR CIENTÍFICO *STRICTO SENSU*, PORÉM, SEMPRE MÓVEIS E AJUSTÁVEIS *PER SE*.

NESTA CESTA DE LETRAS E PENSAMENTOS, PORTANTO, CABE TODA PONDERAÇÃO QUE SE CONCEBA NO MUNDO, POR MEIO DE

DIÁLOGOS RECÍPROCOS ENTRE O ORGÂNICO E O INÔRGÂNICO, ENTRE O POLÍTICO E O CULTURAL, ENTRE O MICROSCÓPICO E O MACROSCÓPICO, ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL, ENTRE O TÁTIL E O INVISÍVEL, POIS, EM SUMA:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, doc. de área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter03ago10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

FINALMENTE, VALE DIZER QUE, NESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SE PUBLICAM TEXTOS DE MEMBROS E NÃO MEMBROS DO GRUPO SIC. DESSE MODO, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES PÚBLICOS, OU MESMO DA INICIATIVA PRIVADA, INDICADAS POR INTEGRANTES DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL NOS SÃO OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE FRUTOS DE PESQUISA BÁSICA OU APLICADA, EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO, MEDIAL OU AVANÇADO, DEVIDAMENTE ORIENTADAS, E QUE SE CONECTEM COM O EIXO QUALITATIVO EXPRESSIVO DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL & CONSULTIVO E TAMBÉM RESPEITEM OS DITAMES ALUDIDOS PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

Marcelo Pessoa
(Editor-Chefe, Líder do Grupo SIC e CEO MPeducacional)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 8

NESTE OITAVO VOLUME DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”, SEGUEM-SE, AINDA, A MESMA MOTIVAÇÃO ESSENCIAL DO PRIMEIRO NÚMERO.

NAQUELE MOMENTO *ARKHE* (DO GREGO, PRINCIPIADOR), O MOTE FOI O DE ATENDER A UMA DEMANDA ESPECÍFICA, QUE ERA O DE DAR VAZÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEMG (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS), QUE CURSARAM A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* INTITULADA “ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA”, FORMAÇÃO OFERECIDA PELA UNIDADE UEMGUIANA FAPP – FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TANCREDO NEVES, COM SEDE EM BELO HORIZONTE – MG.

DESDE ENTÃO, VEMOS, AINDE NO VOLUME, QUE OS AUTORES E AUTORAS QUE AQUI PUBLICAM JÁ NÃO SÃO APENAS OS DA PÓS-GRADUAÇÃO, MAS, TAMBÉM, OS DE GRADUAÇÃO. IGUALMENTE, A PRODUÇÃO DOCENTE PASSOU A INTEGRAR FORTEMENTE A ROTINA DE AUTORES E AUTORAS PUBLICADOS PELA AKEDIA.

ISTO ACONTECEU, DEVIDO À GENEROSIDADE DOS AUTORES E AUTORAS QUE, AO LONGO DO TEMPO, ENTENDERAM A IMPORTÂNCIA DE ENRIQUECER COM SUAS COLABORAÇÕES JOVENS PROPOSTAS COMO ESTA E, AO NOS PROCURAREM, MANIFESTARAM O DESEJO DE COMPOR FRASES E PENSAMENTOS NESTAS PÁGINAS, SINGELAMENTE DENOMINADAS DE “AKEDIANAS”.

RESUMIDAMENTE, ESTE ESPAÇO DE ESCRITA ACADÊMICA VEM SENDO, ENTÃO, CONSOLIDADO NO TERRENO DA EXPOSIÇÃO DO BROCARDO CIENTÍFICO QUE DÁ VOZ À PESQUISA BÁSICA E APLICADA, EM FACE DO QUE SE RECONHECE COMO NECESSIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO DE ENSINO, DE PESQUISA, DE GESTÃO E DE EXTENSÃO QUE SE PRETENDA DURADOURA.

Marcelo Pessoa (Editor-Chefe)

SUMÁRIO

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. CABE À EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA AKEDIA, APENAS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO E POSTAGEM ELETRÔNICA)

EDITORIAL PARA O VOLUME 8	06
PREFÁCIO PARA O VOLUME 8	08
1. ELIAS, EDUARDA POSSEBOM & PESSOA, MARCELO – OS DIREITOS HUMANOS ANTE A GARANTIA DO DIREITO À DIVERSIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS.....	11
2. CARVALHO, ISAAR SOARES DE – ANÁLISE DO TERMO IDEOLOGIA E DE SUAS FUNÇÕES DE ACORDO COM PAUL RICOEUR.....	23
3. ALEXANDRE, KETHI CRISTINA DO ROSÁRIO SQUECOLA; ARTACHO, MICHELE MOSCHIAR; BERNARDINI, ROSANA; CARVALHO, CELSO ALMEIDA DE; CHAINÇA, ELIANE; NOGUEIRA, MARINA MORENA MARINI; SOUBHIA, LUCIANA MATARAZZO R. – A RELAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTE ESCOLAR COM OS ASPECTOS EMOCIONAIS DAS CRIANÇAS.....	39
4. ALVES, RAFAEL; ALEXANDRE, KETHI CRISTINA DO ROSÁRIO SQUECOLA; CARVALHO, CELSO ALMEIDA DE – MARKETING DE RELACIONAMENTO: QUAIS SUAS DIRETRIZES E COMO AS EMPRESAS AS UTILIZAM PARA A CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES.....	57
5. ARAÚJO, ISABELA; ALEXANDRE, KETHI CRISTINA DO ROSÁRIO SQUECOLA; CARVALHO, CELSO ALMEIDA DE – POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA.....	72
6. CARVALHO, ISAAR SOARES DE – AS RELAÇÕES ENTRE A RELIGIÃO, O CONCEITO DE SOBERANIA E O OBJETIVO DO ESTADO.....	87
7. QUEIROZ, ADILSON J. B.; MARIANO, IGOR C.; LEMES, KAYNNAN B.; RIBEIRO JÚNIOR, LEONARDO DA S.; QUEIROZ, PAULO H. S.; PESSOA, MARCELO – E-SPORT: APLICATIVO MOBILE DE INTERAÇÃO ESPORTIVA,	100
8. SANTOS, GEISIANE RODRIGUES DOS – A TEORIA DO REGISTRO DE REPRESENTAÇÃO SEMIÓTICA: O UNIVERSO MATEMÁTICO DAS OPERAÇÕES COM FRAÇÕES	108
9. SILVA, ADRIANA CRISTINA; SOUZA, IRACEMA CAPRONI DE & PINHEIRO, HYES DE CÁSSIA QUEIROZ – ANÁLISE DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ISO 9001 EM UMA EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NUMA CIDADE MÉDIA DE MINAS GERAIS.....	130
10. RODRIGUES, RAIANE MARIA ARAUJO; MARTINS, HEYTOR LEMOS; MILLAN, RODRIGO NEY; FUJITA, ALLYN SON TAKEHIRO – COMPARAÇÃO DE FLUXOS EM SISTEMAS DE LÂMPADA UV PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE CAPTAÇÃO DE FRUTAL/MG.....	153

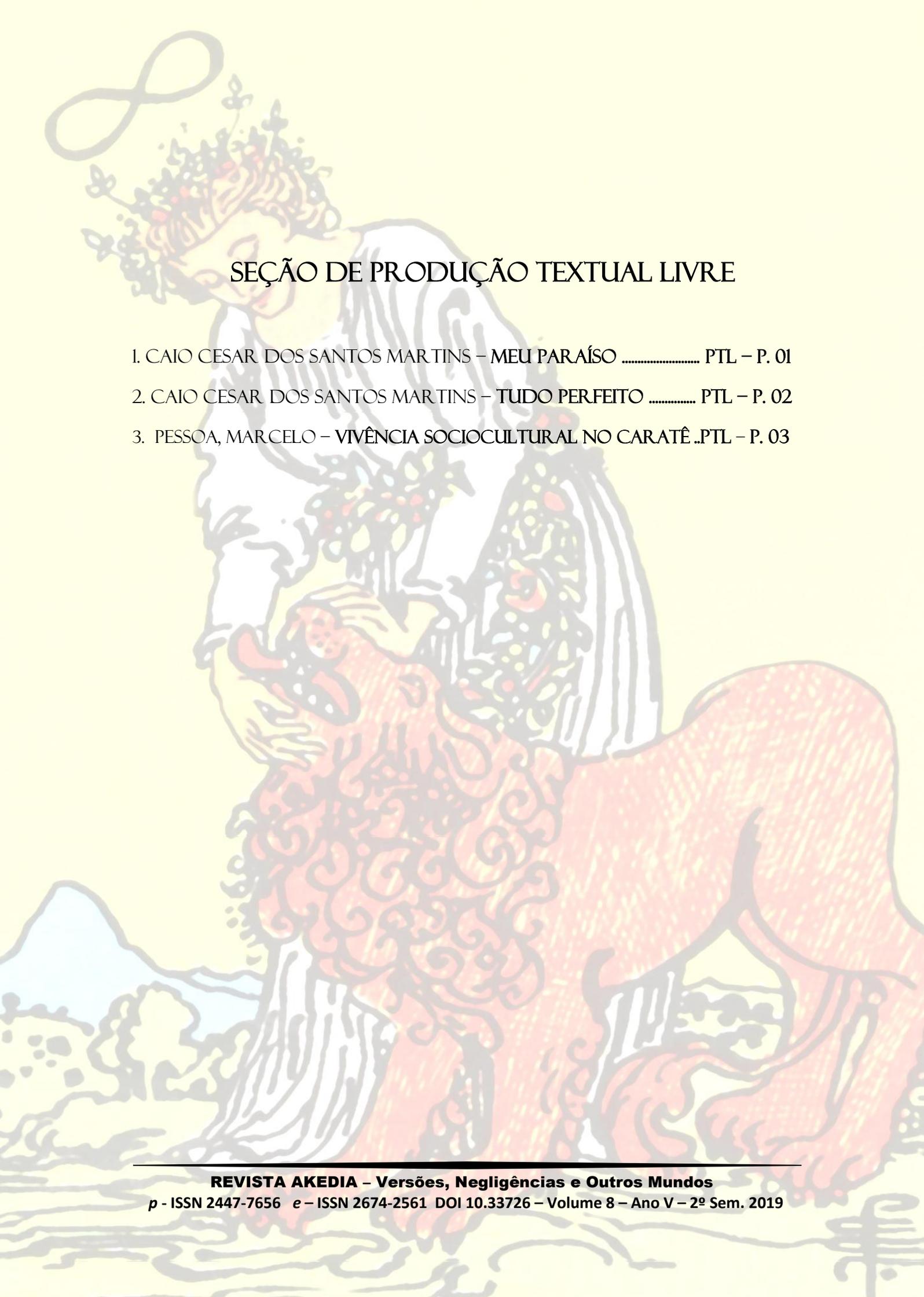
SEÇÕES ESPECIAIS
(AS SEÇÕES ESPECIAIS SÃO DE
RESPONSABILIDADE DE SEUS EDITORES)

SEÇÃO DE RESUMOS

Editor de Seção:
Prof. Dr. Josney Freitas Silva

1. SILVA, JAKCELI COSTA DA & PESSOA, MARCELO – A QUESTÃO DO NEGRO BRASILEIRO REVISTADA R – P. 01
2. GANZELA, DANTHON H. P.; AGRELI, LUCAS C.; QUEIROZ, LYANDRA H. S. DE; SANTOS, PAULA H. DOS & PESSOA, MARCELO – LOGÍSTICA EMPRESARIAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO R – P. 02
3. SILVA, ANA K. S. DA; SANTOS, CAMILA H. DOS; PAULA, FABIOLA B. DE; VAL, GABRIELLY BRAZ B. DO; SILVA, GUILHERME S. DA; SANTOS, MILLENY B. S. DOS & PESSOA, MARCELO – O EMPREENDEDORISMO FEMININO R – P. 03
4. GONÇALVES, AUGUSTO A.; NAVES, DIONES DA S.; ROCHA, GUSTAVO F. PAULA; SILVA, KÁLITA R. DA & PESSOA, MARCELO – OS DESAFIOS DA MULHER EMPREENDEDORA NO BRASIL R – P. 04
5. FREITAS, LEANDRO F. C. BRÁZ DE; RODRIGUES, NATHASSYA B.; XAVIER, SCÁRLATTI S. & PESSOA, MARCELO – EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÃO NOS MODELOS DE NEGÓCIO R – P. 05
6. SANTOS, GUILHERME F.; PEREIRA, MÁRCIA S.; PEREIRA, MARIA D. F. DE O.; SILVA, TATIANE C.; PEREIRA, CREUSA DE S. & PESSOA, MARCELO – GESTÃO DE PESSOAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS R – P. 06
7. NASCIMENTO, DIEGO DOS SANTOS; SILVA, DOUGLAS BRITO DA; GARCIA, MARCOS ZANUSSO F.; CASTANHEIRA, RICARDO DAVID; TOMAZ, TIAGO DA SILVA & PESSOA, MARCELO – O JOVEM EMPREENDEDOR R – P. 07
8. SILVA, GEOVANA B. PÁDUA; FERREIRA, HEITOR MALUF; ARRUDA, MARIELLY U.; SANTOS, MICAEL DA S. & PESSOA, MARCELO – O INDIVÍDUO PCD E O MERCADO DE TRABALHO R – P. 08

9. OLIVEIRA JÚNIOR, FARLEN E. DE; MARTINS, KELREN F.; BERNARDO, LORENA B. DA SILVA M. & PESSOA, MARCELO – PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO PRISIONAL R – P. 09
10. CAETANO, F. TORQUIM; SILVA, LARISSA R. DA; BRITO, LETÍCIA R.; SILVA, LUAN R.; MARTINS, THIFANY C. S. & PESSOA, MARCELO – AGRONEGÓCIO NO BRASIL: ASPECTOS DE GESTÃO R – P. 10
11. SILVA, FRANK W. C.; SILVA JÚNIOR, JORDANE C. DA; MATOS, JOSIEL J. DE; SOUZA, LEANDRO S.; VIANA, PEDRO H.; SANTOS JÚNIOR, WILLIAN M. DOS & PESSOA, MARCELO – EMPREENDEDORISMO E INFORMALIDADE EM FRUTAL – MG R – P. 11
12. FREITAS, ALINE S.; MORELI, ANA L. O.; OLIVEIRA, ISABELLA C. S.; SOUZA, LEOPOLDO A. DE; RIBEIRO, MIRIAN S. & PESSOA, MARCELO – FUNDAMENTOS DE MARKETING DIGITAL R – P. 12
13. PEQUIM, JOÃO P. RESENDE; ROSSI, LUCAS; SILVA, OTÁVIO F.; PIMENTA, PÂMELA I. DA S.; LIMA, RAFAELA B. DE & PESSOA, MARCELO – QUINTA-FEIRA NEGRA: O CRASH DE 1929 EM NOVA IORQUE R – P. 13
14. ROCHA, DAYANE & PESSOA, MARCELO – RAÇA: PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO? R – P. 14
15. PESSOA, MARCELO & FREITAS, ARIANNE MORAES DE – ESTUDOS SOBRE A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA R – P. 15
16. LIÃO, JONAS S. DOS S.; SILVA, POLIANE A.; MATEUS, THAIANI G. T.; VIEIRA, KASSANDRA MARIA DO NASCIMENTO & PESSOA, MARCELO – CONTEXTO EMPREENDEDOR DA MULHER EM FRUTAL – MG R – P. 16
17. BERNARDES, ALINE C. V.; TEIXEIRA, LUCIANA F. DA Q.; SILVA, NAYARA A.; MENEZES, TATIANE DIAS & PESSOA, MARCELO – FATORES DE INFLUÊNCIA NA EMPREGABILIDADE: RESTRIÇÕES E ALTERNATIVAS R – P. 17
18. MOREIRA, FRANCIELI C. S.; GIANFREDRO, GUILHERME DE M.; CRUZ, MICHEL A. C.; FERREIRA, VITÓRIA B. & PESSOA, MARCELO – MARKETING EMPRESARIAL NO RAMO SUPERMERCADISTA R – P. 18
19. PESSOA, MARCELO – VIVÊNCIA SOCIOCULTURAL NO CARATÊR – P. 19
20. FREITAS, MARCIANA GONÇALVES DE – ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UM ESTUDO DE CASOR – P. 20
21. SOUZA, ANA LUIZA RAMOS; ASSUNÇÃO, CÍNTIA BORGES; CAETANO, LEANDRO LUIZ; SILVA, OCTÁVIO ANTÔNIO NOGUEIRA; CAMPOS JÚNIOR, OLINTO DA FONSÊCA – POLÍTICAS DE GESTÃO DE QUALIDADE TOTALR – P. 21



SEÇÃO DE PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

1. CAIO CESAR DOS SANTOS MARTINS – MEU PARAÍSO PTL – P. 01
2. CAIO CESAR DOS SANTOS MARTINS – TUDO PERFEITO PTL – P. 02
3. PESSOA, MARCELO – VIVÊNCIA SOCIOCULTURAL NO CARATÊ ..PTL – P. 03

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

ARTIGOS COMPLETOS

Editores Responsáveis por esta Seção

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha¹
(USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP)

Dr. Fábio Akcelrud Durão²
(UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP)

Dra. Susanna Busato³
(UNESP – Universidade Estadual Paulista, Ibilce – Rio Preto – SP)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Artigo Completo”. As pesquisas apresentadas são resultados, em sua maioria, de atividades de pesquisa autoral ou de investigação orientada, trazidas a esta editoria científica como contribuição ao volume 8 de nosso periódico.

¹ Como citar no LATTES:

ROCHA, Carlos Eduardo Falavigna da. SEÇÃO DE ARTIGOS COMPLETOS. Trabalho Técnico – Editoria. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, v. 8, ano V, Seções Especiais.

² Como citar no LATTES:

DURÃO, Fábio Akcelrud. SEÇÃO DE ARTIGOS COMPLETOS. Trabalho Técnico – Editoria. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, v. 8, ano V, Seções Especiais.

³ Como citar no LATTES:

BUSATO, Susanna. SEÇÃO DE ARTIGOS COMPLETOS. Trabalho Técnico – Editoria. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, v. 8, ano V, Seções Especiais.

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

RESUMOS DE PESQUISA

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Josney Freitas Silva⁴
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo”. As pesquisas apresentadas são resultados, em sua maioria, de uma atividade de investigação orientada, desenvolvida dentro da disciplina de Português, no Curso de Administração, durante o segundo semestre do ano de 2019. Há, ainda, outras produções que a este grupo principal se integraram, pois exprimem resultados parciais, intermediários ou finais oriundos das mais diversas fontes: trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de iniciação científica ou de extensão, além de pesquisa docente.

⁴ Como citar no LATTES:

SILVA, Josney Freitas. SEÇÃO DE RESUMOS. Trabalho Técnico – Editoria. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, v. 8, ano V, Seções Especiais.

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Editores Responsáveis por esta Seção

Prof. Ms. Ivan José dos Reis Filho⁵
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Prof. Ms. Cícero Marcelo de Oliveira⁶
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo Expandido” e alguns Artigos Completos. As pesquisas apresentadas são resultados, em sua maioria, de uma atividade interdisciplinar devidamente orientada, desenvolvida dentro do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, durante o ano letivo de 2019.

⁵ Como citar no LATTES:

FILHO, Ivan José dos Reis & OLIVEIRA, Cícero Marcelo de. SEÇÃO DE TECNOLOGIA & INOVAÇÃO. Trabalho Técnico – Editoria. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, v. 8, ano V, Seções Especiais.

⁶ Como citar no LATTES:

FILHO, Ivan José dos Reis & OLIVEIRA, Cícero Marcelo de. SEÇÃO DE TECNOLOGIA & INOVAÇÃO. Trabalho Técnico – Editoria. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, v. 8, ano V, Seções Especiais.

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano⁷
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, temos os textos que se regem pela tipologia textual do gênero “Produção Textual Livre”. As escritas apresentadas são resultados de atividade intelectual sem vínculos com o fazer *stricto sensu* da Ciência, porém, com total aderência às prerrogativas do pensamento humano em seu caráter mais universal. Neste sentido, poemas, ensaios, contos, crônicas, relatos de experiência foram aceitos, visto que aqui, também damos plena liberdade de expressão como elemento integrador social, prescindindo-se, em certos casos, da rigidez da norma culta da língua ou das normas da ABNT, em prol da vazão artística e da licença poética.

⁷ Como citar no LATTES:
MERENCIANO, Levi Henrique. SEÇÃO DE PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE. Trabalho Técnico –
Editoria. *Revista AKEDIA* – Versões, Negligências e Outros Mundos, v. 8, ano V, Seções Especiais.

OS DIREITOS HUMANOS ANTE A GARANTIA DO DIREITO À DIVERSIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS¹

 10.33726/akedia2447-7656v8a52019p11-22

ELIAS, Eduarda Possebom²

PESSOA, Marcelo³ -  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este artigo é fruto de pesquisa de iniciação científica, realizada com o fomento da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Os assuntos aqui dispostos advêm dos estudos realizados pela bolsista, em função da execução de seu Plano de Trabalho, intitulado “KAMAIURÁ – ESTUDO DE CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIOCULTURAL”. Propõe-se adotar o pressuposto teórico fenomenológico, bem como a investigação por meio de pesquisa bibliográfica e análise de questões conflituais em casos concretos. A partir de fundamentações em profusas culturas espalhadas pelo território brasileiro, tidas como “vulneráveis”, pela linha de pesquisa desenvolvida até o dado momento, vê-se a importância de se depreender sobre os aspectos antropológicos, morais e sociais das tribos indígenas brasileiras e analisar as implicações jurídicas do embate entre a função tuteladora do Estado e a preservação da tradição dos povos indígenas perante a garantia do direito à diversidade cultural na prática do infanticídio.

PALAVRAS-CHAVE: Infanticídio indígena, Direito à Diversidade Cultural, Intervenção do Estado, Políticas públicas

ABSTRACT: This article is the result of scientific initiation research, carried out with the support of FAPEMIG - Foundation for Research Support of the State of Minas Gerais. The subjects set forth here come from the studies carried out by the scholarship holder, in function of the execution of his Work Plan, entitled "KAMAIURÁ – STUDY OF CONTEXTS OF SOCIOCULTURAL VULNERABILITY". It is proposed to adopt the phenomenological theoretical presupposition, as well as the investigation through bibliographical research and analysis of conflictual questions in concrete cases. From foundations in profuse cultures spread throughout the Brazilian territory, considered as "vulnerable" by the line of research developed up to the given moment, one sees the importance of understanding the anthropological, moral and social aspects of the Brazilian Indian tribes and analyzing the legal implications of the clash between the State's role of tutelage and the preservation of the tradition of indigenous peoples in the face of guaranteeing the right to cultural diversity in the practice of infanticide.

KEYWORDS: Indigenous infanticide, Right to Cultural Diversity, State intervention, Public policy

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

² Discente do curso de Bacharelado em Direito, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Edital 08/2017 / FAPEMIG / UEMG.

³ Docente da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Titular da cadeira de Língua Portuguesa e Orientador de Programas de Pesquisa e de Extensão.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão sobre o conflito entre os povos indígenas em relação às suas raízes culturais em confronto com o tratamento legal na contemporaneidade, trazendo certas complexidades para o campo jurídico, pelo fato de não se justapor a elas uma correlação, dita, amistosa.

O território brasileiro é prestigiado por sua diversidade cultural, já que, por sua vez, a sua formação fora oriunda de uma pluralidade étnica. Segundo os dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem cerca de 225 sociedades indígenas, contabilizando aproximadamente 460 mil índios. Assim, estes somam perto de 0,25% da população brasileira.

Com o levantamento dos dados, foi perceptível por em evidência esta pluriétnica e, conseqüentemente, vislumbrar parte das dificuldades para lidar com temas que atingem de forma direta a população indígena no Brasil.

Deste modo, no decorrer da História do Brasil, vista sob os aspectos jurídicos, julgamos necessário lembrar o teor amargo do tratamento que os povos indígenas sofreram, desde os primeiros contatos com os povos europeus, indo até ao nível dos massacres e espoliações e, por conseguinte, acessando a fase de integração, etapa esta vigente, denominada de interação, com respeito às diferenças, ligada diretamente aos direitos humanos, características marcantes da Carta Magna de 1988.

Todavia, entre a teoria e a prática do estudo das Leis, encontram-se muitas lacunas a serem superadas. Sob este ponto de vista, Christoph Eberhard exterioriza que:

Os direitos humanos não são universais na prática, pois não são garantidos de forma universal a todos os seres humanos e são violados no mundo todo, muitas vezes de forma grosseira. A lacuna entre a teoria e a retórica dos direitos humanos e as realidades concretas ainda precisa ser preenchida (2004, p. 160).

Apresenta-se, então, no presente trabalho, o primeiro momento, em que será arguido o bastião do direito à tradição, este o qual se preceitua sob a luz da

Constituição de 1988, e se insere na esfera da manifestação cultural dos povos indígenas.

Em um segundo momento, será reafirmado, de forma circunstanciada, uma análise do predomínio da sociedade contemporânea, regida por preceitos formulados a partir de seus costumes éticos e morais, horizonte donde emerge a decorrência de imposições mais bruscas frente à cultura indígena, postulados que serão apresentados por meio da reflexão sobre pontos arguidos pelo autor de forma dilucidada.

1. POVOS INDÍGENAS: O DIREITO À TRADIÇÃO, À INTERAÇÃO E ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

O atual momento que os povos indígenas brasileiros se encontram reflete séculos de injustiças, iniciadas a partir da colonização portuguesa do território brasileiro, fonte de graves violações de direitos humanos, o que inclui uma parcial extinção cultural de diversas civilizações, por meio da escravização, da catequização e da marginalização dos habitantes nativos do Brasil pré-cabralino.

Por este viés, é fácil entender a importância dos direitos que foram retirados deste grupo, tornando-o mais vulnerável no transcorrer do tempo. Para melhor entender a dimensão dessa afronta sociocultural, faz-se necessário salientar sobre a perda do direito à tradição, compreendido como sendo a liberdade que um povo tem de executar a sua cultura nativa, no caso a indígena, de forma legítima, alheios a qualquer forma de intolerância e discriminação. Outrossim, sob este tema da “cultura como direito”, de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, se pondera que:

Os direitos culturais não são apenas os ligados ao respeito ao exercício de suas tradições, festa, alimentação, mais do que isso é o Direito a que as informações sobre o povo não sejam recobertas por manto de preconceito, desprezo e mentiras [...] (2009, p. 158-159).

Para o deslinde das objetivações anteriores, o direito à tradição está incluso ao texto constitucional, conforme artigo 231/CF: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os

direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Nesta ótica, reflète-nos para a importância do conhecimento e a valorização da tradição de culturas pristinas, mas que não extintas dos povos indígenas, fazendo com que ocorra uma simbiose de aprendizado e respeito através de um diálogo construtivo, que será discorrido afincamente posteriormente, visando ao crescimento não apenas dos próprios índios, mas também a perpetuação da cultura brasileira, bem como a evolução das normas no campo jurídico, que muitas vezes, se deparará com grandes entraves, como será exposto ao longo do corpo textual.

2. INFANTICÍDIO INDÍGENA COMO PRÁTICA CULTURAL: O RELATIVISMO CULTURAL E O CONFLITO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS

Inicialmente, é de suma importância deixar claro que não existem culturas melhores que outras. Há, sim, culturas diferentes. Dessa forma, o que para uma dada cultura poderia ser considerado como barbárie, aos olhos das outras, poderia ser completamente aceitável. Assim, firma-se a teoria do relativismo cultural, expressando a ideia de que é preciso compreender a diversidade cultural e respeitá-la, reconhecendo que todo sistema cultural tem uma coerência interna própria, com suas especificidades e peculiaridades que as transformam em manifestações de igual valor às outras. Pela mesma ótica, a autora Maia Elisa Cevasco, expõe que “O mundo da civilização não produz valor e, portanto, não há lugar nele para a fonte suprema dos valores”. Neste diapasão, se entende que cada cultura é livre para estabelecer suas próprias repressões e direitos, reconhecendo a vasta riqueza que as incorpora.

Entretanto, é evidente que os direitos humanos foram concebidos por determinada convicção ocidental, como discorrido anteriormente, impondo sua concepção de mundo a todos os indivíduos, independentemente de sua etnia ou cultura, emergindo, destes, um pensamento universalista.

Em países multiculturais como o Brasil, rico pela pluralidade étnica, o convívio com diversas culturas, sejam elas ocidentais ou orientais, ou mesmo

das raízes indígenas são conflituosas, a tensão gerada por esse encontro torna-se inevitável e, assim, as diferenças culturais acabam questionando a universalidade (BALDI, 2004, p. 38).

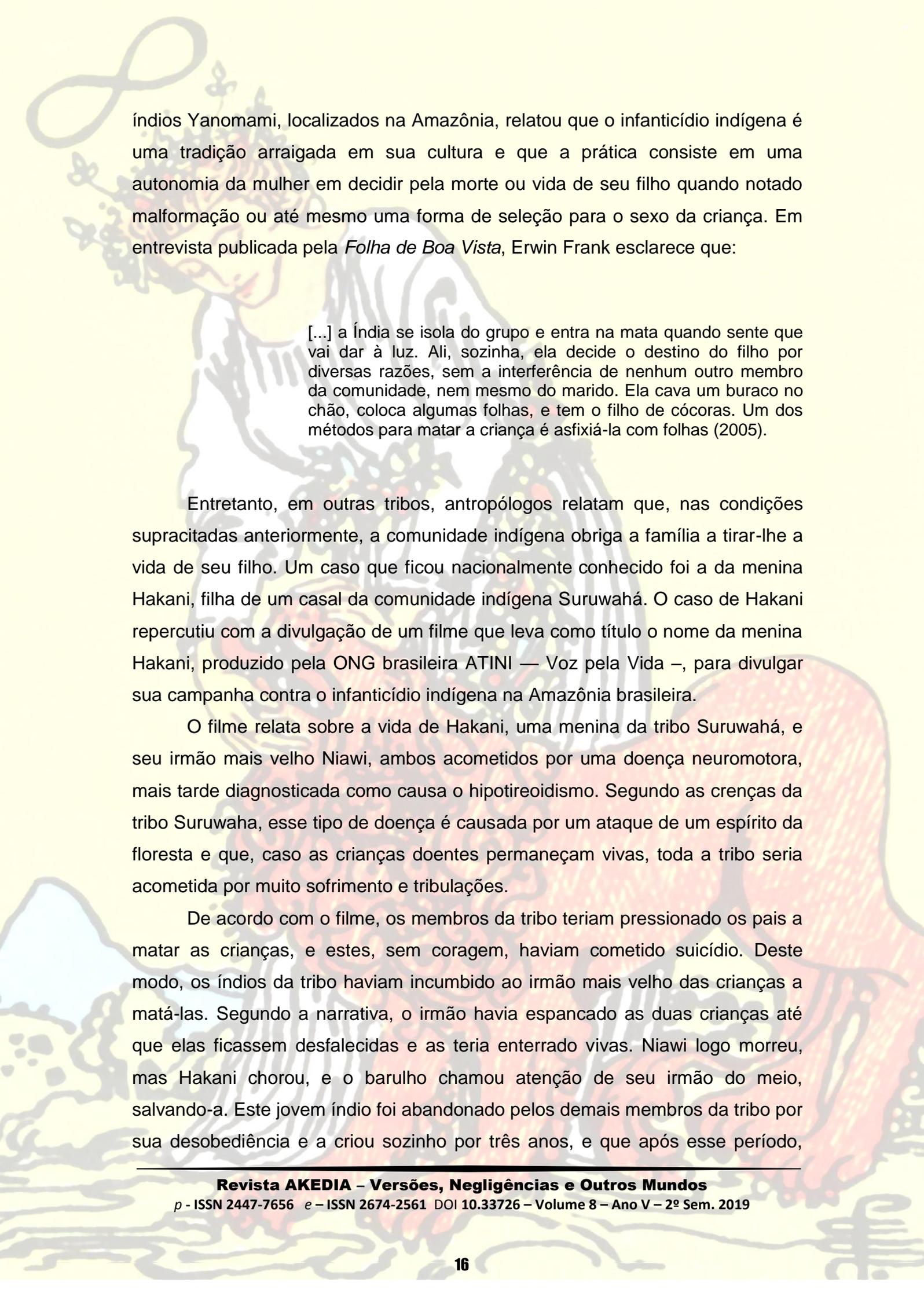
O Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, apresentou um conjunto de direitos fundamentais, que tinham por intuito de proteger todos os que estiverem no território brasileiro, abrangendo o respeito às diferentes culturas existentes, bem como a etnocultura indígena, como visto anteriormente fixado ao artigo 231/CF.

Apesar de o Estado ser garantidor e tutor desses direitos fundamentais, emerge ao lado dessa garantia um desafio maior, o de conseguir conciliá-los quando se esbarra ante o confronto do relativismo com o universalismo dos direitos humanos, especialmente ao se tentar encaixar tradições e costumes de uma dada cultura no mesmo contexto normativo que outra, visto que o direito à vida e à diversidade cultural, protegidos constitucionalmente, acabam colidindo ao se depararem com o infanticídio indígena praticado por algumas tribos indígenas brasileiras.

Inicialmente, é considerável definir o termo infanticídio⁴, sendo este proveniente do latim *infanticidium*, definindo-se como a prática de homicídio intencional de crianças recém-nascidas. O presente trabalho refletirá apenas ao infanticídio indígena no Brasil.

Podem ser vários os motivos da prática de infanticídio nas tribos indígenas, como exemplo, o nascimento de filhos gêmeos, que, ao gerar muito trabalho para a mãe, a impossibilitaria de realizar suas tarefas dentro da tribo; o sacrifício de crianças do sexo feminino, que, para algumas tribos, representaria um sinal de fraqueza; o sacrifício de crianças provenientes de mães solteiras, sendo inaceitável a ausência de um pai; o nascimento de crianças incapazes fisicamente e/ou mentalmente, entre outros. Para complementar com tal explanação, o antropólogo Erwin Frank, ao fazer uma profunda pesquisa aos

⁴No direito brasileiro a evolução histórica do infanticídio compreende três fases. Quando o Brasil era uma colônia de Portugal e vigoravam as Ordenações, não havia referência específica ao crime. O Código Criminal de 1830 e o Código Penal de 1890 manifestavam-se em favor da mãe infanticida, que recebia penas abrandadas, quando o crime fosse praticado para ocultar desonra própria. Entretanto o Código Penal de 1940, ainda vigente, passou a estabelecer o crime de infanticídio como matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante ou logo após o parto, desvinculando-o da ideia *honoris causae*.



índios Yanomami, localizados na Amazônia, relatou que o infanticídio indígena é uma tradição arraigada em sua cultura e que a prática consiste em uma autonomia da mulher em decidir pela morte ou vida de seu filho quando notado malformação ou até mesmo uma forma de seleção para o sexo da criança. Em entrevista publicada pela *Folha de Boa Vista*, Erwin Frank esclarece que:

[...] a Índia se isola do grupo e entra na mata quando sente que vai dar à luz. Ali, sozinha, ela decide o destino do filho por diversas razões, sem a interferência de nenhum outro membro da comunidade, nem mesmo do marido. Ela cava um buraco no chão, coloca algumas folhas, e tem o filho de cócoras. Um dos métodos para matar a criança é asfixiá-la com folhas (2005).

Entretanto, em outras tribos, antropólogos relatam que, nas condições supracitadas anteriormente, a comunidade indígena obriga a família a tirar-lhe a vida de seu filho. Um caso que ficou nacionalmente conhecido foi a da menina Hakani, filha de um casal da comunidade indígena Suruwahá. O caso de Hakani repercutiu com a divulgação de um filme que leva como título o nome da menina Hakani, produzido pela ONG brasileira ATINI — Voz pela Vida —, para divulgar sua campanha contra o infanticídio indígena na Amazônia brasileira.

O filme relata sobre a vida de Hakani, uma menina da tribo Suruwahá, e seu irmão mais velho Niawi, ambos acometidos por uma doença neuromotora, mais tarde diagnosticada como causa o hipotireoidismo. Segundo as crenças da tribo Suruwaha, esse tipo de doença é causada por um ataque de um espírito da floresta e que, caso as crianças doentes permaneçam vivas, toda a tribo seria acometida por muito sofrimento e tribulações.

De acordo com o filme, os membros da tribo teriam pressionado os pais a matar as crianças, e estes, sem coragem, haviam cometido suicídio. Deste modo, os índios da tribo haviam incumbido ao irmão mais velho das crianças a matá-las. Segundo a narrativa, o irmão havia espancado as duas crianças até que elas ficassem desfalecidas e as teria enterrado vivas. Niawi logo morreu, mas Hakani chorou, e o barulho chamou atenção de seu irmão do meio, salvando-a. Este jovem índio foi abandonado pelos demais membros da tribo por sua desobediência e a criou sozinho por três anos, e que após esse período,

encaminhou-a a um posto missionário próximo, onde ela recebeu cuidados médicos e foi adotada por missionários evangélicos.

Em síntese, percebemos que os indígenas brasileiros são constituídos de grupos sociais autônomos, com práticas e costumes próprios, onde cada etnia tem uma visão diferenciada de mundo. Cada um destes grupos possui um conceito distinto sobre o que é a vida e a morte do ser humano, o que fica claro quando olhamos para a tribo Suruwaha.

Por outro lado, a Constituição Federal, em seu artigo 1º, inc. III, institui como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana e, logo no artigo 5º, caput, garante aos brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade de direito à vida, à liberdade e à igualdade.

A Carta Magna, ao garantir esses direitos humanos fundamentais, não estabeleceu exceção em sua aplicabilidade, ou seja, deixa-se de aplicá-los quando os atos violadores daquele direito estiverem arraigados na cultura. Diante deste fato, há uma incógnita, em que pese que, para qual critério se tomaria por base, quando nos deparamos com culturas que compreendem o infanticídio indígena como tradição, contrapondo-se com tais direitos humanos.

Em suma, não se pode ignorar o fato de como os povos indígenas se organizam, isso, conforme suas tradições e costumes. Da mesma forma, esta minoria vulnerável deve ser protegida pelos órgãos públicos. Deste modo, é inegável que exista ainda hoje tribos que pratiquem o infanticídio, mas o questionamento maior é como conscientizar esses membros, já que o Estado tem o dever de tutelar a toda população brasileira, para a importância da manutenção da vida da criança.

Para dirimir o assunto, faz-se necessárias soluções que resolvam a dicotomia gerada entre a visão de mundo onde uma cultura é consolidada e os valores universais dos direitos humanos reconhecida internacionalmente e também em nossa Carta Magna, que serão discorridas no momento presente pela óptica da bolsista.

3. O DIÁLOGO INTERCULTURAL COMO SOLUÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE O INFANTICÍDIO INDÍGENA E OS DIREITOS HUMANOS

Contudo, mesmo com uma história de dominação entre colonizadores e povos indígenas, houve uma simbiose entre esses povos, donde se promoveu a troca de elementos culturais, assimilando tradições em um processo de dinâmica intercultural, uma vez que cada cultura tivesse seus princípios, mas que não impedisse a existência e o estabelecimento de tal diálogo intercultural.

O embate entre o relativismo cultural que expõe a ideia de particularidade das culturas e valores, e os Direitos Humanos, que as universaliza, tem sido resolvido por meio de uma importante relação dialógica entre as diferentes culturas, superando os conflitos e estabelecendo uma conciliação entre elas. Assim, o relativismo cultural não é um princípio pleno, mas, sim, um instrumento para que haja um encontro pacífico e respeitável entre as culturas que destoam de uma determinada tradição, uma vez que é impossível não haver tal interação.

Por esta ótica, é imprescindível entender que com a mistura de culturas, os índios da contemporaneidade não agem como os índios pré-colombianos, possibilitando a esses, então, o direito à mudança. De que outro modo, enfim, estes povos se tornariam reféns de suas diferenças culturais, tornando, portanto, uma obrigação laboriosa?

Para o deslinde das argumentações anteriores, é interessante mencionar o caso do ano de 1957, noticiado pelo antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira, que trata sobre o infanticídio indígena praticado na tribo dos Tapirapés, e o comportamento contrário de missionárias católicas que ali viviam: “Pude observar, então, uma situação de pleno choque entre valores ocidentais (ou cristãos) e os valores tribais, particularmente naquilo que diz respeito ao significado da vida” (Antropologia e Moralidade, 1993).

Os Tapirapés, por questões ligadas à sobrevivência, tinham como hábito eliminar o quarto filho que nascesse. Desta maneira, segundo seus costumes, a não expansão do grupo fazia com que sobrassem mais suprimentos para sua sobrevivência. Tal prática acompanhou a tribo por muito tempo, sem que fosse questionada sua legítima necessidade.

Entretanto, a pesquisa que Cardoso de Oliveira havia levantado, mostrou que o índice populacional dos índios Tapirapés havia reduzido para somente 54 indivíduos, porém, mesmo assim, eles ainda continuavam a praticar o infanticídio indígena.

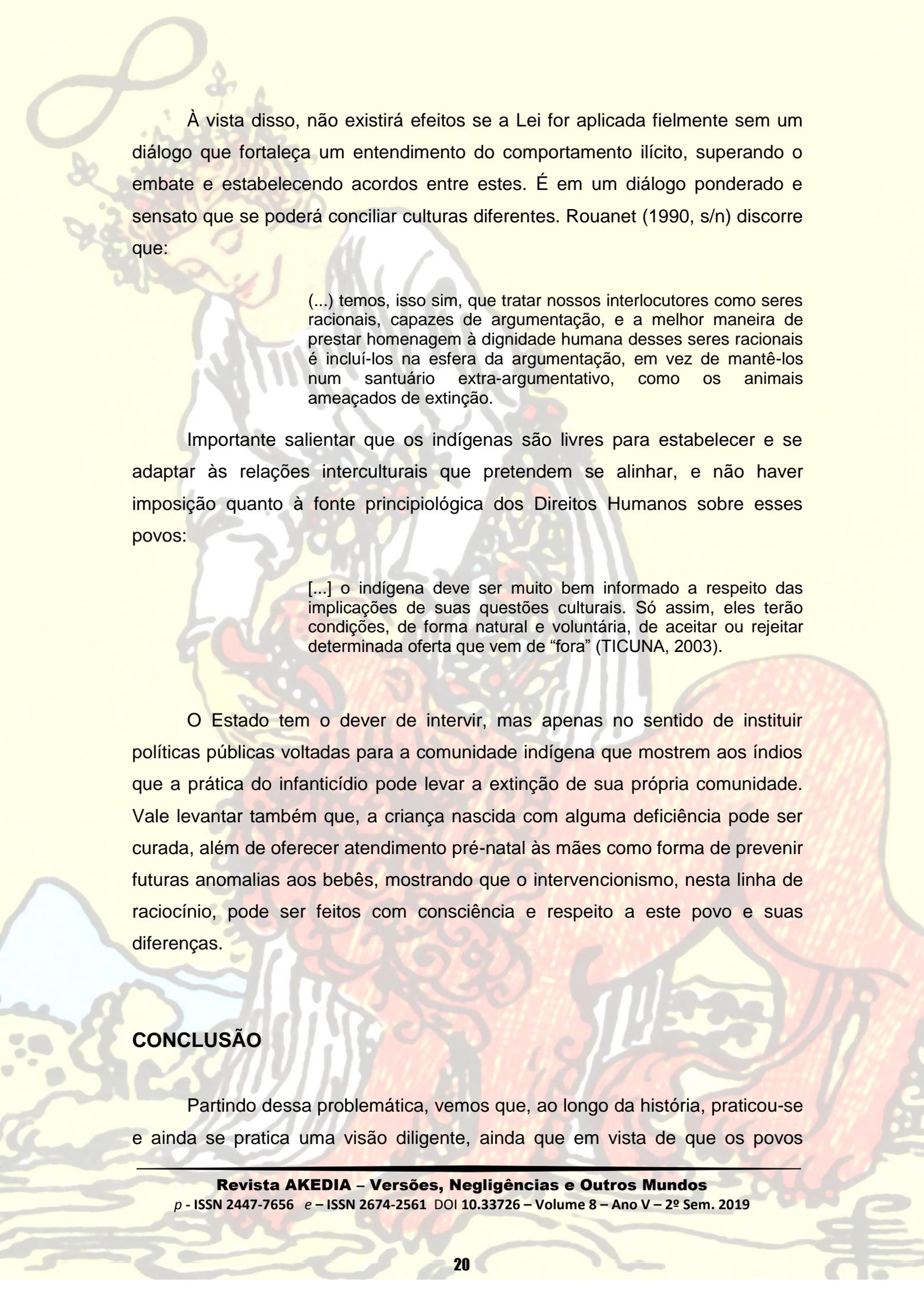
Diante deste ato, as missionárias que ali estavam relutaram contra esta tradição, evocando princípios religiosos sobre a importância da vida para os dogmas divinos, dizendo que, portanto, seria essencial a vida ser preservada. Porém, tal justificativa não foi aceita de bom grado pelos índios Tapirapés, que valorizavam a vida em coletividade e não a do indivíduo.

Deste modo, as missionárias focaram seus argumentos sobre a exacerbada diminuição da coletividade indígena, uma vez que a drástica queda desta população poderia levá-los à extinção.

Destarte, os indígenas reviram tal prática arraigada em sua tradição, e que anteriormente cometiam sem questionar e, assim, com a argumentação das missionárias sobre o infanticídio indígena, parecem tê-lo abandonado. Roberto Cardoso de Oliveira (1993) explicita, que:

A consideração desse fato nesta conferência oferece a oportunidade de examinarmos não apenas um choque de valores morais (o peso relativo da vida individual para os Tapirapé e seu peso absoluto para as missionárias), mas uma forma criativa de buscar uma solução "negociada" entre comunidades orientadas por pontos de vista distintos. São, portanto, dois horizontes que acabam por fundir-se no exercício do diálogo interétnico, formador de uma única comunidade de comunicação, capaz, por sua vez, e pelo menos em algumas ocasiões, de atuar como uma comunidade de argumentação.

Isto posto, percebemos que, com o poder da argumentação entre as culturas, temos perspectivas de uma resolução dos conflitos, uma vez que não podemos nos enganar em achar que não exista uma aculturação consolidada entre a população brasileira como um todo, devendo ser respeitadas as suas diferenças e costumes. Apenas com um laço dialógico intercultural será possível a troca de informações e adaptações ao mundo atual, daquelas tribos que já estão incluídas neste meio. Sabemos que é uma tarefa difícil determinar a necessidade da observância dos direitos humanos a uma cultura fora dos princípios deste, entretanto, se faz necessário, uma vez que o ordenamento jurídico proíbe o infanticídio.



À vista disso, não existirá efeitos se a Lei for aplicada fielmente sem um diálogo que fortaleça um entendimento do comportamento ilícito, superando o embate e estabelecendo acordos entre estes. É em um diálogo ponderado e sensato que se poderá conciliar culturas diferentes. Rouanet (1990, s/n) discorre que:

(...) temos, isso sim, que tratar nossos interlocutores como seres racionais, capazes de argumentação, e a melhor maneira de prestar homenagem à dignidade humana desses seres racionais é incluí-los na esfera da argumentação, em vez de mantê-los num santuário extra-argumentativo, como os animais ameaçados de extinção.

Importante salientar que os indígenas são livres para estabelecer e se adaptar às relações interculturais que pretendem se alinhar, e não haver imposição quanto à fonte principiológica dos Direitos Humanos sobre esses povos:

[...] o indígena deve ser muito bem informado a respeito das implicações de suas questões culturais. Só assim, eles terão condições, de forma natural e voluntária, de aceitar ou rejeitar determinada oferta que vem de “fora” (TICUNA, 2003).

O Estado tem o dever de intervir, mas apenas no sentido de instituir políticas públicas voltadas para a comunidade indígena que mostrem aos índios que a prática do infanticídio pode levar a extinção de sua própria comunidade. Vale levantar também que, a criança nascida com alguma deficiência pode ser curada, além de oferecer atendimento pré-natal às mães como forma de prevenir futuras anomalias aos bebês, mostrando que o intervencionismo, nesta linha de raciocínio, pode ser feitos com consciência e respeito a este povo e suas diferenças.

CONCLUSÃO

Partindo dessa problemática, vemos que, ao longo da história, praticou-se e ainda se pratica uma visão diligente, ainda que em vista de que os povos

indígenas obtiveram reconhecimento e espaço perante o Estado democrático de Direito através de um tratamento legal especializado.

Assim, é pertinente ao caso o que expõe Márcio Santilli:

Em geral, o Estado foi um mau tutor. Em outros tempos promoveu a remoção forçada dos índios de suas terras para liberá-los para terceiros, e ainda hoje não concluiu o processo de demarcação. Em nome da tutela também se promoveu a aculturação forçada de índios, estimulando o abandono de suas línguas, religiões e costumes (SANTILLI, 2000, p. 28-29).

É inegável a interculturação existente, a sociedade como um todo é interdependente e as culturas não são autônomas, portanto, é com a força dialógica que uma sociedade poderá olhar para si e compreender o diferente que o rodeia, não podendo ser usadas justificativas levantadas como dogmas pessoais para explicar tudo que destoa de sua cultura.

Ante o exposto, espera-se respeito e compreensão à cultura indígena, podendo, estes, usufruir de todos os direitos conquistados de forma plena e, não haver nenhum tipo de imposição, pois o índio tem o direito de querer ou não tal intervenção em seus costumes, caso contrário, serão escravos de valores contrários aos seus.

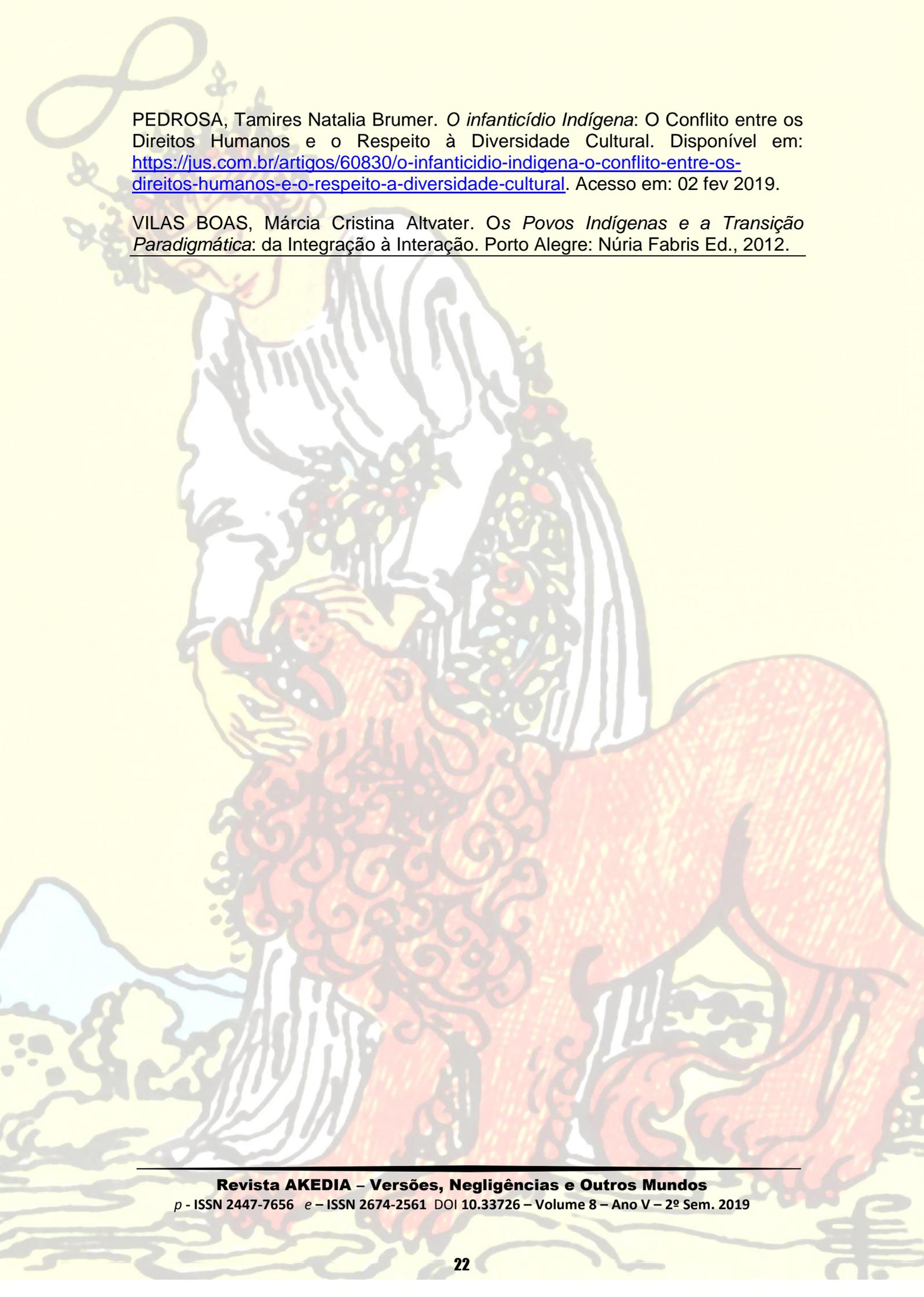
REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

FRANK, Erwin. *Revista de Boa Vista*. Disponível em <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=3980>. Acesso em: 26 jan 2019.

MALISKA, M., & SUZIN, J. (2011). O Direito à Diversidade das Comunidades Indígenas. Multiculturalismo, Direito à Vida e Infanticídio. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, 5(16), 165-181.



PEDROSA, Tamires Natalia Brumer. *O infanticídio Indígena: O Conflito entre os Direitos Humanos e o Respeito à Diversidade Cultural*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60830/o-infanticidio-indigena-o-conflito-entre-os-direitos-humanos-e-o-respeito-a-diversidade-cultural>. Acesso em: 02 fev 2019.

VILAS BOAS, Márcia Cristina Altvater. *Os Povos Indígenas e a Transição Paradigmática: da Integração à Interação*. Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2012.

ANÁLISE DO TERMO IDEOLOGIA E DE SUAS FUNÇÕES, DE ACORDO COM PAUL RICOEUR

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O presente texto apresenta uma análise histórica do termo *ideologia*, relacionando-o inicialmente com a crítica dos ídolos, presente no pensamento de Francis Bacon. Depois aborda a origem do termo propriamente dito e de seu uso de forma astuciosa por Napoleão Bonaparte. Em seguida, expõe a análise do termo feita por Paul Ricoeur, especialmente às suas funções de representação, de deformação e de dissimulação, a última das quais se constitui no conceito propriamente marxista de ideologia. Enfim, alerta para o fato de que, ao criticarmos a ideologia, podemos incorrer na mesma pretensão de Napoleão que, ao fazê-lo, demonstrou seu interesse pela manutenção do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Paul Ricoeur, Ideologia, Marxismo.

ABSTRACT: This text presents a historical analysis of the term ideology, initially with the criticism of the idols, present in the thought of Francis Bacon. Then discusses the origin of the term itself and use your so astutely by Napoleon Bonaparte. Then, the analysis of the term made by Paul Ricoeur, especially to their representation functions and deformation of deception, the last of which is the actual concept of Marxist ideology. Finally, alert to the fact that by criticising the ideology, we incur the same pretense of Napoleon, who in so doing has shown your interest in maintaining power.

KEYWORDS: Paul Ricoeur, Ideology, Marxism.

¹ Doutor em Filosofia (UNICAMP). Pós-Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas (USP). Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Frutal.

1. FRANCIS BACON E OS PRENÚNCIOS DO CONCEITO DE IDEOLOGIA

Talvez poucos sejam os temas de pesquisa que resistam tanto à objetividade quanto este. De acordo com Mc Lellan, “a história do conceito de ideologia é a história de várias tentativas para encontrar um ponto firme fora da esfera do discurso ideológico, um local fixo de onde possamos observar os mecanismos da ideologia em ação”². Mc Lellan considera Francis Bacon um dos precursores mais diretos dos estudiosos da Ideologia. No *Novum Organum* (1620), Bacon esboça um estudo da sociedade baseado na observação. Procurava atingir o verdadeiro saber e, para tanto, elaborou uma teoria do conhecimento que demonstrava os erros intrínsecos ao saber de sua época.

As concepções erradas e irracionais, que são obstáculos ao advento da ciência, foram por ele chamadas de “ídolos” e divididas em quatro espécies: *idola tribus*, *idola specus*, *idola fori* e *idola theatri*.

Pelos primeiros (*idola tribus*), referia-se aos erros causados pela natureza humana, pelo “antropocentrismo ingênito” que submete todas as coisas à medida do homem³.

Pelos segundos (*idola specus*), referia-se aos erros causados pela centralização do indivíduo em si mesmo. São erros decorrentes de uma idiossincrasia ou de um solipsismo epistemológico: a marca do indivíduo é colocada no processo e no resultado do conhecimento.

Pelos terceiros (*idola fori*), entendia aqueles erros decorrentes das falsas impressões causadas pelas palavras, da linguagem que se perde em equívocos e expressões inadequadas, produzindo discursos obscuros e sem rigor⁴.

Enfim, por intermédio dos *idola theatri*, Bacon referia-se aos aparentes sistemas filosóficos ou do saber que não passavam de peças fabricadas, as quais adquiriam renome simplesmente pela fascinação que provocavam, como

² David Mc Lellan. *A Ideologia*, 1987, p. 13.

³ Jean-Pierre Chretien-Goni, *In*: D. Huisman (ed.), *Dictionnaire des Philosophes*, 1984, p. 198.

⁴ De acordo com Cassirer, na obra *O Mito do Estado*, são estes os que possibilitam os mitos políticos.

as personagens construídas num jogo literário e artístico, atuando sobre a plateia como se fossem reais.

Bacon afirma que muitos foram os que, pelo desejo de criar sistemas filosóficos, impediram a chegada da verdadeira Ciência. De acordo com sua análise, “o entendimento humano é, dessa forma, um espelho falso, desfigurando as coisas pelas formas irregulares de sua própria natureza”⁵. Seu objetivo foi o de reformar a razão natural através do método.

2. ORIGEM DO TERMO IDEOLOGIA E AS PRETENSÕES DE PODER EM TORNO DE SEU USO

Apesar de sua análise do entendimento humano servir de precursora dos conceitos de “ideologia”, tal palavra foi utilizada, pela primeira vez, apenas, em 1801, por Destutt de Tracy, na obra *Projeto de Elementos de Ideologia*, cujo objetivo definido era “o estudo das ideias – no sentido geral dos fatos da consciência – das suas características, das suas leis, da sua relação com os signos que as representam e, sobretudo, da sua origem”⁶.

Paul Ricoeur considera positiva a aceção da palavra “ideologia” em relação a De Tracy, ao afirmar:

Mencionaré sólo de paso una acepción anterior y más positiva dela palabra ‘ideología’, puesto que dicha acepción há desaparecido del escenario filosófico. Este sentido del término derivaba de una escuela de pensamiento de la filosofía francesa del siglo XVIII, de unos hombres que se llamaban ellos mismos *idéologues*, abogados de una teoría de las ideas. La suya era una especie de filosofía semantica que declaraba que la filosofía tiene de ver no con las cosas, no con la realidad, sino con las ideas⁷.

Ele observa que o interesse por essa Escola, se ainda existir, talvez se deva ao sentido depreciativo que a ela foi dado:

Como opositores del imperio francés napoleónico, los miembros de esta escuela fueron tratados de *idéologues*. Por eso, la connotación

⁵ Jean-Pierre Chretien-Goni. *Op. e loc. cit.*

⁶ *Projeto de Elementos de Ideologia* (1801), apud Lallande, *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Porto, Rés, s.d., p. 601.

⁷ Ricoeur, P. *Ideologia y Utopia*, 1989, p. 47.

negativa del término puede rastrearse a la época de Napoleón, cuando por primera vez fue aplicado a este grupo de filósofos⁸.

E, indicando as características controvertidas da nomeação de alguém como ideólogo, acrescenta: “Esto tal vez nos advierte que siempre hay en nosotros algún Napoleón que designa a los demás como ideólogos. Posiblemente haya siempre alguna pretensión al poder en la acusación de ideología”⁹.

3. A FORMA DE ABORDAGEM DO FENÔMENO IDEOLÓGICO ADOTADA POR RICOEUR

Partindo da tese aristotélica, exposta no prólogo da *Ética a Nicômaco*, a respeito da “pluralidade dos níveis de cientificidade”, Ricoeur pretende mostrar que “o fenômeno da ideologia é susceptível de receber uma apreciação relativamente positiva”. O texto de Aristóteles ao qual se refere, “tem valor de advertência”, no início de sua exposição¹⁰.

Ricoeur procura evitar o que chama de “múltiplas armadilhas”, quando se trata do tema da ideologia. Tais armadilhas são de dois tipos. Na definição

⁸ Idem.

⁹ Idem. Ricoeur não vê transição alguma direta entre este conceito francês de ideologia e a acepção depreciativa do termo nos hegelianos de esquerda. Na obra *Ideologia y Utopia*, Ricoeur trata da ideologia, desde o jovem Marx até os seus escritos da maturidade. Depois, analisa o pensamento de Althusser, Mannheim, Weber, Habermas e Geertz relativo ao tema. Finalmente, examina a utopia em Mannheim, Saint-Simon e Fourier. Outra obra em que trata da Ideologia, é a *Interpretação e Ideologias*. Estas duas obras são uma excelente base para a explicação das funções da ideologia na sociedade em geral e de suas conceituações desde o pensamento de Marx e Engels. Devido à extensão da análise da primeira delas, nos deteremos na segunda, para abordar o fenômeno ideológico.

¹⁰ Eis o texto citado por Ricoeur, da *Ética a Nicômaco*, I, 3: “Teremos desempenhado satisfatoriamente nossa tarefa de fornecermos os esclarecimentos sobre a natureza do assunto que tratamos. Porque, na realidade, não devemos procurar o mesmo rigor em todas as discussões indiferentemente, como também não podemos exigir isso nas produções das artes. As coisas belas e as coisas justas que constituem o objeto da política dão margem a tais divergências, a tais incertezas, a ponto de termos acreditado que elas existiam somente por convenção, e não por natureza... Portanto, devemos nos contentar, ao tratar de assuntos semelhantes e ao partir de princípios semelhantes, em mostrar a verdade de um modo grosseiro e aproximado... Por conseguinte, é no mesmo espírito que deverão ser acolhidas as diversas visões que emitimos, pois é próprio do homem culto não procurar o rigor para cada tipo de coisa senão na medida em que o permite a natureza do assunto... Desta forma, num domínio determinado, julga bem aquele que recebeu uma educação apropriada; ao passo que, numa matéria excluindo toda, p. especialização, o bom juiz é aquele que recebeu uma cultura geral” (*Interpretação e Ideologias*, p. 63).

inicial do fenômeno já se coloca a primeira delas, que “consiste em aceitarmos como evidente uma análise em termos de classes sociais”¹¹.

Devido ao sinal do marxismo em relação ao problema da ideologia, parece natural que ela seja vista nesses termos, “embora tenha sido Napoleão quem, pela primeira vez, fez desse termo uma arma de combate (o que... talvez não deva ser definitivamente esquecido)”¹².

Ricoeur rejeita a análise em termos de classes sociais, porque considera que isto consiste em “fechar-se ao mesmo tempo numa polêmica estéril, pró ou contra o marxismo”. Sua proposta é a de um “pensamento a-marxista”, de um *cruzamento* de Marx, sem segui-lo ou combatê-lo, e sem sofrer intimidação de quem quer que seja¹³.

Para evitar esta primeira armadilha, é preciso evitar uma segunda, “que consiste em definir, inicialmente, a ideologia por sua função de justificação, não somente movido pelos interesses de uma classe, mas de uma classe *dominante*”.

Deve-se evitar, portanto, o fascínio que o problema da dominação exerce, e considerar o problema mais amplo da integração social, “de que a dominação é uma dimensão, e não a condição única e essencial”¹⁴.

Se a ideologia for interpretada simplesmente como uma função da dominação, então se admitirá também, “sem crítica”, que ela é “um fenômeno essencialmente negativo, primo do erro e da mentira, irmão da ilusão”. Ricoeur critica o fato de na literatura contemporânea sobre o tema, nem se submeter ao exame “a ideia que já se tornou natural de que a ideologia é uma representação falsa, cuja função é dissimular a pertença dos indivíduos, professada por um indivíduo ou por um grupo, e de que estes têm interesse em não reconhecer o fato”¹⁵.

Estes primeiros questionamentos de Ricoeur são complementados pela pergunta a respeito do “estatuto epistemológico da própria teoria das ideologias”. E, aqui, também, há armadilhas, como, por exemplo, a admissão

¹¹ Idem, p. 64.

¹² Idem

¹³ Idem.

¹⁴ Idem, p. 65.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

frequente de que “o homem da suspeita está isento da tara que ele denuncia: a ideologia é o pensamento de meu adversário; é o pensamento do *outro*. *Ele* não sabe, *eu*, porém, sei”¹⁶.

Esse tipo de afirmação é próprio de quem pretende sustentar “um ponto de vista sobre a ação que seja capaz de escapar à condição ideológica do conhecimento engajado na práxis. A essa pretensão acrescenta-se outra: não somente há um lugar não ideológico, mas este lugar é o de uma ciência, semelhante à de Euclides... Galileu e Newton...”¹⁷.

Tal pretensão, no entanto, “particularmente viva nos mais eleatas dos marxistas, é exatamente a que Aristóteles condenava entre os platônicos de seu tempo, em matéria de ética e de política, à qual opunha o pluralismo dos métodos e o dos graus de rigor e de verdade”¹⁸.

Esse pluralismo pode ser justificado também com razões novas, “razões que se devem a toda reflexão moderna sobre a condição propriamente histórica da compreensão da história”. Isto implica que “a natureza da relação entre ciência e ideologia depende, tanto do sentido que possamos dar à noção de ciência nas matérias práticas e políticas quanto do que possamos dar à própria ideologia”¹⁹.

A verdade é que “não há Ciência capaz de arrebatarse à condição ideológica do saber prático”²⁰. No entanto, não se deve renunciar pura e simplesmente à oposição entre Ciência e ideologia.

Ricoeur procura reformular esta questão de forma a situar a crítica das ideologias “no contexto de uma interpretação, tendo consciência de ser historicamente situada, mas que se esforça por introduzir, tanto quanto pode, um fator de distanciamento no trabalho que não cessamos de retomar para reinterpretar nossas heranças culturais”²¹.

A análise de Ciência e ideologia terá como horizonte, assim, “somente a procura de uma relação intimamente dialética” entre ambas, o que é

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem, p. 65s.

¹⁹ Idem, p. 66.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ Idem.

“compatível com o grau de verdade ao qual... é possível aspirar, como dizia Aristóteles, nas coisas práticas e políticas”²².

Dessa forma, Ricoeur procurará adotar uma descrição do fenômeno ideológico que “não será, de início, o de uma análise em termos de classes sociais e de classe dominante”. Sua intenção é a de “chegar ao conceito de ideologia que corresponda a essa análise, mais do que partir dela”. Este é seu modo de “cruzar o marxismo”²³.

4. AS FUNÇÕES DA IDEOLOGIA DE ACORDO COM RICOEUR

Partindo das considerações acima, vê-se que a ideologia é interpretada por Paul Ricoeur, particularmente em relação às suas funções, a saber: 1) *função geral*; 2) *função de dominação*; 3) *função de deformação*, as quais, expomos a seguir.

1) A *função geral* da ideologia é a da *integração*, e está ligada à necessidade que um grupo social tem de “conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar”²⁴. O ponto de partida de Ricoeur para a definição dessa função geral se encontra na “análise weberiana do conceito de ação social e de relação social”, de acordo com a qual “há ação social quando o comportamento humano é significativo para os agentes individuais e quando o comportamento de um é orientado em função do comportamento de outro”.

A ideia de relação social acrescenta a esse duplo fenômeno de significação e de orientação mútua, a ideia de uma estabilidade e de uma previsibilidade de um sistema de significações. Pois bem, “é nesse nível do caráter significativo, mutuamente orientado e socialmente integrado da ação, que o fenômeno ideológico aparece em toda a sua originalidade”²⁵.

²² Idem, p. 66.

²³ Idem, p. 67.

²⁴ Idem, p. 68.

²⁵ Idem, p. 67.

O primeiro traço característico da ideologia, assim, é a representação. A relação que uma comunidade histórica mantém com o ato fundador que a instaurou é considerada “primitiva”, por Jacques Ellul, nos seguintes termos: “a ideologia é função da distância, que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir”²⁶.

Ela desempenha, assim, não só o papel de “difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o povo, mas, também, o de perpetuar sua energia inicial para além do período de efervescência”. Nessa distância “intervêm as imagens e as representações”. As interpretações são integrantes do processo ideológico, é “sempre numa interpretação que o modela retroativamente, mediante uma representação de si mesmo, que um ato de fundação pode ser retomado e atualizado. Talvez não haja grupo social sem essa relação indireta com seu próprio advento”.

Dessa forma, é inevitável que o fenômeno ideológico comece demasiadamente cedo, “porque, com a domesticação, pela lembrança, começa o consenso, mas, também, se iniciam a convenção e a racionalização”. Isto leva a ideologia a deixar de desempenhar o papel de mobilizadora para tornar-se justificadora, isto é, ela “só continua sendo mobilizadora com a condição de ser justificadora”²⁷.

Pode-se, com facilidade, perceber o papel da linguagem e do credo no processo ideológico assim descrito. O credo é uma consequência da domesticação, que vem pela repetição da narrativa dos atos fundadores e pela adoção de determinadas práticas nas relações sociais.

Na definição da *função geral*, Ricoeur expõe, ainda mais, quatro traços da ideologia. O segundo traço é seu dinamismo: de justificadora, ela passa a ser mobilizadora, e “só continua sendo mobilizadora com a condição de ser justificadora”. A ideologia, assim, “depende daquilo que poderíamos chamar de uma teoria da motivação social”.

²⁶ “Le rôle mediateur de l’ideologie”, in: *Demythisation et Idéologie*, Paris, Aubier, 1973 (Ricoeur, p. 68).

²⁷ P. Ricoeur, *op. cit.*, p. 68.

Comparada aos projetos individuais, ela é, para a práxis social, “um projeto, um motivo” e, como tal, “justifica e compromete”. Na ideologia, argumenta-se que “o grupo que a professora tem razão de ser o que é”²⁸.

Apesar disso, Ricoeur afirma que “não se deve tirar daí, de modo apressado, um argumento contra a ideologia: seu papel mediador permanece insubstituível”. A ideologia, por ser “*justificação e projeto*, é sempre mais que um *reflexo*”. Dessa forma, tanto a origem das comunidades históricas quanto as ações instituídas, em relação aos empreendimentos e instituições, recebem dela justificação e motivação²⁹.

O terceiro traço da ideologia relaciona-se com seu dinamismo. É para preservá-lo que “toda ideologia é simplificadora e esquemática”. E, isto, se constitui em seu terceiro traço. A ideologia “é um código, para se dar uma visão de conjunto, não somente do grupo, mas da história e, em última instância, do mundo”. Este seu caráter codificado “é inerente à sua função justificadora”³⁰.

A ideologia mantém sua capacidade de transformação – e nisto reside seu dinamismo – “com a condição de que as ideias que veicula tornem-se opiniões, de que o pensamento perca rigor para aumentar sua eficácia”. A ideologia é apresentada como se apenas ela “pudesse mediatizar, não somente a memória dos atos fundadores, mas os próprios sistemas de pensamento”.

É dessa forma que “tudo pode tornar-se ideológico: ética, religião, filosofia”. É justamente nessa “mutação de um sistema de pensamento em sistema de crença” que reside o fenômeno ideológico³¹.

A presença da linguagem na ideologia, assim definida, pode ser verificada nos vocabulários, nos rituais, nos estereótipos, nas “denominações corretas”. Esta presença negativa da linguagem faz da ideologia o “reino dos *ismos*”³².

²⁸ Idem.

²⁹ Idem, p. 69. Verifica-se nesta parte de sua exposição uma realização do propósito inicial de ver a ideologia de forma positiva.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Idem.

³² Ricoeur observa que, mesmo no pensamento especulativo, é possível que só se encontrem ismos, “por assimilação a esse nível de discurso: espiritualismo, materialismo etc.”. cf. p. 69.

Neste terceiro traço da ideologia, observa-se seu nível epistemológico. Ela situa-se no reino da opinião, na *dóxa*. Se for adotada a terminologia freudiana, a ideologia corresponderá ao momento da racionalização. Suas formas de expressão preferidas serão, por isso, as máximas, os *slogans* e as fórmulas lapidares. Devido a isso, “nada é mais próximo da fórmula retórica – arte do provável e do persuasivo – que é a ideologia”.

Tal aproximação “sugere que a coesão social não pode ser assegurada, a não ser que seja ultrapassado o *optimum* dóxico que corresponde ao nível cultural médio do grupo em questão”. No entanto, Ricoeur observa que, mesmo este traço da ideologia, não nos deve levar a denunciá-la como fraudulenta ou patológica: “esse esquematismo, essa idealização, essa retórica, são o preço a ser pago pela eficácia social das ideias”³³.

O quarto traço da ideologia consiste no predomínio da operacionalidade, mais que da tematização, isto é, “ela opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos”. Nossa capacidade de interpretação da ideologia é reduzida: seu “código interpretativo é mais algo *em que* os homens habitam e pensam do *que* uma concepção que possam expressar”. Pensamos a partir dela, “mais do que podemos pensar sobre ela”. É dela que procede a “possibilidade de dissimulação, de distorção, que se vincula, desde Marx, à ideia de imagem invertida de nossa própria posição na sociedade”³⁴.

A impossibilidade de um indivíduo e de um grupo “formular tudo, tematizar tudo e propor tudo como objeto de pensamento..., faz com que a ideia seja, por natureza, uma instância não crítica”.

Apesar da periculosidade de tal situação, Ricoeur insiste em dizer que esse traço da ideologia “não é infamante”. Esta não transparência de nossos códigos culturais é “uma condição da produção das mensagens sociais”³⁵.

Este “estatuto não reflexivo e não transparente da ideologia” é complicado e agravado pelo quinto traço apontado por Ricoeur, “o aspecto *temporal* específico da ideologia”.

³³ Idem, p. 69s.

³⁴ Idem, p. 70 (Grifos de Ricoeur).

³⁵ Idem, *ibidem*.

O fenômeno ideológico parece caracterizar-se pela “inércia”, pelo “retardo”, o novo é recebido apenas em função do típico, “também oriundo da sedimentação da experiência social”³⁶.

Aí, já se inclui a função da dissimulação, que é exercida em relação a experiências efetivas do grupo que não são toleradas, mas são “inassimiláveis pelo esquema diretriz”.

Essa intolerância, essa ortodoxia, é comum a todo grupo. Talvez não seja possível uma sociedade radicalmente pluralista e permissiva. A intolerância aparece em algum setor da vida em grupo, ela começa justamente “quando a novidade ameaça gravemente a possibilidade, para o grupo, de reconhecer-se, de reencontrar-se”, quando a representação que ele faz de si mesmo é ameaçada³⁷.

Nessa função integradora e conservadora, a ideologia limita as possibilidades de interpretação: “é, ao mesmo tempo, interpretação do real e obturação do possível”. Ela “opera um estreitamento do campo com referência às possibilidades de interpretação que pertencem ao *élan* inicial do evento”. Nesse sentido, Ricoeur admite que se fale em “enclausuramento” e “cegueira” ideológicos. Ressalva, porém, que “mesmo que o fenômeno se converta em patologia, conserva algo de sua função social”. O código ideológico é indispensável para a “tomada de consciência”³⁸.

A ideologia está vinculada a uma “esquemática inelutável” e, sendo por esta afetada, “ela se sedimenta, enquanto mudam fatos e situações”. É este paradoxo que leva a discussão do fenômeno ideológico para o “limiar da função, tão enfatizada, de *dissimulação*”³⁹. Ricoeur afirma, que o preço a pagar pela integração social é este.

2) A ideologia também apresenta outra função, a de *dominação*. Enquanto a integração é uma função geral, esta é de caráter particular, vinculando-se “aos aspectos hierárquicos da organização social”. Quando se

³⁶ Idem.

³⁷ Idem, p. 71.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ Idem. A dissimulação é uma função complementada pela justificação, que leva à dominação.

procura estabelecer uma conjunção entre ambas, “a função de dissimulação é claramente predominante”⁴⁰.

Ricoeur preferiu partir da função de integração, que inclui a da dissimulação, para, então, tratar da função de *dominação*, pois, para ele, o entendimento da cristalização do fenômeno ideológico em relação ao problema da *autoridade* carece desse passo introdutório. A ideologia “interpreta e justifica, por excelência, a relação com as autoridades, o sistema de autoridade”⁴¹.

Para tratar desta parte, ele baseia-se nas análises de Max Weber sobre a autoridade e a dominação, das quais apresenta sumariamente os conceitos relativos ao tema. Weber afirma que “toda autoridade procura legitimar-se, e os sistemas políticos se distinguem segundo seu tipo de legitimação”⁴².

Ricoeur acrescenta a esta tese, a observação de que há uma dissimetria essencial entre a pretensão, a legitimidade e a crença dos indivíduos nela. Em suas próprias palavras: “Direi que há sempre mais na pretensão que vem da autoridade do que na crença que vai à autoridade”.

A este fenômeno, ele chama de mais-valia, devido ao “excesso da demanda de legitimação relativamente à oferta da crença”. Toda autoridade exige mais do que a crença dos indivíduos possa suportar. Para ele, é aí que “a ideologia se afirma como o substitutivo da mais-valia e, ao mesmo tempo, como o sistema substitutivo da dominação”⁴³.

Um grupo que se representa ideologicamente tem um ato fundador essencialmente político. A autoridade participa da constituição de um grupo. Ao tornar-se uma realidade política, a comunidade histórica instaura o fenômeno da dominação.

Este é o motivo pelo qual a ideologia, enquanto dissimulação, interfere na ideologia-integração de forma completa, “especialmente no caráter de não transparência que se vincula à função mediadora da ideologia”⁴⁴.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem (os grifos são nossos).

⁴² Idem, p. 72.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem.

O caráter de inércia da ideologia é ratificado de forma completa pelo fenômeno da autoridade e da dominação, pois “não há legitimação inteiramente transparente”. O caráter de distorção e dissimulação da ideologia passa para o primeiro plano, em relação à sua função mediadora e integradora, quando ela se defronta com o fenômeno da dominação.

Contudo, Ricoeur observa que, assim como a integração de um grupo não se reduz completamente à autoridade e à dominação, da mesma forma os traços da ideologia, enquanto mediação, não passam a desempenhar a função de dissimulação, como frequentemente se pretende definir e reduzir a ideologia.

3) É depois destas definições que Ricoeur trata, enfim, da *função da deformação*, isto é, do conceito propriamente marxista de ideologia, caracterizado essencialmente pela “ideia de uma distorção, de uma deformação por *inversão*”.

Para Ricoeur, “o fato decisivo é que a ideologia é definida por seu conteúdo”. Ela é um “menosprezo que nos faz tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original”⁴⁵.

Ricoeur afirma que há uma produção humana que é inversão e que produz a inversão ideológica. Tal produção é a religião, “que não é um exemplo de ideologia, mas a ideologia por excelência. Com efeito, é ela que opera a inversão entre céu e terra, e que faz os homens andarem de cabeça para baixo”⁴⁶.

Porém, Ricoeur, observa que “o fato de a religião poder prestar-se a essa função, enquanto inversão das relações do céu e da terra, significa que ela não é mais religião, vale dizer, inserção da palavra no mundo, porém, *imagem invertida da vida*. Sendo assim, só pode ser a ideologia denunciada por Marx”⁴⁷.

⁴⁵ Idem, p. 73 (grifos originais).

⁴⁶ Idem, p. 72.

⁴⁷ Idem, p. 75.

Aquilo que os homens fazem, “a atividade real, o processo de vida real”, deixa de constituir a base da existência social, e é “substituído por aquilo que eles dizem, se imaginam, se representam”⁴⁸.

Essas produções (dizer, imaginar, representar), apesar de procederem do real, caminham em direção ao imaginário. Marx procede a uma genealogia de tais representações e a uma “inversão da inversão”.

Para Ricoeur, dessa forma, “a contribuição de Marx reside numa *especificação* do conceito de ideologia”⁴⁹.

De acordo com Ricoeur, o que possibilita a eficácia social das ilusões, crenças e fantasmagorias, é o fato de a ideologia possuir um “papel mediador incorporado ao mais elementar vínculo social, como sua constituição simbólica”⁵⁰.

Ricoeur considera a relação entre dominação e ideologias anterior à análise, em termos de classes sociais “e susceptível, eventualmente, de sobreviver-lhe”⁵¹. E, é isto, que possibilita a compreensão da representação invertida da realidade e de seu serviço aos interesses da classe dominante.

Em síntese, “o que Marx fornece de novo destaca-se sobre esse fundo prévio de uma constituição simbólica do vínculo social em geral e da relação de autoridade em particular”. O que lhe é específico é a “função justificadora da ideologia”, que se aplica à “relação de dominação, oriunda da divisão em classes sociais e da luta de classes”⁵².

A tese marxista é aplicável, também, a qualquer outro sistema de pensamento, inclusive à Ciência e à tecnologia, que “podem funcionar como ideologias, desde que mascarem, por detrás de sua pretensão à cientificidade, sua função de justificação relativamente ao sistema militar-industrial do capitalismo avançado”⁵³.

⁴⁸ Idem, p. 75.

⁴⁹ Todo o idealismo alemão e toda a filosofia tinham sido reduzidos, por Feuerbach, à religião, e esta a um “reflexo invertido”. O que Marx fez foi acrescentar a esta “redução em ideias, a redução na prática, destinada a revolucionar a base da ideologia” (idem, p. 73s).

⁵⁰ Idem, p. 74.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Idem, p. 75.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese fundamental de Ricoeur, em relação ao que foi examinado até agora, é a de que “a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possuiu uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social”⁵⁴.

Em sua busca de um cruzamento do marxismo, visa preservar as próprias ideias de Marx da dissimulação, afirmando que “a conjunção do critério marxista com os outros critérios da ideologia pode liberar o potencial crítico desse critério mesmo e, eventualmente, lançá-lo contra os usos ideológicos do marxismo”⁵⁵.

Afirmção em nossos dias oportuna, quando, por um lado, governos de inspiração comunista se mostram autoritários, aproximando-se do totalitarismo, bem como quando, por outro lado, adversários do pensamento de Karl Marx criticam suas ideias libertadoras, transformadoras e revolucionárias, associando-as ao termo ideologia, com óbvias pretensões à manutenção do poder.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.



REFERÊNCIAS

CASSIRER, E. *O Mito do Estado*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HUISMAN, D. *Dictionnaire des Philosophes*. Paris: PUF, 1984.

LALLANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Porto: Res, s/d.

MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. J. C. Bruni e M. A. Nogueira. 7. ed. S. Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K. & ENGELS, F. *La Ideología Alemana*. Trad. W. Roces. Montevideo: Pueblos Unidos, 1959. Disponível online: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1846/ideoalemana/index.htm>

MC LELLAN, David. *A Ideologia*. Trad. M. P. Gonçalves Azevedo. Lisboa: Estampa, 1987.

RICOEUR, P. *Ideología y Utopía* (Conferências proferidas na Universidade de Chicago, 1975). Barcelona: Gedisa, 1984.

RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

A RELAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTE ESCOLAR COM OS ASPECTOS EMOCIONAIS DAS CRIANÇAS

[doi> 10.33726/akedia2447-7656v8a52019p39-56](https://doi.org/10.33726/akedia2447-7656v8a52019p39-56)

ALEXANDRE, Kethi Cristina do Rosário Squecola¹
ARTACHO, Michele Moschiar²
BERNARDINI, Rosana³
CARVALHO, Celso Almeida de⁴
CHAINÇA, Eliane⁵
NOGUEIRA, Marina Morena Marini⁶
SOUBHIA, Luciana Matarazzo R.⁷

RESUMO: Este estudo objetivou compreender as causas emocionais que podem dar origem às dificuldades na aprendizagem de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Como método, empregamos o recurso de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a dez professoras, três atuantes na rede pública e sete na rede particular. As questões formuladas diziam respeito à Teoria de Análise de Conteúdo, de Minayo (2010). Como resultado, foi possível identificar os vários fatores sociais que interferem nas dificuldades desse processo, tais como: famílias educacional ou afetivamente negligentes e ou desestruturadas, situação socioeconômica comprometida, falta de comunicação. Por conclusão, vimos que a escola ainda é o lugar onde aparecem, de modo bem marcante, toda a dificuldade da criança. Justificou nossa pesquisa, o fato de que é preciso constante a orientação de toda a comunidade escolar sobre este assunto.

PALAVRAS-CHAVES: Dificuldades de aprendizagem. Família. Alunos. Professores. Escola.

ABSTRACT: This study aimed to understand the emotional causes that can give rise to learning difficulties in students in the early years of elementary school (1st to 5th grade). As a method, we used the resource of semi-structured interviews, applied to ten teachers, three acting in the public network and seven in the private network. The questions asked concerned Minayo's (2010) Content Analysis Theory. As a result, it was possible to identify the various social factors that interfere with the difficulties of this process, such as: educationally or affectively negligent or unstructured families, compromised socioeconomic situation, lack of communication. In conclusion, we saw that the school is still the place where all the difficulty of the child appears in a remarkable way. Our research justified the fact that the entire school community needs constant guidance on this subject.

KEYWORDS: Learning difficulties. Family. Students. Teachers. School.

¹Mestre em Gestão em Saúde e em Enfermagem. Docente da Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP. Contato: kethicris@hotmail.com

²Bacharel em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP. Contato: michelemoschiar@yahoo.com.br

³Bacharel em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP.

⁴Bacharel em Administração pela UNIFEB. Contato: celsouemg@hotmail.com

⁵Mestre em Educação Escolar. Docente da Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP. Contato: eliane.chainca@gmail.com

⁶Bacharel em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP.

⁷Bacharel em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP.

INTRODUÇÃO

O interesse por esse estudo surgiu mediante à grande queixa expressa por parte das escolas quanto às crianças que apresentam certo grau de dificuldade no processo de aprendizagem. Vale dizer, ainda que precocemente, que, por premissa sociocultural e fenotípica, que muitas dessas crianças são sadias e estão sendo prejudicadas por diagnósticos equivocados e tratamentos desnecessários.

Contingências corriqueiras, da vivência humana, vêm sendo transformadas em “doenças”, sendo tratadas como distúrbios severos, quando, muitas vezes, alguns ajustes de comportamento e no ambiente familiar ou escolar já surtiriam grandes efeitos positivos e geradores de melhores resultados de aprendizagem.

Ao seu turno, os psicólogos dizem frequentemente que há uma interação da formação individual do sujeito com o ambiente que o circunda. Com isso, querem dizer que os efeitos da constituição da criança dependem do ambiente e vice-versa (MUSSEN *et al.*, 2001).

No caso de escola, ao lado da família, e instituição considerada, para a criança de 06 a 12 anos, como um ambiente de proteção, em que se ela sente acolhida e onde vivenciará experiências imprescindíveis para seu desenvolvimento (CORREA, CARARA, 2017). Por isso, abordar o assunto da relação tripartite que envolve **família x escola x indivíduo** é importante para a sociedade como um todo, no sentido de que pode contribuir para que pais e professores compreendam e respeitem as dificuldades dos alunos.

As mudanças necessárias só terão consistência quando partirem de baixo para cima, ou seja, considerando-se a base da pirâmide social que é a família e, em seguida, a escola, que deve ajudar a família na formação de cidadãos conscientes, fornecendo padrões que sejam éticos e comportamentais à nova geração (CAMPBELL, 2015).

Desse modo, este estudo tem por objetivo central, compreender as causas emocionais que podem ocasionar as dificuldades no processo de aprendizagem em alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE APRENDIZAGEM E SEUS DISTÚRBIOS

A aprendizagem é um processo em que ocorre a mudança progressiva de comportamento devido a esforços contínuos dos indivíduos, os quais modificam sua disposição e capacidade, resultando em alterações de comportamento derivadas dessas experiências (PILETTI, 2009).

Para compreender o processo de aprendizagem, é fundamental conhecer como o homem vive, seus interesses, ideais, crenças, habilidades, enfim, as características que envolvem a maturação e a constituição das atitudes do indivíduo (CAMPOS, 2014). O fenômeno da aprendizagem acha-se dependente de inúmeras condições que, frequentemente, atuam inter-relacionadas. Assim, o interesse por determinada atividade pode estar associado ao ambiente sociocultural, à idade do indivíduo, a qualquer motivação que oriente seus comportamentos (CAMPOS, 2014).

Por outro lado, problemas de aprendizagem podem ser desencadeados por aspectos emocionais, familiares e até sociais, no entanto, é comum que as crianças sejam responsabilizadas por essas dificuldades, a ponto de serem discriminadas, rotuladas disso e daquilo, e até mesmo prejudicadas por diagnósticos e intervenções inadequados (SCOZ, 2002; CAMPOS, 2014).

Antes de prosseguir na discussão, é fundamental compreender o que são distúrbios de aprendizagens.

Conforme se vê no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-IV), tais distúrbios são disfunções que comprometem aspectos específicos do desempenho escolar do indivíduo, caracterizando-se como um obstáculo à sua aprendizagem e à assimilação de novos conteúdos. O nível de intensidade dos problemas pode variar, assim como as suas consequências, que vão desde baixo rendimento até a reprovação e o abandono da escola (TABILE, JACOMETO, 2017).

Por se tratarem de dificuldades pontuais, desencadeadas por uma disfunção geralmente de origem neurológica, o cérebro não apresenta

desfavorecimento físico, mas se trata de uma questão de melhorar as conexões emocionais.

Segundo Fonseca (2016), a ocorrência de certo distúrbio não indica que o indivíduo seja incapaz. Na verdade, praticamente todos os quadros são reversíveis, por meio de métodos de ensino diferenciados e mais adequados a cada caso.

As emoções impactam, portanto, as funções cognitivas e executivas da aprendizagem, podendo transformar positiva ou negativamente situações complexas e desafiadoras. Fonseca (2016) afirma que várias disfunções de saúde mental na escola podem ser vinculadas a estressores crônicos e de sofrimento emocional, já que alguns estudantes manifestam dificuldades de aprendizagem, geralmente quando não atingem as expectativas sociais, pois seu desenvolvimento neurológico é julgado atípico para os padrões convencionais de normalidade.

O autor salienta que a emoção orienta a aprendizagem e a acompanha, estabilizando processos cognitivos, conativos e executivos presentes no processo de elaboração do conhecimento e no comportamento diário. Na história do ser humano, a emoção faz parte da evolução do homem e, ao longo de sua trajetória, todas as ações e pensamentos (enquanto sinônimos de cognição) foram realçados pela emoção (FONSECA, 2016).

Segundo Almeida e colaboradores (2018), há competências que permitem lidar com as emoções, posto que são habilidades socioemocionais. Neste caso, porém, o cérebro humano, para funcionar perfeitamente, para abrir caminho às cognições, necessita de segurança afetiva. Ameaça, opressão, humilhação e desvalorização fazem com que o sistema límbico, presente no cérebro, bloqueie as ações de seus substratos cerebrais superiores corticais, dificultando, pois, o acesso às aprendizagens simbólicas e à resolução de problemas complexos (FONSECA, 2016).

Entre os aspectos apresentados, também a família acaba influenciando significativamente no desempenho escolar da criança, ao favorecer o aparecimento de emoções negativas. Assim, a aprendizagem pode ser comprometida por diversos fatores, tais como um desequilíbrio financeiro ou emocional na estrutura familiar; pela falta de estímulos sensoriais, afetivos, verbais; pelo desconhecimento

sobre a importância dos estágios de desenvolvimento do ser, pela falta de rotina de estudo (local apropriado, horário, ritmo individual) etc. (PATTO, 1997; TIBA, 2006).

Na escola, esses aspectos desencadeiam outras dificuldades, como o baixo desempenho cognitivo, problemas de comportamento, ansiedade, depressão, timidez exagerada, sentimento de inferioridade, hiperatividade, impulsividade e agressividade (CAMPBELL, 2015). Por esta razão é que experiências escolares mal sucedidas podem agravar esse contexto, já trabalhos e brincadeiras em grupo, opostamente, podem reduzir esses problemas comportamentais (JOSÉ; COELHO, 2010).

Conhecimentos fundamentais, como representações fonológicas e conhecimento ortográfico, podem gerar dificuldades que serão interpretadas como distúrbios, levando aos diagnósticos de problemas no rendimento escolar ou TDH – Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade. Porém, por esta ou por aquela razão, estas percepções apenas representam limitações em habilidades de leitura e escrita, por terem sido desenvolvidas de forma inadequada (ZORZI; CIASCA, 2008).

Cabe aos professores analisar e buscar soluções para os problemas educacionais.

No entanto, muitos assumem uma postura crítica e permeável a tudo, transferindo sua responsabilidade para especialistas da Saúde, Psicólogos e Psiquiatras. E, no lugar de refletirem sobre possíveis mudanças no processo pedagógico, deslocam o eixo de preocupação do coletivo para o particular (MOYSÉS, COLLARES, RIBEIRO, 2013).

De acordo com Campos (2014), sabemos que o profissional dedicado à investigação desses processos deve observar tanto as habilidades para o aprendizado como também a percepção, audição, visão e memória do indivíduo, ou seja, conhecimentos que possibilitem a compreensão dos meios necessários para levar ao sucesso dos alunos (SCOZ, 2002).

Mello (2003), por sua vez, defende que a capacitação profissional do professor permite reverter o quadro de insegurança e despreparo que desencadeia uma falsa diagnose ou a culpabilização do aluno pelo fracasso. Já, na área médica, a visão dominante, que era a de se considerar essas manifestações como sendo

decorrentes de doença mental, foi modificada com a incorporação de alguns conceitos psicanalíticos (SCOZ, 2002).

MÉTODOS

Realizamos um estudo transversal, de caráter exploratório, com delineamento analítico e de abordagem qualitativa, realizado com 10 professores de ambos os sexos, docentes do “Ensino Fundamental I”, lotados em duas escolas da rede pública e da rede privada, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

O *corpus* do estudo foi constituído por 03 professores da rede pública e por 07 da rede privada, todos do sexo feminino, que atuam em classes regulares de 1º. ao 5º anos do Ensino Fundamental.

Foram excluídos da pesquisa professores de salas especiais, compostas integralmente por crianças portadoras de qualquer deficiência física ou mental.

O projeto foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Paulista (UNIP) junto à Plataforma Brasil, devidamente aprovado sob o nº 2.444.158. Os dados foram coletados no mês de abril de 2018. O instrumento de coleta foi elaborado pelos autores e autoras e se caracterizou como um roteiro de entrevista semiestruturada, composto de 10 questões. Para conhecer o perfil da população de estudo foram feitas perguntas sobre idade, tempo de atuação, experiência com alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, especializações e atuação em escola pública e/ou particular.

A coleta de dados só foi realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas e transcritas e analisadas a partir da Teoria de “Análise de Conteúdo Categrorial”, de Minayo (2010), que propõe determinar núcleos de sentido (categorias) a partir de um trabalho textual interpretativo.

RESULTADOS

Com relação ao perfil dos participantes, foi constatado que todos realizaram cursos de especialização/pós-graduação *lato sensu*. Os dez professores afirmaram ter experiência com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Apenas três já trabalharam em outro tipo de instituição (P1 atuou em Projeto Social, com crianças de baixa renda; P5 trabalhou em hospitais e clínicas e P9 foi tutora em cursos de Educação a Distância, em nível Ensino Superior).

As idades variam de 40 a 62 anos, e o tempo de profissão entre 12 e 31 anos. Todas as informações encontram-se organizadas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Perfil das Participantes

DOCENTES	Tempo de Atuação	Idade	Especialização / Pós-Graduação	Escola pública ou particular	Já trabalhou em outro tipo de Inst. Diferente da atual?	Tem experiência com alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem?
P1	16	36	Sim	Particular	Sim	Sim
P2	30	50	Sim	Públ./Partic.	Não	Sim
P3	27	49	Sim	Pública	Não	Sim
P4	25	42	Sim	Particular	Não	Sim
P5	22	62	Sim	Pública	Sim	Sim
P6	26	45	Sim	Particular	Não	Sim
P7	12	40	Sim	Particular	Não	Sim
P8	18	53	Sim	Pública	Não	Sim
P9	24	43	Sim	Particular	Sim	Sim
P10	31	52	Sim	Particular	Não	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores e autoras

No questionamento sobre a que os participantes atribuiriam a dificuldade de aprendizagem dos alunos, na análise das respostas foram encontradas quatro categorias: excesso de estimulação (cinco indicações), família negligente (cinco), falta de autonomia do aluno (três), e falta de comunicação da criança com a família (uma indicação).

Os professores entrevistados atribuem o excesso de estimulação à quantidade de informação que pode ser acessada por esse público (P1, P2, P6, P7

e P10). Sobre essa exposição à informação, P1 acrescenta: “É muita informação, então, eles não sabem lidar com tudo isso”.

A questão familiar associada à responsabilidade da família apareceu também ao solicitarem fatores sociais que poderiam interferir nas dificuldades de aprendizagem dos alunos. A falta de atenção familiar, integrada ao nível social da família, foi indicada seis vezes; o nível social, por si só, para afetar a aprendizagem, foi citado duas vezes; e a superestimulação foi citada novamente, tendo uma indicação. Um participante não concordou com a condição de que fatores sociais interferem nas dificuldades de aprendizagem. P3 afirma sobre a condição de algumas famílias carentes: “Porque ela (a criança) não tem as necessidades básicas supridas, como você quer que ela aprenda?”.

A falta de atenção engloba também situações em que há dinheiro, porém, falta atenção e limite por parte dos pais: “a criança ganha tudo... antes de acabar o primeiro bimestre... ela já não tem quase nada” (P9); “... o que está afetando mais a aprendizagem da criança é mais o excesso de ter do que a falta de ter, né?” (P6)

A desigualdade social, especificamente, foi tema de uma pergunta que visava a conhecer se as diferenças de classes sociais poderiam influenciar no processo de aprendizagem. Sete professoras responderam que não; duas disseram que sim e uma não conseguiu se expressar adequadamente, confundindo-se e apresentando comentários que não respondiam ao que foi perguntado. Seguem citações exemplificando as respostas a essa pergunta:

P6: “Não. Porque se ele tem uma família que acompanha, que autoestima, no mínimo que ele tem, e ele tem essa capacidade, essa vontade”.

P7: “Não. Eu acredito que não, acho que vai tudo da criança e da vontade da família, né. Eu tenho várias crianças aí que vieram até de rede pública, mas que têm vontade, que eles colaboram, que eles, a criança faz a tarefa, a criança é interessada, a criança não tem falta na escola, a família está presente, são as crianças aí, que eu acredito que não”.

P4: “Sim. Então acho que interfere sim, pela oportunidade que as crianças têm. Os que são totalmente diferentes, o estímulo é totalmente diferente”.

P5: “Sim. Podem influenciar muito, porque, as classes sociais... Muitas vezes a criança, ela vê sempre o pai lendo jornal, lendo revista, a mãe lendo, participando de eventos, enquanto aquela outra criança não vê essas coisas, entendeu?”.

A estimulação, indicada na última citação, também foi considerada especificamente em uma questão da entrevista, quando se perguntou se crianças carentes de afeto e com pobreza de estimulação apresentariam dificuldade de desempenho nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nove participantes afirmaram que sim, como é o caso de P9: “Sim, crianças que não têm afetividade, ela apresenta problemas não só pedagógicos, mas ela apresenta dificuldade de relacionamento, dificuldade de diálogo... ela não vai aprender a ouvir, ela não vai aprender a partilhar...”.

Apenas um docente disse que isso dependeria do potencial do aluno e do esforço do professor: “Olha, nem sempre, viu! Porque tem criança que tem dificuldade de afeto e é bem pobre, mas elas têm, assim, um potencial bom de aprender, quer aprender. Ainda mais quando pega um professor bem engajado, eles aprendem” (P5).

Outro assunto abordado foi a questão de gênero, pois as pesquisadoras indagaram se havia um maior índice de dificuldades de aprendizagem comparando-se o desempenho de meninos e meninas. Oito participantes afirmaram que, de forma geral, não há diferenças e as manifestações podem oscilar de acordo com a turma, o ano etc., conforme citações a seguir:

P9: “Eu acredito que não, cada ano que passa é diferente, tem ano que aparece mais na sala meninas com problemas, tem anos que aparecem os meninos, então, não, não vejo diferença por conta de sexo, não”.

P10: “Creio que não, porque, às vezes, assim, tem salas, por exemplo, que os meninos são mais, né, tem uma... não sei se o grupo se fortalece um pouco mais”.

Apenas dois participantes responderam que meninos precisam de mais incentivo que meninas, como é o caso do P1: “Os meninos, eles precisam muito de um incentivo, todos eles precisam, mas os meninos, eles apresentam um grau de

maturidade diferente do das meninas, as meninas são mais maduras para colocar as suas dúvidas do que os meninos”.

Todos os participantes afirmaram que, nas atividades em grupo, as dificuldades de aprendizagem podem se manifestar de maneira mais acentuada, contudo também pode ser um momento importante para que os alunos interajam e um ajude o outro. P1 afirmou que alguns alunos com dificuldade respondem muito bem quando realizam atividades em grupo, e P3 esclareceu que, ao agrupar as crianças, sempre coloca alunos com dificuldade junto com alunos que sabem um pouco, para, segundo sua resposta, “puxar o outro, um ajudar o outro”. P5 também organiza os grupos dessa forma: “... esse vai ajudar aquele, aquele vai ajudar esse”.

Ao serem consultados sobre a influência das novas configurações de modelo de família no processo de aprendizagem, oito professoras afirmaram que não há interferência nesse processo e apenas duas acreditam que sim, as novas configurações de família podem afetar o processo de aprendizagem da criança:

P3: “Não, eu penso que o que é mais importante é o que a criança tem dentro de casa. Se a família observa a criança, se os pais são participativos. Criança precisa ter carinho”.

P4: “Acredito que não. Eu acho que o problema não é a configuração de família, eu acho que é a estrutura, independente se é homossexual, se homem com homem, mulher com mulher, o problema não é esse”.

P8: “Acredito que não. Hoje as configurações estão mudadas. E acredito que o mais importante da família é a afetividade. Pais que se preocupam e que acompanham o filho. O problema não é o tipo de família, e sim a atenção que é dada”.

P6: “Eu acredito que sim. Tem que ter um trabalho bem forte por causa de tudo isso, tem que ter uma estrutura, até dos amigos, porque uns vão aceitar tranquilos e tem gente que não aceita, porque existe todo tipo de preconceito. Por mais que a gente fale que não existe, que a gente queira falar que não existe entre crianças, que eles não percebem, eles percebem tudo isso. Eles já comentam, eles já perguntam, que vem, né!”

Complementando essas colocações sobre as relações familiares associadas às dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar, foi perguntado aos docentes se as atitudes e valores passados pelos pais podem influenciar na aprendizagem dos filhos. Nesta questão as respostas foram unânimes e todos afirmaram que sim, podem influenciar, inclusive, esclarecendo que o respeito à escola e aos professores é reflexo dessa educação proporcionada por essa relação. Seguem algumas citações:

P1: “Se não existe dentro do ambiente familiar esse respeito com a figura do professor, com a escola, com a educação, com a importância, se isso não existir dentro de casa, isso não vai existir aqui da criança, então é superdelicado, entendeu? Então essa parte é fundamental: a família”.

P3: “Eu acredito que sim, porque quando a gente percebe que a família é presente, que a família valoriza a escola, que a família cobra um comprometimento, o aluno, ele tem uma meta, ele é direcionado, não tem como fugir. Então, eu acredito que o apoio da família é fundamental”.

P6: “A família que dá atenção às coisas que o filho faz na escola, né! A família que participa, que se envolve, que toma conhecimento do que o filho está levando para casa, tanto nas atividades de registro, nos livros de leitura, que pergunta para o filho à medida que saiu da escola, para saber o que aconteceu na escola, que cobra do filho se ele aprendeu, que vai fazer uma atividade com ele, que tenha participação da família”.

P9: “Com certeza, se você não der o devido valor à escola, a criança também não vai dar, então, ela não vai ler, ela não vai realizar atividades, ela não vai realizar as tarefas, ela não vai trazer o que é pedido na sala de aula, ela não vai dar o mínimo de interesse, o mínimo de valor e importância para aquilo”.

Uma última questão referente ao papel da família tratou dos pais autoritários e de que maneira manifestações de controle e baixo nível de comunicação podem afetar o desempenho escolar das crianças. Cinco dos entrevistados declararam que crianças com esse controle apresentam insegurança e não são persistentes em buscar suas metas, como é o caso do P4, para quem

“os excessos são o que atrapalha, o excesso de permissividade e o excesso de autoritarismo, que é diferente de autoridade”; e P1, o qual disse que “essa insegurança, ela vai ser uma constância, porque a criança vai depender o tempo inteiro de uma autoafirmação de outra pessoa, por medo”.

Já quatro professores, por outro lado, acreditam que, exatamente pelo medo dos pais, a criança acaba tendo que buscar não fracassar. Essa é a compreensão de P3, que afirma: “Eu acho que não, eu acho que, de repente, com um pai controlador, a criança acaba indo, às vezes, até por medo, né? Ela acaba sendo responsável e comprometida por medo... eu acredito que isso aí não vai tirar a meta dela, não”.

Apenas um professor não conseguiu responder a questão, mostrando-se confuso na formulação da mesma.

Finalmente, quando questionados sobre quais critérios os professores utilizavam para verificar se uma criança apresentava dificuldade no processo de aprendizagem, oito disseram que necessitam de uma sondagem adequada e avaliações constantes. Apenas um participante afirmou que se baseia na falta de autonomia da criança e um não conseguiu responder ao que foi perguntado, confundindo-se novamente nas respostas. Seguem algumas respostas:

P5: “Bom, na primeira semana de aula a gente sempre faz aquelas sondagens. Primeira semana, às vezes, tem no primeiro mês, um mês e meio vai fazendo sondagem”.

P8: “A gente faz avaliação constante, tem que avaliar diariamente, a gente faz isso”.

P10: “Bom, nós temos assim, as sondagens que são processos escritos, que a gente tem uma dinâmica para trabalhar, o conhecimento da criança escrito, partindo daquilo que eles conhecem, então, partindo de uma semana de aula, a gente já tem um pouco do conhecimento sobre a criança, depois a gente foca para conhecimento específico, seja português, matemática, o geral a gente acaba tendo na hora, então, isso é uma verificação por escrito”.

P4: “A gente avalia o relacionamento dele com os amigos, a gente avalia a autonomia dele resolver seus próprios pertences, para resolução de problemas simples, como, por exemplo, buscar uma caneta cor-de-rosa na secretaria”.

DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo revelam que os docentes entrevistados apontam o excesso de estimulação e informação e também a negligência familiar como situações que contribuem para dificuldades de aprendizagem manifestadas em ambiente escolar.

Corroborando este fato, Fraiman (2013), momento em que atribui a dificuldade de concentração de alguns alunos à convivência com famílias dispersas e desatentas, que não estabelecem rotinas, tampouco ensinam regras básicas e regularidade de vida a suas crianças. Segundo o autor, o ser humano reflete uma somatória de hábitos e aprendizagens, de acordo com suas experiências. Nessa compreensão, filhos de pais participativos costumam ter melhor desempenho na escola, são mais esforçados, determinados e comportados em sala e aula, apresentam melhor relação interpessoal, são mais extrovertidos, apresentam afetividades positivas e, portanto, são mais felizes (FRAIMAN, 2013).

Tiba (2006) determina que, para favorecer o aprendizado, é importante estabelecer local e horário de estudo, assim como intervalos e tempo de dedicação.

As teorias de Hanns (2015) complementam essa ideia, pois apontam seis lições de vida a serem transmitidas pelos pais aos filhos: almejar autonomia; ter capacidade de planejar e perseguir metas; ter habilidade para interpretar; saber lidar com frustrações; ser flexível e perceber seus próprios sentimentos.

Não se trata de controlar de modo excessivo ou agir de forma autoritária com os filhos, visto que, de acordo com metade dos entrevistados (mais exatamente dizendo, cinco deles), isso pode afetar a obstinação, a tenacidade dessas crianças.

Nas entrevistas realizadas, todos os participantes salientaram que atitudes e valores passados pelos pais influenciam a aprendizagem e o comportamento dos filhos na escola. Assim, também, oito professores consultados afirmaram que novas configurações familiares não comprometem o processo de aprendizagem, pois, como visto, segundo os participantes, a afetividade e carinho familiar e a atenção dada à criança são fundamentais nesse processo de aprendizagem.

Campbell (2015) considera que o baixo desempenho educacional pode ser decorrente de dificuldades comportamentais e emocionais das crianças, pois esses problemas afetam os sentimentos e manifestam-se por meio de depressão, angústia, timidez exagerada e baixa autoestima. Podem ser expressos também por comportamentos agressivos, impulsividade ou hiperatividade.

A falta de estímulo familiar, assim como o nível social da família, foram apontados como fatores sociais que interferem nas dificuldades de aprendizagem pelos entrevistados. Embora sete participantes tenham afirmado que a classe social à qual a criança pertence não influencia no processo de aprendizagem, nove dos professores entrevistados acredita que crianças carentes de estimulação podem apresentar dificuldades. Isso se explica, pois o ambiente escolar reflete as dificuldades externas vivenciadas pelas crianças (MONDIN, 2005): carência afetiva, vida social restrita, superproteção podem gerar timidez e afetar a autoconfiança; por outro lado, a pobreza também pode aumentar a vulnerabilidade da criança, causando subnutrição, privação social e, conseqüentemente, desvantagem educacional (ZIMMERMAN; ARRUNKUMAR, 1994).

Como se vê, a declaração dos participantes de que o nível social do aluno não influencia no sucesso da aprendizagem contrapõe-se à compreensão dos autores citados, o que é reforçado por Oliveira e Rueda (2015), pois esses acreditam que o contexto social é determinante no desenvolvimento de habilidades sociais. Também para Gonçalves e colaboradores (2017), fatores associados ao ambiente familiar desestruturado, assim como a precariedade e a insalubridade estão relacionadas diretamente às dificuldades de aprendizagem.

O relato de oito professores mostra que, para eles, não há diferenças entre o desempenho de meninas e meninos com relação à aprendizagem, o que corrobora com a declaração de Bettina Hannover, para quem estereótipos

relacionados ao desempenho superior de meninas ou meninos em determinadas disciplinas, assim como para manusear objetos com maior agilidade ou até em relacionamentos interpessoais podem impactar severamente a aprendizagem das crianças.

Para esta psicóloga alemã, a expectativa dos educadores perante os sexos acaba influenciando o comportamento dos alunos, quando o correto é garantir que ambos os sexos tenham oportunidade de aprender (SOARES, 2014).

Nas entrevistas, os professores apontaram que a dificuldade de trabalhar em grupo também prejudica o processo de aprendizagem de alguns alunos, seja por falta de maturidade ou complicações individuais. Por outro lado, a falta de autonomia foi apontada como um dos critérios utilizados pelos docentes para verificar se a criança apresenta dificuldades na aprendizagem. De qualquer forma, foi citada pela maioria dos docentes (oito) a necessidade de sondagem adequada por parte do professor, verificando no aluno os problemas apresentados nas aulas.

Campbell (2015) afirma que a atuação do professor é fundamental para o desempenho do aluno, inclusive, para que a criança obtenha autonomia, evolua no processo de aprender e alcance um nível elevado de conhecimento, é imprescindível a interação entre professor e aluno.

Ademais, cabe ao professor observar constantemente esse aluno em sala de aula, verificando, junto aos pais, à direção e a outros profissionais, se efetivamente há um problema na aprendizagem, para que a criança não sofra com estigmas e rótulos de portadora de dificuldades na aprendizagem.

Caso seja confirmado o distúrbio, entende-se que todos os envolvidos (pais, professores, profissionais da área da saúde) devem colaborar para que ocorra um processo educativo eficiente e significativo para esse aluno (TABLE, JACOMETO, 2017).

Para tais autores, o docente necessita também ter conhecimentos teóricos e habilidades para identificar e interceder quando haja conflitos e crises emocionais, promovendo um clima de segurança e confiança para cada aluno, de maneira a propiciar liberdade de expressão e equilíbrio emocional (TABLE, JACOMETO, 2017).

Isso se justifica, pois as emoções são intrínsecas às funções de atenção, apreensão, focagem, motivação, conscientização e significação, que perpassam as várias fases do processo de aprendizagem (FONSECA, 2016).

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos docentes atribuem as dificuldades de aprendizagem apresentadas no ambiente escolar a aspectos emocionais relacionados ao convívio familiar ou à negligência da família, como carência de afeto, estimulação e atenção. De acordo com os participantes, isso não inclui as questões econômicas, pois sete dos dez entrevistados acreditam que diferenças de classes sociais não afetam diretamente o desempenho do aluno, apenas se essa condição está associada à falta de atenção dos pais ou responsáveis.

A complexidade em lidar com o excesso de informações e estímulos disponíveis em meios de comunicação também foi citada.

As novas configurações de família, assim como a questão do gênero, segundo os professores, não interferem na aprendizagem, mas, sim, a falta de atitudes e valores positivos que devem ser transmitidos pelos pais no ambiente familiar. Conviver com pais autoritários, em contextos com baixo nível de comunicação, pode afetar a autoestima da criança e, conseqüentemente, gerar insegurança, comprometendo seu desempenho escolar. Todos os participantes concordam que, em grupo, como ocorre na escola, as dificuldades tendem a se acentuar, por isso cabe ao professor analisar constantemente os sinais manifestados pelos alunos, a fim de avaliar a presença ou não de dificuldades de aprendizagem.

Salienta-se que a eficácia da aprendizagem depende de boa saúde física e emocional do aluno, porém, o ambiente escolar também pode comprometer essa condição, por isso o professor tem um papel fundamental, não só em avaliar e acompanhar constantemente essas crianças, para auxiliá-las em suas dificuldades, mas, também, o de proporcionar um ambiente saudável e estimulante de convívio e aprendizado. Cabe ao professor perceber e intervir em situações conflitantes e de

crises emocionais, construindo estratégias que gerem um clima de confiança, segurança e respeito a cada indivíduo.

Em suma, o presente trabalho pode servir de estímulo para que não só profissionais de educação, mas pais e a sociedade tenham um olhar reflexivo para as causas emocionais envolvidas no processo de aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. *et al.* Educação infantil e desempenho cognitivo e socioemocional. *Rev. Psicopedagogia*, v. 35, n. 108, p. 281-295, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n108/04.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAMPBELL, S. *Agressividade, agressão e violência no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

CAMPOS, D. M. S. *Psicologia da Aprendizagem*. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CORREA, L. F.; CARARA, M. L. *Dificuldades de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar*. Monografia (Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça/SC, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FONSECA, V. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. *Rev. Psicopedagogia*, v. 33, n. 102, p. 365-384, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n102/14.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FRAIMAN, L. *Como ensinar bem as crianças e adolescentes de hoje: teoria prática*. São Paulo: Esfera, 2013.

GONÇALVES, G. dos S. *et al.* Análise dos fatores que causam dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental. *Revista Espacios*, v. 38, n. 60, p. 11-23, 2017. Disponível em: www.revistaespacios.com/a17v38n60/a17v38n60p11.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

HANNS, L. *A arte de dar limites: como mudar atitudes de crianças e adolescentes*. São Paulo: Paralela, 2015.

JOSÉ, E. da A.; COELHO, M.T. *Problemas de Aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2010.

MELLO, G. N. *Magistério de 1º grau da Competência Técnica ao Compromisso Político*. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONDIN, E. M. C. Interações afetivas na família e na pré-escola. *Estudos de Psicologia*, v. 10, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n1/28016.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MOYSES, M. A.; COLLARES, C. A. L.; RIBEIRO, M. C. F. *Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MUSSEN, P. *et al. Desenvolvimento e Personalidade da Criança*. São Paulo: Harbra, 2001.

OLIVEIRA, L. F. de; RUEDA, J. L. A relação entre habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem. *Educação Básica Revista*, v. 1, n. 1, p. 35-48, 2015. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/viewFile/47/129>. Acesso em: 24 jun. 2019.

PATTO, M. H. S. *A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro: Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PILETTI, N. *Psicologia Educacional*. São Paulo: Ática, 2009.

SCOZ, B. *Psicopedagogia e Realidade Escolar*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOARES, W. Bettina Hannover fala sobre gênero e aprendizagem. *Nova Escola*, 1 out. 2014. Disponível em: novaescola.org.br/conteudo/874/bettina-hannover-fala-sobre-genero-e-aprendizagem. Acesso em: 20 jun. 2019.

TABILE, A. F.; JACOMETO, M. C. D. Fatores influenciadores no processo de aprendizagem. *Rev. Psicopedagogia*, v. 34, n. 103, p. 75-86, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n103/08.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

TIBA, I. *Disciplina, limite na medida certa: novos paradigmas*. São Paulo: Integrare, 2006.

ZIMMERMAN, M. A.; ARUNKUMAR, R. Resiliency research: implications for schools and policy. *Social Policy Report*, v. 8, n. 1, 1994. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/j.2379-3988.1994.tb00032.x>. Acesso em: 24 mar. 2017.

ZORZI, J. CIASCA, S. Caracterização dos erros ortográficos em crianças com transtorno de aprendizagem. *Revista CEFAC*, São Paulo v. 10. n. 3 , 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v10n3/v10n3a07>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MARKETING DE RELACIONAMENTO: QUAIS SUAS DIRETRIZES E COMO AS EMPRESAS AS UTILIZAM PARA A CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

[doi: 10.33726/akedia2447-7656v8a52019p57-71](https://doi.org/10.33726/akedia2447-7656v8a52019p57-71)

ALVES, Rafael¹
ALEXANDRE, Kethi Cristina do Rosário Squecola²
CARVALHO, Celso Almeida de³

RESUMO: O presente estudo se preocupa em dimensionar o traçado do eventual descompasso entre as transformações sociais, tecnológicas e as adaptações solicitadas às empresas neste contexto para se manterem competitivas no mercado. Nesse cenário, o sucesso pode se vincular a estratégias como as previstas pelo *marketing* de relacionamento, por meio do qual se deve saber identificar essas mudanças, posto que apresenta ferramentas de apoio à criação de valor para os clientes da organização. A partir de uma abordagem histórica da linha evolutiva do *marketing*, pode-se perceber que o mercado exigiu que a mercadologia sofresse uma mutação, a fim de que pudesse atender às expectativas dos consumidores, agora, mais exigentes e críticos em sua relação com os serviços e produtos oferecidos. Como *corpus* desta análise do *marketing* de relacionamento, adotamos a captação e a fidelização de clientes. Como resultado desta investigação, evidenciou-se a relevância do *marketing* de relacionamento dentro desse panorama, sendo que o mesmo consegue proporcionar benefícios para ambas as partes da relação e assim, fortalecer as empresas e a consequente obtenção de implicações satisfatórias e mais competitivas.

PALAVRAS-CHAVE: *Marketing* de relacionamento, clientes, captação, fidelização

ABSTRACT: This study has a perspective on the dimensions of the path of a possible mismatch between social, technological and adaptive transformations for companies in this context to remain competitive in the market. In this scenario, success can be linked to strategies such as those envisioned by relationship marketing, through which to identify these changes, and the tools that support the creation of value for the organization's customers. From a historical approach to the evolutionary line of marketing, it can be seen that the marketplace required that the marketplace mutate so that it could meet the expectations of the now more demanding and service-critical consumers. And products offered. As a corpus of this relationship marketing analysis, we adopted customer acquisition and loyalty. As a result of this investigation, the relevance of relationship marketing within this scenario was evidenced, and it can provide benefits for both parts of the relationship and thus strengthen companies and consequently obtain satisfactory and more competitive implications.

KEYWORDS: Relationship marketing, customers, captation, loyalty

¹MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Paulista – UNIP. Contato: rafael.alves@cclinet.com.br

²Mestre em Gestão em Saúde e em Enfermagem. Docente da Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP. Contato: kethicris@hotmail.com

³Bacharel em Administração pela UNIFEB. Contato: celsouemg@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O cenário globalizado e tecnológico em que a sociedade atual se encontra, é bombardeado por um excesso de informações, apelos e novas ofertas que surgem frequentemente no mercado. Dessa maneira, é essencial, para a manutenção e crescimento de uma organização, que ela saiba gerir a sua clientela, além de ser capaz de manter os seus clientes atuais e conquistar futuros consumidores.

Cabe às empresas, determinar o seu diferencial competitivo nos mercados em mutação, definir suas estratégias de sustentabilidade, e desenvolver a capacidade de suprir relações firmes e duradouras com os clientes. É essencial dar a devida importância a dois princípios vitais na gestão organizacional e no planejamento estratégico das empresas: a captação e a fidelização.

O *marketing* é fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento, pois permite que o cliente seja conquistado em todas as etapas da venda, criando uma relação mútua de confiança, com comunicação transparente e totalmente direcionada.

Por isso, a mercadologia de relacionamento visa manter-se em constante contato com a as dinâmicas de transformação dos mercados e dos clientes, por meio de um conjunto de estratégias de construção e difusão das marcas, de prospecção, de fidelização e de criação de autoridade no mercado, tornando a empresa viável em uma relação em longo prazo com os seus clientes, fixando seus produtos e serviços na mente dos consumidores.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo, analisar panoramicamente o mercado atual, as necessidades que as empresas possuem para se manterem ativas e relevantes no presente cenário, e traçar a importância que o *marketing* de relacionamento pode representar para a consolidação da eficácia do seu funcionamento.

REFERENCIAL TEÓRICO: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO *MARKETING* DE RELACIONAMENTO

O *marketing* está intimamente ligado à história da humanidade e à sua evolução. Já, nas premissas da Revolução Industrial, a partir de 1780, momento em que se deu início à concorrência das empresas para oferecerem seus produtos pelo

menor preço do mercado, notou-se que a produção industrial não poderia ser independente, isto é, não se daria sem levar em consideração as necessidades e desejos dos consumidores.

Para Horquen (2009, p. 13), o desenvolvimento industrial proporcionou a ampliação dos mercados e do capitalismo industrial, cedendo espaço ao capitalismo financeiro, fazendo surgir, assim, instituições financeiras e os bancos.

No fim da I Guerra Mundial, após 1918, houve um avanço industrial de grandes proporções, devido aos excedentes de produção bélica, os quais necessitavam ser escoados dos estoques, visto que sem o advento da Guerra, cada vez mais se acumulavam.

Dessa forma, a concentração foi total em promover e vender tudo aquilo que foi produzido, mesmo que não fosse necessariamente o que o mercado necessitava comprar.

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, começaram a se aplicar as estratégias de guerra ao campo mercadológico. Assim, novos materiais, fontes de energia, tecnologias e canais de comunicação entraram na cena do mercado, o que levou a uma sofisticação dos produtos e dos processos de produção, enquanto que, ao mesmo tempo, houve uma queda nos padrões de consumo e perda do poder aquisitivo da população, devido à escassez de recursos, contingência natural num pós-guerra.

Assim, as propagandas começaram a fazer uso de apelos mais psicológicos, fortalecendo-se nelas práticas mercadológicas. Essa época ficou conhecida como a “Era das Vendas”, que durou até cerca de 1950, e nesse panorama, surgiram as primeiras táticas de campanhas publicitárias, como propagandas, promoções de vendas e vendas pessoais, para tentar encontrar clientes para que fossem ávidos pelos estoques ainda não vendidos.

No Brasil, o *marketing* se iniciou efetivamente na década de 50 do século XX, com uma economia dominada pelos setores comercial e agrícola, e com os consumidores ainda não habilitados ao consumo de produtos industriais refinados. As mercadorias eram consumidas sem se questionar a sua qualidade, e com uma demanda passiva e pouco criteriosa.

Esse contexto começou a se alterar, no final de década de 1960, alavancado pelo crescimento de um mercado jovem, que estava insaciável pelo lançamento de

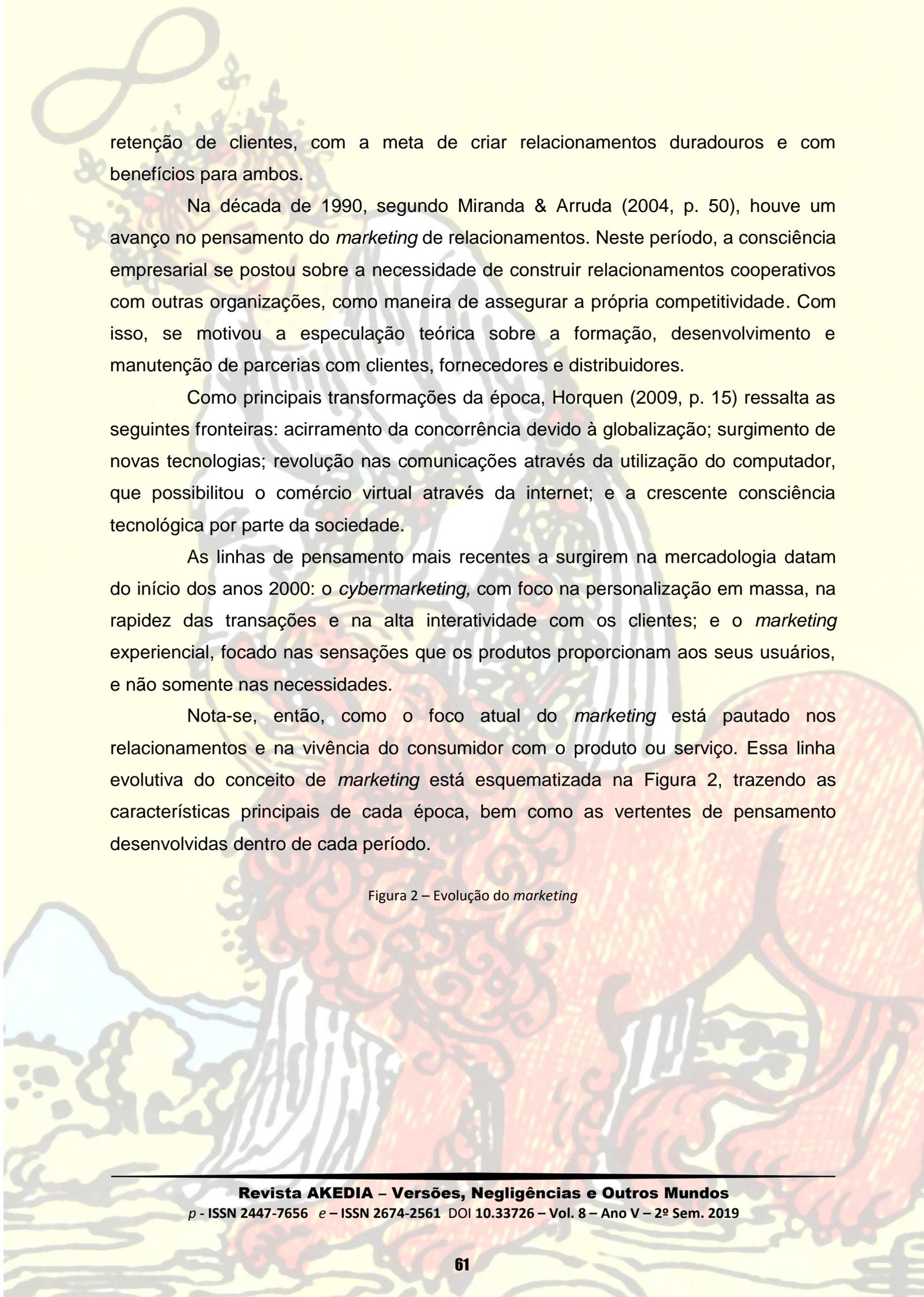
novas mercadorias. De acordo com Oliveira (2004, p. 39), a industrialização levou ao aumento da oferta de produtos. Surgiram os “produtos-vedete”, como os eletrodomésticos, entre eles o aparelho de televisão, fazendo crescer a concorrência, o que, por sua vez, levou os profissionais de mercado a se preocuparem cada vez mais com o consumidor. O *marketing* de relacionamentos passou, então, a não mais ser centrado no produto, e sim na tática orientada ao consumidor.

Um fato a ser destacado nesse período, é a criação, nos Estados Unidos, do “Código de Defesa do Consumidor” (com a criação do *Consumers Union*, em 1930), que passou a ser protegido por Leis específicas, regendo condutas no sentido de que as empresas respondessem pelas reclamações e exigências dos consumidores, sendo esse um dos primeiros marcos a ajudar a desenvolver o conceito de *marketing* de relacionamentos na compreensão contemporânea da expressão.

A década de 1970 balizou o início da mudança na forma de pensar e agir dos consumidores, que começaram a comparar preços, ficarem mais atentos à qualidade dos produtos e a se preocuparem mais com o orçamento familiar, passando o cerne do *marketing* a ser a propaganda, e não mais apenas as vendas.

O governo, as organizações civis, as entidades religiosas e os partidos políticos passaram a valer-se das estratégias mercadológicas, adaptando-as às suas realidades e necessidades. Segundo Oliveira (2004, p. 39), as empresas começaram a definir seu público-alvo por meio de estratégias de segmentação e com o apoio de pesquisas de mercado. A ideia dominante era a de que diferentes grupos de consumidores possuíam diferentes perfis e interesses, e estes precisavam ser identificados e atendidos. A maneira de se fazer isso era comunicando-lhes a existência do produto certo, por meio da publicidade.

Na década de 1980, os consumidores passaram a ser mais seletivos, devido aos altos índices de inflação e de corrosão salarial. Desse modo, o *marketing* começou a ser de responsabilidade não apenas de um setor da empresa, mas, sim, da alta Direção das companhias, visto que os estudos de mercado eram capazes de integrar todos os departamentos de uma organização em busca de fazê-la atingir os seus objetivos. Nessa época, então, é que surgiu mais fortemente o pensamento sobre *marketing* de relacionamento, inicialmente focado na lealdade, na satisfação e na



retenção de clientes, com a meta de criar relacionamentos duradouros e com benefícios para ambos.

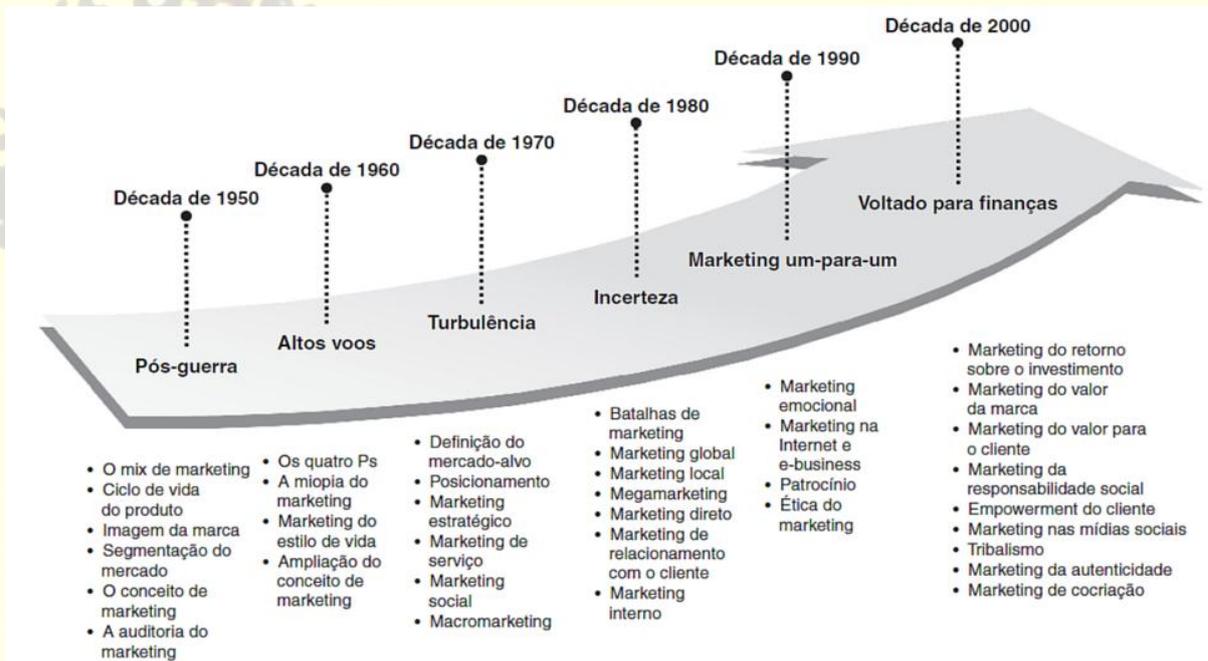
Na década de 1990, segundo Miranda & Arruda (2004, p. 50), houve um avanço no pensamento do *marketing* de relacionamentos. Neste período, a consciência empresarial se postou sobre a necessidade de construir relacionamentos cooperativos com outras organizações, como maneira de assegurar a própria competitividade. Com isso, se motivou a especulação teórica sobre a formação, desenvolvimento e manutenção de parcerias com clientes, fornecedores e distribuidores.

Como principais transformações da época, Horquen (2009, p. 15) ressalta as seguintes fronteiras: acirramento da concorrência devido à globalização; surgimento de novas tecnologias; revolução nas comunicações através da utilização do computador, que possibilitou o comércio virtual através da internet; e a crescente consciência tecnológica por parte da sociedade.

As linhas de pensamento mais recentes a surgirem na mercadologia datam do início dos anos 2000: o *cybermarketing*, com foco na personalização em massa, na rapidez das transações e na alta interatividade com os clientes; e o *marketing* experiencial, focado nas sensações que os produtos proporcionam aos seus usuários, e não somente nas necessidades.

Nota-se, então, como o foco atual do *marketing* está pautado nos relacionamentos e na vivência do consumidor com o produto ou serviço. Essa linha evolutiva do conceito de *marketing* está esquematizada na Figura 2, trazendo as características principais de cada época, bem como as vertentes de pensamento desenvolvidas dentro de cada período.

Figura 2 – Evolução do *marketing*



Fonte: Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010, p. 32)

Os tipos de clientes

O cliente é conceituado como a pessoa que adquire produtos ou serviços das organizações, quer seja para consumo próprio, quer para a distribuição, sendo o cliente a pessoa mais importante para qualquer tipo de negócio. É a razão pela qual um empreendimento entra em exercício; é o motivo pelo qual as empresas mantêm suas portas abertas. Os principais tipos de clientes que uma empresa possui, e que o *marketing* deve ser capaz de atingir, são: cliente externo, interno, da concorrência e cliente pessoal.

O cliente externo é aquele que sofre o impacto direto dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, pagando por eles sem participar do processo de produção. É aquele que mantém a empresa financeiramente, ao adquirir seus produtos e mão de obra, desejando ter as suas necessidades correspondidas com serviços de valor e qualidade. Assim, Bogmann (2000, p. 37), propôs uma tipologia do cliente externo, de acordo com o perfil de sua fidelidade, a ser conhecida:

- ✓ *Prospects*: pessoas que podem estar interessadas em comprar de uma empresa;
- ✓ *Shoppers*: pessoas que visitaram a empresa pelo menos uma vez;
- ✓ Clientes eventuais: pessoas que adquiriram um ou mais produtos ou serviços da empresa;

- ✓ Clientes regulares: pessoas que adquirem regularmente os produtos ou serviços de determinada organização; e,
- ✓ Defensores: pessoas que elogiam a qualidade do negócio a quem quiser ouvir.

O cliente interno é todo aquele que faz parte do dia a dia do ambiente de trabalho, seja em qualquer área ou hierarquia da empresa, desde que influencie no processo produtivo e no fornecimento de serviços, sendo a chave mestra para a qualidade total do negócio. Para Marques (1997, p. 152), o cliente interno é o principal responsável pela qualidade percebida pelo cliente externo e pelo corrente de clientes internos.

Logo, o *marketing* de relacionamento começa já dentro da empresa, pois se a corporação deseja conquistar a fidelidades dos seus clientes, precisa primeiro valorizar e fidelizar os internos. Quando um cliente dialoga com algum funcionário da empresa, imagina dialogar com a própria empresa, por isso, os clientes internos devem estar totalmente aptos a atendê-los com atenção e respeito, tendo autonomia e responsabilidade para poder falar em nome da empresa.

Não se aceita mais que uma empresa se concentre no seu cliente, sem que haja a mesma atenção para com seus funcionários, a opinião do cliente interno é tão valiosa quanto a do externo. Bogmann (2000, p. 40) elenca outros fatores determinantes para a criação de uma mentalidade de cooperação entre os clientes internos:

- ✓ Criação de uma declaração de valores e de visão da empresa;
- ✓ Envolvimento dos funcionários;
- ✓ Desenvolvimento de um processo de clientes internos;
- ✓ Desenvolvimento de habilidades de cooperação;
- ✓ Criação de ambientes competitivos positivos;
- ✓ Criação de uma estrutura organizacional que apoie o trabalho com os clientes; e,
- ✓ Criação de uma infraestrutura que apoie o trabalho com os clientes, sendo o ponto central o sistema de reconhecimento e recompensa.

Os clientes da concorrência são os que não compram de uma empresa, e sim da sua concorrente. Juntamente com os clientes externos formam a massa de clientes ativos conhecidos como mercado atual. É de suma importância fazer uma avaliação desse tipo de cliente, para descobrir o que os leva a comprar da concorrência, e conseguir uma forma de conquista-los.

A concorrência pode ainda ser dividida em dois grupos: os concorrentes diretos, que são aqueles que oferecem os mesmos produtos e serviços, na mesma faixa de preço, e com pontos de vendas semelhantes, atingindo o mesmo público-alvo; e os concorrentes indiretos, que são os que não oferecerem o mesmo tipo de produto ou serviço, mas que atingem o mesmo perfil de público-alvo através de estratégias que acabam por influenciar na decisão final do consumidor, ou seja, são concorrentes em nível institucional.

O cliente como pilar do *marketing* de relacionamento

O cliente é o pilar da mercadologia de relacionamentos da organização. Com o cliente se deve construir uma parceria permanente, oferecendo-lhe valor e satisfação, mantendo as transações nível elevado de qualidade para estimular a fidelidade e a satisfação, de modo que se atinja a satisfação do cliente antes de se buscar o lucro e a rentabilização corporativa.

Segundo McKenna (1997, p. 45), o posicionamento do *marketing* de relacionamento começa com o consumidor analisando o que pensam sobre os produtos e empresas, comparando-os com outros produtos e empresas.

Um dos principais pontos que deve ser levado em consideração ao se estudar o relacionamento entre *marketing* e clientes, é que é cinco vezes mais caro recrutar novos clientes do que manter os que já existem, situação essa que pode ocasionar problemas no orçamento de qualquer empresa:

Hoje, as empresas de maior destaque fazem de tudo para manter seus clientes. Muitos mercados atingiram a maturidade, e não há muitos clientes novos para se captar. A competição é cada vez maior, e os custos para atrair novos clientes sobem cada vez mais. Nesses mercados poderia custar até cinco vezes mais atrair um novo cliente do que custa manter um cliente atual satisfeito. Um *marketing* agressivo custa mais do que um *marketing* defensivo, pois exige um enorme investimento para afastar os clientes satisfeitos dos concorrentes e ganhá-los para si (BOGMANN, 2000, p. 47).

Portanto, deve haver um cuidado especial com a perda de clientes, buscando-se sempre medidas que reduzam esse índice de deserção. Faz-se necessário identificar o motivo que origina essa perda, pois clientes que abandonaram a empresa

por motivo de satisfação podem ser recuperáveis, desde que se adote a correta solução para o estancamento do problema.

Um cliente não se tornará satisfeito apenas por ter feito uma boa compra, mas, sim, por toda a experiência vivida, desde o momento em que é concebido o negócio, passando pela solução do problema enfrentado pelo cliente. Assim, o atendimento oferecido, os aspectos comerciais e a capacidade de negociação, a velocidade em que tal problema foi solucionado, e a reincidência da qualidade contam.

Segundo De Nascimento (2012, p. 28), existe, portanto, uma relação causal entre a qualidade de um produto ou serviço e a satisfação do cliente, sendo que a qualidade antecede a satisfação, ao se pressupor, dentro do contexto descrito, a qualidade como o atendimento das expectativas, e a satisfação, como resultado dos benefícios que realmente são recebidos pelo cliente.

De acordo com Klein (2009, p. 39), um atendimento falho põe em risco todos os esforços e recursos empreendidos numa campanha de *marketing* de relacionamentos. É preciso investir tempo e dinheiro em uma adequada estrutura de atendimento, pois é aí que se firma a boa imagem da empresa, que se consolida a conquista do cliente e, principalmente, que se fazem negócios.

Para tanto é preciso estar atento aos oito componentes do *marketing* de relacionamento. Gordon (1999, p. 45), então, elenca os oito componentes principais do *marketing* de relacionamento, que devem estar ajustados entre a empresa e seus clientes. Quais sejam; 1) culturas e valores; 2) liderança; 3) estratégia; 4) estrutura; 5) pessoal; 6) tecnologia; 7) conhecimento e percepção; e, 8) processos.

Segundo Monteiro (2003, p. 35), o *marketing* de relacionamento convida o cliente para dentro da empresa, por meio da cadeia de valor. Com ele, apaga-se a linha que limita onde começa o cliente e onde termina a empresa. Assim, a empresa se organiza de maneira diferente, muda seu sistema de incentivos e procura transformar todos os demais aspectos da rotina administrativa para torná-la mais capaz de ligar-se intensamente aos seus clientes, envolvendo-os no desenvolvimento do produto, construindo uma agregação de vantagens individuais e personalizadas, se concentrando nos processos e em tudo aquilo que é necessário para o aprimoramento dos relacionamentos.

Customer Relationship Management

Para sustentar as estratégias do *marketing* de relacionamento desenvolvidas pelas empresas, é que surgiu, no universo empresarial, o conceito de CRM – “Customer Relationship Management” – que é que uma expressão aplicada para o gerenciamento do relacionamento com o cliente, sendo mais do que simples *softwares*, mas, sim, uma ferramenta que capta a essência dos sistemas informatizados que ajudam nessa tarefa, antecipando as necessidades e potenciais da empresa, além de exigir uma mudança de comportamento organizacional:

Compreende-se que essa tecnologia é a primeira tarefa de uma organização para que ela possa ter êxito no mercado, atrair e fidelizar seus clientes, pois só assim poderá sobreviver no mercado atual tão competitivo. As organizações devem saber gerenciar ao máximo as diferenças existentes entre a variedade de clientes que sua empresa trabalha, para que possam entender cada um deles, agradando da melhor forma possível, como se fosse o único, ou o último cliente da face da terra (CASTRO, 2015, p. 02).

O CRM surgiu, inicialmente, na década de 70, a partir de programas simples que realizavam o auxílio aos relacionamentos. A partir da década de 1990, as empresas lançaram mão desse sistema para auxiliar o gerenciamento geral dos clientes, devido à alta demanda por tecnologias que otimizavam esse quadro.

Ao longo dos anos, diversas funcionalidades foram se incorporando a esses *softwares*, que atualmente são extremamente comuns e necessários no meio empresarial (SANTOS *et al.*, 2009).

O CRM, por sua vez, pode ser dividido em 04 tipos:

- ✓ CRM operacional: visa os canais de relacionamento, atuando como interface e integração dos sistemas de *back-office* e *front-office*, incluindo automação da força de vendas, *marketing* empresarial e suporte ao cliente;
- ✓ CRM analítico: utiliza os dados e informações coletados dos clientes, para analisar comportamento, correlações, e tendências, gerando assim conhecimento voltado aos negócios para implementação das estratégias;
- ✓ CRM colaborativo: integra as demais funções, através de serviços colaborativos como edição personalizada, e-mails, comunidades, conferências, e centros de interação, com foco em promover a comunicação entre os diversos setores de *marketing* da empresa, para obtenção do valor do cliente; e,

✓ CRM estratégico: utiliza dos outros tipos para definir planos de ação, idealizar novos produtos, serviços ou promoções, segmentação de cliente, e tudo mais que envolve atingir os objetivos definidos pela empresa, através de uma análise de tecnologia e usabilidade.

Para que o CRM seja implantado com sucesso pelas organizações, Zenone (2007), e Peppers, Rogers (2004), demonstram algumas ferramentas que são indispensáveis, e que devem estar diretamente integradas a todo o processo:

✓ ERP – “Enterprise Resource Planning”: são sistemas integrados de gestão empresarial, cujo objetivo é o controle e provimento de suporte aos processos operacionais, produtivos, administrativos e comerciais dentro de uma empresa;

✓ *Data Warehouse*: é um banco de dados responsável por integrar e gerenciar as informações dos bancos de dados corporativos, dessa forma, tornando-os acessíveis em tempo real para o seu gerenciamento e uso;

✓ *Data Mining*: tem como fonte de dados o *data warehouse*, identificando tendências, anomalias e as correlações entre um cliente específico e outros clientes, abrangendo dessa forma três áreas de uso: associação entre produtos, identificação de clientes com potencial para gerar maior lucro, e fidelização;

✓ SFA – “Sales Force Automation”: tem como objetivo automatizar algumas etapas do processo de vendas, forçando a disciplina na aceitação aos processos determinados pela organização. Abrange diversos gerenciamentos, como contatos, contas, oportunidades, processos de vendas, previsão de vendas, orçamentos e pedidos;

✓ EMA – “Enterprise Marketing Automation”: é o sistema de automação do *marketing*, que deve contemplar funcionalidades como gerência de campanhas, personalização de perfis, e outras fontes de dados e acompanhamento de permissões, para aumentar a produtividade das atividades que geram demanda, aumentam a receita, produzem mais *leads* e de melhor qualidade, reduzindo os custos e o tempo de execução de tarefas; e,

✓ *Call Center*: sendo uma das principais ferramentas para o desenvolvimento das relações com os clientes, seu objetivo principal é dominar todas as particularidades do contato com o cliente, englobando as atividades de respostas às perguntas, solicitações de suporte e outros contatos além das vendas propriamente ditas.

Não existe uma fórmula pronta e 100% eficaz para se implementar o CRM em uma organização, pois a empresa, assim como o mercado, passa por diversos processos de mudança ao longo do tempo, que devem ser levados em consideração, pois cada um deles terá o seu papel no processo de implementação (PEPPERS, ROGERS, 2005).

Madrugá (2004), descreve algumas etapas importantes que devem ser seguidas nesse processo, sendo que essas podem ser aplicadas tanto para empresas de pequeno como de grande porte, pois todas elas necessitam de uma metodologia:

planejamento para a prática, treinamento dos recursos internos, *design* e análise da solução, construção da solução, treinamento do usuário final, teste e homologação do que foi construído, fase de produção e acompanhamento da produção e relatório final. Deve-se analisar, também, o comportamento do sistema diante de um grande volume de dados que estão sendo trafegados.

Estratégias para captar e fidelizar clientes através do marketing de relacionamento

Devem-se traçar estratégias que visem à conquista, aumento e manutenção de clientes rentáveis por um período maior de tempo, identificando os que estão propensos a iniciar um relacionamento com a companhia, ou aqueles que estão tendendo a abandoná-la, fixando ações que os reconquistem e fortaleçam a sua fidelidade. Neste sentido, Gronroos (1993) estabeleceu quatro estratégias básicas para a eficácia os processos em uma organização:

- ✓ Qualidade técnica: uma qualidade técnica superior de um produto ou serviço é fundamental para a relevância de uma empresa, funcionando a sua excelência técnica como valor crítico para os clientes;
- ✓ Preço: a precificação dos produtos de uma empresa é o seu diferencial competitivo, devendo nesse caso, ter cuidado especial ao observar os preços da concorrência, para a manutenção do valor dos seus produtos para seus clientes;
- ✓ Imagem: utiliza-se de anúncios ou outros meios de comunicação para a construção de uma imagem da empresa, que será o seu diferencial competitivo; e,
- ✓ Serviços: relaciona-se com a habilidade da empresa de servir seus clientes de forma competitiva, através de ofertas diferenciadas no mercado.

Outra estratégia a ser adotada para a captação e fidelização, diz respeito ao contato dos clientes com os vendedores, o *feedback* necessário, difundir novidades sobre seus produtos, que possam ser de interesse aos seus consumidores, através da análise sobre as aquisições anteriores que eles possam ter com a empresa e estudar o que está sendo oferecido pela concorrência, e assim, ter a capacidade de se manter atualizado (KOTLER, 1998).

Há alguns erros básicos cometidos pelas empresas que influenciam na possibilidade dos processos de captar e de fidelizar, fazendo-as não obterem sucesso: falta de objetivos, não gastar o tempo correto com o cliente para conseguir sua

fidelização, atendimento não compatível com a expectativa criada pelo usuário no relacionamento, falta de análise dos resultados obtidos, e deixar pesquisas para a última instância.

Nesses dois últimos itens, é notória a necessidade de apoiarmo-nos na análise de alguns números, como: quantidade de clientes que retornam à empresa, aumento do número de vendas, aumento do número de clientes que se relacionam ativamente, a capacidade de concluir se os resultados estão sendo satisfatórios ou não na captação de clientes, e a possibilidade de obter melhorias nos programas de fidelização.

Segundo De Carvalho, Maia e Santos (2012, p. 66), é preciso se estabelecer metas financeiras, pois um plano de fidelização de clientes pode levar anos para chegar ao ponto de equilíbrio, trazendo, assim, resultado à empresa.

E, conforme o exposto até aqui, podemos afirmar que a influência do *marketing* de relacionamento nos processos de captação e fidelização de clientes está pautada em cinco pilares: 1) definição dos objetivos; 2) identificação das necessidades dos clientes; 3) desenvolvimento de uma correta abordagem para a comunicação; 4) definição da segmentação do público-alvo; e, 5) investimento no treinamento dos funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo foi possível identificar que as empresas que desejam se manter relevantes no mercado competitivo, investem suas forças em um planejamento de *marketing* de relacionamento que aplica eficazmente estratégias certas, orientadas para a atração e retenção de clientes.

O *marketing* de relacionamento acompanha os avanços, cria e identifica valor para os usuários de determinada empresa. Estes usuários são os mesmos que passam a ditar as regras das negociações atuais e, por isso, as ações de planejamento devem sempre estar centradas na satisfação dos mesmos.

É determinante para a eficácia do *marketing* de relacionamento que todos os setores e pessoas da empresa caminhem para o mesmo objetivo final, num processo ininterrupto de cooperação. É fundamental que estejam alinhados com as principais

ferramentas e diretrizes orientadoras do processo, como o CRM e o composto de *marketing*.

A fidelização é evidente, um cliente fiel é um dos pilares para o crescimento das instituições, tanto organizacionalmente quanto financeiramente, já que se torna mais barato manter um consumidor do que tentar conquistar algum novo *prospect*.

O *marketing* de relacionamento tem como sua essência principal no desenvolvimento de uma boa relação entre empresa e cliente, fundada numa relação que beneficie ambos. Por fim, deve-se atentar para o fato de que, tanto o *marketing* de relacionamento quanto os processos de captação e fidelização, não devem ser apenas um pedaço da empresa, mas, sobretudo, a razão de elas existirem.

REFERÊNCIAS

BOGMANN, I. M. *Marketing de relacionamento: estratégias de fidelização e suas implicações financeiras*. São Paulo: Nobel, 2000

CASTRO, D. J. O. A importância do CRM – Customer Relationship Management – dentro do universo empresarial para o desenvolvimento de estratégias de marketing de relacionamento por parte das empresas. *Revista Pensar Gestão e Administração*, v.3, n.2, jul. 2015.

DE CARVALHO, Ana Lúcia Lima; MAIA, Cláudia Aparecida; SANTOS, Michele Carolina dos. Captação e retenção de clientes. *Revista Científica do Unisaesiano*, Lins, São Paulo, ano 3, n. 7, jul./dez. 2012.

DO NASCIMENTO, Edivan José. A importância do marketing de relacionamento para uma empresa de pequeno porte. 62 fls. 2012. *Monografia* (Bacharel em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2012.

GORDON, I. *Marketing de relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre*. São Paulo: Futura, 1999

GRONROOS, C. *Marketing: gerenciamento e serviços – a competição por serviços na hora da verdade*. Rio de Janeiro: Campus, 1993

HORQUEN, C. E. L. (Re) visitando os conceitos do marketing: da sociedade de massa à comunidade virtual. 66fls. *Monografia* (Bacharel em Publicidade) – UNIFRA-Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS, 2009.

KLEIN, Wemerson Robert Nunes. Marketing de relacionamento: estudo de caso “café do doutor”. *Dissertação* (Mestrado em Administração) Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo MG, 2009.

KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. *Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MADRUGA, R. *Guia de Implementação de Marketing de Relacionamento e CRM*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2004.

MARQUES, F. *Guia Prático da Excelência em serviços: como conquistar clientes, aumentar os lucros e viver melhor*. São Paulo: Nobel, 1997.

MIRANDA, Claudia Maria Carvalho; ARRUDA, Danielle Miranda de Oliveira. A evolução do pensamento de marketing: uma análise do corpo doutrinário acumulado no século XX. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 3, n. 1, p. 40-57, 2015.

MCKENNA, R. *Marketing de relacionamento: Estratégias bem-sucedidas para a era do cliente*. 25 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MONTEIRO, Marcos Cruz Walsh. Marketing de relacionamento: proposta de um plano de marketing de relacionamento para a Genyus Baterias. 147 fls. 2003. *Dissertação* (Mestre em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Sérgio Ricardo Góes. *Cinco décadas de marketing*. GV-executivo, v. 3, n. 3, p. 37-43, 2004.

PEPPERS, D.; ROGERS, M. *CRM séries – marketing 1to1: aumentando o valor de seus clientes com CRM*. São Paulo: Material Peppers and Rogers Group, Brasil, 2004.

PEPPERS, D.; ROGERS, M. *Retorno sobre clientes: um modo revolucionário de medir e fortalecer o seu negócio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SANTOS, T. *et. al.* O desenvolvimento do marketing: uma perspectiva histórica. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 89-102, jan./mar. 2009.

ZENONE, L. C. *CRM – Customer Relationship Management: gestão do relacionamento com o cliente e a competitividade empresarial*. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA

[doi>10.33726/akedia2447-7656v8a52019p72-86](https://doi.org/10.33726/akedia2447-7656v8a52019p72-86)

ARAÚJO, Isabela¹

ALEXANDRE, Kethi Cristina do Rosário Squecola²

CARVALHO, Celso Almeida de³

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar a política de comércio exterior brasileira. Justifica nosso trabalho, o fato de que o Brasil é o maior país da América do Sul, a segunda maior economia do hemisfério ocidental, atrás dos Estados Unidos, e a nona maior economia do mundo. Em termos de investimento direto estrangeiro nos Estados Unidos, o Brasil está entre as 18 principais fontes, e é o sétimo país que mais cresce neste segmento. Por tais motivos, o Brasil se apresenta no contexto internacional como um excelente parceiro para exportadores norte-americanos. Tendo por método uma pesquisa predominantemente bibliográfica, a hipótese de trabalho a ser testada pela interpretação da literatura, é a de que, apesar dos vários sucessos comerciais nacionais significativos, o investimento estrangeiro enfrenta obstáculos burocráticos e regulatórios. Como um dos resultados desta investigação, percebemos que, embora o setor financeiro seja diversificado e competitivo, o envolvimento do governo continua considerável e os bancos públicos ainda respondem por mais de 50% dos empréstimos ao setor privado. Outra conclusão importante é a de que, para tratativas futuras sobre este tema, pode ser válida uma averiguação sobre a facilitação do comércio sob a ótica da prioridade governamental, visto que, assim, se poderá reduzir o custo e o tempo das transações, tornando as exportações brasileiras mais competitivas.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Exterior. Políticas Governamentais. Exportações. Importações.

ABSTRACT: This study aims to analyze the Brazilian foreign trade policy. Justifying our work is the fact that Brazil is the largest country in South America, the second largest economy in the Western Hemisphere, behind the United States, and the ninth largest economy in the world. In terms of foreign direct investment in the United States, Brazil is among the top 18 sources, and is the seventh fastest growing country in this segment. For these reasons, Brazil presents itself in the international context as an excellent partner for US exporters. Using a predominantly bibliographic research method, the working hypothesis to be tested by interpreting the literature is that, despite several significant domestic trade successes, foreign investment faces bureaucratic and regulatory obstacles. As a result of this investigation, we realize that while the financial sector is diverse and competitive, government involvement remains considerable and public banks still account for over 50% of private sector lending. Another important conclusion is that, for future discussions on this topic, an inquiry on trade facilitation from the point of view of government priority may be valid, as this will reduce the cost and time of transactions, making them most competitive Brazilian exports.

KEYWORDS: Foreign Trade. Governmental Policies. Exports. Imports.

¹Pós-Graduada: MBA em Logística Empresarial e Supply Chain, pela Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP.

²Mestre em Gestão em Saúde e em Enfermagem. Docente da Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP. Contato: kethicris@hotmail.com

³Bacharel em Administração pela UNIFEB. Contato: celsouemg@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A política de comércio exterior brasileira trata do comércio transnacional, que visa à troca de capital, bens e serviços através das fronteiras ou territórios internacionais. Na maioria dos países, essa atividade representa uma parcela significativa do produto interno bruto (PIB).

Todos os países precisam de bens e serviços para satisfazer as necessidades de seu povo. A produção de bens e serviços requer recursos e cada país tem fontes limitadas. Por isso, nenhum país consegue produzir todos os bens e serviços de que necessita. Assim, tem que comprar de outras nações o que não pode produzir ou produz menos que suas necessidades. Da mesma forma, vende a outros interessados os bens que possui em quantidades excedentes. Igualmente, pode exportar mercadorias excedentes e que estejam com alta demanda fora de suas fronteiras.

A expressão “comércio internacional” significa que esta atividade lida com um tipo de comércio que se realiza entre dois ou mais países, envolvendo diferentes moedas, sujeitando a todos aos marcos regulatórios nacionais de cada entidade participante, tratando-se, por isso, de uma modalidade de comércio mais complexa do que aquela empreendida dentro das limitações geográficas e geopolíticas nacionais.

Modais como a industrialização, o transporte avançado, a globalização, as corporações multinacionais e a terceirização estão tendo um grande impacto no sistema de comércio internacional. O aumento do comércio internacional é crucial para a continuidade da globalização, uma vez que, sem o comércio internacional, as nações seriam limitadas aos bens e serviços produzidos dentro de suas próprias fronteiras.

O comércio internacional não é, em princípio, diferente do comércio interno, uma vez que a motivação e o comportamento das partes envolvidas num comércio não se alteram fundamentalmente, independentemente de o comércio ser feito através de uma fronteira ou não. A principal diferença é a de que o comércio internacional é tipicamente mais caro do que o comércio interno.

A razão da elevação dos preços é a de que a transposição de uma fronteira normalmente impõe custos adicionais, como tarifas, custos de tempo devido a atrasos na fronteira e valores associados a diferenças socioculturais, tais como o idioma, o sistema legal e outras particularidades culturais.

O comércio internacional consiste, basicamente, no envolvimento de duas instâncias interdependentes: o comércio de exportação e o comércio de importação. A exportação envolve a venda de bens e serviços para outros países. A importação, ao seu turno, requer as compras de outros países. Tanto numa operação quanto na outra resulta em saída e entrada de divisas.

O comércio internacional ou externo é reconhecido como o determinante e mais significativo no desenvolvimento econômico de um país: é máxima que vale, praticamente, para todos os países do mundo.

Para fornecer, regular e criar o ambiente necessário para o crescimento ordenado, vários Atos devem ser implementados.

REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITUANDO A POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA E SEUS PERCURSOS HISTÓRICOS

Para entender a política comercial brasileira, é necessário abarcar a trajetória histórica da balança comercial externa que, com muitos elementos favoráveis em seu percurso, deteriorou-se substancialmente, particularmente entre os anos de 1958 e 1974, como resultado da expansão industrial, que exigiu o aumento das importações de bens de capital industriais e de petróleo.

Durante 1975/76 e, novamente, de 1978 a 1982, a balança comercial estrangeira estava em déficit. A partir de 1983, o Brasil registrou superávits comerciais: US \$ 5,1 bilhões, em 1983; US \$ 11,8 bilhões, em 1984; e, US \$ 11,3 bilhões, em 1985. Essa conquista foi consequência de políticas que restringiram as importações e ofereceram incentivos substanciais aos exportadores (ALBUQUERQUE, 2006).

Entre 1963 e 1981, as exportações cresceram a uma taxa média anual de 17%, mas cresceram apenas 9,1%, especialmente entre 1982 e 1985. O café era o

principal produto de exportação do Brasil, mas, a proporção de suas receitas de exportação, caiu de 41,3%, em 1968, para 3,2%, em 2000.

Como efeito de um ambicioso programa de desenvolvimento de energia, a dependência do Brasil em função do petróleo importado caiu de um patamar de 70% de suas necessidades, em 1980, para 45%, em 1985 (AMORIN, 2010).

O ex-presidente Fernando Collor de Mello realizou vários projetos para abrir o mercado brasileiro, de modo contínuo, sendo, à época, a pedra angular das políticas econômica e comercial do Brasil. No entanto, depois de quase 30 anos de substituição de importações, que inicialmente trouxeram alto crescimento e industrialização de curto prazo, nos anos 1960-1970, esta política foi finalmente reconhecida, no final da década de 1980, como a principal culpada pelos problemas econômicos do Brasil, particularmente alta inflação e declínio industrial (CERVO, 2012).

Nos últimos anos, a maioria das barreiras não tarifárias do Brasil ao comércio, que por muitos anos significaram marca do regime restritivo de comércio do Brasil, foram eliminados ou drasticamente reduzidos. Os direitos de importação bastante reduzidos, de uma média de cerca de 50%, no final dos anos 80, para 14,2%, e um máximo de 35%.

Embora o nível geral e a penetração das barreiras não tarifárias tenham sido drasticamente reduzidos, alguns direitos de importação permanecem altos em comparação com outros países.

Enquanto os problemas de depressão / inflação dos últimos anos amortizaram o poder de compra em cerca de 50%, entre as classes média e baixa, ainda distorceram a já altamente desigual distribuição de renda: nisso, o mercado brasileiro permanece enormemente atraente para as empresas americanas (ALBUQUERQUE, 2006).

Mesmo que as barreiras comerciais continuassem a retroceder com o governo do ex-presidente Itamar Franco, que assumiu o cargo em 1992, a liberalização do comércio perdeu um pouco do seu ímpeto, dando origem a sérias preocupações em relação aos setores automobilístico, de telecomunicações e de informática. As reformas ganharam novo impulso sob a próxima administração, que seria a do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 1995, o Brasil se uniu à Argentina, Paraguai e Uruguai, a fim de formar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), formado por 200 milhões de pessoas, que valem mais de US \$ 1 trilhão. O acordo se propunha a cobrir tarifas de mais de 85%, de cerca de 9000 itens, com os 15% restantes a serem cobertos até 2003, e a cobertura total se daria até 2006.

O Brasil tem uma relação quase simbiótica com a Argentina, na qual este fornece gás natural, automóveis, e outros produtos; enquanto o primeiro exporta aço, calçados e produtos de papel (SOUZA, 2009).

Foi estabelecido, em 1999, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços sendo responsável por vários assuntos dentre eles, formular, planificar e avaliar políticas públicas, a fim de promover a competitividade, o comércio exterior, o investimento, a inovação empresarial e o bem-estar do consumidor.

No mesmo ano, a Argentina programou restrições comerciais a certos produtos brasileiros, porque os preços estavam ridiculamente baixos em relação à desvalorização da moeda.

O Brasil respondeu colocando suas próprias barreiras comerciais no lugar. Tais medidas não soaram com tons de bom presságio para a comunidade do MERCOSUL. A Argentina estava em recessão, e suas consequências, no final de 2001, pioraram ainda mais a situação do MERCOSUL.

Além disso, o Brasil teve problemas consideráveis com seu sistema de distribuição elétrica, forçando o racionamento de eletricidade e complicando a produção. As *commodities* de exportação mais populares do Brasil são os veículos rodoviários de ferro e aço. O país também exporta uma quantidade substancial de minério de ferro, soja, carne e café (VEIGA, 2013).

Os desafios da política comercial internacional

Embora o comércio exterior represente apenas 24,1% do seu PIB, o Brasil está entre os 25 maiores exportadores e importadores do mundo. O país tem um enorme potencial econômico ainda a ser explorado. O Brasil exporta principalmente produtos agrícolas e alimentícios (soja, café, açúcar, milho, carne), minerais, petróleo e veículos aéreos, ao passo que importa hidrocarbonetos, veículos, produtos químicos e farmacêuticos e produtos elétricos e eletrônicos.

No rol das exportações brasileiras, destacam-se a soja (11,8%), o minério de ferro (8,8%), os óleos de petróleo (7,6%), o açúcar de cana ou beterraba, a sacarose (5,2%), e os veículos automotores (3,1%), enquanto que suas principais importações são as de petróleo, óleos (7,9%), peças e acessórios para tratores e veículos automotores (3,6%), circuitos integrados eletrônicos e micro montagens (2,8%), carvão e similares (2,3%) e farmacêuticos (2,1%) (FERNANDES, FREUND, PIEROLA, 2016).

Os principais parceiros comerciais do país são a China, os Estados Unidos, o Japão, os países do MERCOSUL e da EU (União Europeia).

Desde a crise econômica brasileira (2013-2017), a economia tem sido pauta de destaque nas conversações políticas, especialmente em relação à globalização e às formas pelas quais a liberalização do comércio pode afetar o crescimento econômico.

Apesar de ser a maior economia da América Latina e a nona/oitava do mundo, o Brasil ainda é relativamente fechado em comparação com outras grandes economias, com baixa penetração comercial e baixo número de exportadores em relação à população (ALBORNOZ *et al.*, 2018).

A balança comercial do Brasil é estruturalmente positiva, mas declinou, nos últimos anos, devido a uma queda nos preços das matérias-primas, um aumento nas importações de energia e uma quebra na competitividade dos produtos brasileiros.

O saldo em conta corrente do Brasil representou -0,47% do PIB, em 2018, comparado a -0,6%, em 2017. Embora o Brasil tenha registrado déficits comerciais entre 2013 e 2015, o saldo se recuperou, desde meados de 2016.

As exportações de produtos básicos e manufaturados subiram em 2017 e 2018. Em 2017, a balança comercial de mercadorias chegou a US\$ 64 bilhões (Banco Mundial). Em 2018, a balança comercial brasileira encerrou 2018 em US\$ 58,3 bilhões, o segundo melhor desempenho desde 1989.

Como superpotência agrícola do mundo, o Brasil conduz uma política de comércio exterior muito particular, com o objetivo de conquistar mercados, preservando a todo custo sua posição influente (MARTELLO, 2019).

Quadro 1. Indicadores de comércio exterior

Indicadores de Comércio Exterior	2013	2014	2015	2016	2017
Importações de Bens (milhões de USD)	250,556	239,152	178.798	143,474	157,476
Exportações de Bens (milhões de USD)	242.034	225.101	191.134	185,280	217.769
Importação de Serviços (milhões de USD)	81,053	85.916	68,921	63,750	66,293
Exportações de Serviços (milhões de USD)	36.482	39,047	32,989	33.300	33,677
Importação de Bens e Serviços (Variação% Anual)	7,2	-1,9	-14,2	-10,2	5,0
Exportação de Bens e Serviços (variação anual em%)	2,4	-1.1	6,8	1,9	5,2
Importação de Bens e Serviços (em% do PIB)	13,9	13,7	14.1	12,1	11,6
Exportação de Bens e Serviços (em% do PIB)	11,6	11,0	12,9	12,5	12,6
Balança Comercial (milhões de USD)	389	-6.629	17.670	45,037	64,028
Balança Comercial (Incluindo Serviço) (milhões de USD)	-45,984	-54,736	-19,276	14.590	30.178
Comércio Exterior (em% do PIB)	25,6	24,7	27,0	24,6	24,1

Fonte: OMC – Organização Mundial do Comércio: Banco Mundial, últimos dados disponíveis em 2019

Quadro 2
Principais países clientes e fornecedores parceiros

Principais Clientes 2017 (% das Exportações)	
China	21,8%
Estados Unidos	12,5%
Argentina	8,1%
Países Baixos	4,2%
Japão	2,4%
Outros Países	51,0%
Principais fornecedores 2017 (% de importações)	
China	18,1%
Estados Unidos	16,7%
Argentina	6,3%
Alemanha	6,1%
Coreia do Sul	3,5%
Outros Países	49,4%

Fonte: COMTRADE, últimos dados disponíveis (consulta em 2019)

Quadro 3. Produtos Principais

217,7 mil milhões USD de produtos exportados em 2017	
Soja, mesmo triturada	11,8%
Minérios de ferro e seus concentrados, incl. ferro torrado ...	8,8%
Óleos e óleos de petróleo obtidos a partir de ...	7,6%
Açúcar de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura, em ...	5,2%
Automóveis e outros veículos a motor principalmente ...	3,1%
Outros produtos	63,4%
150,8 mil milhões de USD de produtos importados em 2017	
Óleos e óleos de petróleo obtidos a partir de ...	7,9%
Peças e acessórios para tratores, veículos automóveis ...	3,6%
Circuitos integrados eletrônicos e micro montagens	2,8%
Carvão; briquetes, ovoides e combustíveis sólidos semelhantes ...	2,3%
Medicamentos consistindo de misturado ou não misturado ...	2,1%
Outros produtos	81,4%

Fonte: COMTRADE, últimos dados disponíveis (consulta em 2019)

De acordo com Thorstensen, Ferraz, Rêgo (2018), o Brasil enfrenta os seguintes desafios no comércio internacional:

- Modelo de comércio de um país fechado e esgotado;
- Isolamento nas cadeias globais de valor e relutância à modernização, à abertura e à digitalização da economia;
- Crise política e fiscal, ciclos de recessão; e,
- Desemprego; baixo investimento; baixa produtividade; queda da participação da indústria no produto interno bruto (PIB); e concentração de exportações em bens agrícolas e minerais.

Para reintegrar o Brasil ao mundo, demandam-se medidas que permitam o avanço da competitividade e da inovação, atrelando-as a uma agressiva política de comércio exterior, tais como:

- Abertura gradual da economia via acordos preferenciais de comércio com países detentores de tecnologia com ênfase na área digital;
- Adesão aos acordos plurilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre bens de informática e de compras governamentais;
- Modernização de todos os regimes de origem, com o fim das listas de exceções;
- Eliminação das medidas de conteúdo local e redução das margens de preferência nas compras públicas;
- Entrada nas negociações do acordo plurilateral em serviços e de comércio digital;
- Política de integração a cadeias globais e regionais de valor; e,
- Maior alinhamento de regulamentos e normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias aos similares internacionais via estratégia de convergência regulatória.

Segundo Ferraz, Ornelas, Pessoa (2018), a situação, em termos de comércio internacional, não são boas. O Brasil possui muito poucos parceiros em acordos de livre comércio, e esses são também relativamente pouco importantes para a economia do país.

A economia brasileira paga um alto preço em termos de produtividade perdida, devido à falta de abertura comercial. A abertura comercial poderia ser mitigada com políticas públicas que facilitassem a mobilidade da mão-de-obra e a migração de empregos.

Os benefícios da abertura comercial também dependeriam de melhorias de políticas em áreas complementares, como investimentos em infraestrutura, ambiente de negócios e outros (OLIVEIRA, 2010).

A falta de concorrência e o baixo desempenho de produtividade têm motivos internos que vão além do fechamento do comércio externo: baixo investimento em infraestrutura; ambiente de negócios hostil; distorções no financiamento de longo prazo e baixa qualidade dos gastos públicos em educação.

As mudanças nessas áreas seriam uma pré-condição para que os benefícios de uma maior integração comercial fossem plenamente realizados, mas essas melhorias já são necessárias por si mesmas (CANUTO, 2016).

Em vez de políticas corporativas de apoio para compensar as desvantagens competitivas, resultantes do peso desses aspectos e outras metas – políticas cujo

custo fiscal – foi estimado em 4,5% do PIB e, em 09 vezes, as despesas com transferências monetárias condicionais em 2015.

Daí seria necessário adotar políticas voltadas para elevar a produtividade e suavizar os processos de realocação de trabalhadores (DUTZ, 2018).

Além da agenda de superação dos impedimentos internos para maior concorrência e aumento da produtividade, muito pode ser feito na política comercial, ainda que sem um cenário global favorável aos gestos unilaterais. E, mesmo sem a eliminação total das tarifas de importação, com o anúncio e gradualismo antecipados, a estrutura tarifária brasileira em vigor pode ser simplificada, reduzindo-se o número de níveis tarifários e os custos de importação de bens intermediários e de capital, o que resultaria em picos mais baixos de taxas efetivas de proteção.

Os requisitos de conteúdo local existentes podem ser revisitados. A carga tributária sobre as exportações, incluindo créditos fiscais devidos, pode ser mitigada.

Restrições e impostos altos impostos sobre as importações de serviços financeiros e profissionais, que servem como insumos fundamentais para a produção e exportação, podem ser aliviados (AZEVEDO, RIBEIRO, 2018).

Deve-se notar que, sem entrar em conflito com as regras vigentes no MERCOSUL, há espaço disponível para isso, o que não exclui, evidentemente, iniciativas adicionais para reduzir as barreiras não tarifárias entre os membros e as barreiras tarifárias conjuntas *vis-à-vis* aos países parceiros do MERCOSUL (ALBORNOZ *et al.*, 2018).

No caso de alinhamento de barreiras não tarifárias com países membros do MERCOSUL e queda de 50% nas tarifas relativas a países fora do bloco regional, quase 06 milhões de brasileiros poderiam superar a linha de pobreza, que os confina a uma renda de US\$ 5,50 por dia.

Vantagens e desvantagens do comércio internacional

A maior inserção do Brasil no comércio internacional deverá trazer ganhos tecnológicos, possibilitando a redução de custos de produção e reduzindo a necessidade de apoio do Estado, bem como atuando como indutor da simplificação e redução da carga tributária.

Uma boa política de comércio exterior brasileira pode produzir inúmeras vantagens. Dentre estas vantagens pode-se citar:

- Uso ótimo dos recursos naturais;
- Disponibilidade de todos os tipos de mercadorias;
- Especialização;
- Vantagens da produção em grande escala;
- Estabilidade nos preços;
- Intercâmbio de *know-how* técnico e estabelecimento de novas indústrias;
- Aumento da eficiência;
- Desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação;
- Cooperação internacional e compreensão;
- Capacidade de enfrentar calamidades naturais; e,
- Outras vantagens.

O comércio exterior equaliza os preços das mercadorias em todo o mundo. Os países em desenvolvimento podem importar as máquinas mais recentes e saber como são do mundo desenvolvido. Eles podem assim, rapidamente, quebrar o círculo vicioso da pobreza (FONSECA JÚNIOR, 2016).

O comércio internacional desencoraja a formação de monopólios em um país. À medida que o comércio exterior se expande, cria empregos e oferece melhores oportunidades de emprego para as pessoas, dentro e fora do país (LAMPREIA, 2016).

O comércio exterior tem também seus perigos ou desvantagens, os quais não devem ser ignorados. As principais ressalvas são:

- Impedimento no Desenvolvimento das Indústrias de Origem;
- Dependência Econômica;
- Dependência Política;
- Melhor utilização de recursos naturais;
- Importação de Bens Nocivos;
- Armazenamento de mercadorias;
- Perigo para a Paz Internacional;
- Guerras Mundiais; e,
- Dificuldades em tempos de guerra.

O comércio internacional pode promover o desenvolvimento desequilibrado de um país, uma vez que apenas os bens que têm vantagem comparativa de custo são produzidos em um determinado parque industrial.

Devido à importação de mercadorias do exterior, as indústrias nascentes de um país não são capazes de crescer e sobreviver. As nações subdesenvolvidas dependem dos países mais desenvolvidos para a importação de máquinas, tecnologia etc., os países desenvolvidos exploram os países mais fracos e cobram preços muito altos deles (LAMPREIA, 2016). Com isso, põe-se em perigo a independência, o comércio exterior, e se encoraja a escravidão.

Se houver uma exportação excessiva de recursos naturais, como ferro, por exemplo, os recursos de um país serão exauridos em um curto espaço de tempo, e o país sofrerá economicamente em longo prazo.

Por outro lado, sob o ponto de vista econômico, o comércio exterior cria certa rivalidade entre as nações competidoras do mundo. Isso pode levar à má vontade, ódio e, eventualmente, a guerras entre eles. Isso perturba a paz mundial. Os países desenvolvidos incentivam as nações em desenvolvimento a fazer concessões tarifárias e reduzir as restrições às importações, além de adotar o livre comércio.

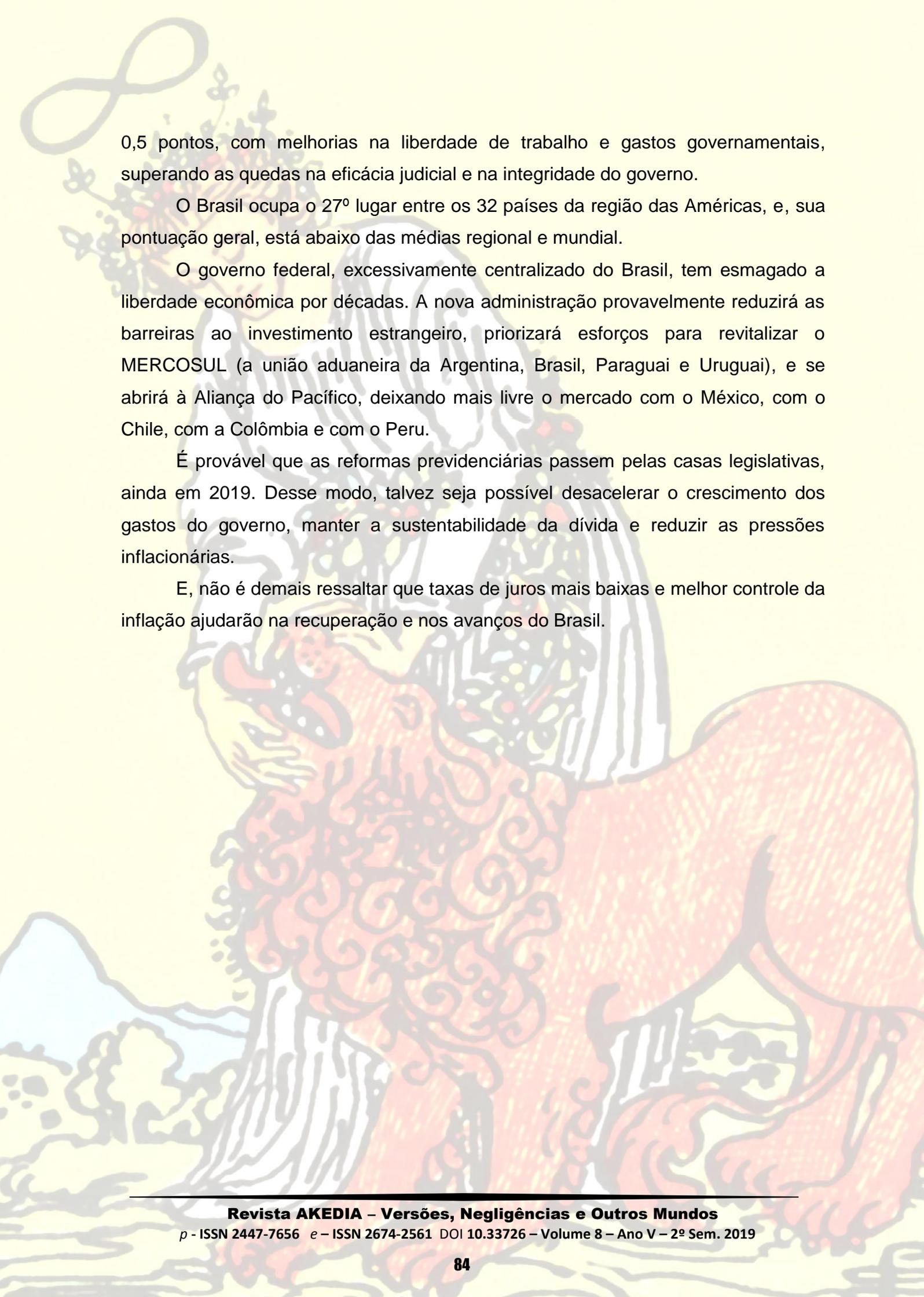
Se os países em desenvolvimento são atraídos e concordam em aderir a tais acordos, eles sofrem economicamente em longo prazo (FONSECA JÚNIOR, 2016).

Porém, uma das principais razões do desenvolvimento acelerado do comércio exterior, é que, hoje em dia, os bens são produzidos por meio de várias tecnologias avançadas e em muitos países social e tecnologicamente desenvolvidos. Igualmente, uma das principais razões para o estabelecimento de discórdias humanitárias e comerciais entre as nações, é o fato de que o país que não possui recursos e ou tecnologia de ponta para a importação de bens das nações desenvolvidas, inevitavelmente, terá seu desenvolvimento atrasado e ficará econômica e socialmente em desvantagem (LIMA, SANTOS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o valor combinado de exportações e importações ainda é igual a 24,1% do PIB. A tarifa média aplicada é de 8,0%. Em 30 de junho de 2018, de acordo com a OMC, o Brasil tinha 634 medidas não tarifárias vigentes.

A pontuação de liberdade econômica do Brasil é de 51,9, tornando sua economia a 150ª mais livre no Índice de 2019. Sua pontuação geral aumentou em



0,5 pontos, com melhorias na liberdade de trabalho e gastos governamentais, superando as quedas na eficácia judicial e na integridade do governo.

O Brasil ocupa o 27º lugar entre os 32 países da região das Américas, e, sua pontuação geral, está abaixo das médias regional e mundial.

O governo federal, excessivamente centralizado do Brasil, tem esmagado a liberdade econômica por décadas. A nova administração provavelmente reduzirá as barreiras ao investimento estrangeiro, priorizará esforços para revitalizar o MERCOSUL (a união aduaneira da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), e se abrirá à Aliança do Pacífico, deixando mais livre o mercado com o México, com o Chile, com a Colômbia e com o Peru.

É provável que as reformas previdenciárias passem pelas casas legislativas, ainda em 2019. Desse modo, talvez seja possível desacelerar o crescimento dos gastos do governo, manter a sustentabilidade da dívida e reduzir as pressões inflacionárias.

E, não é demais ressaltar que taxas de juros mais baixas e melhor controle da inflação ajudarão na recuperação e nos avanços do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, F. *et al.* "Exportação sequencial". *Of International Economics*, v. 88, p. 17–31, 2018.

ALBUQUERQUE, J. A. G. Os desafios de uma ordem internacional em transição. In: LESSA, A. C.; ALTEMANI, H. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1., p. 35-56.

AMORIM, C. *Entrevista*. Desafios do desenvolvimento. Brasília, n. 61, p. 10-21, maio/jun. 2010.

AZEVEDO, R. C.; RIBEIRO, H. M. O Brasil e o mecanismo de solução de controvérsias da OMC. In: LIMA, M. L. L. M. P.; ROSENBERG, B. (Org.). *Solução de controvérsias: o Brasil e os contenciosos na OMC – tomo I*. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 1-10.

CANUTO, O. *O que está afligindo a economia brasileira?* Publicado em CFI.co. Nov. 2016. Disponível: <https://cf.co/fnança/2016/11/otaviano-canuto-mundo-banco-whats--a-economia-brasileira>. Acesso em janeiro de 2018.

CERVO, A. L. *Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2012.

DUTZ, M.A. *Emprego e crescimento: agenda de produtividade do Brasil*. Desenvolvimento Internacional em Foco; Washington, DC: Banco Mundial. 2018. Disponível para download: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2980>. Acesso em janeiro de 2018.

FERRAZ, Lucas Pedreira do Couto; ORNELAS, Emanuel Augusto Rodrigues, PESSOA, João Paulo Cordeiro de Noronha. *Política Comercial Brasileira: Estratégias de inserção internacional*. 249 fls. 2018. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, 2018.

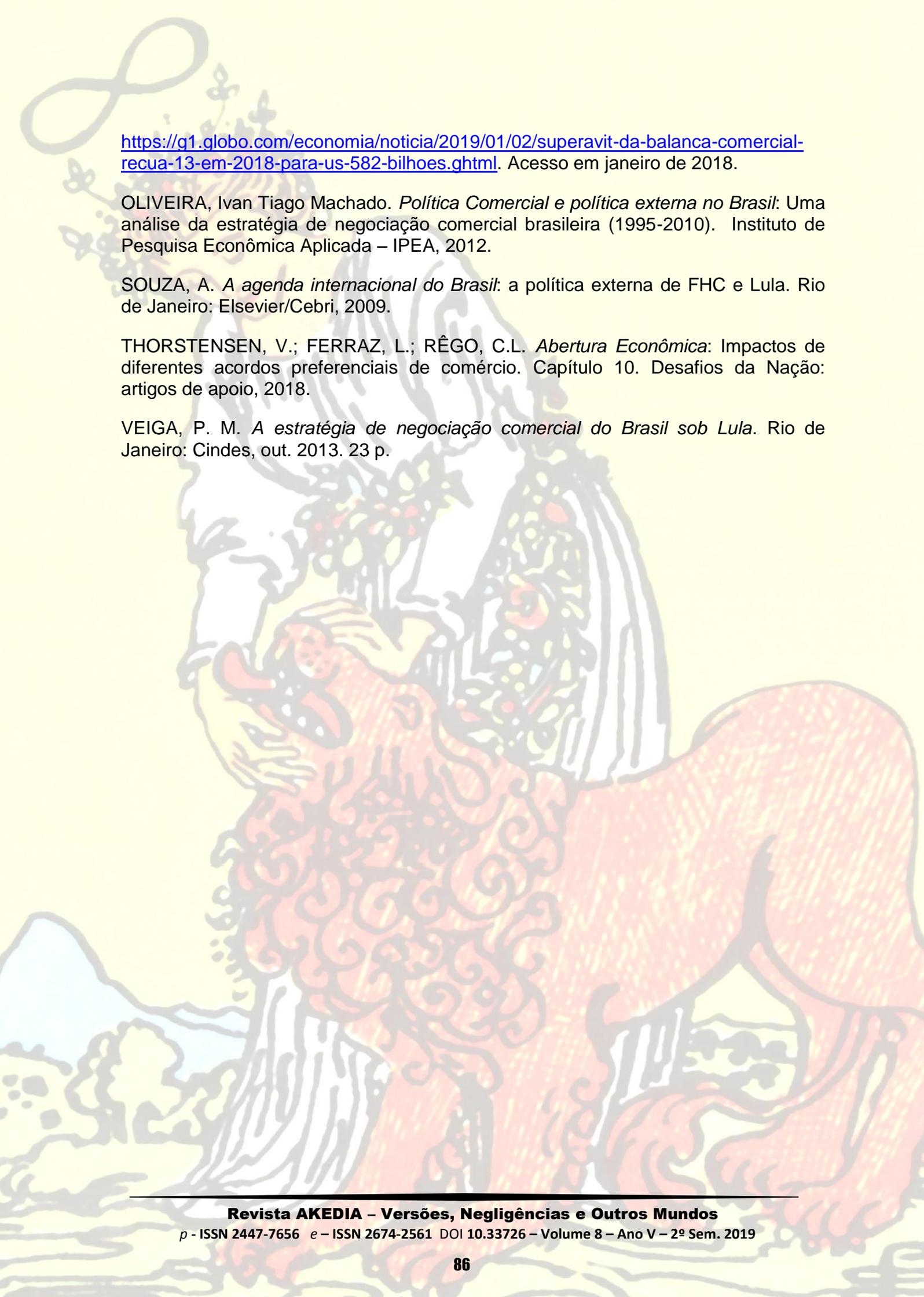
FERNANDES A., FREUND, CE, PIEROLA, M. Comportamento do Exportador, Tamanho do País e Estágio de Desenvolvimento: Evidências do Banco de Dados Dynamics do Exportador. *Journal of Development Economics*, 119 (C), 121-137, 2016.

FONSECA JÚNIOR, G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LAMPREIA, L. F. P. *O Brasil e os ventos do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. *Lua Nova*, n. 52, p. 121-149, 2017.

MARTELLO, A. *Superávit da balança comercial recua 13% em 2018, para US\$ 58,3 bilhões*. 2018. Disponível em:



<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/02/superavit-da-balanca-comercial-recua-13-em-2018-para-us-582-bilhoes.ghtml>. Acesso em janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Política Comercial e política externa no Brasil: Uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010)*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.

SOUZA, A. *A agenda internacional do Brasil: a política externa de FHC e Lula*. Rio de Janeiro: Elsevier/Cebri, 2009.

THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L.; RÊGO, C.L. *Abertura Econômica: Impactos de diferentes acordos preferenciais de comércio*. Capítulo 10. Desafios da Nação: artigos de apoio, 2018.

VEIGA, P. M. *A estratégia de negociação comercial do Brasil sob Lula*. Rio de Janeiro: Cindes, out. 2013. 23 p.

AS RELAÇÕES ENTRE A RELIGIÃO, O CONCEITO DE SOBERANIA E O OBJETIVO DO ESTADO

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O presente texto aborda o conceito de soberania em perspectiva histórica, demonstrando a sua importância no pensamento político ocidental, especialmente no que tange às relações entre Igreja e Estado. Desde a Filosofia Antiga, as reflexões sobre a soberania e a melhor forma de governo já estão presentes na reflexão ocidental, especialmente em Platão e Aristóteles. Com o advento do Cristianismo, porém, e com as interferências da Igreja na esfera política, a questão da Soberania, bem como da obediência civil, passaram a ser discutidas em termos teológicos, com o predomínio do pensamento cristão sobre questões de natureza política e laica. Nesse aspecto, examinaremos as concepções cristãs do Estado e mostraremos como Jean Bodin e Thomas Hobbes contribuíram para a definição da soberania, observando que Rousseau afirmou que ela é indivisível e inalienável. Nos dias atuais, nos quais a tirania tem ameaçado retornar ao cenário político em vários países, a presente ponderação propõe um retorno às coisas mesmas, resgatando o conceito de soberania e observando que o Estado, ainda que não esteja sujeito a qualquer instituição, nem mesmo à eclesiástica, foi projetado para nossa paz e defesa, não para a nossa opressão, pois, como diz Hobbes, a saúde do povo é o seu objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, soberania, filosofia política

ABSTRACT: This text addresses the concept of sovereignty in a historical perspective, demonstrating its importance in Western political thought, especially regarding the relationship between Church and State. Since ancient philosophy, reflections on sovereignty and the best form of government have been present in Western reflection, especially in Plato and Aristotle. With the advent of Christianity, however, and with the interference of the Church in the political sphere, the issue of Sovereignty as well as civil obedience came to be discussed in theological terms, with the predominance of Christian thinking on issues of a political and secular nature. . In this regard, we will examine Christian conceptions of the state and show how Jean Bodin and Thomas Hobbes contributed to the definition of sovereignty, noting that Rousseau stated that it is indivisible and inalienable. In the present day, when tyranny has threatened to return to the political scenario in several countries, the present consideration proposes a return to the same things, rescuing the concept of sovereignty and observing that the State, although not subject to any institution, not even the ecclesiastical was designed for our peace and defense, not for our oppression, for, as Hobbes says, the health of the people is their goal.

KEYWORDS: State, sovereignty, political philosophy

¹ Doutor em Filosofia (UNICAMP). Pós-Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas (USP). Professor do Departamento de Ciências Humanas da UEMG – Frutal.

INTRODUÇÃO

Apesar do conceito de soberania ser um resultado do pensamento da Modernidade, as reflexões sobre tal conceito já se encontram noutros autores e períodos da história da Filosofia, além de em pensadores como Bodin, Hobbes e Rousseau, por exemplo. Mesmo na Filosofia Antiga, o problema já fora reconhecido por Aristóteles, conforme afirma Merriam (2001): “Na Política há um reconhecimento do fato de que deve haver um poder supremo existindo no Estado, e que esse poder pode estar nas mãos de um, de poucos, ou de muitos”².

Para a surpresa de muitos na atualidade, na obra de Aristóteles já estava presente a afirmação de que “o princípio de que a multidão deve ser suprema em vez dos poucos melhores é capaz de uma explicação satisfatória, e embora não livre de dificuldade, parece conter um elemento de verdade”³.

No decorrer da História, porém, frequentemente os atores políticos atendem a interesses particulares. No entanto, a soberania foi atribuída à pessoa do Estado, seja numa Monarquia, numa aristocracia ou numa democracia, e quiçá numa poliarquia, para atender ao bem da comunidade, a qual é a verdadeira soberana, tanto que o termo *commonwealth*, utilizado por Hobbes, no título original do *Leviatã*, significa “riqueza comum”, visto que o Estado, esse grande homem artificial, foi projetado para nossa paz e defesa, não para a opressão.

1. A CONCEPÇÃO NEGATIVA DO ESTADO E A QUESTÃO DA SOBERANIA

No decorrer da História, as lutas entre a Igreja e o Estado impuseram de forma paulatina um exame mais acurado da questão da soberania. Do lado da Igreja, Gregório VII (Hildebrando), Papa do Século XII, influenciado por Santo Agostinho, declarou ser o Estado, bem como a soberania, resultado do mal e do pecado. A autoridade do Papa, nessa visão, deveria ser mantida, pois veio diretamente de Deus, enquanto que a do Imperador teve sua origem no consentimento do povo, contando com a cooperação da Igreja.

² Charles E. Merriam, op. cit., p. 5. (Online: socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/merriam/sovrou.pdf).

³ Charles E. Merriam, op. cit., idem.

Porém, mais tarde, o argumento de que a origem da soberania se encontrava no povo foi usado contra a supremacia papal na questão dos limites da esfera de ação da Igreja e do Estado, conceito presente no pensamento de Marsílio de Pádua, William de Ockham e John Wycliff.

A concepção negativa do Estado, contudo, data da própria Igreja primitiva. Uma concepção comum aos pensadores cristãos antigos era a de que o Estado seria consequência do pecado original e da queda do ser humano⁴.

Isidoro de Sevilha já adotava tal concepção, afirmando que o Estado não é dado para “assegurar aos que vivem em comum uma vida boa”, como pensava Aristóteles, mas para obrigar os súditos a uma vida reta: “Com efeito, se ninguém temesse, quem poderia impedir alguém de cometer o mal? Por isso são eleitos príncipes e reis, para que com o terror livrem seus súditos do mal, obrigando-os, pelas leis, a viver retamente”⁵.

Cassirer afirma que se fosse feita uma comparação com o ideal político de Platão, que indagava: “Poderá existir beleza maior do que a da ordem, da justiça, da exata proporção?”, concluindo que o Estado é a beleza real, apesar de não existir, a não ser no discurso, verificar-se-á que a noção cristã de pecado tornava inaceitável a ideia do Estado como belo. Cassirer observa que Plotino criticava os cristãos por não reconhecerem a beleza do próprio mundo, e em relação ao Estado, continua, este “podia justificar-se em certa medida, mas nunca podia considerar-se belo”⁶. Este autor afirma ainda que, apesar de S. Agostinho considerar Platão filosoficamente verdadeiro em relação ao Estado, dizia também que, não tendo o mestre grego falado através da Revelação, estava sujeito a erros e à negligência do que é principal, pois há uma diferença entre “sabedoria” e “revelação”.

Assim, para S. Agostinho, “a verdadeira justiça só se encontra no Estado, cujo fundador e dirigente é Cristo”⁷. Essa tese, no entanto, de acordo com Paul Tillich, teve um uso ideológico pela Igreja durante mais de mil anos⁸.

⁴ Ernst Cassirer, *O Mito do Estado*, p. 126.

⁵ Norberto Bobbio, *A Teoria das Formas de Governo*, 1985, p. 78.

⁶ Ernst Cassirer, op. cit., p. 127.

⁷ Idem, p. 126.

⁸ Paul Tillich, *História do Pensamento Cristão*, p. 120s.

A partir do final do Séc. XIII, “era um axioma da teoria política que a justificação de todo governo repousa na submissão voluntária da comunidade governada” e que “o governo baseado no consentimento do governado foi a teoria dominante na Idade Média”⁹.

Como bem observa Merriam, a concepção de soberania não obteve um alto grau de desenvolvimento, pois foi prejudicada pela ideia do domínio do divino e natural sobre o direito positivo, bem como pela ideia do governo misto, pelo citado conflito entre a Igreja e o Estado e pelas relações feudais predominantes na sociedade, acrescentando-se a isso o fato de que o povo, apesar de ser declarado como portador da soberania, era tratado apenas como uma massa de indivíduos¹⁰.

2. TOMÁS DE AQUINO E A QUESTÃO DA SOBERANIA

Para Tomás de Aquino, a comunidade perfeita é governada pelos reis justos que, às vezes, segundo o pensador, são também chamados de pais dos povos, por sua semelhança com o *pater familias*. Ao tratar dos bons governos, Tomás define o rei como aquele “que preside único” e que é um “pastor que busca o bem comum e não o interesse próprio”¹¹.

Aquino demonstra claramente sua preferência pela Monarquia, buscando nas Escrituras Sagradas a corroboração para tal escolha. Por exemplo, essa afirmação do Livro de Ezequiel (Ez), em sua leitura, deixaria claro que a Monarquia seria a melhor forma de governo: “O meu servo Davi será rei sobre todos e ele ser-lhes-á, de todos, pastor” (Ez: 37,24). Tomás também se refere ao Eclesiastes (Ec) para defender o governo de um só: “O rei impera e toda a terra a ele sujeita” (Ec: 5,8). Porém, é sua citação do Profeta Jeremias (Jr) que demonstra de forma mais clara sua preferência pelo governo de um só: “Os muitos pastores arruinaram a minha vinha” (Jr: 12,10). De acordo com Tomás, ainda, como o rei deve zelar pela paz civil, “perdida a qual perece a utilidade da vida social”, o regime mais útil será aquele que “conservar a unidade da paz”, regime o qual, para ele, é a Monarquia,

⁹ Jr. Charles E. Merriam, Jr. *History of the Theory of Sovereignty since Rousseau*: 2001, p. 5. (Online: socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/merriam/sovrou.pdf).

¹⁰ Idem.

¹¹ Santo Tomás de Aquino, *Sobre o Regime dos Príncipes*, Trad. de Arlindo V. dos Santos, 1937, p. 19.

como já dissemos¹². Para fundamentar sua tese, cita em relação à vida social a seguinte orientação dada à Igreja pelo autor da Epístola aos Efésios (Ef): “Sede solícitos em conservar a unidade do espírito no vínculo da paz” (Ef: 4,3).

Tomás de Aquino também argumenta que “melhor pode realizar a unidade o que é de *per se* um só”, e que, conseqüentemente, “o governo de um só é mais útil que o de muitos”¹³. Assim, dos profetas aos livros sapienciais e às Epístolas do *Novo Testamento*, Tomás procura fundamentar sua defesa da Monarquia como a melhor forma de governo, mas não se encontra em sua obra uma análise da essência da soberania. Ele parte do princípio de que ela é necessária, observando as semelhanças entre as funções do piloto de um navio e a ação de comandar os homens a seu fim, enquanto membros da sociedade. São essas suas palavras:

Em todas as coisas ordenadas a um fim, em que se possa proceder de um modo ou doutro, é mister haver algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim. Com efeito, um navio, que se move para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim de destino, se por indústria do piloto não fora dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação, porquanto age pelo intelecto, que opera manifestamente em vista do fim. Acontece os homens agirem de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanas patenteia. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim¹⁴.

Nesse sentido, o Professor Carlos Artur Nascimento afirma que, “em Santo Tomás, “dirigente” corresponde a *dirigens* e, “piloto”, a *gubernator* (de onde muito provavelmente, veio o termo “governador”, que é tradução do grego *kybernétes*)”, e que “a comparação do dirigente político com o piloto de navio já se encontra em Platão”¹⁵.

3. MARTINHO LUTERO E A QUESTÃO DO ESTADO

Quanto a Martinho Lutero, ele conservava ainda a ideia do direito divino dos reis e considerava qualquer sublevação contra a ordem estabelecida um pecado,

¹² Idem, p. 22.

¹³ Idem, *ibid.*

¹⁴ Santo Tomás de Aquino. *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. O opúsculo *Sobre o Regime dos Príncipes* é de tradução de Arlindo V. dos Santos, revisada pelo Prof. Dr. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 126.

¹⁵ Um exemplo desse uso se encontra na *República*, VIII, 551c. Essa explicação nos foi gentilmente enviada pelo erudito ilustre pesquisador.

quer fosse praticada por cristãos ou não cristãos, limitando-se a admitir a desobediência quando houvesse uma ordem civil contrária aos mandamentos de Deus, ou que demonstrasse repúdio à fé, observando que o cristão deveria suportar as possíveis perseguições decorrentes da fé no Evangelho.

Os governos foram instituídos por Deus para que, caso os homens não exercessem o bem por boa vontade, seriam forçados a fazê-lo pela espada. Ao tratar da origem do poder, Paulo diz: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; não há autoridade que não proceda de Deus. Aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus. A autoridade é ministro de Deus para teu bem”¹⁶.

Pode servir como base para a tese da origem divina da autoridade civil, tanto a Paulo quanto a Lutero, a afirmação de Cristo dirigida a Pilatos, isto é, diante do representante do poder soberano: “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada”¹⁷. A expressão “de cima” é vista por Tomás de Aquino e João Calvino como relativa a Deus, não a César, mas ela pode ser interpretada também do ponto de vista civil, isto é, significando que Pilatos, de *per se*, não tinha autoridade alguma, mas era um delegado do Imperador romano.

Em relação aos deveres civis, de acordo com Lutero, os cristãos não precisariam obedecer ao reino temporal porque, pertencendo ao Reino de Deus, e dando os frutos do Espírito, satisfazem aos ideais cívicos prescritos pelas leis, e mesmo os superam. Ele cria uma metáfora de acordo com a qual, assim como não se ensina a uma macieira produzir maçãs, não é necessário ensinar a um cristão ser um bom cidadão, desde que ele produza o fruto do Espírito, isto é, tenha amor, seja pacífico, exercite a bondade, a fidelidade, a mansidão e tenha domínio próprio. Para quem tem essas virtudes, diz Paulo, a lei é desnecessária¹⁸.

Apesar do conservadorismo de Lutero em relação aos direitos dos camponeses em seu contexto, posicionando-se ao lado dos príncipes, a Reforma contribuiu não só para romper a hegemonia teológica da Igreja, mas também para o desenvolvimento de ideias políticas que culminaram na moderna noção de representação.

¹⁶ Rm: 12.1-4

¹⁷ Jô: 20. 11

¹⁸ Gl: 5.22

Os *monarcomaci*, por exemplo, eram calvinistas que defenderam a “resistência contra o príncipe injusto ou ilegítimo (tirano), fundamentando este direito no conceito de que o poder do príncipe é limitado e deriva do consenso popular”, em seus escritos “encontram-se tanto a teoria dos direitos naturais quanto a do Contratualismo”¹⁹.

Historicamente, portanto, deve-se admitir, como afirma Merriam, que uma teoria completa sobre a soberania estava ainda por vir, e que “a discussão sistemática sobre a natureza da soberania foi feita na França, por Jean Bodin”²⁰.

4. JEAN BODIN E A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA

Chegado o século XVI, o conceito de soberania, pois, sendo agora examinado após uma longa sequência de conflitos ideológicos e de fato entre a Igreja e o Estado, no contexto de novos enfrentamentos, teológicos e políticos, advindos do fenômeno da Reforma, precisa referir-se à velha questão das investiduras. Por isso, Bodin esclarece que a soberania surge das necessidades humanas, e não de Deus, e que por República ele entende não uma forma de governo dentre outras, como a Monarquia e o Império, mas, sim a coisa pública, a comunidade política em geral.

Quentin Skinner afirma que, na obra *Método para a fácil compreensão da História*, Bodin apoia as ideias constitucionalistas, mas muda radicalmente n’ *Os Seis Livros da República*, onde “revela-se um defensor praticamente irreduzível do Absolutismo, exigindo que sejam proscritas todas as teorias que defendiam a resistência e se aceite, como único meio para restaurar a unidade e a paz política, uma Monarquia forte”²¹.

Ainda de acordo com Skinner, seu radicalismo tem nos *Discorsi*, de Maquiavel, uma fonte importante, a qual exerce influência clara sobre suas “convicções mais pessimistas”²². Bodin reconhece que o estabelecimento da ordem e da harmonia na República é difícil, porém, elas são necessárias. No “Livro III”, da

¹⁹ Cf. Norberto Bobbio, *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*, 1984, p. 24-29. Bobbio aborda autores como Theodore de Bèze e Althusius, bem como Hubert Languet e Phillipe du Plessis Mornay, huguenotes que adotavam o pseudônimo de *Irinus Brutus*.

²⁰ C. E. Merriam, Jr., op. cit. p. 7.

²¹ Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 1996, p. 556.

²² Idem.

citada obra *De la République*, de acordo com Skinner, Bodin afirma que é necessário “buscar uma ordem conveniente e decente, e crer que nada é mais torpe ou abominável de se presenciar do que a confusão e o tumulto”²³.

Para Bodin, mesmo que se estabeleçam a ordem política e sua garantia através de um sistema de justiça, ela continua sujeita à fragilidade, pois toda ordem política que os homens alcancem estará sujeita a mudanças, quer seja pela ameaça de anarquia, quer seja pela “tendência de todos os reinos e repúblicas para mergulhar na corrupção e se arruinar”, quer seja pelo fato da prosperidade de uma República não ter longa duração, devido à natureza das coisas, pois ocorrem alterações nas “coisas mundanas, que são por demais mutáveis e incertas”²⁴.

Skinner observa que Bodin talvez tivesse presente em sua experiência, não só enquanto cidadão, mas também enquanto indivíduo, a ameaça da Anarquia, pois presenciara a “Noite de S. Bartolomeu”, na qual foram mortos em torno de 3000 huguenotes, “escapando, por pouco, da morte”. Mas, Skinner, também afirma que, qualquer que fosse a causa de seus temores, Bodin reconhecia a fragilidade de qualquer ordem estabelecida, e “julgou que sua principal tarefa ideológica [...] consistia em atacar e refutar a teoria da resistência dos huguenotes”²⁵.

O termo “huguenote” tinha originalmente um significado político, não religioso, sendo aplicado, em torno de 1520, aos opositores do Duque de Savoy, que uniu Genebra à Confederação Suíça, e significa camarada, companheiro. Provavelmente trata-se de uma alteração do Suíço-Alemão Eidgenoss, termo que significa confederado. A forma da palavra francesa foi provavelmente alterada pela associação com Hugues Besançon, líder dos partidários genebrinos.

Na França, o termo huguenote era aplicado aos protestantes, porque Genebra era o centro calvinista. Os huguenotes eram protestantes franceses, que devido à perseguição fugiram de seu país, e os poucos que ali ficaram praticaram seus cultos secretamente. Em relação à sua defesa do direito de resistência e ao pensamento de Bodin, é relevante a observação de Alfredo Islas Colín, de que Os *Seis Livros da República* foram publicados quatro anos depois da “Noite de S.

²³ Idem.

²⁴ Idem. Aqui se observaria, conforme Skinner, a influência de Maquiavel sobre seu pensamento.

²⁵ Idem.

Bartolomeu”, e que havia dois objetivos principais na redação da obra: atender às necessidades de sua época e “criar regras universais de direito público”²⁶.

Ainda sobre o contexto do pensamento de Bodin, é necessário observar que o contexto de seu país vivia em lutas em duas frentes: contra o Império e contra o sacerdócio, buscando-se a autonomia política. O conceito de soberania, assim, é essencial tanto do ponto de vista teórico quanto em relação às relações políticas de fato.

Bodin pode ser considerado um dos fundadores da Ciência Política, mas se considerarmos o que Hobbes fala a respeito de seu próprio *De Cive*, isso não seria verdadeiro, pois ele diz: “Se a Física é uma coisa toda nova, a Filosofia Política o é mais ainda. Ela não é mais antiga que minha obra o *De Cive*”²⁷. É ponto pacífico, no entanto, que ele examina uma questão fundamental na teoria política, a da soberania, cuja abordagem, como outros temas da Filosofia e da Ciência Política, no entanto, pode estar sujeita às influências de ideologias políticas e dos interesses do próprio pensador.

A obra de Bodin tem tanto valor contextual quanto teórico historicamente, superando os limites da soberania local do rei da França. Bobbio expõe seus conceitos essenciais sobre a doutrina da soberania, inicialmente comparando sua obra, em relação aos aspectos formais, com a *Política*, de Aristóteles. Como Aristóteles, afirma Bobbio, ele trata dos problemas gerais do Estado, das formas de governo e do melhor Estado, porém, Bobbio observa que “não há tema a respeito do qual Bodin não apresente soluções diferentes das de Aristóteles e dos seus seguidores”²⁸.

Autores que se dedicam à história do pensamento político apresentam Bodin de forma laudatória, e Bobbio chega a afirmar que “a obra política mais importante do período de formação dos grandes Estados, é *De la République*”, e que “o livro é, sem exagero, a obra de teoria política mais ampla e sistemática desde a *Política*, de Aristóteles”²⁹.

Mas, observa Bobbio, ainda que Bodin tenha passado “para a história do pensamento político como o teórico da soberania [...], o conceito de soberania,

²⁶ Alfredo Islas Colín, *La República Según Jean Bodin*, in: <http://www.cem.itesm.mx> (04-09-2011).

²⁷ Thomas Hobbes, *De Corpore*. Trad. Prof. José Oscar A. Marques. Campinas: IFCH, Unicamp, 2005.

²⁸ Bobbio, N. *A Teoria das Formas de Governo*. 2. ed. Brasília, 1980, p. 85.

²⁹ Idem.

como caracterização da natureza do Estado, não foi inventado por ele”. E o mestre italiano prossegue, explicando que “soberania significa simplesmente poder supremo”³⁰.

Bodin está consciente de que antes dele não se apresentou com rigor uma definição de soberania, e que irá esclarecer que comando e obediência são impostos pela natureza das coisas e que a coesão da comunidade é uma consequência da soberania. Por isso, a soberania, conceitualmente, é perpétua e absoluta, mas não se trata de uma defesa dos governos tirânicos.

Rolf Kuntz afirma que o poder, em Bodin, não é “o poder como expressão triunfal da força ou da astúcia, mas como função social”, que “inclui comando e coerção, mas também a manutenção da segurança, a garantia da justiça e a permanência da sociedade, geração após geração”³¹.

Jacques Maritain esclarece que a soberania do rei não tinha um caráter supraterrâneo, como se absolutamente nada tivesse de superior a si mesma. Ao contrário, “Deus estava acima do rei, e o poder supremo do rei sobre os seus súditos estava, por sua vez, subordinado à ‘lei de Deus e da natureza’ e às exigências da ordem moral. No entanto, o rei era soberano, isto é, dotado de soberania humana”³².

O pensador católico observa que Bodin, no “Livro I”, de *De la République*, expõe dessa forma seu principal desafio conceitual: “Temos aqui de encontrar a definição de soberania porque até agora não houve nem jurisconsulto, nem filósofo político que a definisse”, enfatizando que “a soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República”, e que tal caráter de perpetuidade do poder significa que ele é exercido “durante toda a vida daquele que detém o poder”, contrariamente a quem é apenas seu depositário “até o momento em que o povo ou o Príncipe se resolvam a revogá-lo”³³. Isso significa que o poder exercido sob tais condições não é soberano, conforme a tese de Bodin, que expomos a seguir:

Se o poder absoluto lhe é atribuído pura e simplesmente, sem qualidade de magistrado, nem de comissário, nem de qualquer outra forma precária, é perfeitamente certo que essa pessoa é e pode dizer-se monarca soberano: porque o

³⁰ Idem.

³¹ Rolf Kuntz, “A Nave da Modernidade”, in: Alberto R. Barros, *A Teoria da Soberania de Jean Bodin*. S. Paulo: FAPESP, UNIMARCO, 2001, p. 11.

³² Jacques Maritain, *O Homem e o Estado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966 p. 37-38.

³³ Bodin, *De la République* (Paris, 1583), Livro I, Cap. 8. (Cf. Maritain, op. cit., p. 38).

povo se desfez e se despojou de seu poder soberano para concedê-lo e nele o investir: para ele transferindo o povo todo o seu poder, a sua autoridade, as suas prerrogativas e soberanias³⁴.

Quanto à origem do poder, ele é atribuído tanto pelo povo quanto pelos regentes, sendo absoluto, pois quem o recebe pode “dispor dos bens, das pessoas e de todo o Estado a seu bel prazer, podendo [...] deixá-los, por sua vez, a quem lhe aprouver, assim como o proprietário pode doar, pura e simplesmente, os seus bens, sem outra causa que não seja a sua liberalidade”³⁵.

Fica evidente, assim, como diz Bodin, que “o monarca está separado do povo”, e que “pode legislar para os súditos, em geral, sem o seu consentimento”, residindo nessa prerrogativa “o ponto principal da majestade soberana”³⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter absoluto da soberania será confirmado, posteriormente, por Thomas Hobbes, tanto na obra *Do Cidadão* (1642), quanto na célebre obra *Leviatã*, publicada em 1651. Nesta será definido e ilustrado o caráter absoluto da soberania, conceito que a obra traz em sua capa com a afirmação bíblica, em Latim: “*Non Est potestas Super Terram quae Comparetur ei*”, o que, na versão King James da Bíblia, se traduz: “Upon earth there is not his like”, e que na versão de Almeida, se diz: “Na Terra, não tem ele igual”³⁷.

Norberto Bobbio, ao falar do caráter absoluto da soberania em Hobbes, afirma: “O poder soberano é absoluto. Se não fosse absoluto, não seria soberano: soberania e caráter absoluto são *unum et idem*”³⁸.

Também em Rousseau, podem-se encontrar teses já presentes em Bodin. Por exemplo, Rousseau afirma que “a soberania não pode ser representada pela

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Enquanto na *Vulgata Latina* e na *King James* o texto citado por Hobbes se localiza em Jó 41.24, na Versão de Almeida ela aparece em 41.33.

³⁸ Norberto Bobbio, *A Teoria das Formas de Governo*, 4. ed., p. 107.

mesma razão por que não pode ser alienada”³⁹. E, também, que a soberania é “indivisível pela mesma razão que é inalienável”⁴⁰. E, tal conceito, será reiterado, no “Livro III”, em que se afirma “que é absurdo e contraditório que o soberano dê a si mesmo um superior”⁴¹.

Observemos também que na própria História posterior da França, e não só para atender ao seu contexto, ou aos interesses de uma ideologia monarquista, que a teoria da soberania de Jean Bodin reverbera na própria *Constituição de 1791*, pois no Título III: *Des pouvoirs publics*, Artigo I, lê-se: “A Soberania é una, indivisível, inalienável e imprescritível. Ela pertence à Nação; nenhuma seção do povo; nem qualquer indivíduo, pode atribuir a si mesmo o seu exercício”⁴².

Afirmção frequentemente negada na História pelos atores políticos, especialmente nas Monarquias Absolutas, como no caso da do Rei Luis XIV (1638-1715), que afirmou: “O Estado sou eu”, afirmação que ainda reverbera em pronunciamentos e ações de líderes políticos ao redor do mundo, ignorando-se que, como afirmou Thomas Hobbes, no *Leviatã*, esse grande homem artificial, o Estado, foi projetado para a defesa e a proteção dos cidadãos e que “salus populi é seu objetivo”⁴³.

³⁹ Rousseau, *Do Contrato Social*, Livro III, Cap. XV, p. 108. Os Pensadores.

⁴⁰ Idem, Livro II, Cap. II, p. 44s.

⁴¹ Idem, Livro III, Cap. XVI, p. 111.

⁴² *Constitution de 1791*, Titre III: Des pouvoirs publics. Article 1. In: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1791.5082.html> (15-09-2019).

⁴³ *Leviatã*, Introdução. Os Pensadores, 1974, p. 09.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Alberto R. *A Teoria da Soberania de Jean Bodin*. S. Paulo: FAPESP, UNIMARCO, 2001
- BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Ed. UNB, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: Ed. UNB, 1984.
- BODIN, Jean. *Les Six Livres de La République*. Lyon: 1579, Jean de Tournes (disponível em: <http://gallica.bnf.fr>).
- CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- COLÍN, Alfredo Islas. *La República Según Jean Bodin* (<http://www.cem.itesm.mx>).
- HOBBS, Thomas. *De Corpore*. Campinas: IFCH, UNICAMP, 2005.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. 2. ed. S. Paulo: Abril, 1979
- HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KUNTZ, Rolf. “A Nave da Modernidade”. In: Alberto R. Barros. *A Teoria da Soberania de Jean Bodin*. S. Paulo: Fapesp, UNIMARCO, 2001.
- MARITAIN, Jacques *O Homem e o Estado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966.
- MERRIAM, JR., Charles E. *History of the Theory of Sovereignty since Rousseau*: 2001. (socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/merriam/sovrou.pdf).
- Montesquieu. *Do Espírito das Leis* (<http://www.dhnet.org.br>)
- PLATÃO. *A República*. S. Paulo: Perspectiva, 2016.
- REPUBLIQUE FRANÇAISE. *Constitution de 1791* (<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1791.5082.html> (15-09-2019)).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. S. Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- Tillich, Paul *História do Pensamento Cristão*. S. Paulo: Aste, 1988.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Sobre o Regime dos Príncipes*. Trad. de Arlindo V. dos Santos, 1937.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino. Sobre o Regime dos Príncipes*. Tradução de Arlindo V. dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1995
- Versões da Bíblia citadas: *Vulgata Latina, King James, Almeida Revista e Atualizada*.

E SPORT: APLICATIVO MOBILE DE INTERAÇÃO ESPORTIVA

QUEIROZ, Adilson Junio Barreto¹

MARIANO, Igor Cunha²

LEMES, Kaynnan Bardauil³

RIBEIRO JÚNIOR, Leonardo da Silva⁴

QUEIROZ, Paulo Henrique Silva⁵

PESSOA, Marcelo⁶ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este texto apresenta os resultados parciais de um trabalho interdisciplinar realizado por alunos da Graduação do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. A situação-problema que orientou o Grupo de Trabalho (GT), foi a de preencher a lacuna de interação e comunicação existente entre os praticantes de esportes da cidade de Frutal – MG. Por meio de um levantamento preliminar, via consulta informal aos praticantes de esportes de Frutal, o GT percebeu que a comunicação entre esta comunidade de interesse poderia ser melhorada. Assim, o GT propôs o desenvolvimento de um aplicativo *mobile*, que pudesse viabilizar a comunicação e a construção de redes interativas que envolvessem os esportistas da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Aplicação mobile, interação social, esportistas.

ABSTRACT: This text presents the partial results of an interdisciplinary work carried out by undergraduate students of the Bachelor's degree in Information Systems, University of the State of Minas Gerais, Frutal Unit. The problem situation that guided the Working Group (GT), was to fill the gap of interaction and communication existing among sports practitioners in the city of Frutal – MG. Through a preliminary survey, through informal consultation with Frutal sports practitioners, the WG realized that communication between this community of interest could be improved. Thus, the GT proposed the development of a mobile application, which could make possible the communication and the construction of interactive networks involving the sportsmen of the city.

KEYWORDS: Mobile application, social interaction, sportsmen

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, UEMG – Unidade Frutal.

² Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, UEMG – Unidade Frutal.

³ Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, UEMG – Unidade Frutal.

⁴ Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, UEMG – Unidade Frutal.

⁵ Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, UEMG – Unidade Frutal.

⁶ Docente e Orientador no Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, UEMG – Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

O presente texto trata de apresentar os resultados parciais do trabalho interdisciplinar realizado por um grupo de alunos do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal.

O grupo discente se reuniu e propôs, como objetivo, a criação de um aplicativo *mobile* para a área esportiva. Desse modo, o produto que foi gerado consiste na criação de um programa, cuja finalidade principal é a de reunir indivíduos e dinamizar a comunicação daqueles que tenham interesses semelhantes voltados à prática de esportes.

Justificou a realização de um trabalho como este, o fato de que, nos dias de hoje, as pessoas que gostam de esportes estão em busca de se integrarem a grupos físicos e virtuais para que possam ampliar o leque de amigos com interesses comuns.

Uma das situações-problema que deveriam ser resolvidas pela equipe, era a de que nem todas as pessoas que praticam esportes têm “coragem” de se aproximar de outros praticantes para perguntar sobre seus gostos, para começar uma amizade ou mesmo para combinar horários de práticas esportivas em comum.

O aplicativo foi elaborado na plataforma “Kodular”, ambiente virtual próprio para o desenvolvimento de aplicativos para o sistema “Android”.

A partir daí, instituiu-se uma interface que fosse dotada de um alto valor de contribuição aos usuários, especialmente quanto à facilidade de encontrar grupos com interesses semelhantes, que possibilitasse comunicação rápida, e que fosse de fácil interação para os usuários que têm dificuldades para se comunicar com outras pessoas.

DESENVOLVIMENTO

Desse modo, constatou-se que alguns alunos do quarto ano do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação estavam desenvolvendo um trabalho sobre startups.

Um dos integrantes daquele Grupo de Trabalho apresentou ao nosso Grupo de Trabalho um esboço sobre a criação de uma aplicação direcionada aos praticantes de esportes. Assim, como esse aluno do quarto ano é irmão de um dos integrantes do presente grupo, e que também pratica esportes, surgiu a ideia de auxiliá-los na criação de um aplicativo. E, a partir disso, foi criado o Documento de Requisitos.

Dito isso, a parte da engenharia de software foi feita em uma plataforma chamada “Kodular”, visto que ela se relaciona com aplicativos “Android”. Dando um primeiro passo para o desenvolvimento, começamos a fazer a primeira tela (tela principal) que é composta pelos elementos: E-mail, senha, um design voltado para a ideia principal desse projeto, o nome do aplicativo, a opção de entrar, criar conta e recuperar senha.

Essas opções foram criadas em conjunto, para, assim, deixar a primeira tela feita e pronta, pois, a partir dela, o trabalho ficaria mais complicado.

Após isso, a barra de menu lateral foi criada, dando um acesso inicial para o uso de nosso banco de dados, o qual será melhor aproveitado posteriormente. Depois disso, foi arrumado no aplicativo os elementos do “menu”, os quais serão utilizados, assim como o cadastro dos usuários com o banco de dados.

Nesse estágio do aplicativo, a primeira letra do CRUD estava feita, sendo ela o C (creat). Seguindo mais a fundo no aplicativo e passando para a parte do R (read), o banco de dados foi explorado para que, assim, as funções pudessem ser utilizadas, mexendo com códigos em PHP, fazendo a ponte entre o banco de dados utilizado, “MySQL”, e o “Kodular”.

Faltaria, agora, apenas o término do design do aplicativo, visando deixá-lo leve e visualmente agradável, mantendo o contato entre cores, desenhos e o tema proposto.

O desafio com mais ênfase foi o de criar um chat para cada grupo e conversas em privado, mantendo o contexto escolhido e privacidade para aqueles que assim desejarem.

Na fase de testes, o programa foi executado com o objetivo de encontrar erros e inconsistências em relação à proposta do aplicativo, observando se há *bugs*, se foram esquecidos alguns procedimentos no cadastro, *login*, tela e nas outras opções propostas no Documento de Requisitos do aplicativo.

Após a execução de testes do aplicativo, pudemos notar que o *design* estava sem relação com a proposta e com o logo do aplicativo. Este elemento foi modificado, assim, para que fosse visivelmente melhor ajustado à percepção visual em situação real de interação. Notamos, também, que parte da tela inicial estava colidindo com barra de rolagem, a qual foi também modificada para que no aplicativo “rodasse” melhor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

RF1: O sistema deve permitir a inclusão, alteração, exclusão e recuperação dos clientes, contendo os seguintes atributos: nome, *e-mail* único, telefone, data de nascimento e a sua senha desejada.

RN1.1: Todos os campos acima são obrigatórios.

RF2: O aplicativo terá apenas os administradores dos grupos (os que criarão o seu grupo), os que serão responsáveis para a inclusão, exclusão dos membros.

RN2.1: Os membros poderão modificar e excluir seu próprio perfil.



Essa é a tela inicial do aplicativo, contendo os itens: *E-mail*, Senha, Entrar, Recuperar Senha e Cadastrar-se. Momento em que notamos que aqui poderia ser a tela que o usuário irá *logar*, se cadastrar (caso seja a opção, irá ser redirecionado para outra tela) e para aqueles que esquecerem sua senha, recuperá-la.



Essa é a tela que o usuário entrará quando clicar em “cadastrar-se”, aqui tem as lacunas para digitar o nome, data de nascimento, *e-mail* e a senha com um campo para confirmação. Esses passos serão os responsáveis para que o usuário possa usufruir da aplicação.



Essa será a tela que o usuário irá encontrar ao clicar na opção de recuperar senha. Preenchendo o que for pedido, logo a baixo irá aparecer a sua nova senha.



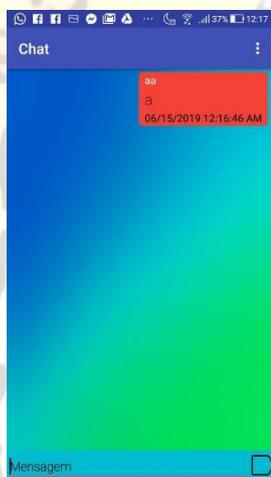
Esse é o menu lateral, sendo uma opção já dentro do Aplicativo, ali podemos ver todas as opções do usuário, tudo que o *App* pode te proporcionar.



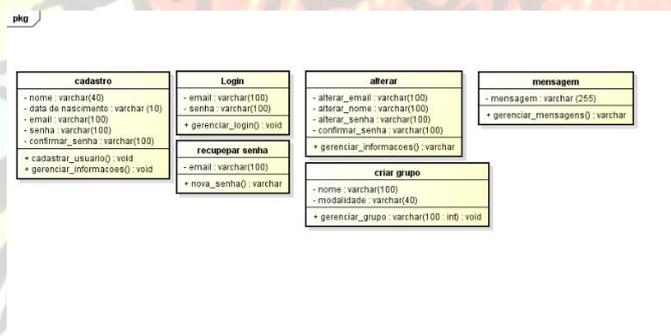
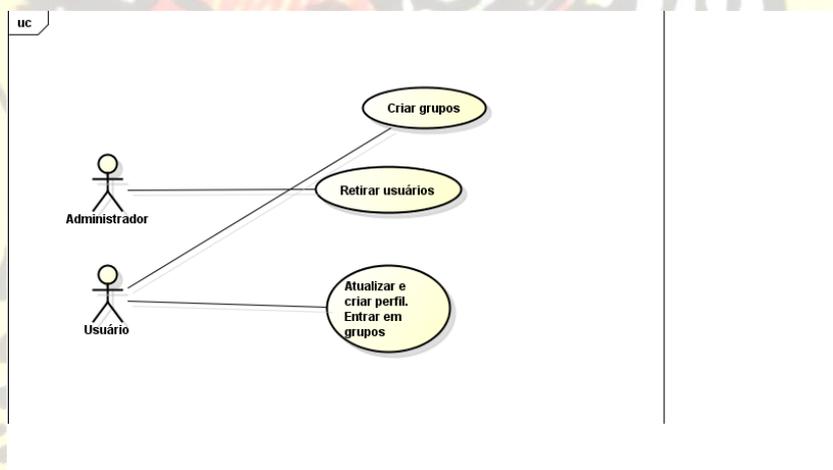
Essa é a primeira tela que o usuário verá ao efetuar o *login*, aqui ele irá começar a pesquisar os grupos que ele tem interesse, assim aproveitando o que o aplicativo proporciona.



Nesse local, podemos ver e escolher as modalidades que o aplicativo proporciona, deixando que o usuário ache mais facilmente aquilo que ele desejar.



Já dentro do grupo, essa é a tela que o usuário vai encontrar, sendo aqui o chat para proporcionado pelo aplicativo, permitindo que o “ambiente” esportivo seja mantido.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto foi desenvolvido com o intuito de ajudar os amantes de esportes a se enturmarem com outros esportistas.

A utilização do “Kodular”, num primeiro momento, deu-se, devido à objetividade encontrada para utilizar a plataforma, ainda que esta fosse apenas a primeira etapa do projeto.

A partir daqui seria feito em “React Native”. O PHP foi utilizado ao invés do “Firebase”, em função de sua originalidade, sendo que “Firebase” armazena em seu servidor próprio (“GOOGLE”), e o PHP nos permite armazenar em nosso próprio banco de dados, assim mantendo nossa “marca”.

O “MySQL” foi usado por já termos obtido conhecimento prévio nas salas de aula. Além de manter a interdisciplinaridade no projeto, mantendo uma plataforma *mobile*, uma linguagem de programação e o banco de dados já explicado em sala.

O aplicativo foi criado para fazer o registro de grupos de esportes para que pessoas que tenham interesses comuns possam interagir com outros com os demais integrantes do grupo, deixando que cada um possa criar sua conta, alterar seus dados, ver novidades, conversar e pesquisar modalidades dentro do *APP*.

Para os próximos anos do desenvolvimento do aplicativo, passaremos esse projeto inicial para a linguagem “JAVA SCRIPT”, utilizando “React Native” por ter um melhor desenvolvimento e melhor execução.

O aplicativo pode ser encontrado para *download* no seguinte *link*:
<https://bit.ly/2KmolDL>

REFERÊNCIAS

ATSPACE. *ATSPACE.COM*. Disponível em: <https://www.atspace.com/> 2019. Acesso em: 17 de jun de 2019.

MAKEROID. *KODULAR*, 2019. Disponível em: <https://www.kodular.io/> 2019. Acesso em: 17 de jun de 2019.

PORTARI, S. C. *DESENVOLVIMENTO MOBILE*. Disponível em: <http://www.sergioportari.com.br/index.php/aulas/2019-2/uemg-frutal/desenvolvimento-mobile-optativa/>. Acesso em: 11 de jun. de 2019.

A TEORIA DO REGISTRO DE REPRESENTAÇÃO SEMIÓTICA: O UNIVERSO MATEMÁTICO DAS OPERAÇÕES COM FRAÇÕES

SANTOS, Geisiane Rodrigues dos¹

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v8a52019p108-129](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v8a52019p108-129)

RESUMO: O objetivo deste estudo é o de apresentar um processo de ensino que é subsidiado por aspectos relacionados à Teoria dos Registros de Representação Semiótica, de Raymond Duval. Nesta abordagem, o teórico pondera, dizendo que as dificuldades enfrentadas pelos mais diversos estudantes, em diferentes representações de um objeto matemático, podem ser resolvidas por meio de sua Teoria. A presente proposta, então, se relaciona com o ensino dos racionais e suas representações. O *corpus* investigativo se deu a partir de um recorte que priorizou os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública de Minas Gerais – MG. Analisou-se inicialmente o conhecimento prévio dos alunos sobre frações e a percepção de que qualquer unidade pode ser dividida em partes menores e iguais. Posteriormente, a compreensão correspondente a numerador e denominador e, por último, a execução de atividades que transitaram por distintos registros de representações semióticas. Como resultados preliminares, verificamos que os alunos não obtiveram “sucesso” no desenvolvimento da terceira atividade, por desconheceres as diversas formas de representação do modelo matemático proposto e por apresentarem dificuldades em efetuar a divisão entre dois números.

PALAVRAS-CHAVE: Registro de representação semiótica, habilidades e competências, números racionais

ABSTRACT: The aim of this study is to present a teaching process that is supported by aspects related to Raymond Duval's Theory of Semiotic Representation Records. In this approach, or theoretical pond, saying that the difficulties are faced by the most diverse students, in different representations of a mathematical object, can be solved through their theory. The present proposal, then, relates to the teaching of rationals and their representations. The investigative corpus was based on a cut that prioritized the students of the 6th grade of elementary school, from a public school in Minas Gerais – MG. The students' prior knowledge of fractions and the perception that any unit can be divided into smaller and equal parts were initially analyzed. Subsequently, the understanding corresponding to numerator and denominator and, finally, the execution of activities that transited through different registers of semiotic representations. As preliminary results, we found that the students did not have "success" in the development of the third activity, because they are unaware of the various forms of representation of the proposed mathematical model and have difficulties in dividing between two numbers.

KEYWORDS: Record of semiotic representation, skills and competences, rational numbers

¹ Doutoranda em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera, de São Paulo. Bolsista FAPEMIG/PCRH, 2018-2020. Professora do Departamento de Ciências Exatas e da Terra, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

O estudo dos números racionais, em específico o caso das frações, tal como qualquer outro conteúdo da Matemática, está associado à aprendizagem, a qual requer um conhecimento que não se fundamenta na mera memorização de definições e regras, e que, portanto, não acarreta significado algum ao aluno.

Conforme a proposta da “Matriz Curricular para o Ensino de Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Minas Gerais” (2014, p.14), nas suas orientações pedagógicas, se preveem atividades com o emprego de materiais concretos, o que possibilita um entendimento das ideias dos números racionais:

A característica principal do início do trabalho com frações é o nível concreto em que se realizam as atividades. Permitir que o aluno perceba a necessidade dos números racionais e o seu estudo introduzindo problemas associados às ideias de “repartir em partes iguais” e de medida, isto é “de quantas vezes uma unidade de medida cabe no objeto que está sendo medido.

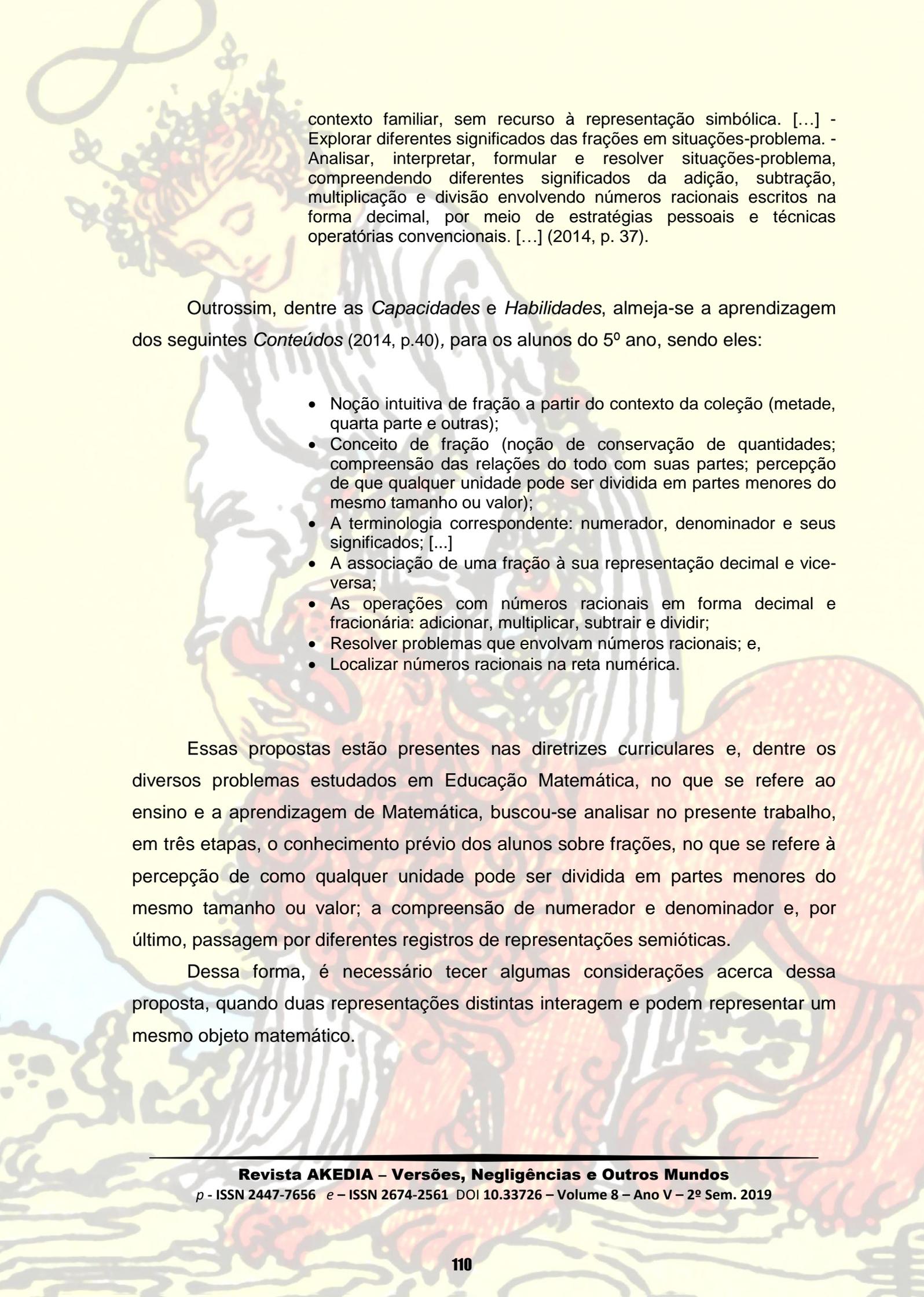
A apreensão do conteúdo também está associada à forma com que o professor inicia e conduz o processo de ensino e conduz as intervenções durante as aulas. Ainda de acordo com a Matriz Curricular (2014, p.14), verifica:

Uma estratégia que pode ser interessante para que os alunos do Ensino Fundamental percebam as questões acima discutidas é escolher problemas, de preferência contextualizados, cuja resolução se torne mais ou menos trabalhosa, dependendo da forma de representação (decimal ou fracionária) escolhida para as operações correspondentes.

Nesse sentido, ao contextualizar a atividade, o professor ajuda o aluno a estabelecer as relações, problematizar, além de motivar a sua capacidade de procurar soluções.

Segundo a *Matriz Curricular*, as *Capacidades e Habilidades* que se almeja a aprendizagem das frações, de alunos do 5º ano, são:

Reconhecer frações unitárias usuais (um meio, um terço, um quarto e um décimo) de quantidades contínuas e discretas em situação de



contexto familiar, sem recurso à representação simbólica. [...] - Explorar diferentes significados das frações em situações-problema. - Analisar, interpretar, formular e resolver situações-problema, compreendendo diferentes significados da adição, subtração, multiplicação e divisão envolvendo números racionais escritos na forma decimal, por meio de estratégias pessoais e técnicas operatórias convencionais. [...] (2014, p. 37).

Outrossim, dentre as *Capacidades e Habilidades*, almeja-se a aprendizagem dos seguintes *Conteúdos* (2014, p.40), para os alunos do 5º ano, sendo eles:

- Noção intuitiva de fração a partir do contexto da coleção (metade, quarta parte e outras);
- Conceito de fração (noção de conservação de quantidades; compreensão das relações do todo com suas partes; percepção de que qualquer unidade pode ser dividida em partes menores do mesmo tamanho ou valor);
- A terminologia correspondente: numerador, denominador e seus significados; [...]
- A associação de uma fração à sua representação decimal e vice-versa;
- As operações com números racionais em forma decimal e fracionária: adicionar, multiplicar, subtrair e dividir;
- Resolver problemas que envolvam números racionais; e,
- Localizar números racionais na reta numérica.

Essas propostas estão presentes nas diretrizes curriculares e, dentre os diversos problemas estudados em Educação Matemática, no que se refere ao ensino e a aprendizagem de Matemática, buscou-se analisar no presente trabalho, em três etapas, o conhecimento prévio dos alunos sobre frações, no que se refere à percepção de como qualquer unidade pode ser dividida em partes menores do mesmo tamanho ou valor; a compreensão de numerador e denominador e, por último, passagem por diferentes registros de representações semióticas.

Dessa forma, é necessário tecer algumas considerações acerca dessa proposta, quando duas representações distintas interagem e podem representar um mesmo objeto matemático.

REGISTROS DE REPRESENTAÇÃO SEMIÓTICA

A partir da década de 70, Raymond Duval, filósofo e psicólogo francês, realizou estudos no *Instituto de Pesquisa em Educação Matemática*, no campo da psicologia cognitiva, contribuindo com o ensino de Matemática (FREITAS e REZENDE, 2013). Envolvido em estudos que considerava o processo de ensino e aprendizagem, desenvolveu a “Teoria dos Registros de Representação Semióticas”, a qual tem alavancado pesquisas relativas à apreensão do conhecimento, sendo em muitas situações, o suporte metodológico, além de subsidiar circunstâncias de aprendizagem (BARROS, 2011).

Para Duval, atividades que envolvem descrição, raciocínio e visualização em matemática facilitam a sua aprendizagem e, assim estão ligadas aos registros de representação semiótica (FLORES, 2014).

No campo cognitivo, dentro da teoria dos registros de representação semiótica, para se compreender um dado conteúdo da matemática é necessário que o aluno saiba representar de diversas maneiras um mesmo conceito, ou seja:

É necessário que os estudantes estejam mais habituados a fazer estas conversões e tratamentos entre as mais variadas formas de representações dos objetos matemáticos, para que não sintam uma dificuldade tão elevada, conseguindo identificar em cada uma das representações, formas diferenciadas de escrever o objeto matemático (LENARTOVICZ e GAERTNER, p. 05).

Por sua vez, segundo Barros (2011, p. 34), “a Semiótica é a ciência ligada a signos e símbolos que têm a função de comunicação”. Desse modo, essas relações estão estabelecidas a partir do momento que o aluno consegue aprender os sentidos que se estabelecem a partir das relações entre os signos e os símbolos.

O sistema semiótico é, portanto, constituído a partir do momento em que ocorrem articulações entre os signos, dentro de um conjunto de regras específicas. Logo, “*representar um objeto* significa criar uma cópia ou produzir alguma expressão que lembre esse objeto” (grifo do autor).

Os signos são representações da linguagem natural, da língua formal, da escrita algébrica, das representações gráficas ou das figuras.

Segundo Barros (2011), dentro de uma representação semiótica pode ocorrer duas transformações cognitivas: o tratamento e a conversão.

O tratamento ocorre quando uma representação, dentro do sistema semiótico onde se produziu, transforma em outra representação que não acarreta mudanças da forma e do conteúdo de um objeto matemático. Já, a conversão, ocorre se essa transformação muda a sua forma, modificando o sistema semiótico e não altera o conteúdo.

Se ocorrer dentro de um sistema semiótico transformações cognitivas, como a produção, o tratamento e a conversão, tem-se um registro de uma representação semiótica. De acordo Friederich (2010, p. 79):

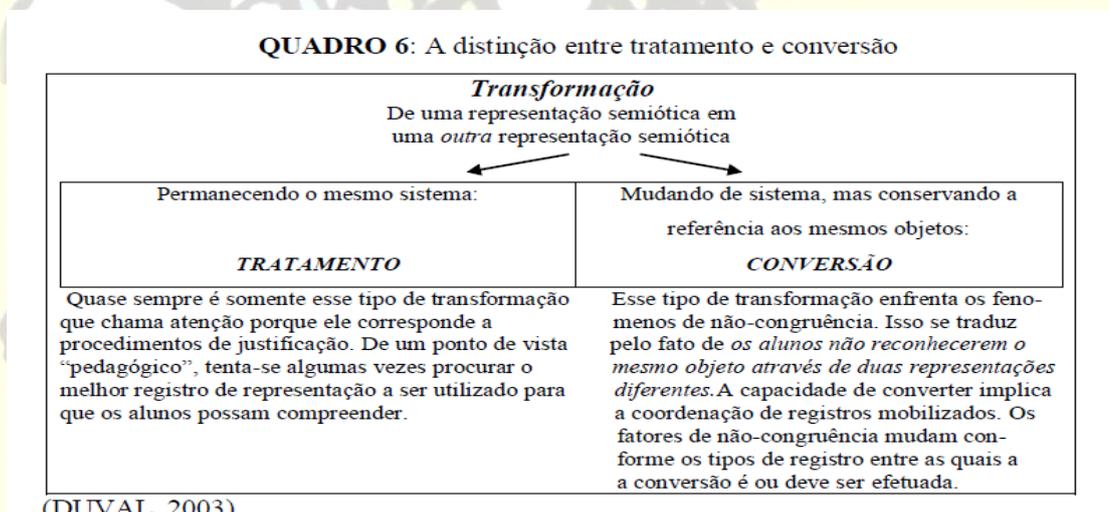


Figura 1 – Tratamento e conversão

Os registros, quanto à sua natureza, podem ser monofuncionais ou multifuncionais. Os multifuncionais são os processos oriundos de diversas áreas da cultura, utilizados tanto para fins de comunicação como tratamento. De acordo com Barros (2011), eles não são algoritmizáveis, apesar de apresentar várias formas de tratamento. Já os monofuncionais, são aqueles registros criados a partir da necessidade de um tratamento específico, com o objetivo de melhorar os desempenhos.

Com relação à sua discursividade, eles podem ser discursivos ou não discursivos. Barros (2011, p. 35) afirma que os registros de representação semiótica são de quatro tipos:

Registros da língua natural (discursivos e multifuncionais)
 Registros figurais (não discursivos e multifuncionais)
 Registros simbólicos (discursivos e monofuncionais)
 Registros gráficos (não discursivos e monofuncionais)
 (grifo do autor)

De acordo com Duval (2003, *apud* FRIEDERICH, 2010, p. 78), os registros de representação semiótica podem ser classificados a partir do seu funcionamento matemáticos, são eles:

QUADRO 5: Classificação dos diferentes registros mobilizáveis na atividade matemática.

	REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA	REPRESENTAÇÃO NÃO-DISCURSIVA
REGISTROS MULTIFUNCIONAIS (não-algoritmizáveis)	Língua Natural Associações verbais (conceituais) Formas de Raciocinar: <ul style="list-style-type: none"> • Argumentos a partir de observações, de crenças; • Dedução válida a partir de definição ou de teoremas. 	Figuras geométricas planas ou em perspectivas (configurações em dimensão 0, 1, 2 ou 3). <ul style="list-style-type: none"> • A apreensão operatória e não somente perceptiva; • Construção com instrumentos.
REGISTROS MONOFUNCIONAIS (algoritmizáveis)	Sistemas de Escritas: <ul style="list-style-type: none"> • Numéricas (binária, decimal, fracionária...); • Algébricas; • Simbólicas (línguas formais). • Cálculo. 	Gráficos Cartesianos: <ul style="list-style-type: none"> • Mudanças de coordenadas; • Interpolação, exploração.

(DUVAL, 2003)

Figura 2 – Classificação dos Diferentes Registros de Representação Semiótica

Duval (2013, p. 27), só ocorre aquisição de conhecimentos quando o aluno consegue oscilar naturalmente por divergentes registros de representação, ou seja, “é preciso primeiro tomar consciência das transformações de representações semióticas, por meio de mudanças de registros e pelos tratamentos específicos de cada registro”.

A PROPOSTA

A atividade foi desenvolvida com alunos do 6º ano, de uma escola pública do interior de Minas Gerais. O trabalho foi aplicado no dia 10 de junho de 2014, com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios sobre frações e suas possíveis representações.

A aplicação da sequência foi realizada em três atividades. As atividades foram posteriormente analisadas e confrontadas com o diário de campo da pesquisadora (observação da mobilização dos alunos) e, a partir deles, as conclusões foram elaboradas.

APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES

A professora da turma entregou para cada aluno, 18 recortes retangulares e explicou que cada recorte retangular representaria um bolo inteiro de mesmo formato, utilizados para responder as três atividades. Explicou que os recortes retangulares correspondiam aos bolos inteiros da situação-problema.

Desenvolvemos uma sequência composta por três etapas. Na primeira etapa, o enunciado elucida uma situação-problema que retrata uma fração aparente (frações em que o numerador é múltiplo do denominador). Na segunda etapa, o enunciado elucida uma situação-problema em que se retrata uma fração própria (fração em que o numerador é menor que o denominador). Na terceira etapa, o enunciado elucida uma situação-problema em que retrata uma fração imprópria (fração onde o numerador é maior que o denominador).

Proposta 01:

Primeira atividade:

Situação-problema:

Usando a folha de papel e os recortes, repartir 12 bolos entre 03 crianças, sendo elas, Flávia, Paula e Pedro

- Represente o resultado da divisão com recortes
- Faça o algoritmo da divisão
- Qual a fração que representa o enunciado?

- d) Qual o significado do quociente nessa divisão?
 e) Qual o significado do resto nessa divisão?
 f) As crianças receberam apenas bolos inteiros? Justifique

Quadro 01 – Resolução esperada da primeira atividade

Representação	Alternativa	Registro	Tipo de Registro
<p>R1</p> <p>Flávia Paula Pedro</p> 	a	Registro Figural	Figural (não discursivos e Multifuncionais)
<p>R2</p> $\begin{array}{r} 12 \overline{) 3} \\ -12 \\ \hline 00 \end{array} 4$	b	Registro Simbólico (algoritmo da divisão)	Simbólico (Discursivos e Monofuncional)
<p>R3</p> $\frac{12}{3}$	c	Registro Simbólico (Numérico-Fracionário)	Simbólico (Discursivos e Monofuncional)
<p>R4</p> <p>O significado do quociente: cada criança receberá 4 bolos inteiros.</p>	d	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)
<p>R5</p> <p>O significado do resultado: não existem mais bolos inteiros para serem divididos.</p>	e	Registro da língua natural	Língua Natural (Discursivos e Multifuncionais)
<p>R6</p> <p>As crianças receberam apenas bolos inteiros? Justifique</p> <p>As crianças receberam 4 bolos inteiros.</p>	f	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)

Assim que a atividade fosse completa, os alunos “deveriam” possuir apenas 06 recortes retangulares, para as duas últimas atividades propostas, as quais correspondiam aos bolos da situação-problema.

Proposta 02:

Segunda atividade:

Situação-problema: Usando a folha de papel e os recortes, repartir 01 bolo entre 03 crianças, sendo elas, Flávia, Paula e Pedro

- g) Represente o resultado da divisão com recortes
 h) Faça o algoritmo da divisão.

- i) Qual a fração que representa o enunciado?
- j) Qual o significado do quociente nessa divisão?
- k) Qual o significado do resto nessa divisão?
- l) As crianças receberam apenas bolos inteiros? Justifique

Quadro 2 – Resolução esperada da segunda atividade

Representação	Alternativa	Registro	Tipo de Registro
<p>R1</p> <p>Flávia Paula Pedro</p> <p>■ ■ ■</p>	g	Registro Figural	Figural (não discursivos e Multifuncionais)
<p>R2</p> $\begin{array}{r} 1 \overline{) 13} \\ \underline{10} \\ 3 \end{array}$	h	Registro Simbólico (algoritmo da divisão)	Simbólico (Discursivos e Monofuncional)
<p>R3</p> $\frac{1}{3}$	i	Registro Simbólico (Numérico-Fracionário)	Simbólico (Discursivos e Monofuncional)
<p>R4</p> <p>O significado do quociente: cada criança receberá 0 bolo inteiro.</p>	j	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)
<p>R5</p> <p>O significado do resto: haverá 1 bolo para ser repartido entre 3 crianças</p>	k	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)
<p>R6</p> <p>As crianças receberam apenas bolos inteiros? Justifique Nenhuma criança recebeu bolos inteiros</p>	l	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)

Os alunos “deveriam” possuir apenas 05 recortes retangulares para a última atividade proposta, que correspondia aos bolos da situação-problema. Se o aluno não conseguiu retirar 13 recortes dentre os 18, poderia ter a situação de estar faltando recortes ou ter um número maior de recortes.

Proposta 03:

Terceira atividade:

Situação-problema: Usando a folha de papel e os recortes, repartir 05 bolos entre 03 crianças, sendo elas, Flávia, Paula e Pedro

- m) Represente o resultado da divisão com recortes.
- n) Faça o algoritmo da divisão.
- o) Qual a fração que representa o enunciado?
- p) Qual o significado do quociente nessa divisão?
- q) Qual o significado do resto nessa divisão?
- r) As crianças receberam apenas bolos inteiros? Justifique

Quadro 3 – Resolução esperada da terceira atividade

Representação	Alternativa	Registro	Tipo de Registro
<p>R1</p>	m	Registro Figural	Figural (não discursivos e Multifuncionais)
<p>R2</p> $\begin{array}{r} 5 \\ - 3 \\ \hline 2 \end{array} \begin{array}{r} 3 \\ \\ \hline 1 \end{array}$	n	Registro Simbólico (algoritmo da divisão)	Simbólico (Discursivos e Monofuncional)
<p>R3</p> $\frac{5}{3}$	o	Registro Simbólico (Numérico-Fracionário)	Simbólico (Discursivos e Monofuncional)
<p>R4</p> <p>O significado do quociente: cada criança receberá 1 bolo inteiro.</p>	p	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)
<p>R5</p> <p>O significado do resto da divisão: ainda existirá 2 bolos inteiros para serem divididos em 3 crianças</p>	q	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)
<p>R6</p> <p>As crianças receberam apenas bolos inteiros? Justifique</p> <p>As criança receberam 1 bolo inteiro e 2/3 pedaços de bolos.</p>	R	Registro da língua natural	Língua Natural (discursivos e Multifuncionais)

Os alunos “deveriam” não ter mais recortes retangulares para completar essa última atividade proposta. Havendo falha em alguns dos processos, o aluno teria problemas em completar as atividades.

ANÁLISE DA PROPOSTA

As três atividades foram elaboradas com o objetivo de proporcionar ao aluno a conversão do registro da língua natural para o registro figural. No caso, a conversão foi realizada através da representação no plano (R1), ocorrendo a representação identificável do registro dado.

Na atividade R1 com R2, existe uma conversão, pois o aluno não consegue reconhecer o mesmo objeto (Registro figural) e o Registro Simbólico (algoritmo da divisão).

Na situação, por exemplo, em que o aluno realiza o algoritmo da divisão (R2) ou que ele representa a fração, corresponde à situação problema (R3), e ele está fazendo uma conversão, por serem transformações dentro de registros diferentes.

Na situação em que o aluno responde (R4), referente ao (R2), ele está fazendo uma conversão, pois ele passou do registro simbólico (algoritmo) para o registro da língua natural, conservando os mesmos objetos.

Na situação em que o aluno responde (R5) referente ao (R2) e a (R4), ele está fazendo uma conversão, pois ele passou do registro do algoritmo escrito para o registro da língua natural, conservando os mesmos objetos e, também, um tratamento por realizar transformações dentro de um mesmo registro.

Dentro da matemática, tais transformações se fazem necessárias, pois os objetos matemáticos de estudos são abstratos. As representações permitem o estudo desses elementos, sendo importante transitar dentro dos diferentes registros, para que ocorra uma compreensão do objeto matemático em estudo.

Assim, com a representação de seus objetos se constitui no conhecimento matemático de representar um objeto matemático, e isso se difunde, muitas vezes, na ideia do objeto matemático *per se*.

ANÁLISE PARCIAL DOS RESULTADOS

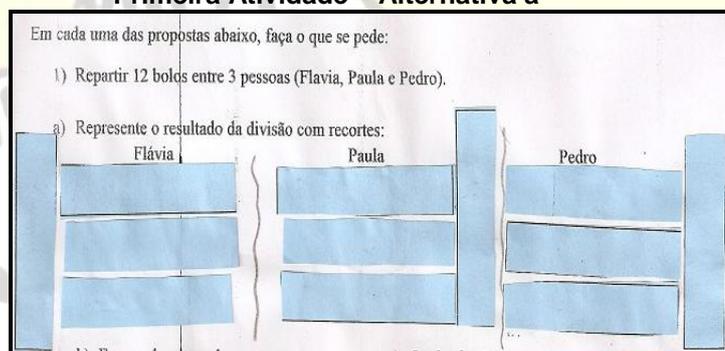
Para exemplificar as considerações descritas acima, apresentaremos a seguir os dados categorizados, a partir da aplicação da atividade em sala de aula.

Tabela 1 – Resultados da Primeira Atividade

Alternativa a		
Categoria	Número de ocorrências	Frequência (%)
Acertos	20	80
Erro Tipo 1	2	8
Erro Tipo 2	3	12
Total	25	100

Optamos por categorizar os erros, que para descrevê-los, primeiramente, seria necessário realizar uma contagem do número de ocorrências de cada tipo, ou seja, agrupamos os mesmos tipos de erros para apresentarmos. A figura 1 representa os acertos:

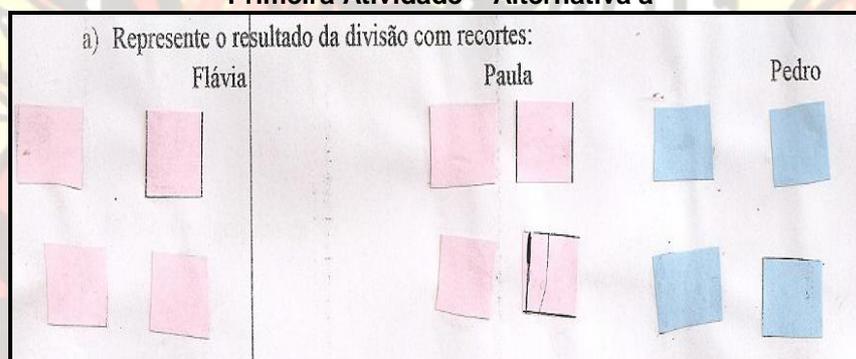
**Figura 1 – Protocolo dos Acertos
Primeira Atividade – Alternativa a**



Fonte: Registro dos alunos

Já, o Erro Tipo 01, está relacionado ao número incorreto de retângulos repartidos entre as três pessoas:

**Figura 2 – Protocolo do Erro Tipo 1
Primeira Atividade – Alternativa a**



Fonte: Registro dos alunos

No caso, dois alunos sabiam que cada pessoa receberia 04 partes. O erro estava em não representar as partes inteiras.

Para o Erro Tipo 02, verificam-se as divisões desiguais entre as crianças da situação-problema proposta:

**Figura 3 – Protocolo do Erro Tipo 2
Primeira Atividade – Alternativa a**



Fonte: Registro dos alunos

Constatamos um elevado índice de acertos nessa atividade. Essa dificuldade inicial foi descoberta posteriormente, quando os alunos, ao final, percebem que faltaram ou sobraram recortes. Após a mediação da pesquisadora, os alunos mostraram interesse em refazer as atividades.

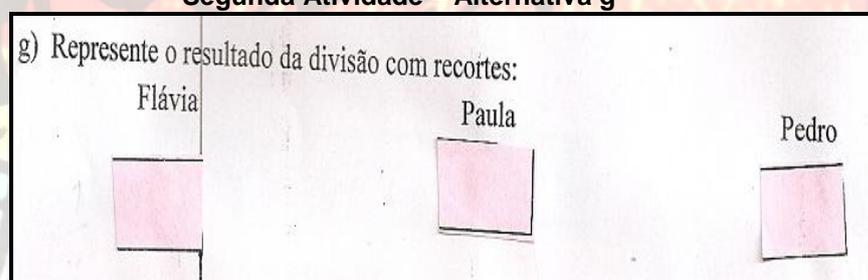
Na próxima tabela, segue os resultados obtidos na segunda atividade:

**Tabela 2 – Resultados da Segunda Atividade
Alternativa g**

Categoria	Número de ocorrências	Frequência (%)
Acertos	20	80
Erro 1	1	4
Erro 2	2	8
Não responderam	2	8
Total	25	100

Segue uma representação dos acertos.

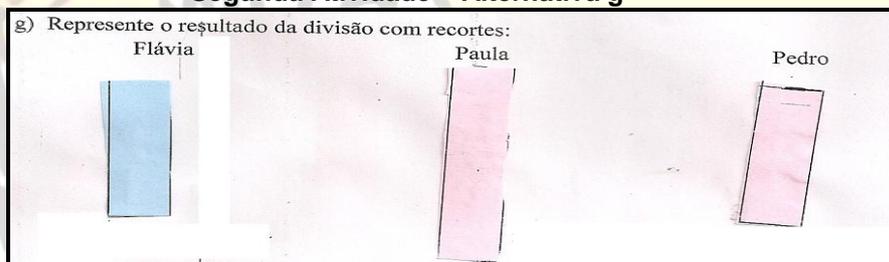
**Figura 4 – Protocolo do Erro Tipo 2
Segunda Atividade – Alternativa g**



Fonte: Registro dos alunos

A partir das informações acima, categorizamos o erro do tipo 01, como aqueles atribuídos aos alunos que deram um bolo inteiro para cada criança. O correto seria dividir o bolo entre as três crianças:

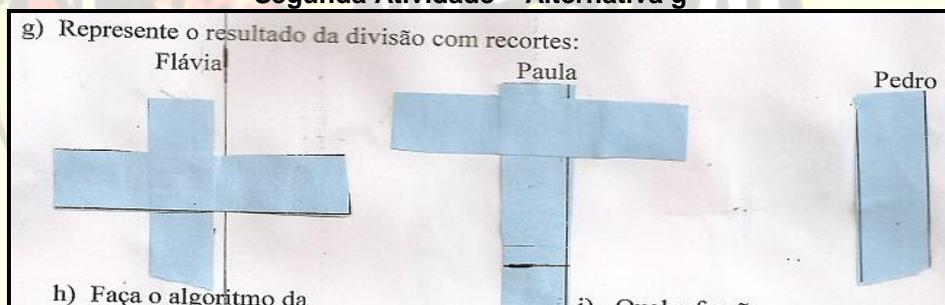
**Figura 5 – Protocolo do Erro Tipo 1
Segunda Atividade – Alternativa g**



Fonte: Registro dos alunos

O erro do tipo 02 se relaciona em divisões desiguais entre as crianças da situação-problema proposta:

**Figura 6 – Protocolo do Erro Tipo 2
Segunda Atividade – Alternativa g**



Fonte: Registro dos alunos

Constatamos um elevado índice de acertos nessa atividade. Porém, 02 alunos não tentaram resolver a questão proposta. Posteriormente, questionados pela pesquisadora, eles disseram que não tinham ideia de como começar e, por isso, não tentaram.

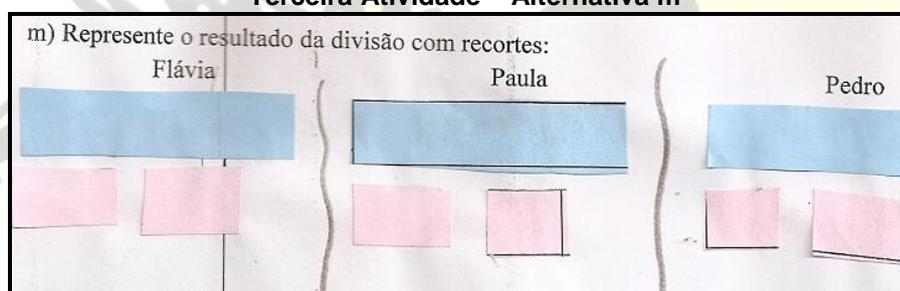
Na próxima tabela, segue os resultados obtidos na última atividade.

Tabela 3 – Resultados da Terceira Atividade Alternativa m

Categoria	Número de ocorrências	Frequência (%)
Acertos	11	44%
Erro 1	2	8%
Erro 2	4	24%
Erro 3	3	12%
Não responderam	3	12%
Total	25	100%

Observamos a redução significativa os acertos e aumento nos erros. Nessa fase, ocorreu uma diversificação maior dos erros.

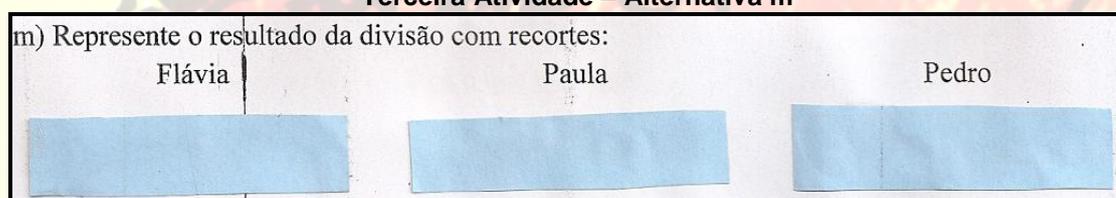
Figura 7 – Protocolo dos Acertos Terceira Atividade – Alternativa m



Fonte: Registro dos alunos

Na próxima atividade, representamos o Erro Tipo 01, realizado por dois alunos. Esses alunos associaram um bolo inteiro para cada criança, esquecendo-se dos bolos restantes que deveriam ser divididos.

Figura 8 – Protocolo do Erro Tipo 2 Terceira Atividade – Alternativa m



Fonte: Registro dos alunos

Já, o Erro Tipo 02 foi associado ao raciocínio dos alunos, em que foram dados três pedaços de bolos inteiros para cada criança, acrescidas de partes desiguais.

O Erro Tipo 03 foi associado ao raciocínio dos alunos que divide os cinco recortes em partes não iguais para as três crianças.

A atividade que permitir conversões e tratamentos específicos deve levar o aluno a descobrir a solução para o pequeno problema. Para essa atividade, buscou-se a descoberta para a resolução do problema através da manipulação com um material concreto.

No entanto, observamos nesse momento uma dificuldade muito grande por parte dos alunos para manipular o material concreto apresentado para a solução do problema. Assim, os alunos não atingiram satisfatoriamente os objetivos propostos para a Terceira Atividade.

De acordo com Duval (2013), esses erros podem ser analisados a partir de duas perspectivas totalmente diferentes. Primeiramente teríamos o erro, que estão relacionados à aquisição de um novo conceito ou procedimento. Nesse caso, temos os erros transitórios ou específicos, ainda nas palavras de Duval (2013).

Por outro lado, temos os erros que se fazem presentes sistemática e independentemente do conteúdo matemático. No caso, eles são transversais e bloqueiam qualquer ação de aprendizagem matemática. O autor ainda salienta que as dificuldades mais profundas dos alunos não são provenientes apenas da falta dos conhecimentos matemáticos, mas, sim, de “um desconhecimento total dos gestos intelectuais, quer dizer, de operações semio-cognitivas, que são próprias da atividade matemática” (p. 21).

Utilizamos o material concreto para verificar se os alunos sabiam representar (resolver) o que o enunciado proposto em língua natural. Verificamos que 80% dos alunos souberam refletir sobre as problematizações que envolvem fração aparente ou própria. Para sanar a dificuldade em resolver a situação relacionada a uma fração imprópria seria necessário que o aluno convertesse o registro da língua natural para o figural (manipulação do material concreto), percebendo a necessidade de realizar o procedimento mental realizado nas frações aparentes e próprias.

Após esse procedimento mental, precisaria compreender as relações existentes entre as mesmas para identificar qual fração seria dividida e qual não seria. E, por sua vez, para verificar as relações existentes ou os possíveis procedimentos incorretos, os alunos poderiam realizar o algoritmo da divisão e perceber que o quociente indicava a possível parte inteira e o resto, a parte a ser dividida pelo número de crianças.

SEGUNDA ETAPA: ALGORITMO DA DIVISÃO

Passaremos a apresentar os resultados dos registros das atividades, do item que retrata o algoritmo da divisão.

Neste ponto, foi necessário realizar a contagem do número de ocorrências de cada tipo de erros que agrupamos por semelhança. Era indispensável que o aluno “armasse” e efetuasse o algoritmo da divisão.

A nossa percepção é que muitos grupos de alunos não sabem efetuar a divisão. Porém, sabem representar, por meio da linguagem natural para a linguagem simbólica da divisão.

A seguir, o quadro retrata os resultados do algoritmo da divisão:

Tabela 4 – Resultado do Algoritmo da Divisão

Categoria	Número de ocorrências Atividade 1	Freq. (%)	Número de ocorrências Atividade 2	Freq. (%)	Número de ocorrências Atividade 3	Freq. (%)
Acertos	17	68	8	32	9	36
Erro 1	4	16	8	32	5	20
Erro 2	3	12	1	8	0	0
Erro 3	0	0	1	4	2	8
Não responderam	1	4	6	24	9	36
Total	25	100	25	100	25	100

Quadro 1 – Resultados da primeira questão, da primeira atividade

No término das atividades, foram analisados os protocolos dos alunos e confrontados com o que se esperara como resposta. Nisso, concluímos que existem lacunas na aprendizagem, especialmente quanto à técnica de divisão.

Figura 8 – Protocolo dos Acertos – Algoritmo da Divisão

The image shows two handwritten division problems. The first is $123 \div 4$, with the student writing 30 as the quotient and 3 as the remainder. The second is $513 \div 3$, with the student writing 171 as the quotient and 0 as the remainder.

Fonte: Registro dos alunos

Buscamos ilustrar as diferentes soluções dadas pelos alunos. A seguir, as categorias de erros são descritas. O Erro Tipo 01 foi associado ao raciocínio dos alunos em que se converteu o registro da língua natural em registro simbólico (algoritmo da divisão). O Erro Tipo 02 foi associado ao raciocínio dos alunos, em que se converteu o registro da língua natural em registro simbólico (algoritmo da divisão), porém, não se efetuaram os cálculos. O Erro Tipo 03 foi associado ao raciocínio dos alunos, em que não se converteu corretamente o registro da língua natural em registro simbólico (algoritmo da divisão).

Passaremos a apresentar os resultados dos registros das atividades, do item que retrata a representatividade da fração como forma de razão. Foi imprescindível realizar a contagem do número de ocorrências de cada tipo de erros agrupados por semelhança. Era preciso que o aluno compreendesse razão como parte/todo.

A seguir, o quadro abaixo retrata o resultado dessa representação:

Tabela 5 – Fração que representa a situação problema

Categoria	Número de ocorrências	Freq. (%)	Número de ocorrências	Freq. (%)	Número de ocorrências	Freq. (%)
	Atividade 1		Atividade 2		Atividade 3	
Acertos	9	36%	10	40%	6	24%
Erro 1	3	12%	2	8%	2	8%
Erro 2	7	28%	5	20%	4	16%
Não responderam	6	24%	8	32%	13	52%
Total	25	100%	25	100%	25	100%

Com essa atividade, os alunos que conseguiram acertar, sabem converter da linguagem natural para a linguagem simbólica da razão.

A figura abaixo, exemplificação dos alunos que acertaram a primeira e segunda atividade:

Figura 9 – Protocolo dos Acertos – Fração Representativa

The image shows a student's handwritten work. On the left, there is a division problem: "12 bolos" is written above a horizontal line, and "-3 -> pessoas" is written below it. An arrow points from the result of this division to the fraction $\frac{1}{3}$ written on the right.

Fonte: Registro dos alunos

Já, o Erro Tipo 01, retrata a inversão do numerador com o denominador, das primeira e terceira atividade:

**Figura 10 – Protocolo do Erro Tipo 01
Fração Representativa**

$$\frac{3}{12} \quad \frac{3}{5}$$

Fonte: Registro dos alunos

Categorizamos o Erro Tipo 02, a representação incorreta da situação-problema, tanto na primeira quanto na segunda atividade.

Figura 11 – Protocolo do Erro Tipo 02

i) Qual a fração que representa o enunciado?

$\frac{3}{4}$ a fração que representa a situação é aquela do 2

Fonte: Registro dos alunos

Na sequência, observamos se os alunos realizariam tratamento (registro da língua natural), interpretando o quociente nas operações realizadas.

Quadro 6 – Significado do quociente

Categoria	Número de ocorrências	Freq. (%)	Número de ocorrências	Freq. (%)	Número de ocorrências	Freq. (%)
	Atividade 1		Atividade 2		Atividade 3	
Acertos	10		7		2	
Erro 1	10		11		12	
Não responderam	5		7		11	
Total	25	100%	25	100%	25	100%

Verificamos um percentual considerável dos erros, particularmente para o grupo de alunos que realizariam tratamento (registro da língua natural), interpretando corretamente o quociente nas operações realizadas.

Figura 12 – Protocolo dos Acertos - Interpretação do Quociente

d) Qual o significado do quociente nessa divisão?
 O tanto de bolas que cada um recebeu.

Fonte: Registro dos alunos

Figura 13 – Protocolo dos Erros – Interpretação do Quociente

k) Qual o significado do resto nessa divisão?	1 bola em cada
d) Qual o significado do quociente nessa divisão?	O significado do quociente que é um número que se multiplica na conta
j) Qual o significado do quociente nessa divisão?	Dez vezes por hora em quatro bolas repetido em período
j) Qual o significado do quociente nessa divisão?	Nada

Fonte: Registro dos alunos

No momento, abordamos apenas essas análises. E podemos concluir que a atividade não obteve sucesso em seus resultados, pois, acreditamos que muitos ficaram fixados em tentar efetuar a divisão. O que nos leva a pensar que a terceira atividade se tornou a mais difícil, devido a uma lacuna na aprendizagem de alguns alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações tecidas acima, observamos que podem surgir situações em que os alunos conseguem aprender com uma atividade prática. Neste processo, porém, podem acontecer outras situações em que os alunos não consigam transpor para a linguagem matemática a ocorrência prática evidenciada.

Isso ocorre, de acordo com Duval (2013), pelo fato de que o aluno não consegue compreender uma linha de raciocínio do ponto de vista matemático e nem tem condições de justificar uma propriedade, pois a atividade matemática, em que “o controle dos gestos intelectuais, específicos da atividade matemática, deveria ser o objetivo global de aquisição, e até mesmo o principal, sem ele, é impossível aplicar conhecimentos matemáticos em situações totalmente diferentes daquelas vistas em sala de aula” (DUVAL, 2013, p. 23).

Dessa forma, ter sucesso do ponto de vista matemático é encontrar um resultado certo matematicamente que responda a questão ou um problema. Por sua vez, do ponto de vista cognitivo, o sucesso é obtido a partir do momento em que o aluno consegue transferir um conhecimento apreendido em circunstâncias diferentes e sem conhecimento prévio para outras circunstâncias.

No primeiro caso, a avaliação se dá em uma escala de tempo pequena, já, no segundo, ela ocorre em uma escala de tempo maior, no caso, no decorrer dos anos. Para Duval (2008, *apud* LENARTOVICZ e GAERTNER), “isto acontece pelo desconhecimento das formas diferenciadas de representação de um objeto matemático”. Segundo as autoras, é imperativo que os alunos saibam utilizar o que Duval salienta como imprescindível: “o uso dos tratamentos e das conversões entre os mais diferenciados registros de representação como forma de promover a compreensão do conceito matemático”.

Ainda verificamos que precisamos reelaborar a atividade para que se completem as apreensões que Duval enfatiza. Em um futuro próximo, as atividades serão remodeladas e novamente apresentadas.

A partir dessas considerações, podemos concluir que os alunos não obtiveram “sucesso” no desenvolvimento, principalmente da terceira atividade proposta, tendo em vista a falta das operações semio-cognitivas necessárias para a atividade matemática, principalmente por não saberem efetuar divisões.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. G. X. Uma introdução ingênua à teoria dos registros de representações semióticas. *Revista Ceciliansa*, v. 22, p.33-41, 2011.

DUVAL, R. Entrevista: Raymond Duval e a Teoria dos Registros de Representação Semiótica. Campo Mourão, RPGEM, Pr, v. 2, n.3, jul-dez.2013. *Entrevista concedida a José Magalhães de Freitas e Veridiana Rezende*.

FLORES, Cláudia Regina. Registros de representação semiótica em matemática: história, epistemologia, aprendizagem. *Bolema*, Rio Claro (SP), Ano 19, nº 26, 2006, p. 77 a 102. Disponível em http://www.ced.ufsc.br/claudiaflores/PESQUISA/textos_publicados/Registros_de_representacao_semiotica_em_matematica_historia_epistemologia_aprendizagem.pdf. Acesso em 02/05/2014.

FLORES, Cláudia Regina. Registros de representação semiótica em matemática: história, epistemologia, aprendizagem. *Bolema*, Rio Claro (SP), Ano 19, nº 26, 2006, p. 77 a 102. Disponível em http://www.ced.ufsc.br/claudiaflores/PESQUISA/textos_publicados/Registros_de_representacao_semiotica_em_matematica_historia_epistemologia_aprendizagem.pdf. Acesso em 02/05/2014.

FREITAS, J.L.M.; REZENDE, V. *Revista Paranaense de Educação Matemática – RPEM*, Campo Mourão, Pr, v. 2, n.3, jul-dez. 2013.

FRIEDERICH, D.M.J. A formação de professoras dos anos iniciais: um estudo sobre a concepção do conceito do número racional e suas representações. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós Graduação nas Ciências Ijuí/RS. 2010. p. 1-133. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/305/Danieli%20Maria%20Junges%20Friederich.pdf?sequence=1>. Acesso em 12/06/2014.

LENARTOVICZ, I. G.; GAERTNER, R. *Aplicação da teoria dos registros de representação semiótica de Raymond Duval no estudo de funções polinomiais do 1º grau no curso de Administração*. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:epLafpHU26QJ:www.cibem.org/extensos/403_1372460418_artigo_cibem_autora_ilizete.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 10/06/2014.

ANÁLISE DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ISO 9001 EM UMA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM FRUTAL – MG

SILVA, Adriana Cristina¹
SOUZA, Iracema Caproni de²
LIMA, Aida Franco de³
PINHEIRO, Hyses de Cássia Queiroz⁴

[doi>10.33726/akdpapers2447-7656v8a52019p130-152](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v8a52019p130-152)

RESUMO: No mercado atual, devido à concorrência acirrada, torna-se imprescindível possuir práticas de gestão voltadas à qualidade de produtos e serviços prestados por organizações. Assim, é importante compreender de modo mais aprofundado a ISO 9001, conjunto de normas que servem como modelo a ser aplicado no sistema de gestão das empresas, para a obtenção da certificação de qualidade. Por método, adotamos o este estudo de caso, no que se relatam os benefícios e as dificuldades da implementação e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001 em uma empresa do setor da construção civil numa cidade média de Minas Gerais. A análise foi obtida com base na coleta de dados com os funcionários e com a coordenadora da qualidade, que foi a responsável pelo gerenciamento da norma na empresa. Os resultados demonstram que a qualidade é essencial para o sistema de uma organização, devendo ser desenvolvida a fim de se aumentar o sucesso da corporação.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 9001, Setor da Construção Civil

ABSTRACT: In today's market, due to fierce competition, it is essential to have management practices focused on the quality of products and services provided by organizations. Therefore, it is important to understand ISO 9001, a set of standards that serve as a model to be applied in the company's management system, in order to obtain quality certification. By method, we adopted this case study, in which we report the benefits and difficulties of implementing and maintaining the ISO 9001 Quality Management System in a construction company in an average city of Minas Gerais. The analysis was obtained based on data collection with employees and the quality coordinator, who was responsible for managing the standard in the company. The results demonstrate that quality is essential to an organization's system and should be developed to increase corporate success.

KEYWORDS: Quality Management System, ISO 9001, construction sector

¹Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental (UFOP). Docente da UEMG – Unidade Frutal, lotada no Depto. de Ciências Sociais Aplicadas. Coordenadora da Qualidade/RD, na Construtora Bom Teto Ltda. Contato: adrianacriss@gmail.com

²Mestre em Geografia (UFU). Docente da UEMG – Unidade Frutal, lotada no Depto. de Ciências Sociais Aplicadas. Contato: iracema.caproni@uemg.br

³Doutora em Comunicação e Semiótica. Docente da UNEMAT, Campus de Alto Araguaia. Contato: aidafrancodelima@gmail.com

⁴Especialista em Gestão Pública Municipal pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais. Contato: hyses_queiroz@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a implantação da certificação da qualidade ISO 9001 (*International Organization for Standardization*) e PBQP-H⁵ (certificação exigida pela Caixa Econômica – e demais instituições financeiras – para ter acesso a financiamento construtivo) em uma empresa do ramo da construção civil localizada na cidade de Frutal – MG, e, desse modo, identificar os resultados positivos, as dificuldades e relatar os mecanismos para a manutenção dos benefícios e da melhoria continuada do sistema de gestão da qualidade.

Abona um estudo como este, o fato de que uma empresa seja certificada, é necessário que se sigam critérios internacionais e padronizações nos serviços prestados, assegurando-se, um elevado nível no atendimento aos clientes, superestimando a sua satisfação.

Justifica-se ainda nossa pesquisa, por um lado, a condição de que o ambiente organizacional, tanto interno quanto externo, continuamente passa por mudanças que interferem diretamente nas empresas. Por outro lado, os consumidores estão cada vez mais exigentes, fazendo com que as empresas se sintam obrigadas a se adaptar às exigências deles.

Logo, se estas últimas circunstâncias são ignoradas, isso pode derivar até mesmo na saída da empresa em questão do mercado. Logo, implantar e desenvolver sistemas de gestão da qualidade, ferramentas tecnológicas, processos gerenciais, dentre outros mecanismos, resultarão em vantagens competitivas para a empresa.

Para Mello *et al.* (2009), o crescimento da globalização fez com que a gestão da qualidade se tornasse imprescindível para as empresas, tanto na melhoria continuada quanto para a liderança de mercado. Assim, ao se implementar numa organização um sistema de gestão da qualidade, os benefícios alcançarão não só os limites internos, mas também os externos, atingindo-se clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e a sociedade no entorno como um todo.

A temática desta investigação, portanto, interessa tanto à comunidade acadêmica quanto à empresarial, a qual procura conhecer o processo de implantação da ISO 9001 e os resultados positivos e negativos em cada etapa. Além disso, despertar uma reflexão de

⁵Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade Habitacional.

como a certificação contribui para o aprimoramento dos envolvidos e das organizações é objeto adjacente desta proposta.

É neste contexto, por exemplo, que Marshall Junior *et al.* (2010) afirmam que os administradores de empresas de qualquer tamanho ou ramo de atuação têm consciência de que não se pode negar a importância da implementação e do desenvolvimento de estratégias organizacionais, a exemplo de sistemas de gestão da qualidade, para que se alcancem a excelência e a eficácia do desempenho organizacional.

O comprometimento pelo setor da construção civil ocorreu a partir de dados informados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais (SINDUSCON – MG), que previu a estagnação do setor, a partir de 2015, sem perspectivas de crescimento, como se deu em anos anteriores a este estudo.

Tal panorama brota da crise atual no país, com menor crescimento das rendas familiares, encarecimento do crédito e ajuste do mercado imobiliário. Portanto, urge apontar num trabalho como o nosso, como as construtoras podem se sobressair à concorrência, buscando mecanismos de diferenciação e, essencialmente, a qualidade da prestação de seus serviços, gerando satisfação de seus clientes.

A gestão da qualidade, especificamente a ISO 9001, é um desses diferenciais exigidos pelo mercado no ramo da construção civil. No caso analisado, é elemento exigível até mesmo para obras públicas e de construção habitacional, tais como o programa do governo “Minha Casa, Minha Vida”.

Conforme Paladini (2009, p. 05): “Nesse contexto, não há opção: tem sobrevivido e sobreviverá quem souber criar e continuar criando diferenciais. Dito de outro modo: o dilema não está entre produzir com qualidade ou não... é produzir com qualidade ou fechar”.

O objetivo geral deste artigo, enfim, é o de analisar um episódio em particular: o processo de inserção da ISO 9001 e PBQP-H em uma construtora, cuja razão social foi ocultada a pedido da sua Direção. Vale dizer que pontuou a nossa escolha, o fato de que este é um segmento que influencia de modo significativo a economia de Frutal – MG. Ajusta-se a esta premissa, a ideia de que, para Severino (2007), este tipo de pesquisa estuda um episódio relacionado a um conjunto de outros semelhantes, e sua escolha se deve a uma suficiente representatividade, espécie de exemplificação para casos semelhantes.

Utilizou-se por metodologia complementar, uma pesquisa bibliográfica exploratória para ampliar o conhecimento técnico, assim como o levantamento dos processos utilizados a partir de materiais já publicados. As informações do estudo são majoritariamente qualitativas, obtidas a partir de entrevistas e questionários estruturados como instrumentos para a coleta de dados primários.

Como parte do conjunto de procedimentos, foi realizada uma entrevista, em 03 de agosto de 2016, com a coordenadora de qualidade da empresa, a qual nos solicitou a ocultação de seu nome. Esta, por sua vez, é responsável pela implantação e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ.

Foi aplicado ainda um questionário junto aos colaboradores da empresa em questão, no período de 25 de julho de 2016 a 05 de agosto de 2016, a fim de se obter um posicionamento dos mesmos quanto ao SGQ, além de suas motivações, dificuldades e benefícios ao participarem do processo.

1. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O termo qualidade vem sendo cada vez mais debatido no mundo, tornando-se assunto de extrema relevância, despertando as empresas para a busca incessante da qualidade que, por sua vez, está ligada à evolução e ao aprimoramento de suas estruturas. As corporações, a seu turno, têm percebido que não basta ter excelência em determinado setor ou departamento, mas, sim, de maneira conjunta, verificando-se como diferentes esforços interagem para se atingir objetivos organizacionais.

O portal Venki (2015) destaca que a importância de se implantar um sistema de gestão de qualidade no setor da construção civil reside no fato de que isso possibilita a abertura de novos mercados e a ampliação dos existentes, aumentando as negociações das empresas com os clientes. Outro item de relevância, também, está na condição de que propiciam outros benefícios, como o aumento da produtividade dos colaboradores, a diminuição de desperdícios e custos, o controle eficiente dos processos e a melhoria da organização interna.

No mundo competitivo do século XXI, o grande desafio é conseguir convencer o cliente de que a empresa em que ele trabalha ou da qual é o proprietário é a melhor opção. Por isso, menor preço e uma proposta comercial bem apresentada são

importantes, mas a certeza de que, durante a realização da obra, em todas as suas etapas, existirá qualidade, pode ser primordial. Todavia, para isso, a percepção da qualidade deve ocorrer desde o planejamento do método construtivo da obra, incluindo a escolha dos equipamentos que serão empregados, e nos serviços básicos de construção, conforme salientam Pinheiro e Crivelaro (2014, p. 79).

O setor da construção civil possui algumas características específicas, tais como heterogeneidade na prestação dos serviços, pouca qualificação e alta rotatividade da mão de obra, tradicionalismo, ou seja, pouca inovação tecnológica, ambiente de trabalho susceptível à ações do meio ambiente, falta de clareza e de definições objetivas nas especificações demandadas, mobilidade dos funcionários ao redor do bem fixo, mudança constante do local de trabalho dos operários e singularidade de todas obras realizadas (cf. PAIVA; SALGADO, 2003).

A adesão às normas ISO gera vantagens para as empresas, pois propicia à organização, produtividade e credibilidade, pontos facilmente identificados pelos clientes que buscam empresas que cumpram com tais requisitos. Um dos objetivos é a padronização do gerenciamento do sistema de qualidade, visando à sua unificação de forma universal. A função é a de promover a normalização de produtos, bens e serviços para que a qualidade seja permanentemente melhorada (PINHEIRO; CRIVELARO, 2014).

Com o objetivo de incentivar as empresas nacionais a aderirem à gestão da qualidade, e também com o intuito de inseri-las na competição com as empresas internacionais, o Governo Federal lançou, em 1991, o PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade Habitacional). O foco era o de aplicar a qualidade na produção, reduzindo custos e aumentando a produtividade, a fim de se alcançar maior competitividade mediante à melhoria nos processos tecnológicos e de gestão (PINHEIRO; CRIVELARO, 2014).

Ainda segundo Pinheiro e Crivelaro (2014), a utilização de um sistema de gestão da qualidade nas construtoras tornou-se um requisito básico, pois, além de aumentar a eficiência organizacional, é uma exigência para a obtenção de financiamento habitacional.

Os autores reiteram que este tema ainda é recente no Brasil, porém, o setor de construção civil tem se conscientizado da importância de se documentar e utilizar um sistema de gestão de qualidade que ofereça as melhores práticas, desde o projeto da obra à sua execução e manutenção.

Não há dúvidas de que um sistema como este traz resultados positivos e contribui para a orientação do setor da construção civil, aumentando o equilíbrio das relações contratuais e a melhoria da qualidade das obras. Além destas vantagens, os autores citam a utilização de um conjunto de boas práticas pelas empresas construtoras como contribuinte para a direção e a padronização das mesmas.

Afinal, já que uma grande parte do conhecimento deste setor é tácito e não explícito, ou seja, os profissionais não encontram documentos acerca do tema, mas aprendem informalmente, os sistemas compilam as boas práticas do processo de produção a partir de obras existentes e as documentam. Desta maneira, o conhecimento passa a ser difundido de maneira mais eficiente entre os profissionais da área.

Para as relações contratuais, as boas práticas são fundamentais, pois dão maior segurança ao contratante quanto à melhor qualidade das unidades e do atendimento aos principais requisitos de desempenho.

A implantação de um sistema de qualidade leva tempo e exige saber o papel da qualidade dentro do objetivo organizacional. Além disso, a fundação exige uma mudança geral, disseminando o conhecimento em todos os níveis. Para tanto, a qualidade necessita planejamento e exige que as pessoas envolvidas no sistema de implante da qualidade tenham conhecimentos técnicos (PINHEIRO; CRIVELARO, 2014).

2. PBQP-H – PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT

De acordo com o Ministério das Cidades (MCIDADES, 2015), o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) foi elaborado em 1991, e aplicado em 1998, pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Sua meta é aplicar a melhoria da qualidade do *habitat* e a modernização produtiva no setor da construção civil. Este programa foi criado principalmente para aumentar a competitividade do setor, promovendo a qualidade e a produtividade, além de apoiar o crescimento e modernização do país. Em longo prazo, o programa visa a reduzir o déficit habitacional, por meio do barateamento das construções e do aumento da qualidade, índices os quais podem ser alcançados quando o ambiente setorial se torna isonômico competitivamente.

O escopo do programa se ampliou no ano 2000, quando começou a fazer parte do Plano Plurianual “Avança Brasil” (PPA), e incluíram-se nele áreas como transporte urbano, infraestrutura e saneamento, mudando a letra “H” da sigla PBQP-H, que antes significava “habitação”, para *habitat*, ou seja, estendeu-se, com isso, a abrangência do programa à área de atuação (MCIDADES, 2015).

Na tabela 1, podem-se observar as evoluções do programa:

Tabela 1 – Evolução das atualizações do PBQP-H

1996	1998	2000	2005	2012	2017
2ª Conferência das Nações Unidas “Assentamentos Humanos – Habitat II” (Istambul/Turquia). O PBQP-H foi instituído pelo Governo Federal para cumprimento dos compromissos firmados pelo Brasil quando da assinatura da carta de Istambul.	Em 18 de dezembro de 1998, a partir da assinatura da portaria n. 134, foi instituído o PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional).	Houve a necessidade de ampliação do escopo do programa, que passou a englobar as áreas de saneamento e infraestrutura urbana. Assim, o “H” passou de “habitação” para “habitat”.	Substituição do SIQ – Sistema de Qualificação de empresas de serviços de obras – pelo SIAC – Sistema de Avaliação da Conformidade de empresas e serviços e obras da construção civil.	Revisão realizada no SIAC (norma que contém requisitos para implantação dos níveis do PBQP-H).	Revisão do SIAC visando a um aperfeiçoamento para adequá-lo aos requisitos e critérios de desempenho da norma técnica ABNT NBR 15.575:2013.

Fonte: elaborado pelas autoras, segundo dados do Ministério das Cidades, 2015

Pode-se observar que o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) é um instrumento do governo federal que tem como meta organizar o setor da construção civil em torno da melhoria da qualidade do *habitat* e da modernização produtiva a partir da qualificação de construtoras, mão-de-obra, fornecedores de materiais e serviços, dentre outros.

A adesão a ele não é obrigatória e é responsabilidade do gestor da organização decidir se quer ou não implementar e certificar o sistema de gestão da qualidade. Porém, agentes financiadores, como a Caixa Econômica Federal (CEF) e outras instituições financeiras, exigem a adesão. Além disso, o setor público, por meio do poder de compra, pressiona as empresas a buscarem a certificação.

O PBQP-H (MCIDADES, 2015) afirma que a CEF tem sido a principal parceira do projeto, pois oferece financiamentos exclusivos para construtoras que são certificadas pelo programa. Dessa forma, a CEF atua como impulsionadora do aumento da qualidade, produtividade, competitividade e modernização produtiva.

Para o Ministério das Cidades (2015), o programa possui um elevado grau de aceitação, pois há aproximadamente 3000 construtoras ativas nos níveis de avaliação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SIAC/PBQP-H), demonstrando que este conquistou credibilidade junto ao segmento da construção civil.

A relação das empresas certificadas no Estado de Minas Gerais, até setembro de 2016, era de um total de 435, com certificado SIAC, vigente em 2016, sendo que 378 pertenciam ao nível A, duas ao nível B, e 55 estavam no nível D – o nível de ingresso/adesão no sistema.

A alteração para janeiro de 2017, segundo o Ministério das Cidades, seria necessário o alinhamento com a norma de desempenho NBR 15. 575: 2013.

O foco desta postura está nas especialidades técnicas, serviços especializados de execução e gerenciamento de obras, bem como nos empreendimentos e na elaboração de projetos. Deve-se considerar, ainda, que os Sistemas de Gestão da Qualidade – SGQs – atendam às suas exigências, compatíveis às da norma internacional ISO 9000. O novo SIAC trouxe em seu texto requisitos específicos para se comprovar o desempenho das construções executadas de acordo com a norma de desempenho.

3. ISO 9001 INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA PADRONIZAÇÃO)

ISO é a sigla da *International Organization for Standardization*, a Organização Internacional de Padronização, de natureza não governamental e sediada em Genebra, Suíça. Foi fundada em 1947, contando, hoje, com 162 países membros e 3368 comitês técnicos (os TCs – ou *technical committees*).

A ISO 9000 é elaborada pelo comitê ISO/TC 176 e, desde seu lançamento, em 1987, suas normas foram evoluindo em estrutura, requisitos e enfoque. As três normas

certificáveis da série ISO 9000:1987 tinham como grande enfoque a garantia da qualidade, tal qual a norma britânica BS-5750.

Em 1994, as três normas (9001, 9002 e 9003) continuavam com a abordagem de garantia da qualidade, porém, ampliou-se o conceito de Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQs). Em 2000, a norma passou a ser a ISO 9001. Além da ênfase em sistemas de gestão da qualidade, ela trouxe a gestão por processos, deixando explícito o uso do PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), o qual se define pelos oito princípios da qualidade.

A versão de 2008 não trouxe novidades significativas em relação à de 2000, o que decepcionou muitos profissionais ávidos por alterações. Em 2015, chegou-se à versão ISO 9001:2015, desenvolvida sob a ótica do Anexo SL, de 2012, também conhecido como ISO *Draft Guide* 83, voltado a estruturas de alto nível, que define um padrão de requisitos normativos a serem utilizados para todas as normas ISO.

Assim, a ISO 9001:2015 era muito esperada e teve grande envolvimento mundial. Dentre suas inovações, a gestão de riscos, a inserção de novas terminologias, a redução de oito para sete princípios de qualidade foram os grandes destaques.

Isso possibilitou o exercício de uma reflexão sobre as práticas empresariais modernas e as mudanças do ambiente de negócios, proporcionando maior ênfase na obtenção da conformidade do produto, melhorando-se, assim, a compatibilidade com outras normas de sistemas de gestão. Por ser uma referência internacional amplamente reconhecida, tal norma busca identificar quais são os pontos mais críticos nas empresas e padronizar seus serviços.

O objetivo principal da norma em questão, como a própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008) estabelece, é o de proporcionar a melhoria na gestão empresarial. Trata-se de uma ferramenta estratégica utilizada na maioria dos países, visando-se a estabelecer normas consistentes que aumentam a qualidade dos processos de gestão e intensificando a relação de confiança entre a empresa e seu cliente. O escopo vai além de se definir um padrão a ser seguido: ele exige acompanhamento, monitoramento e verificação da eficiência com o intuito de se incrementar o nível de qualidade de acordo com as exigências do mercado e de se facilitar o entendimento e a interpretação dos requisitos por parte das organizações e de seus sistemas de gerenciamento de qualidade.

Segundo Mello et al. (2009), a norma ISO 9001 estabelece requisitos que irão em conjunto formar um sistema de gestão da qualidade quando implementados internamente

na organização. As empresas normalmente adotam-na para fins contratuais e/ou para certificação, e seu foco é a eficácia em satisfazer os requisitos de clientes atuais e potenciais.

De acordo com Vieira Filho (2012), a rápida difusão da norma ISO 9001 no mundo ocorreu devido à demanda de diversos países. Atualmente, as importações só ocorrem através de organizações certificadas por essa norma, e isso ocorre porque os países envolvidos sabem que a qualidade do atendimento e do produto/serviço adquirido será bem maior do que se importassem de organizações que não possuam nenhum tipo de sistema de gestão da qualidade implementado.

De acordo com Vieira Filho (2012) e Marshall Junior *et al.* (2010), os clientes potenciais normalmente exigem a certificação do sistema de gestão qualidade ISO 9001 da organização vendedora. Essa prática se dá em virtude da confiança, entre as partes envolvidas, de que os requisitos combinados serão atingidos e de que o sistema de gestão da qualidade será aprimorado continuamente.

Os requisitos especificados pelo sistema de gestão da qualidade ISO 9001 são aplicados na organização quando ela precisa comprovar sua capacidade de fornecer produtos que irão ao encontro das expectativas do cliente e dos requisitos regulamentares exigidos. A intenção aqui é o de aumentar a satisfação dos clientes, incluindo-se a melhoria continuada no sistema e garantindo-se a conformidade do produto ou serviço com os requisitos regulamentares (VIEIRA FILHO, 2012).

Poldermans (2015), responsável pela ISO 9001 do organismo certificador DVN GL, resume o fator de maior importância decorrente desta revisão:

Como todas as novas normas de sistema de gestão ISO, a ISO 9001 está agora alinhada com a chamada estrutura de alto nível. Isso significa que todas as novas normas de sistema de gestão ISO serão alinhadas com a dos requisitos comuns, o que tornará mais fácil para as organizações a implementarem daqui para frente (POLDERMANS, 2015).

Para Prado Filho (2009), os requisitos demandados pela norma ajudam no aumento da capacitação da equipe, no aperfeiçoamento dos processos da empresa, no controle do ambiente de trabalho, na constatação da satisfação dos consumidores, fornecedores e da equipe e no aumento da produtividade e eficácia da empresa. As organizações e pessoas que almejam a qualidade precisam ter uma visão positiva sobre a mudança, pois qualquer tipo de melhoria, até mesmo pequena, é bem-vinda. As

inovações devem ser conhecidas pelas empresas, testadas e aplicadas quando possível. Para se implementar um sistema de gestão da qualidade, a organização deve ter consciência de que o caminho que segue deve ser reavaliado.

4. CERTIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO, BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

De acordo com Marshall Junior *et al.* (2010), existem três motivos que podem levar uma organização a implementar um SGQ, sejam elas: conscientização da alta administração; demandas externas; e, por incrível que possa parecer, puro modismo.

Quando o motivo que levaria a uma implantação de um SGQ eficaz é a conscientização por parte da alta administração, isso, provavelmente, se deve ao fato de que a cúpula está envolvida totalmente nos processos da organização. Isto é, todos os departamentos da organização se uniriam para o sucesso de um objetivo em comum, que resultaria em vantagem competitiva para si.

O processo tende a ser difícil, podendo até mesmo ser traumático para a organização quando ela implementa um SGQ devido às exigências externas, tal o que acontecem em função da entrada da empresa em processos de licitação, em novos mercados ou quando sofre pressão de clientes.

Ainda, de acordo com Marshall Junior *et al.* (2010), o processo de certificação pode ser definido como as ações executadas por um órgão autônomo com o qual não se tem qualquer tipo de relação comercial. A finalidade, neste caso, é a de se comprovar publicamente o ato e, por escrito, que um produto, serviço ou processo está compatível com os requisitos exigidos, sendo que estes podem ser nacionais, estrangeiros ou internacionais.

Carpinetti, Miguel e Gerolamo (2011) afirmam que a certificação do sistema de gestão da qualidade ISO 9001 é um procedimento pelo qual o órgão certificador analisa o SGQ da organização interessada em conseguir um certificado, atestando se ele condiz com os requisitos estabelecidos pela ISO 9001.

Numa definição corroborada por Zacharias (2001), se entende que a empresa consegue sua certificação quando um organismo independente julga que os processos e o produto final estão em conformidade com os requisitos da norma.

Devido às normas ISO serem de caráter voluntário, elas não têm como função controlar a utilização das mesmas pelas empresas, que devem ser compreendidas somente entre o fornecedor e seu cliente. Por essa razão, a ISO, apesar de ter suas normas bem aceitas, não confere nenhum certificado, nem em seu nome.

Empresas especializadas em auditoria não possuem qualquer concessão da ISO para executá-lo. Essas surgiram para exercer a função que a ISO não realiza, e conferem certificados por meio de auditorias externas às empresas que estão em conformidade com a ISO 9001 (MAXIMIANO, 2005).

Segundo Carpinetti, Miguel e Gerolamo (2011), as empresas especializadas em auditoria ou órgãos certificadores são chamadas de “auditoria de terceira parte”. Por assim dizer, o termo “Auditoria” se emprega, devido ao caráter oficial da avaliação e, a expressão “terceira parte”, porque aquela não é feita pela própria empresa auditada (a “primeira parte”) ou por um cliente da empresa (uma “segunda parte”), mas, sim, por um órgão independente.

No Brasil, o órgão reconhecido internacionalmente e que realiza o credenciamento de organismos certificadores que emitem o certificado ISO é o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

O certificado ISO 9001 tem validade de 03 anos, com manutenções anuais, necessitando de renovação após esse período. Recomenda-se a cada semestre ou mesmo anualmente realizar uma auditoria interna, a fim de se observar se o sistema de gestão continua atendendo aos requisitos da norma. Se a empresa deixar de cumprir com algum requisito, seu certificado não será mantido (CARPINETTI; MIGUEL; GEROLAMO, 2011).

Para se obter a certificação, Pinheiro e Crivelaro (2014) e Zacharias (2001) sugerem alguns passos ou procedimentos: comprometimento da alta direção; indicação formal do coordenador da qualidade; planejamento e padronização; palestra sobre qualidade/ISO 9001 para todos os colaboradores; treinamento; realização de auditorias internas; escolha da entidade certificadora; auditoria pré-certificação; auditoria de certificação; e, enfim, a implantação das ações corretivas para as não-conformidades evidenciadas durante o processo.

Prado Filho (2009) afirma que a certificação traz como vantagens o aumento da satisfação e da confiança dos consumidores, a redução dos custos internos, o aumento da produtividade, a melhoria da imagem e dos processos de maneira continuada, bem

como o aumento da facilidade de acesso a novos mercados. Podemos acrescentar a estas vantagens o *marketing*, ou seja, a vantagem publicitária obtida com a divulgação da empresa a ser certificada, demonstrando aos fornecedores e clientes seu compromisso com a qualidade.

Segundo Rodrigues (2008), o gestor que pretende certificar sua empresa, por exigência ou não do mercado, não deve ver isso apenas como uma forma de aumentar os lucros da empresa. Esta pode até ser uma consequência da certificação, pois a credibilidade aumentará. Porém, o benefício real ocorre com a melhoria dos processos e com a diminuição da rotatividade de funcionários, retrabalhos, dentre outros aspectos. Entretanto, o que normalmente ocorre nestes processos, muitas vezes, é que esses ganhos subjetivos não são considerados na conta balanço, o que é um erro.

Em relação aos benefícios internos, os autores citam como mais importantes: aumento da satisfação dos clientes; um fornecedor preferencial para empresas certificadas (ZACHARIAS, 2001); redução do custo de retrabalhos, desperdícios e reposições; o aumento da competitividade e do lucro (MARSHALL JUNIOR *et al.*, 2010; Zacharias, 2001); diminuição de bens e serviços não conformes; maior sustentação em disputas judiciais; melhoria da imagem da marca e o aumento de sua reputação; melhoria no relacionamento comercial e técnico com os clientes (MARSHALL JUNIOR *et al.*, 2010); diminuição do custo operacional e dos ciclos de tempo de produção e/ou realização de atividades por meio do uso efetivo dos recursos; aumento da flexibilização e da rapidez de resposta às oportunidades oferecidas pelo mercado – o que resulta em maior participação no mercado nacional e internacional, com uma facilidade de exportação devido ao atendimento às exigências internacionais; maior integração entre os processos e departamentos da empresa, melhorando a comunicação interna entre os diferentes níveis da organização; cultura da qualidade, com melhor desempenho organizacional mediante a promoção do treinamento, da qualificação e da certificação do pessoal, o que resulta em uma melhor compreensão dos objetivos e metas bem como das responsabilidades dos funcionários da empresa, o que eleva a motivação (MARSHALL JUNIOR *et al.*, 2010; PINHEIRO e CRIVELARO, 2014).

Dando continuidade à intensa lista de aspectos positivos, temos ainda um aumento da facilidade na avaliação das melhorias e quantificação dos bens e serviços, resultando em acréscimo da capacidade de se tomar decisões mais eficazes; maior integração e adaptação dos processos que melhor contribuem para a obtenção dos resultados

desejados (PINHEIRO e CRIVELARO, 2014); clima organizacional voltado à melhoria, com aumento da capacidade de se identificar oportunidades de melhorias, dirigidas e priorizadas (PINHEIRO e CRIVELARO, 2014; ZACHARIAS, 2001).

Os principais benefícios obtidos pela sociedade e pelos clientes são: diminuição do desperdício e da poluição; melhoria no relacionamento técnico e comercial do cliente com o fornecedor; maior proteção para os clientes; aumento do desenvolvimento tecnológico da empresa; maior segurança, confiabilidade e disponibilidade dos bens e serviços comprados; melhor atendimento da empresa em caso de reclamações dos clientes; redução do custo de inspeção e recebimento do produto, já que os fornecedores certificados irão cumprir o escopo, desobrigando o cliente de inspecioná-lo; aumento efetivo de satisfação dos clientes (MARSHALL JUNIOR *et al.*, 2010; ZACHARIAS, 2001).

A motivação para as empresas buscarem uma certificação habitualmente se dá por motivos externos, vinculados a uma dificuldade maior de se alcançar os benefícios da ISO. Neste caso, é grande o empenho na implementação da norma, já que as empresas precisam também permanecer focadas em seu ramo de negócio. Ainda assim, tais empresas não alcançarão muitos benefícios devido ao estreito foco na importância de uma tal implementação, ao contrário de empresas que veem na certificação uma possibilidade de melhorarem a qualidade de seus bens e serviços. Estas últimas costumam obter mais benefícios com este processo (SAMPAIO *et al.*, 2009, *apud* RIBEIRO, 2012).

Todas as organizações, quando vão passar por um processo de transição, devem realizar mudanças no estilo de gestão, na aplicação de ferramentas gerenciais ou operacionais, na implementação de sistemas de gestão, etc. Por isso, enfrentam dificuldades que vão desde o custo da operação até barreiras culturais. Elencamos algumas identificadas por este estudo a partir do investimento que se precisa para a implantação da ISO 9001, e que representam dificuldades para as empresas. De imediato, são necessários recursos financeiros para consultoria, treinamento e para a própria certificação, o que, conseqüentemente, requer tempo dos colaboradores, além de investimentos em *hardware*, *software* e *humanware*⁶ (ZACHARIAS, 2001).

Alguns autores enfatizam como dificuldades e pontos negativos relativos à certificação, o excesso de documentação que o sistema exige, o que resulta em mais custos e maior dedicação do tempo da equipe. Também reiteram a falta de

⁶Modelo de gerenciamento do fator humano, desenhado para oferecer ferramentas de prevenção, diagnóstico e manejo de conflitos ao longo do ciclo de vida de um projeto.

compatibilidade da norma para com outros sistemas de gestão. Na realidade, tais afirmações são consideradas corretas, até a versão de 2008, pois, na ISO 9001:2015, esses problemas foram sanados. Não há mais exigência em se documentar o sistema e também foram feitas adaptações, a fim de que a norma se torne compatível com outros sistemas de gestão ISO.

Vale destacar a presença de algumas dificuldades que ainda persistem no processo: resistência à mudança em todos os níveis da organização (inclusive na alta direção); problemas de comunicação entre os colaboradores; falta de tempo para a devida implantação; custo com recursos materiais (*hardware*, *software*, mobília etc.); custo e tempo com recursos humanos (palestras, treinamentos, contratação de coordenador da qualidade e/ou consultores etc.); e, um significativo tempo gasto pela alta administração no envolvimento e acompanhamento da implementação e manutenção do SGQ.

Entretanto, alguns consultores afirmam que a probabilidade de recuperação do investimento em qualidade gira em torno de três anos depois da certificação e consideram a falta de envolvimento e participação da alta administração como a maior dificuldade para o estabelecimento do SGQ (PINTO E SOARES; GOTZAMANI, 2010, *apud* RIBEIRO, 2012).

Ujihara, Cardoso e Chavez (2006) ressaltam alguns fatores relevantes apontados pelo CB-25 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), tais como: dificuldades de implantação e certificação do SGQ, devido à mudança de cultura (25%); a resistência dos funcionários (21%); a dificuldade para com a capacitação dos funcionários (13%); a burocracia (8%); a variação quanto à interpretação das normas (8%); e, a própria adequação à norma (3%). Algumas destas questões são pontuais em cada empresa. É importante não generalizar, uma vez que estas, por outro lado, também são demandas intrínsecas ao processo de certificação, e que acontecem na maioria das empresas identificadas pelos autores utilizados nesta revisão bibliográfica.

Vale destacar, neste sentido, que essas barreiras podem ser amenizadas com um monitoramento efetivo dos processos e com uma boa gestão dos ciclos de manutenção. A certificação é uma atividade dinâmica, pois, de tempos em tempos, é necessário que se faça a revisão, que costuma incluir requisitos novos. E a empresa precisa sempre se adaptar a eles, melhorando seu SGQ, a fim de se manter certificada (MARSHALL JUNIOR *et al.*, 2010).

Marshall Junior *et al.* (2010) e Vieira Filho (2012) frisam que a adoção do ciclo PDCA⁷, como o representante mais conhecido do melhoramento continuado, é um aliado ao planejamento da empresa. O ciclo PDCA é uma tecnologia gerencial de tomada de decisões. Suas quatro etapas, quando realizadas ciclicamente e sem interrupções, promovem a melhoria contínua da organização, tão importante para o sucesso da empresa. A partir de sua adoção é possível assegurar que, devido à melhoria contínua, os objetivos podem ser alcançados. Em caso contrário, volta-se à primeira etapa (a do planejamento) e definem-se novas metas, desafios, procedimentos, métodos etc. Trata-se de uma ferramenta ideal a ser utilizada para se verificar, nas auditorias internas, se o sistema está em conformidade às normas ou se precisa de adequações. Desta maneira, a empresa consegue fazer a manutenção de seu sistema de forma eficaz.

5. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

O estudo de caso foi realizado em uma empresa do ramo da construção civil, a qual foi escolhida por possuir certificação ISO 9001 e, também, por atender aos requisitos do SIAC (Serviços e Obras da Construção Civil) PBQP-H.

No período da pesquisa, a corporação ainda não havia passado pela transição da versão 2008 da norma ISO 9001 para a versão 2015, nem pelo PBQP-H/2017.

Foram duas as etapas de estudo: a primeira, entrevista realizada com a coordenadora de qualidade, o que possibilitou definir o quadro de implementação, obtenção, manutenção da certificação, melhoria contínua do SGQ e o processo que a construtora passaria para se adequar à nova versão da ISO.

A segunda etapa, complementar à entrevista, foi a realização de um inquérito por meio de questionários aplicados aos colaboradores da construtora, com o intuito de verificar se as afirmações de cada entrevistado correspondiam à visão dos colaboradores.

A empresa em questão tem mais de 37 anos de atuação na construção de unidades habitacionais, comerciais e industriais, e executa obras públicas e privadas, atualmente edificadas dentro dos mais altos padrões de qualidade assegurados pelo SGQ.

⁷Também chamado de “Ciclo de Deming” ou “Ciclo de Shewhart”, é sigla das expressões: *Plan, Do, Check, e Action* (Planejar, Fazer, Verificar e Agir).

O tipo de estrutura organizacional é a hierarquizada, que emprega a departamentalização por funções, com ênfase na unidade de comando vertical e na comunicação horizontal. A implantação do SGQ se apresenta como uma estratégia obrigatória para a manutenção da capacidade competitiva, uma vez que a certificação para o ramo de atuação se tornou determinante em um de seus principais mercados.

Durante a realização de entrevistas, os que não souberam responder, em sua maioria, trabalhavam havia menos de 03 anos na empresa ou faziam parte da execução das obras, função em que normalmente há uma grande rotatividade.

Foram feitas perguntas relacionadas à percepção dos colaboradores acerca da certificação ISO 9001, a fim de se diagnosticar o quão estão integrados e são conhecedores da empresa na qual trabalham. O resultado diagnosticado foi positivo, pois 89% concordaram que a empresa certificada estava mais comprometida com o funcionário; 70% afirmaram possuir algum conhecimento sobre o conteúdo da norma ISO 9001; 96% e concordaram que os conhecimentos adquiridos na empresa sobre o SGQ contribuiriam para seu desenvolvimento profissional e pessoal. Verificou-se também a percepção do antes e do depois da certificação: cerca de 48% dos funcionários questionados já estavam trabalhando na empresa quando foi feita a implementação do SGQ. Para a maioria deles, isso facilitou o trabalho (88%) e aumentou a autonomia (67%).

Em relação à manutenção da certificação, o coordenador de qualidade respondeu em conformidade ao que se verificou no referencial teórico empregado neste trabalho: a empresa se utiliza do PDCA, ferramenta de melhoria contínua, para manter e checar o cumprimento do SGQ. Além disso, são realizadas auditorias internas que possibilitam o acompanhamento constante e a correção de erros quando necessário. O coordenador ainda apontou que, mediante o monitoramento, houve aumento da qualidade do produto e dos serviços prestados, redução de retrabalhos e mais satisfação dos clientes internos e externos.

Os funcionários entrevistados citaram ainda diversos motivos que justificavam a contribuição da ISO para o desenvolvimento organizacional, profissional e pessoal. Alguns deles foram mencionados pela maioria, tais como conhecimento/aprendizado, como proceder no trabalho/rotina da obra, organização, clientes satisfeitos, trabalhar com produtos de qualidade, cultura de melhoria contínua, aprender sobre coleta seletiva e primeiros socorros, comprometimento, cultura de responsabilidade ambiental e social,

treinamentos e melhoria na comunicação e, ainda, vários disseram que percebiam a diferença de se trabalhar em uma empresa certificada no mercado, tornando-se mais valorizados pela concorrência.

Os resultados do estudo focaram principalmente nos benefícios e dificuldades da certificação ISO 9001. Ainda dentro do contexto da certificação, buscou-se conhecer as motivações da empresa e se ter uma visão geral dos colaboradores sobre trabalharem em uma companhia certificada. Comparando-se os dados obtidos da entrevista realizada com a coordenadora de qualidade com os dados oriundos dos questionários aplicados aos colaboradores, verifica-se que as motivações internas e externas são as mesmas citadas, mudando-se apenas as palavras utilizadas. Então, é possível notar que a empresa não teve razões apenas internas ou apenas externas, mas ambas, e todos as conheciam.

Relacionando-se as motivações com os benefícios, Heras, Dick e Casadesús (2002) e Sampaio *et al.* (2009) afirmaram que há uma relação entre ambos no sentido de que, se as motivações forem internas, os benefícios serão internos. O contrário também se daria: se as motivações fossem externas, os benefícios seriam externos. Desta maneira, como a empresa teve motivações tanto internas quanto externas, segundo a visão tanto dos colaboradores e do coordenador de qualidade, também houve benefícios internos e externos.

Neste sentido, apenas 02 benefícios tiveram uma discordância relevante (acima dos 50%): motivação e melhoria na comunicação interna. Ou seja, trabalhar em uma empresa certificada não motiva os funcionários e não teve uma expressiva mudança na comunicação interna mediante a certificação. A maior concordância se deu em relação aos treinamentos: os funcionários afirmaram terem aprendido novas técnicas e métodos de trabalho.

Os benefícios internos citados pelo coordenador de qualidade, tais como padronização e redução de erros e retrabalhos, e os externos, como *marketing* e permanência da empresa no mercado, vão ao encontro dos citados no referencial teórico por Prado Filho (2009), Rodrigues (2008), Heras, Dick e Casadesús (2002), Marshall Júnior *et al.* (2010), Pinheiro e Crivelaro (2014) e Zacharias (2001).

O benefício da diminuição da rotatividade dos funcionários defendido por Rodrigues (2008) não foi considerado pelo coordenador de qualidade e isso se deveu ao setor de construção civil possuir uma alta rotatividade, como citado no referencial teórico por Paiva e Salgado (2003).

Em relação os principais problemas, o coordenador de qualidade destacou: envolvimento da gestão do topo, também indicado por Sampaio *et al* (2009); resistência à mudança, conforme apontado por Gotzamani (2010); e aumento do custo devido à preparação e implementação do SGQ, o que havia sido realçado em trabalho de Zacharias (2011). O excesso da documentação e a incompatibilidade da norma para com outros processos foram citados também no processo de implantação da versão 2008, diferentemente da nova, a ser implantada.

A percepção dos colaboradores sobre algumas dificuldades pelas quais a empresa passou até se adaptar com o SGQ não correspondeu à visão do departamento de qualidade. São elas: descomprometimento da direção (90% discordaram ser um fator de dificuldade) e o excesso de documentação/burocracia (56% discordaram ser um fator de dificuldade). Como visto nos benefícios, a certificação não gerou motivação (55%), porém, também não foi um fator de desmotivação para os funcionários, já que 90% discordaram sobre este item ser uma dificuldade. Todas as dificuldades apresentadas obtiveram uma discordância maior do que a concordância, portanto, em geral, os colaboradores não sentiram dificuldades na formalização do SGQ, nem em se trabalhar em uma empresa certificada.

Quanto à discordância dos colaboradores em relação ao comprometimento da direção na certificação da qualidade, isso se deve possivelmente ao fato de a alta administração estar mais próxima da coordenação do que do operacional, minimizando sua percepção quanto a este requisito e apenas concordando em relação aos benefícios que a ISO 9001 traz para a empresa e sua importância para o desenvolvimento e boa gestão empresarial.

Atualmente, a empresa estudada se encontra em uma fase bastante consolidada, com seus processos mais esclarecidos, proporcionando vantagens competitivas no mercado e gerando bons resultados. Isso demonstra um bom caminho para que outras empresas sigam o mesmo rumo, buscando-se, sempre, a excelência em processos e serviços. Tal implementação também representa um forte instrumento quando da definição de metas e objetivos estratégicos, fortalecendo-se o espírito de trabalho em equipe e a superação das dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A satisfação de cada cliente, o planejamento do empreendimento, a definição dos projetos, a execução das obras, a constante observação sobre os cronogramas, as exigências para com a qualidade dos materiais, da mão-de-obra e a precisão de cada etapa da edificação são aspectos de constante preocupação por parte da empresa.

Esse conjunto de cuidados tem grande influência sobre o nível de satisfação da organização e de seus clientes. São atitudes que caracterizam processos com requisitos transparentes, comunicação clara e eficaz dos objetivos da empresa pertinentes aos resultados esperados, e programas de treinamento, visando a potencializar os conhecimentos e o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados.

De modo geral, ao se comparar os motivos dados pelo coordenador de qualidade da empresa com os fornecidos pelos colaboradores, percebemos que são similares. Portanto, a maioria dos funcionários tinha consciência do motivo de a construtora ter obtido a certificação ISO 9001 (43,49% não souberam responder a esta pergunta). O resultado foi positivo, pois os colaboradores entenderam melhor os processos internos da companhia e não ficaram receosos quanto a trabalhar em uma empresa certificada, já que compreendiam a importância de tal certificação.

Na bibliografia pesquisada, os dados sobre os benefícios sentidos pelos colaboradores, ao fazerem parte de uma empresa certificada, foram pouco abordados. Por isso, fez-se necessário aprofundar este tema na pesquisa, pois se tratam de um dos fatores que colaboram para o sucesso da empresa.

Os colaboradores são o espelho das empresas e eles devem saber os papéis que desempenham nela para que atendam bem os clientes e estes fiquem satisfeitos. Neste contexto, está inserida a cultura da empresa, que pode influenciar positiva ou negativamente o comportamento dos funcionários e, conseqüentemente, a imagem externa da companhia. Conhecer a ISO 9001 e sua importância para a organização é essencial para os funcionários, que se sentirão integrados e promoverão uma imagem positiva dos produtos e serviços da organização, aumentando o seu valor no mercado.

Quando a empresa conhece as dificuldades que podem encontrar na certificação, ela pode fazer um planejamento de maneira que aquelas sejam evitadas ou resolvidas rapidamente, a fim de se obter um maior aproveitamento da implementação da ISO 9001.

A percepção dos benefícios fará com que as empresas optem pela certificação de maneira consciente e rápida.

Presentemente, há uma busca cada vez maior dentro das organizações, por intermédio de seus gestores, pela melhoria da gestão organizacional, requisitando mecanismos para controlar e medir seus processos, reduzindo-se, assim, o desperdício e maximizando resultados, o que aumentará a satisfação de seus clientes e colaboradores.

Percebe-se que o SGQ é um processo que contribui com o controle e a padronização dos procedimentos e, também, permite a medição da eficácia das ações tomadas, com foco na satisfação do cliente e na busca da melhoria contínua dos processos.

Há que se destacar também que um SGQ, depois de implantado, pode influenciar positivamente a organização, mudando atitudes, aumentando o comprometimento, bem como o envolvimento de todas as partes interessadas. Além disso, a imagem e a credibilidade que a certificação proporciona à empresa são grandes diferenciais frente ao mercado, especialmente com vistas à competitividade e à captação de novos clientes. A empresa também considera sua satisfação em manter o certificado, sempre passando pelos processos de manutenção e recertificação.

Conclui-se, então, que a certificação do SGQ declara o compromisso da empresa com a qualidade de seu produto ou serviço, tendo como objetivo a satisfação do cliente. Além disso, é uma ferramenta de disseminação que irá divulgar uma imagem positiva da empresa no mercado em que atua, sendo bem vista por acionistas, clientes e, no caso da construção civil, também por órgãos de financiamentos, que reconhecem a padronização de processos na gestão da qualidade por meio de resultados positivos, tanto internos quanto externos.

A proposta deste artigo foi o de despertar o interesse pela busca por prestação de serviços com qualidade para a satisfação do cliente. Recomenda-se que se prossigam pesquisas como esta, face às possibilidades de análise da evolução econômico-financeira que o mercado sempre requisita.

Em suma, foi mediante o estudo da implantação de um sistema de gestão da qualidade em construtoras, que nos foi viável mensurar a realidade da redução de custos operacionais, avaliando-se o desempenho e a lucratividade, e, ainda, oferecendo-se um estudo direcionado em relação ao custo-benefício da certificação PBQP-H adotado por tais construtoras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR ISO 9000:2005*. Sistema de Gestão da Qualidade. Fundamentos e Vocabulário. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *NBR ISO 9001:2008*. Sistema de Gestão da Qualidade. Requisitos. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *NBR ISO 9001:2015*. Sistema de Gestão da Qualidade. Requisitos. Rio de Janeiro, 2015.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro *et al.* *Gestão da Qualidade ISO 9001:2008. Princípios e Requisitos*. São Paulo: Atlas, 2011.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. *Metodologia do Trabalho Científico*. Curitiba: Jesde: Brasil, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

HERAS, Iñaki *et al.* *ISO 9000 registration's impact on sales and profitability*. In: *Int J Qual & Reliability Mgmt*, v. 19, n. 6, p. 774-791, set. 2002. Disponível em: <http://www.sc.ehu.es/oewhesai/p774.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO). Disponível em: <http://certifiq.inmetro.gov.br/Consulta/CertificadosConce-didosUF>. Acesso em: 23 set. 2019.

JANUZZI, Ulysses Amarildo; VERCESI, Cristiane. *Sistema de gestão da qualidade na construção civil: um estudo a partir da experiência do PBQP-H junto às empresas construtoras da cidade de Londrina*. In: *Revista Gestão Industrial*, v. 6, n. 3, p. 136-160, 20 out. 2010. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistaqi/article/viewFile/584/536>. Acesso em: 15 set. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL JUNIOR, Isnard *et al.* *Gestão da Qualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCidades). Disponível em: <http://pbqp-h.cidades.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2015.

MELLO, Carlos Henrique Pereira *et al.* *ISO 9001:2008: Sistema de Gestão da Qualidade para Operações de Produção e Serviços*. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, K. G. S. *Análise das Mudanças do Novo SIAC (Pbqp-H) e os possíveis impactos no setor da construção civil*. TCC no Curso de Engenharia Civil da UFPB, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://security.ufpb.br/ccec/contents/documentos/tccs/2016.2/analise-das-mudancas-do-novo-siac-pbqp-h-e-os-possiveis-impactos-no-setor-da-construcao-civil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

PAIVA, Mônica Souto de; SALGADO, Mônica Santos. *Treinamento das equipes de obras para implantação de sistemas da qualidade*. Disponível em:

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0208_0179.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

PALADINI, Edson Pacheco. *Gestão Estratégica da Qualidade – Princípios, Métodos e Processos*. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; CRIVELARO, Marcos. *Qualidade na Construção Civil*. São Paulo: Érica, 2014.

POLDERMANS, Bastiaan. Disponível em: <http://www.dnvba.com.br/Informacoes/noticias-%20press-releases/Pages/ISO-9001-2015.aspx>. Acesso em: 17 de mai. 2015.

PORTAL TEMPLUM. Disponível em: <http://certificacaoiso.com.br/passa-a-passa-certificacao-http://certificacaoiso.com.br/passa-a-passa-certificacao-%20iso-9001/>. Acesso em: 10 de mai. 2016.

_____. Disponível em: <http://certificacaoiso.com.br/iso-9001/manutencao-http://certificacaoiso.com.br/iso-9001/manutencao-%20sistema-gestao-qualidade>. Acesso em: 17 jun. 2016.

PORTAL VENKI. Disponível em: <http://www.venki.com.br/blog/gestao-da-qualidade-na-%20construcao-civil/construcao-civil/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PRADO FILHO, Hayrton Rodrigues do. *Qualidade sem medo*. Campinas: Epse, 2009.

RIBEIRO, Sandra Isabel; PEREIRA, Maximiano Coelho. *Os benefícios e as dificuldades na certificação da qualidade: Norma NP EN ISO 9001:2008*. 2012. Dissertação (Mestrado), Curso de Administração, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto: São Mamede de Infesta, 2012.

RODRIGUES, Ronaldo Costa. *Vale a pena ter ISO 9001? / 2008*.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la/>. Acesso em: 16 set. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SINDUSCON). Disponível em: <http://www.sinduscon-mg.org.br/>. Acesso em: 09 de abr. 2015.

SOUZA, Roberto de; ABIKO, Alex. *Metodologia para Desenvolvimento e Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade em Empresas Construtoras de Pequeno e Médio Porte*. In: *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP*, São Paulo, p. 5-5, 1997. Disponível em: http://www.planoauditoria.com.br/site/download/120908_gestaoqualidade_poli_usp_btp_cc190_1.pdf. Acesso em: 08 jun. 2016.

TOLEDO, José Carlos de; MARTINS, Roberto Antônio. *A Proposta de Modelo para a Elaboração de Programas de Gestão para a Qualidade Total*. In: *Revista de Administração*, FEA-USP, v. 33, n. 2, p. 52-59, 1998.

VIEIRA FILHO, Geraldo. *Gestão da Qualidade Total: uma abordagem prática*. Campinas: Alínea, 2012.

ZACHARIAS, Oceano. *ISO 9000:2000. Conhecendo e implantando: uma ferramenta de gestão empresarial*. São Paulo: O. J. Zacharias, 2001.

COMPARAÇÃO DE FLUXOS EM SISTEMAS DE LÂMPADA UV PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE CAPTAÇÃO DE FRUTAL/MG

RODRIGUES, Raiane Maria Araujo¹; MARTINS, Heytor Lemos²; MILLAN, Rodrigo Ney³; FUJITA, Allynson Takehiro⁴

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v8a52019p153-164](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v8a52019p153-164)

RESUMO: As fontes de contaminação antropogênicas nos mananciais são, em geral, diretamente associadas a despejos domésticos e industriais. Estes se agravam devido ao chorume, oriundo de aterros de resíduos sólidos, às fezes de animais que contaminam os lençóis freáticos com microrganismos patogênicos e/ou poluentes orgânicos persistentes (FREITAS & ALMEIDA, 1998; MORA *et al.*, 2011; TANG *et al.*, 2013) e, também, por meio de potenciais fontes de nitrato e substâncias orgânicas extremamente tóxicas ao homem e ao meio ambiente (GRIMALT *et al.*, 2004; BOUÉTARD *et al.*, 2013). Neste sentido, o projeto visa otimizar o fluxo de um sistema de tratamento de água, realizado com lâmpada UV (tipo luz germicida) de baixo custo. Será testada uma lâmpada de 15 w Germicida, com três fluxos diferentes e de fontes diferentes. Serão realizadas análises de coliformes termotolerantes e variáveis físicas e químicas da água, antes e após o tratamento. O fluxo mais eficiente será divulgado na parte de resultados e, futuramente, poderá se tornar uma alternativa de tratamento de água para consumo em propriedades rurais e em pequenas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Radiação UV, coliformes termotolerantes, variáveis físicas e químicas, qualidade de água

ABSTRACT: Anthropogenic sources of contamination in water sources are generally directly associated with domestic and industrial dumping. These are aggravated by manure from solid waste landfills, animal feces that contaminate groundwater with pathogenic microorganisms and / or persistent organic pollutants (FREITAS & ALMEIDA, 1998; MORA *et al.*, 2011; TANG *et al.*, 2013) and also through potential sources of nitrate and extremely toxic substances to humans (GRIMALT *et al.*, 2004; BOUÉTARD *et al.*, 2013). In this sense, the project aims to optimize the flow of a water treatment system, made with low cost UV lamp (germicidal light). A 15w Germicide lamp with three different streams from different sources will be tested. Thermotolerant coliforms and physical and chemical water variables will be analyzed before and after treatment. The most efficient flow will be reported in the results part and in the future could become an alternative treatment for drinking water on farms and small communities.

KEYWORDS: UV radiation, thermotolerant coliforms, physical and chemical variables, water quality

¹ Graduada em Tecnologia em Alimentos: raianearaujorodrigues97@gmail.com

² Mestrando em Ciências Ambientais: heytor.martins@uemg.br

³ Doutor em Microbiologia Agropecuária: rodrigo.millan@uemg.br

⁴ Doutor em Química Analítica: allynson.fujita@uemg.br

INTRODUÇÃO

Segundo a *Declaração Universal dos Direitos da Água*, “o direito a água é um dos direitos fundamentais do ser humano”. É, sobretudo, um direito à vida, tal qual é estipulado no artigo trigésimo da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000). É fato que as atividades humanas, associadas a um estilo de vida consumista e ao desperdício, têm determinado alterações significativas ao meio ambiente, influenciando nas reservas dos recursos naturais (DONAIRE, 2001).

A água, em alguns territórios, tem se tornado um recurso escasso e com qualidade comprometida. Os crescentes desmatamentos, os processos de erosão/assoreamento dos mananciais superficiais, os lançamentos de efluentes e detritos industriais e domésticos nos recursos hídricos têm contribuído para tal situação (MACKERETH; HERON; TALLING, 1978).

Nos países em desenvolvimento, essa problemática é agravada em razão da baixa cobertura da população quanto aos serviços de segurança hídrica, relativos ao abastecimento de água com qualidade e quantidade. No entanto, existe uma distribuição desigual do serviço entre as diversas regiões do país, entre a população urbana e a rural e ainda entre os municípios.

O acesso aos serviços de abastecimento de água decresce, a partir das Regiões Sudeste e Sul para o Nordeste e Norte, sendo que temos os menores índices nesta última (MORMUL *et al.* 2006).

O acesso da população urbana também diminui, face à rural, do mesmo modo em que se diferenciam entre os municípios de maior população para os de menor contingente populacional. Nas áreas urbanas, a cobertura decai, especialmente se observarmos do centro para a periferia. O decréscimo ocorre, ainda, social e economicamente, partindo-se dos ricos para os pobres (NORDBERG; GOYER; CLARCKSON, 2006).

A ocupação urbana e rural descontroladas, marcadamente em suas áreas de proteção, tem sido a maior ameaça aos mananciais. Tal ocupação expõe o descuido com o esgoto doméstico, com os resíduos sólidos e com a carga urbana difusa de

poluição, levando ao comprometimento da qualidade da água bruta e à possível inviabilização de uso do manancial, dado o aumento do custo do tratamento e também à ameaça de redução da qualidade da água a ser distribuída para a população, particularmente devido à possível presença de substâncias tóxicas e microrganismos patogênicos associados à poluição e contaminação (SILVA & PORTO, 2003).

Segundo Lima e Zakia (2000), as atitudes comportamentais do homem, desde que ele se tornou parte dominante dos sistemas, têm uma tendência em sentido contrário à manutenção do equilíbrio ambiental. Isto talvez tenha origem no fato de que ele não pode criar as fontes que satisfaçam às suas necessidades fora do sistema ecológico, daí, então, que essa contingência lhe impõe uma pressão cada vez maior em sua relação com o ambiente.

A contaminação das águas naturais pode ocorrer em qualquer fase do ciclo hidrológico, esteja ela tanto no estado de vapor em contato com a atmosfera quanto no estado líquido, seja no movimento descendente (chuva ou neve), seja no contato com a crosta e, infelizmente, cada vez mais, em decorrência das atividades antropogênicas (TUNDISI, 2006).

Desse modo, o trabalho teve como objetivo otimizar um equipamento com sistemas de lâmpadas UV, do tipo germicida, para o tratamento de água superficial e subterrâneas (cisterna), a fim de quantificar os coliformes termotolerantes na água a ser tratada e, após, tratamento e determinação de variáveis físicas e químicas da água, tais como: pH, oxigênio dissolvido, salinidade, condutividade elétrica, resistividade elétrica, potencial redox, sólidos totais dissolvidos e temperatura.

PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL

Foram selecionadas amostras de água de uma fonte lótica, na qual o fluxo foi otimizado para apresentar maior eficiência na eliminação de coliformes termotolerantes.

A proposta foi a de montar um sistema com tubo PVC de 75 mm de diâmetro, e utilizar lâmpadas do tipo germicida (15 w), as quais emitem, no comprimento, ondas ultravioletas, para eliminar as bactérias termotolerantes, em água de cisterna e águas superficiais, oriundas de propriedades rurais do município de Frutal – MG.

Figura 1 – Protótipo do sistema de tratamento e imagem do mesmo



Foram montados os sistemas de tratamento e de otimização das condições de utilização, melhorando o fluxo de água a ser tratada, a quantificação dos microrganismos termotolerantes e variáveis físico-químicas de qualidade de água utilizando lâmpada germicida.

Testes foram realizados em uma lâmpada de 15 w em formatos tubulares. A lâmpada foi inserida em tubos PVC de 75 mm para permitir que a amostra de água pudesse ficar diretamente em contato com a lâmpada, conforme é mostrado na figura 1.

Para os testes com a lâmpada com três valores de fluxo (F1, F2 e F3), sendo 3, 6 e 12 L/h, com triplicatas, deverão ser coletados 60L de água de um mesmo local.

Foi determinada a concentração de fósforo total, ortofosfato, nitrato, nitrito e amônia por espectrofotometria UV/VIS, de acordo com Golterman *et al.* (1978) e Koloreff (1976).

As amostras para a quantificação dos nutrientes foram congeladas imediatamente após as coletas e analisadas em menos de uma semana após a coleta.

A amostra de água foi analisada antes e depois do tratamento. Os resultados foram anotados e tratados estatisticamente.

Todas as amostras de água utilizadas nos ajustes do sistema foram avaliadas, bem como os parâmetros determinados na sonda multiparâmetros de qualidade de água (HANNA HI9828) e a quantificação dos coliformes termotolerantes. Os parâmetros físicos e químicos foram medidos no local de amostragem, antes e após o tratamento implantado.

A análise microbiológica foi realizada em laboratório, após coleta de água no local (antes e após o tratamento) em frascos de vidro esterilizados.

Foi realizado treinamento para manusear a sonda multiparâmetros de qualidade de água (HANNA HI9828) e para realizar a quantificação de coliformes termotolerantes. A análise de nutrientes foi realizada com o acompanhamento técnico do laboratório da Unidade acadêmica de Frutal.

Foi utilizada água de sistema de captação do município de Frutal/MG.

Figura 2 – Ponto de coleta da água utilizada para a pesquisa



1. VARIÁVEIS ANALISADAS

1.1. Variáveis físicas e químicas

Temperatura, pH, condutividade e oxigênio dissolvido foram medidos com sonda multiparamétrica HANNA HI 9828, no local.

A amostragem de água para determinação de nutrientes ocorreu em frascos de polietileno, previamente limpos e com capacidade de armazenamento de 500 mL. Fósforo total, nitrato, nitrito e amônia foram determinados espectrofotometricamente, de acordo com Golterman *et al.* (1978) e Koloreff (1976).

As amostras para a quantificação dos nutrientes foram congeladas imediatamente após as coletas e analisadas em menos de uma semana.

1.2. Coliformes termotolerantes

Frascos previamente esterilizados foram utilizados para a amostragem de água, a fim de se proceder à determinação dos coliformes termotolerantes. A quantificação ocorreu através da técnica dos tubos múltiplos, onde diluições decimais das amostras foram incubadas em 03 tubos de ensaio, contendo meio de cultura A1, os quais foram incubados por 03 horas em estufa, a 35°C e, posteriormente, em banho-maria, a 44,5°C por 21 horas. Os resultados foram verificados através da leitura dos tubos positivos na tabela de NMP/100 mL (APHA, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Variáveis Físico-químicas

O pH é uma variável que mede a acidez da água e a sua variação pode depender das relações entre matéria orgânica depositadas nos corpos hídricos, seres vivos, rocha, ar e a própria água dos viveiros. A acidez da água pode estar

associada também com a decomposição da matéria orgânica presente no curso d'água (BUCCI, OLIVEIRA, 2014).

A temperatura da água é uma variável de extrema importância para os estudos relacionados a corpos d'água, pois está associada ao consumo de oxigênio, e ao crescimento e sobrevivência de organismos presentes na água (BIOTTA; DANIEL, 2012).

Os níveis de oxigênio dissolvido não apresentaram diferença significativa ($p > 0,05$). Os valores de oxigênio ficaram dentro dos padrões estabelecidos pela resolução 357/2005 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2005).

O oxigênio dissolvido é o principal parâmetro de caracterização dos efeitos da poluição das águas por despejos orgânicos (VON SPERLING, 1996).

A condutividade elétrica da água é representada em sua maioria por sólidos dissolvidos em água, dos quais se destacam dois tipos: compostos iônicos e compostos catiônicos. Os compostos iônicos (cargas negativas, que possuem elétrons livres na camada de valência), são sólidos que se dissolvem em água e são caracterizados como sendo cloretos, sulfatos, nitratos e fosfatos.

Os compostos catiônicos (cargas positivas, que perderam elétrons na camada de valência) também interferem na condutividade elétrica da água e possuem cátions de sódio, magnésio, cálcio, ferro, alumínio e amônio. Desta forma, quando mensuramos a condutividade elétrica de uma amostra, estamos na realidade quantificando uma grande quantidade de compostos nela contidos – uns positivos, outros negativos – e que, em solução, permitem a passagem da eletricidade.

Materiais orgânicos, como óleos, graxas, álcool, fenóis não possuem a capacidade de conduzir eletricidade. Assim, quando se apresentam na forma dissolvida na água, a condutividade elétrica é severamente reduzida, e chega a zero, quando o produto está em fase livre.

TDS significa total de sólido dissolvido (ou Total de Sais Dissolvidos), ou seja, tudo que compõe a água, porém, que não seja a própria água. TDS é uma medida que totaliza todos os sólidos dissolvidos inorgânicos e orgânicos em sua água.

Isso inclui vários componentes importantes, como cálcio, magnésio e carbonato, o qual pode ser medido usando testes de kH, gH, kits de pH. No entanto, isso também inclui todos os outros minerais dissolvidos, sais e muito mais.

O teste de salinidade é feito para determinar a quantidade de sais dissolvidos em uma amostra de água natural, como de oceanos, rios, lagos e mares. A salinidade permite determinar se a água está adequada para beber, bem como realizar o monitoramento ecológico de habitats aquáticos.

ORP é, basicamente, uma medida da carga molecular que confere ao nível da capacidade de uma substância de oxidar ou reduzir a oxidação. Uma carga ORP positivo indica que a substância é um oxidante. Quanto maior a carga positiva, mais forte será o poder oxidante. E, é pela medida da condutividade que se obtém a resistividade.

Tabela 1. Variáveis antes a após passar pelo tratamento.

Variáveis /Fluxo	CONTROLE	F1 40L/h	F2 120L/h
pH	7,09	5,38	5,91
Temperatura	18,87	21	20,59
OD	9,83	9,44	8,88
Cond.	48	43	50
TDS	48	43	50
Sal.	0,02	0,02	0,02
ORP	-72,3	-88,4	-66,3
Res.	20,6	22,2	20,2

2. Coliformes Termotolerantes

A quantidade de coliformes era baixa e estava dentro do estabelecido pela legislação, pois, segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sobre coliformes termotolerantes, diz que: para o uso de recreação de contato primário deverão ser obedecidos os padrões de qualidade de balneabilidade, previstos na Resolução CONAMA, nº 274, de 2000.

Para os demais usos, não deverá ser excedido um limite de 200 coliformes termotolerantes por 100 mililitros em 80% ou mais, de pelo menos 6 amostras, coletadas durante o período de um ano, com frequência bimestral.

Tabela 2. Antes de passar pelo tratamento com lâmpada UV germicida, foram feitos três pontos e analisadas.

Ponto/Diluição	0	-1	-2
1	4	1	0
2	2	0	0
3	2	1	0

Tabela 3. Após passar pelo tratamento, a amostra Controle, Fluxo 1 e Fluxo 2, obtiveram resultado satisfatório, resultando em 100% de eficiência, sendo assim não foi quantificado coliformes.

Ponto/Fluxo	CONTROLE	F1	F2
1	0	0	0
2	0	0	0
3	0	0	0

3. Análise de Nutrientes

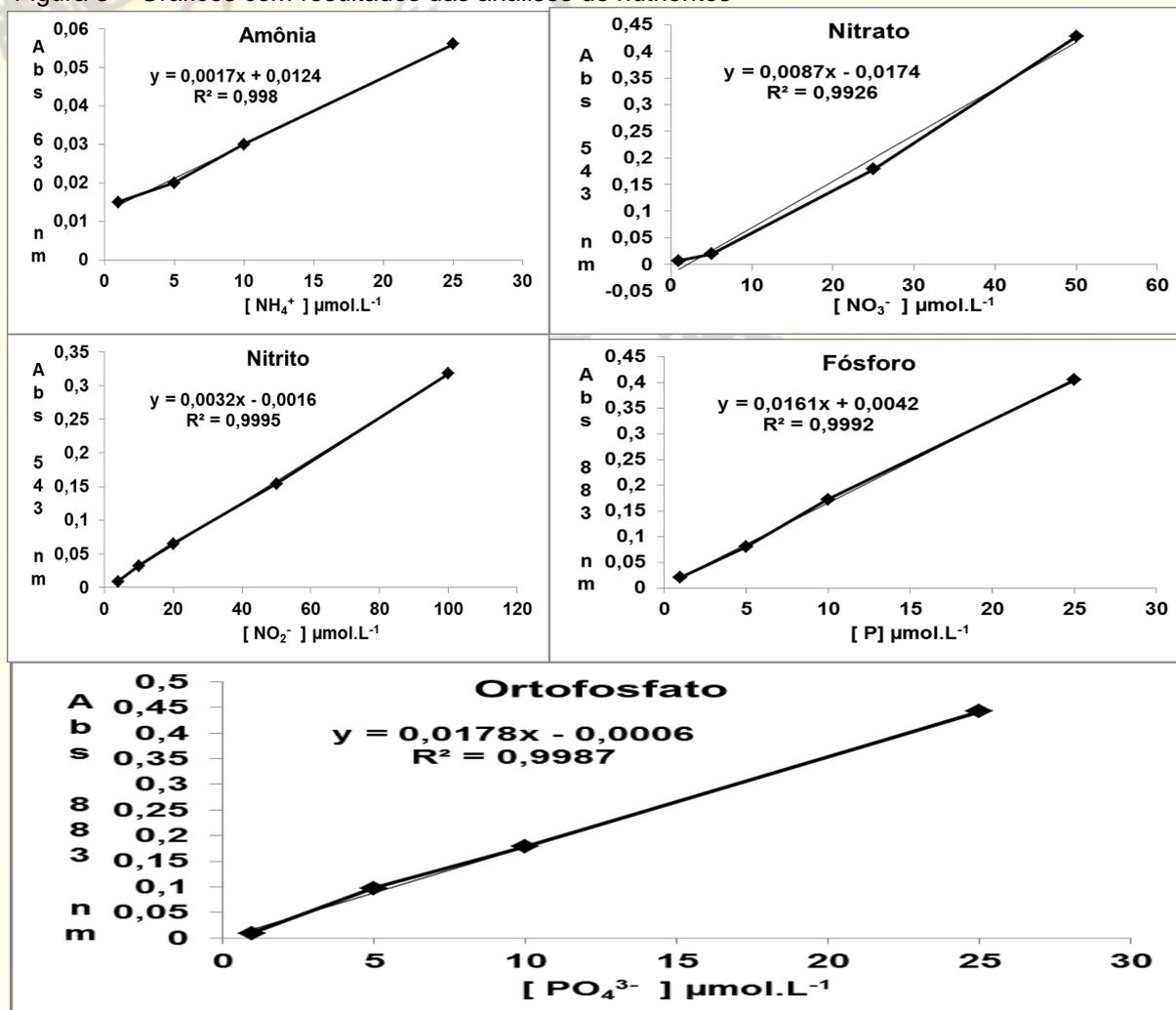
A eutrofização artificial é ocasionada pelo aumento de nutrientes essenciais na água, principalmente os nitrogenados (amônia, nitrito, nitrato) e fosfatados (fósforo total e ortofosfato), que são de grande importância para a cadeia alimentar. Quando descarregados em altas concentrações, provindos de atividades antrópicas, geram alterações no corpo hídrico, como o aumento da turbidez da água, capaz de impedir que organismo produza o oxigênio resultante da fotossíntese, necessário para manter o equilíbrio do corpo hídrico.

A diminuição do oxigênio dissolvido em consequência da poluição pode ocasionar a ausência de espécies, principalmente as de vertebrados, como os peixes.

O excesso de nutrientes causa o crescimento excessivo de macrófitas flutuantes, floração de algas potencialmente tóxicas e levar à morte de peixes e animais essenciais à biota aquática, o que torna cada vez mais necessário o controle das fontes poluidoras e a realização de medidas para a melhoria da qualidade da água (BARRETO *et al.*, 2014).

De acordo com o CONAMA, os nutrientes apresentaram quantidade que se adequa à legislação imposta.

Figura 3 – Gráficos com resultados das análises de nutrientes



CONCLUSÃO

Os resultados obtidos foram muito satisfatórios. O equipamento teve baixo custo de montagem, a quantidade de nutrientes na água não teve resultados significativos que extrapolassem a legislação ou que interferissem na qualidade da água, pelo fato de o local de coleta fornecer água límpida e com baixa contaminação microbiológica.

REFERÊNCIAS

- APHA. *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*. 21 ed. Washington. American Public Health Association (APHA), American Water Works Association (AWWA), Water Environment Federation (WEF), 2005.
- BARRETO, L. V.; FRAGA, M. S.; BARROS, F. M.; ROCHA, F. A.; AMORIM, J. S.; DE CARVALHO, S. R. *et al.* Relação entre vazão e qualidade da água em uma seção de rio. *Revista Ambiente & Água*, v. 9, p. 118-129, 2014. <http://dx.doi.org/10.4136/ambiagua.1278>
- BIOTTA, P.; DANIEL L. A. Utilização de lâmpadas germicidas na desinfecção de esgoto sanitário. *Revista Ambiente & Água. An Interdisciplinary Journal of Applied Science*, v. 7, n. 1, 2012.
- BOUÉTARD, A.; BESNARD, A. L.; VASSAUX, D.; LAGADIC, L.; COUTELLEC, M. A. Impact of the redox-cycling herbicide diquat on transcript expression and antioxidant enzymatic activities of the freshwater snail *Lymnaea stagnalis*. *Aquatic Toxicology*, v. 126, p. 256–265, 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA nº 357*, Diário da União de 17 de março de 2005.
- BUCCI, M. H. S.; OLIVEIRA, L. F. C. Índices de qualidade da água e de estado trófico na represa Dr. João Penido (Juiz de Fora, MG). *Revista Ambiente & Água*, v. 9, n. 1, p. 130-148, 2014. <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1290>
- BRASIL. Portaria nº 36/GM. *Padrão de potabilidade da água destinada ao consumo humano*. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
- DONAIRE, P. P. R. Desinfecção de Águas Utilizando Radiação Ultravioleta e Fotocatálise Heterogênea. *Dissertação de mestrado*, UNICAMP, 2001.
- FREITAS, M. B.; ALMEIDA, L. M. Qualidade da água subterrânea e sazonalidade de organismos coliformes em áreas densamente povoadas com saneamento básico precário. 1998. Disponível em: In: *X Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*. CD-ROM, São Paulo: Sonopress-Rimo.
- GOLTERMAN, H. L.; CLYMO, R. S.; OHNSTAD, M. A. M. *Methods for physical and chemical analysis of freshwater*. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1978. 213 p.
- GRIMALT, J. O.; DROOGE, B. L. V.; RIBES, A.; VILANOVA, R. M.; FERNANDEZ, P.; APPLEBY, P. Persistent organochlorine compounds in soils and sediments of European high altitude mountain lakes. *Chemosphere*, v. 54, p. 1549–1561, 2004.
- KOROLEFF, F. Determination of nutrients. In: Grashof, E. & Kremling E. (eds). *Methods of seawater analysis*. New York: Verlag Chemie Weinheim, p. 117-181, 1976.

LIMA, W. P.; ZAKIA, M. J. B. Hidrologia de matas ciliares. In: RODRIGUES; R. R.; LEITÃO FILHO; H. F. (Ed.). *Matas ciliares: conservação e recuperação*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 33-43, 2000.

MACKERETH, F. J. H.; HERON, J.; TALLING, J. F. *Water analysis and some revised methods*. Dorset: Freshwater Biology Assosiation, 1978.

MORA, M. A.; BAXTER, C.; SERICANO, J. L.; MONTOYA, A. B.; GALLARDO, J. C.; RODRÍGUEZ-SALAZAR, J. R. PBDEs, PCBs, and DDE in eggs and their impacts on aplomado falcons (*Falco femoralis*) from Chihuahua and Veracruz. *Mexico Environmental Pollution*, v. 159, p. 3433-3438, 2011.

MORMUL, R. P.; KWIATKOVSKI, A; ZERBINI, D. L. N.; FREITAS, A. A.; ALMEIDA, A. C. G. Avaliação da qualidade da água em nascentes da favela São Francisco de Campo Mourão/PR. *Revista Saúde e Biologia*, v. 1, n. 1, p. 36-41, 2006.

NORDBERG, G. F.; GOYER, R. A.; CLARKSON, T. W. Impact of effects of acid precipitation on toxicity of metals. *Environmental Health Perspectives*, v. 63, p. 169-180, 1985.

SILVA, R. T.; PORTO, M. Gestão urbana e gestão das águas: caminhos da integração. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, 2003.

TANG, Z.; HUANG, Q.; YANG, Y.; ZHU, X.; FU, H. *Organochlorine pesticides in the lower reaches of Yangtze River*. Occurrence, ecological risk and temporal trends. *Ecotoxicology and Environmental Safety*, v. 87, p. 89–97, 2013.

TUNDISI, J. G. *Águas Doces no Brasil*. São Paulo: Ed. Escrituras, 2006.

VON SPERLING, Marcos. *Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias – Lagoas de Estabilização*, v.03. Minas Gerais: ABES, 1996.

A QUESTÃO DO NEGRO BRASILEIRO REVISITADA

SILVA, Jakceli Costa da – jakcelicosta@gmail.com, 8º período, ADM / UEMG – noturno
PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A análise da inserção do negro no mercado de trabalho é bastante complexa e se faz mais evidente pelo vislumbre histórico de fatos migratórios associados ao negro escravizado e trazido às colônias europeias a partir do Século XVI. Justifica nosso estudo, o dado de que o desejo das equidades raciais no Brasil ao mesmo tempo em que é causa negra, influencia diretamente toda a população econômica ativa (AYERBE, 2002). Por objetivo geral, esta pesquisa investiga a ideia de que a diplomacia brasileira pode ter tido papel determinante nos fatores econômicos relacionados ao negro brasileiro escravizado. Especificamente, espera-se compreender como os diplomatas podem ter atuado na transmutação das assimetrias históricas, particularmente às ligadas à libertação do negro brasileiro. Como resultado parcial, pode-se notar que o nosso país, desde o seu descobrimento e exploração colonial, passou por períodos de transformações, cujas potências socioculturais ainda não foram suficientes para promover a quebra da hegemonia branca em todos os segmentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão social, negritude, sociedade

ABSTRACT: The analysis of the insertion of blacks in the labor market is quite complex and is made more evident by the historical glimpse of migratory facts associated with black enslaved and brought to European colonies from the 16th century. Our study justifies the fact that the desire for racial equity in Brazil while being a black cause directly influences the entire active economic population (AYERBE, 2002). Overall, this research investigates the idea that Brazilian diplomacy may have played a determining role in the economic factors related to the enslaved Brazilian black. Specifically, we hope to understand how diplomats may have acted in the transmutation of historical asymmetries, particularly those linked to the liberation of the Brazilian Black. As a partial result, it can be noted that our country, since its discovery and colonial exploitation, has undergone periods of transformation, whose sociocultural powers have not yet been sufficient to promote the breakdown of white hegemony in all social segments.

KEYWORDS: Social Inclusion, blackness, society

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

LOGÍSTICA EMPRESARIAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: GANZELA, Danthon Henrique Pires; AGRELI, Lucas Carvalho; QUEIROZ, Lyandra Hadassah Santos de; SANTOS, Paula Hortência dos

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A logística é um dos segmentos mais importantes dentro das corporações, cuja função é a de otimizar o transporte e o planejamento de estoque, desde o encaminhamento de sua matéria prima até o produto final. Este estudo tem por método a leitura de conteúdos bibliográficos em acervos físicos e digitais. Nosso objetivo é o de compreender o cenário logístico e orientar sobre quais ferramentas serão mais eficazes para entender as necessidades logísticas das organizações. A pesquisa terá como base a obra “Logística Empresarial: a perspectiva Brasileira”, de Paulo Fernando Fleury (2000). Como principais resultados desta pesquisa, concluímos que, após a chegada da tecnologia da informação, vários benefícios foram incorporados às organizações. O interesse por este tema deu-se pelo alto índice de perdas que a deficiência logística enfrenta dentro dos seus respectivos setores.

PALAVRAS-CHAVE: Logística, tecnologia da informação, organizações

ABSTRACT: Logistics is one of the most important segments within corporations, whose function is to optimize transportation and inventory planning, from the forwarding of its raw materials to the final product. This study had as method the reading of bibliographic contents in physical and digital collections. Our goal is to understand the logistics landscape and guide which tools will be most effective in understanding the logistics needs of companies. The research will be based on the work “Business Logistics: the Brazilian perspective”, by Fleury (2000). As main results of this research, we conclude that after the arrival of information technology, several benefits were incorporated to organizations. Interest in this theme was due to the high rate of losses that logistic deficiency faces within their respective sectors.

KEYWORDS: Logistics, information technology, companies

REFERÊNCIAS

FLEURY, Paulo Fernando. *Logística Empresarial: a perspectiva Brasileira*. São Paulo: Atlas, 2000.

O EMPREENDEDORISMO FEMININO

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: SILVA, Ana Karoline Soares da; SANTOS, Camila Henrique dos; PAULA, Fabíola Batista de; VAL, Gabrielly Braz Balduino do; SILVA, Guilherme Sales da; SANTOS, Milleny Bárbara Santana dos

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O empreendedorismo feminino tem aumentado sua representatividade, inovando nas formas de trabalho, na mesma medida em que as empreendedoras contribuem para o desenvolvimento do país. Para esta pesquisa empregaremos a referência de arsenais físicos e digitais correlativos ao tema (BAVON, 2019). Nossos objetivos são o de estudar o tema, de forma sistêmica e analítica, apresentando o modo com que a mulher empreendedora tem se destacado no mercado de trabalho. O estudo terá como alicerce fundamental os falares compilados de artigos e reportagens veiculadas digitalmente. Como principais resultados desta investigação, já podemos afirmar que os grandes empreendimentos realizados por mulheres têm sua maior ênfase neste século XXI. O interesse por este estudo é o de propor um feixe de luz sobre o fato de que o desenvolvimento feminino atualmente é um assunto tão atual quanto promissor.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo feminino, mercado de trabalho, mulher empreendedora

ABSTRACT: Female entrepreneurship has increased its representativeness, innovating in the forms of work, as entrepreneurs contribute to the development of the country. For this research we will use the reference of correlative physical and digital arsenals to the theme. Our goals are to study, in a systemic and analytical way, presenting the way in which the entrepreneurial woman has excelled in the job market. The study will have as its fundamental foundation the compiled speeches of digitally published articles and reports. As main results of this investigation, we can already state that the large enterprises undertaken by women have their greatest emphasis in this 21st century. The interest in this study is to shed a light on the fact that female development today is as current as it is promising.

KEYWORDS: Female Entrepreneurship, labor market, woman Entrepreneur

REFERÊNCIAS

BAVON, Ana. *Entenda a Importância do Empreendedorismo Feminino*. Disponível em: <http://feminaria.com.br/entenda-a-importancia-do-empreendedorismo-feminino/>, acesso em 10/09/2019.

OS DESAFIOS DA MULHER EMPREENDEDORA NO BRASIL

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM, noturno: GONÇALVES, Augusto Alves; NAVES, Diones da Silva; ROCHA, Gustavo Fernandes Paula; SILVA, Kálita Rodrigues da

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Devido ao processo de empoderamento feminino no mercado de trabalho, está ocorrendo um aumento progressivo de empreendimentos constituídos e liderados por mulheres. Para realizar esta pesquisa empregamos o método de revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. O principal objetivo é o de mostrar a participação da mulher no mercado de trabalho e todas as dificuldades por elas encontradas. O estudo teve como apoio teórico principal o artigo “Mulheres Empreendedoras: o desafio de empreender”, de João André Tavares Fernandes *et al* (2013). Um dos principais resultados encontrados foi a constatação da dificuldade de inserção feminina no empreendedorismo. O interesse por um tema como este foi gerado devido ao preconceito reinante no mercado de trabalho em relação às mulheres terem seu próprio negócio.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo feminino, mulher no mercado, empreendedorismo

ABSTRACT: Due to the process of female empowerment in the labor market, there is a progressive increase in women-led and entrepreneurial enterprises. To carry out this research we used the method of bibliographic revision in physical and digital collections. The main objective is to show women's participation in the labor market and all the difficulties they encounter. The main theoretical support of the study was the article “Entrepreneurial Women: the challenge of entrepreneurship”, by Fernandes *et al* (2013). One of the main results found was the finding of difficulty of female insertion in entrepreneurship. Interest in a topic like this was generated due to the prevailing prejudice in the labor market in relation to women having their own business.

KEYWORDS: Female entrepreneurship, women in the market, entrepreneurship

REFERÊNCIAS

FERNANDES, João André Tavares *et al*. *Mulheres Empreendedoras: o desafio de empreender* (2013). Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/erv/coccss/y2013i2013-0611.html>, acesso em 10/09/2019.

EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÃO NOS MODELOS DE NEGÓCIO

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: FREITAS, Leandro Furtado
Constância Bráz de; RODRIGUES, Nathassya Bernardes; XAVIER, Scárlattil Silva

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O empreendedorismo e a inovação são os tipos de mudança que vêm despertando nas pessoas a vontade de criar e de transformar o mundo ao seu redor. Para o presente estudo, empregamos a metodologia de pesquisa em acervos bibliográficos físicos e digitais. O objetivo do trabalho é o de demonstrar como empresários e não empresários estão buscando recursos na inovação tecnológica para construir novos modelos de negócio. A pesquisa terá como base, a obra “Empreendedorismo: transformando ideias em negócios”, de José Carlos Assis Dornelas (2014). Nos resultados parciais evidenciou-se que os empreendedores de sucesso são aqueles que querem sempre ir além das possibilidades mais visíveis. Justifica nosso estudo, o fato de que, no Brasil, o empreendedorismo surgiu nos anos 90 e até hoje ainda é de fundamental importância para o crescimento nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, inovação, modelo de negócio

ABSTRACT: Entrepreneurship and innovation are the types of change that have been arousing in people the desire to create and transform the world around them. For the present study, we employed the research methodology in physical and digital bibliographic collections. The objective of this paper is to demonstrate how entrepreneurs and non-entrepreneurs are seeking resources in technological innovation to build new business models. The research will be based on the work “Entrepreneurship: turning ideas into business”, by Dornelas (2014). The partial results showed that successful entrepreneurs are those who always want to go beyond the most visible possibilities. Justifies our study, the fact that, in Brazil, entrepreneurship emerged in the 90s and to this day is still of fundamental importance for national growth.

KEYWORDS: Entrepreneurship, innovation, business model

REFERÊNCIAS

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. São Paulo: LTC / Martins Fontes, 2014.

GESTÃO DE PESSOAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, matutino: SANTOS, Guilherme Ferreira; PEREIRA, Márcia Silva; PEREIRA, Maria Dina Furtado de Oliveira; SILVA, Tatiane Cristina; PEREIRA, Creusa de Souza

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A pesquisa a seguir trata das dificuldades de se gerir pessoas nas organizações. Por método de pesquisa a revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. O objetivo geral foi de demonstrar, em síntese, um dos desafios primordiais que os gestores enfrentam ao lidar com pessoas, a fim de que atuem de modo mais eficiente. Especificamente, nossa preocupação se volta para entender esta questão dentro do setor logístico no Brasil. O fundamento teórico inicial é encontrado na obra “Gestão de pessoas na prática”, de Ricardo Xavier (2006). O que eleva o interesse de estudo sobre este tema é a enorme necessidade de se buscar modelos que venham a ser competentes no modo de gerir pessoas. Como resultado parcial, notamos que neste cenário, é possível afirmar que uma boa gestão de pessoas, dentro da logística das organizações, é de relevante importância para o desenvolvimento das empresas que desejarem a expansão de suas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de pessoas, eficiência, desenvolvimento

ABSTRACT: The following research addresses the difficulties of managing people in organizations. By research method the bibliographic review on physical and digital collections. The overall goal was to demonstrate, in summary, one of the key challenges that managers face when dealing with people in order to act more efficiently. Specifically, our concern is to understand this issue within the logistics sector in Brazil. The initial theoretical foundation is found in Ricardo Xavier's “Managing People in Practice” (2006). What raises the interest of study on this subject is the huge need to look for models that will be competent in the way of managing people. As a partial result, we note that in this scenario, it is possible to state that good people management, within the logistics of organizations, is of relevant importance for the development of companies that wish to expand their activities.

KEYWORDS: People management, efficiency, development

REFERÊNCIAS

XAVIER, Ricardo. *Gestão de pessoas na prática*. São Paulo: Gente, 2006.

O JOVEM EMPREENDEDOR

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: NASCIMENTO, Diego dos Santos; SILVA, Douglas Brito da; GARCIA, Marcos Zanusso Ferreira; CASTANHEIRA, Ricardo David; TOMAZ, Tiago da Silva

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O jovem empreendedor está vindo para fomentar o mercado com novas ideias e tecnologias. Para este estudo, empregamos o método da revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. O objetivo geral da pesquisa é o de entender as fontes da vontade de empreender das chamadas 'novas gerações', e descobrir o que, de fato, os motivam para irem para este ou aquele segmento. O referencial que fundamenta a pesquisa recai sobre a obra "Inovação e espírito empreendedor", de Peter F. Drucker (2010). Em decorrência destes estudos, notamos que no final do século XX e início do século XXI, houve a facilitação da informação, no que tivemos a criação de ferramentas inovadoras. A disposição para realizar esse assunto deu-se pela aproximação do jovem empreendedor com o mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem empreendedor, empreender, motivação

ABSTRACT: The young entrepreneur is coming to foster the market with new ideas and technologies. For this study, we used the method of bibliographic review in physical and digital collections. The general objective of the research is to understand the sources of the willingness to undertake the so-called 'new generations', and to find out what, in fact, motivates them to move to this or that segment. The reference that underlies the research is Peter F. Drucker's work 'Innovation and Entrepreneurship'. As a result of these studies, we note that in the late twentieth and early twenty-first centuries, information was facilitated and innovative tools were created. The willingness to do this was due to the approach of the young entrepreneur with the job market.

KEYWORDS: Young entrepreneur, undertaking, motivation

REFERÊNCIAS

DRUCKER, Peter F. *Inovação e Espírito Empreendedor* – prática e princípios. São Paulo: CENGAGE LEARNING, USA / BRA, 2010.

O INDIVÍDUO PCD E O MERCADO DE TRABALHO

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: SILVA, Geovana Bernardes Pádua; FERREIRA, Heitor Maluf; ARRUDA, Marielly Urzêdo; SANTOS, Micael da Silva

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A presença de pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho é algo comum, porém, é um assunto muito polêmico e que desperta nas pessoas certa indiferença e algum receio, geralmente por parte do empregador. Para esse estudo, aplicamos o método da revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Nosso objetivo geral é o de compreender a questão da inclusão de deficientes no mercado de trabalho, tida como desafio a ser superado pelas empresas contemporâneas. Especificamente, espera-se encontrar fundamentos para assegurar oportunidades adequadas de emprego aos portadores de deficiência. O trabalho se apoiou na obra “Legislação brasileira sobre pessoa portadora de deficiência”, Silveira et al (2008). O resultado que obtivemos nessa pesquisa evidenciou-se por meio da constatação de uma rejeição dos deficientes no mercado de trabalho. O interesse por esse estudo foi motivado pelo fato de que as pessoas portadoras de deficiência ainda sofrem certo “preconceito” no mercado de trabalho brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Deficientes, inclusão, preconceito

ABSTRACT: The presence of people with disabilities (PCD) in the labor market is common, but it is a very controversial subject that arouses in people a certain indifference and some fear, usually from the employer. For this study, we applied the literature review method to physical and digital collections. Our overall goal is to understand the issue of including disabled people in the labor market, which is a challenge to be overcome by contemporary companies. Specifically, it is expected that foundations will be found to ensure adequate employment opportunities for people with disabilities. The work was supported by the work “Brazilian Legislation on Persons with Disabilities”, by Silveira et al (2008). The result we obtained in this research was evidenced by the finding of a rejection of the disabled in the labor market. Interest in this study was motivated by the fact that people with disabilities still suffer some “prejudice” in the Brazilian labor market.

KEYWORDS: Disabled, inclusion, prejudice

REFERÊNCIAS

SILVEIRA, Nécio Rodrigues da *et al.* COMISSÃO GERAL SOBRE O ESTATUTO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. Brasília: Câmara dos Deputados – Edições Câmara, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/comissao_estatuto_deficiencia_comissao_geral.pdf, Acesso em 10/09/2019.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO PRISIONAL

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: OLIVEIRA JÚNIOR, Farlen Eurípedes de; MARTINS, Kelren Ferreira; BERNARDO, Lorena Beatriz da Silva Moreira

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: As Parcerias Público-Privadas (PPP's) têm sido cada vez mais comuns em vagas prisionais, leitos hospitalares, energia elétrica, autoestradas etc. Para realizar este estudo, utilizaremos o método da revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Objetivamos com esta investigação iluminar a fundo as maiores PPP's já feitas, analisando e identificando quais os benefícios que as mesmas proporcionaram para o setor público e privado. A pesquisa terá como principal referencial teórico a obra "Sobre gestão e políticas públicas", de Arantes et al (Orgs., 2016). Como resultado, já detectamos que o impacto gerado pelas PPP's nos setores público e privado é, no mínimo, controverso. O interesse por este tema se deu devido à falta de informações e conhecimentos sobre o assunto PPP's e seus desdobramentos socioeconômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro setor, PPP's, sistema prisional

ABSTRACT: Public-Private Partnerships (PPPs) have been increasingly common in prisons, hospital beds, electricity, highways, etc. To perform this study, we will use the method of bibliographic review in physical and digital collections. The aim of this research is to illuminate in depth the largest PPPs ever made, analyzing and identifying the benefits they have provided to the public and private sector. The research will have as main theoretical reference the work "About management and public policies", by Arantes et al (Orgs., 2016). As a result, we have already detected that the impact generated by PPPs in the public and private sectors is at least controversial. Interest in this topic was due to the lack of information and knowledge on the subject of PPPs and their socioeconomic developments.

KEYWORDS: Third sector, PPP's, prison system

REFERÊNCIAS

ARANTES, Bruno Otávio; SANTOS, Luciana Gelape dos; MOURA, Patrícia Rosânia de Sá (Orgs.). *Sobre gestão e políticas públicas*. Barbacena: EDUEMG, 2016.

AGRONEGÓCIO NO BRASIL: ASPECTOS DE GESTÃO

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: CAETANO, Fernanda Torquim; SILVA, Larissa Reis da; BRITO, Letícia Rodrigues; SILVA, Luan Rodrigues; MARTINS, Thifany Cassia Santos

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O agronegócio brasileiro é diversificado por natureza, em sua grande maioria apresenta algum vínculo ou se mistura com os negócios da família. Para este estudo, empregaremos o método da revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Nosso objetivo geral é o de compreender como o agricultor lida com as tarefas do campo e as questões financeiras. Além disso, espera-se entender os recursos utilizados para administrar os negócios do campo. A obra "Agronegócio", de Antônio André Cunha Callado (2014), será o apoio teórico necessário o início desta pesquisa. Como resultado espera-se entender melhor como funciona o setor financeiro dentro do agronegócio. Escolhemos este tema por interesse profissional de aprendizagem na área da Graduação em Administração.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, financeiro, recursos

ABSTRACT: Brazilian agribusiness is diversified in nature, most of which are linked or mixed with the family business. For this study, we will use the method of bibliographic review in physical and digital collections. Our overall goal is to understand how the farmer handles field tasks and financial issues. In addition, it is expected to understand the resources used to manage the field business. The work "Agribusiness", by Callado (2014), will be the necessary theoretical support the beginning of this research. As a result, we hope to better understand how the financial sector works within agribusiness. We chose this theme for professional learning interest in the area of Graduation in Administration.

KEYWORDS: Agribusiness, financial, resources

REFERÊNCIAS

CALLADO, Antonio André Cunha. *Agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2014.

EMPREENDEDORISMO E INFORMALIDADE EM FRUTAL – MG

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: SILVA, Frank Willian Costa; SILVA JÚNIOR, Jordane Correia da; MATOS, Josiel José de; SOUZA, Leandro Silva; VIANA, Pedro Henrique; SANTOS JÚNIOR, Willian Menezes dos

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O empreendedorismo informal tem crescido na história recente do Brasil. Talvez o maior exemplo desta atividade seja o vivido pelo brasileiro, mineiro, Rick Chester (vendedor ambulante no Rio de Janeiro que virou celebridade internacional). Para esse estudo, empregaremos o método de revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Nosso objetivo geral é o de identificar o perfil dos empreendedores informais do município de Frutal – MG. Especificamente, espera-se analisar quais fatores que mais contribuem para a prática de empreender informalmente. A pesquisa tem como apoio dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), que revelou que, no 3º trimestre de 2017, havia 1,3 milhão de ambulantes no país. Como principais resultados desta aferição, foi possível constatar que o momento atual, de altos índices de desemprego, contribui para a constituição de empreendimentos informais. A motivação por um estudo deste calibre se deu pelo fato de não haver registro de pesquisas abordando essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, informalidade, desemprego

ABSTRACT: Informal entrepreneurship has grown in recent Brazilian history. Perhaps the greatest example of this activity is that experienced by Brazilian miner Rick Chester (Rio de Janeiro – RJ, Brazil street vendor turned international celebrity). For this study, we will use the method of bibliographic review in physical and digital collections. Our general objective is to identify the profile of informal entrepreneurs in the municipality of Frutal – MG. Specifically, it is expected to analyze which factors contribute most to the practice of entrepreneurship informally. The survey is supported by data from the National Continuous Household Sample Survey (PNADC), which revealed that in the third quarter of 2017 there were 1.3 million street vendors in the country. As main results of this measurement, it was found that the current moment of high unemployment contributes to the establishment of informal enterprises. The motivation for a study of this caliber was due to the fact that there is no record of research addressing this theme.

KEYWORDS: Entrepreneurship, informality, unemployment

REFERÊNCIAS

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua* (PNADC). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 11/09/2019.

FUNDAMENTOS DE MARKETING DIGITAL

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, matutino: FREITAS, Aline Silva; MORELI, Ana Luiza Oliveira; OLIVEIRA, Isabella Cristina Silva; SOUZA, Leopoldo Araújo de; RIBEIRO, Mirian Silva

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este estudo trata de investigar o marketing digital e as mídias sociais na área de vendas. O método adotado para esse trabalho foi o de revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. O objetivo desta pesquisa é o de demonstrar como as mídias eletrônicas influenciam a vida e o consumo das pessoas e como as plataformas digitais alavancaram as vendas. O fundamento teórico utilizado inicialmente se encontra na obra "A bíblia do marketing digital", de Cláudio Torres (2018). A razão pela qual o tema foi escolhido prende-se ao fato de que este é um campo de estudo muito extenso, volátil e, por isso, está sempre se inovando. Como resultados parciais, notamos que, cada vez mais, pequenas e grandes empresas estão usando essa forma de alcançar mais, mais resultados e maior eficiência nas operações.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing digital, mídia social, vendas

ABSTRACT: This study is about investigating digital marketing and social media in sales. The method adopted for this work was the literature review on physical and digital collections. The purpose of this research is to demonstrate how electronic media influence people's lives and consumption and how digital platforms have boosted sales. The theoretical basis initially used is found in the work "The bible of digital marketing", by Claudio Torres (2018). The reason why the theme was chosen is that this is a very large, volatile field of study and is therefore always innovating. As a partial result, we see that increasingly large and small businesses are using this way to achieve more, more results and greater efficiency in operations.

KEYWORDS: Digital marketing, social media, sales

REFERÊNCIAS

TORRES, Cláudio. *A bíblia do marketing digital*. São Paulo: Novatec, 2018.

QUINTA-FEIRA NEGRA: O CRASH DE 1929 EM NOVA IORQUE

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, matutino: PEQUIM, João Paulo Resende; ROSSI, Lucas; SILVA, Otávio Ferreira; PIMENTA, Pâmela Iasmin da Silva; LIMA, Rafaela Batista de

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este estudo se preocupou em analisar a crise da bolsa de valores de Nova Iorque, ocorrida em 1929, também chamada de "A Grande Depressão". Adotamos por método de pesquisa a revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Nosso objetivo geral consiste em investigar como a Crise de 1929 desdenhou-se e afetou o mundo todo, trazendo a reboque uma miscelânea de consequências fatigantes à economia, em certa medida persistentes até hoje. O fundamento teórico se sustenta nas obras de Froyen (2006); Gazier (2009); e, Gremaud (2017). O motivo para a escolha do tema deu-se por tratar-se de um assunto do passado que gerou consequências para o futuro econômico da sociedade. Como resultados, até o presente momento, é possível perceber que a Crise de 1929 representou uma grande instabilidade econômica para o mundo inteiro.

PALAVRAS-CHAVE: Queda da bolsa de valores, Nova Iorque, crash de 1929

ABSTRACT: This study was concerned with analyzing the New York Stock Exchange crisis of 1929, also called "The Great Depression." We adopted the bibliographic review on physical and digital collections by research method. Our overall objective is to investigate how The 1929 Crisis has scorned and affected the whole world, bringing in a miscellany of stressful consequences to the economy, to some extent persistent to this day. The theoretical foundation is supported by the works of Froyen (2006), Gazier (2009), and Gremaud (2017). The reason for choosing this theme was because it is a past issue that has had consequences for the economic future of society: 1929 represented a great economic instability for the whole world.

KEYWORDS: Fall of the stock market, New York, crash of 1929

REFERÊNCIAS

- FROYEN, Richard T. *Macroeconomia*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GAZIER, Bernard. *A Crise de 1929*. São Paulo: L&PM Pocket, 2009.
- GREMAUD, Amarury Patrick *et al. Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAÇA: PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO?

ROCHA, Dayane – dayanerochaa@outlook.com, 6º período, GEO / UEMG – noturno
PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Além de fomentar a divisão entre os povos, a discriminação pode matar sonhos, ideias, retardando o progresso do Planeta, dada à brutal abrangência de suas sequelas sociais, culturais, políticas e econômicas. Justifica a realização de um trabalho como este, o fato de que algumas expressões socioculturais, tais como as manifestas pelos quilombolas, tendem a desaparecer ou serem esquecidas, cabendo à Universidade reavivar, a partir de pesquisas, a memória e importância de suas atuações. Assim, o objetivo deste estudo é o de realizar um levantamento dos remanescentes quilombolas atuantes na cidade de Frutal – MG, identificando suas áreas de atuação, composição e inserção sociocultural. A metodologia empregada nesta fase da pesquisa compreende a investigação em acervos bibliográficos físicos e digitais. Como resultados parciais, vimos que, dentre os grupos históricos que expressam questões voltadas ao negro na região de Frutal – MG, o mais proeminente deles é o “Grupo Marujos”, recentemente reconhecido como patrimônio imaterial da cidade de Frutal.

PALAVRAS-CHAVE: Raça, etnia, cultura brasileira

ABSTRACT: In addition to fostering division among peoples, discrimination can kill dreams and ideas, slowing the progress of the planet, given the brutal breadth of its social, cultural, political and economic sequelae. Justifying the accomplishment of such a work is the fact that some sociocultural expressions, such as those manifested by quilombolas, tend to disappear or to be forgotten, and it is up to the University to revive, from research, the memory and importance of its actions. Thus, the objective of this study is to conduct a survey of the remaining quilombolas active in the city of Frutal – MG, identifying their areas of activity, composition and socio-cultural insertion. The methodology employed in this phase of the research comprises the investigation in physical and digital bibliographic collections. As partial results, the research appeals to the idea that among the historical groups that express black issues in the region of Frutal – MG, the most prominent of them is the “Marujos Group”, recently recognized as intangible heritage of the city of Frutal.

KEYWORDS: Race, ethnicity, brazilian culture

REFERÊNCIAS

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Núcleo Web-Cedecom UFMG. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em 15 de jul. 2019.

ESTUDOS SOBRE A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

FREITAS, Arianne Moraes de – 8º período, Publicidade / UEMG – Frutal

RESUMO: A teoria de uma dita “argumentação científica” relaciona-se diretamente com a teoria do discurso, o que, portanto, nos remete à uma teoria geral dos discursos. Justifica a pesquisa, o fato de que, *stricto sensu*, o estudo do argumento científico visa a questionar e demonstrar a possibilidade e a validade de uma fundamentação racional do discurso, estipulando-lhe, a partir da regra geral da ciência do discurso, algumas regras e formas que lhe sejam mais frequentes (PÊCHEUX, 2002). Por objetivo geral, esta proposta intenciona por em evidência, o modo com que o discurso científico segue as regras de “justificação interna”. Especificamente, verificar a maneira com que a ciência deduzida logicamente por meio do discurso exige que se desenvolva o máximo de etapas possíveis de metalinguagem ao longo da argumentação. Como resultado parcial, pode-se notar, em suma, que uma proposição científica pode ser tão verdadeira o quanto for a aceitação comum que se construa sobre ela, isto é, o quão mais próximo do *consensus gentium* (consenso entre as pessoas ou entre os pares) a proposição conseguir chegar.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, ciência, divulgação científica

ABSTRACT: The theory of a so-called "scientific argument" is directly related to the theory of discourse, which therefore leads us to a general theory of discourse. Justifies the research, the fact that, *stricto sensu*, the study of the scientific argument aims to question and demonstrate the possibility and validity of a rational discourse foundation, stipulating, from the general rule of discourse science, some rules and ways that are most common to you (PÊCHEUX, 2002). Generally speaking, this proposal intends to highlight the way in which scientific discourse follows the rules of “internal justification”. Specifically, verifying the way in which science logically deduced through discourse requires that as many metalanguage steps as possible be developed throughout the argument. As a partial result, it can be noted, in short, that a scientific proposition can be as true as the common acceptance that is built upon it, that is, how much closer to the *consensus gentium* pairs) the proposition succeeds.

KEYWORDS: Speech, science, science communication

REFERÊNCIAS

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas (SP): Pontes, 2002.

CONTEXTO EMPREENDEDOR DA MULHER EM FRUTAL – MG

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, matutino: LIÃO, Jonas Sulurico dos Santos; SILVA, Poliane Andradre; MATEUS, Thaiany Gisele Teodoro; VIEIRA, *Kassandra Maria do Nascimento (*Discente do Curso de Engenharia Agrônômica)

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A pesquisa apresentada pretende investigar as principais características de mulheres empreendedoras na cidade de Frutal – MG. A metodologia adotada combinará a pesquisa de campo e a revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. O objetivo geral é o de analisar o contexto empreendedor das mulheres de Frutal – MG. O objetivo específico é o de identificar as principais características empreendedoras presentes neste segmento. A obra utilizada como fonte de pesquisa foi "Empreendedorismo na Prática" de José Dornelas (2015). O para a realização de uma pesquisa como esta se deu, em função de quê o empoderamento feminino tem ganhado muita força e espaço atualmente nas corporações. Como resultado parcial, a pesquisa gerou uma análise de perfil destas profissionais, que as compreende como pessoas muito afeitas ao amor pela profissão e bastante eficazes no incremento de inovação em seus respectivos setores no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo feminino, Frutal – MG, sucesso

ABSTRACT: The research presented intends to investigate the main characteristics of women entrepreneurs in the city of Frutal – MG. The adopted methodology will combine the field research and the bibliographic revision in physical and digital collections. The general objective is to analyze the entrepreneurial context of women from Frutal – MG. The specific objective is to identify the main entrepreneurial characteristics present in this segment. The work used as a source of research was "Entrepreneurship in Practice", by Dornelas (2015). In order to carry out such research, this is due to the fact that women's empowerment has gained a lot of strength and space in corporations today. As a partial result, the research generated a profile analysis of these professionals, who understand them as people very fond of the love of the profession and very effective in increasing innovation in their respective sectors in the labor market.

KEYWORDS: Female entrepreneurship, Frutal – MG, success

REFERÊNCIAS

DORNELAS, José. *Empreendedorismo na Prática – mitos e verdades do empreendedor de sucesso*. São Paulo: LTC, 2015.

FATORES DE INFLUÊNCIA NA EMPREGABILIDADE: RESTRIÇÕES E ALTERNATIVAS

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: BERNARDES, Aline Cristina Vieira; TEIXEIRA, Luciana Francisca da Quadra; SILVA, Nayara Aparecida; MENEZES, Tatiane Dias

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A alta taxa de desemprego tem feito com que sejam analisadas com mais atenção os fatores, as causas e o seu efeito na economia do país. Para esse estudo empregamos o método de revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Nosso objetivo é o de buscar elementos que nos façam compreender o processo das ideias que podem amenizar o problema da empregabilidade no Brasil. A pesquisa tem seu foco principal voltado para o desemprego no mercado de trabalho atual brasileiro, com análise de dados obtidos no site folha UOL (FERREIRA, 2019). Como principais resultados dessa pesquisa, destacamos que o desemprego, há anos enfrentados por aqui, tem se deparado com a grande capacidade de ser contornada pelas forças produtivas. O interesse por essa pesquisa foi motivado pela situação preocupante face à conjuntura internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Economia, empregabilidade, desemprego

ABSTRACT: The high unemployment rate has made the factors, causes and their effect on the country's economy more closely analyzed. For this study we used the bibliographic review method in physical and digital collections. Our goal is to look for elements that make us understand the process of ideas that can alleviate the employability problem in Brazil. The research has its main focus on unemployment in the current Brazilian labor market, with analysis of data obtained from the site UOL (FERREIRA, 2019). As main results of this research, we highlight that unemployment, for years faced here, has faced the great capacity to be circumvented by the productive forces. Interest in this research was motivated by the worrying situation regarding the international conjuncture.

KEYWORDS: Economy, employability, unemployment

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Afonso. *Desemprego no país é de 12,3% e atinge 13 milhões de pessoas* – diz IBGE. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/06/28/desemprego-pnad-continua-ibge.htm>, acesso em 10/09/2019.

MARKETING EMPRESARIAL NO RAMO SUPERMERCADISTA

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, noturno: MOREIRA, Francieli Cristina Silva; GIANFREDRO, Guilherme de Moraes; CRUZ, Michel Augusto Cazolli; FERREIRA, Vitória Barros

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O *marketing* no ramo supermercadista, atualmente, tem se tornado uma ferramenta muitíssimo comum. Em função disto, realizamos um estudo, que teve por método a revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. O objetivo da pesquisa é o de saber o quanto essa tecnologia comunicacional se faz necessária neste segmento empresarial, e o como se empregam tais técnicas para a promoção de melhores impactos nos resultados. A investigação tem por fundamento teórico o livro “Plano de *marketing* para micro e pequenas empresas”, de Alexandre Luzzi Las Casas (2007). Como resultado parcial, vimos que o *marketing* vem sendo abordado com maior recorrência, tendo em vista que, em épocas de crise econômica, como no momento atual, se torna mais premente a divulgação das marcas e dos produtos, a fim de se manter o faturamento supermercadista equilibrado. O interesse por estudar um tema como o nosso, prende-se ao fato de tentar compreender como este mecanismo pode ajudar as empresas a superar as oscilações da economia.

PALAVRAS-CHAVE: Setor supermercadista, *marketing*, crise econômica

ABSTRACT: Marketing in the supermarket business has now become a very common tool. Due to this, we carried out a study, which had as method the bibliographical revision in physical and digital collections. The objective of the research is to know how much this communication technology is necessary in this business segment, and how these techniques are used to promote better impacts on the results. The research has as theoretical foundation the book “Marketing Plan for Micro and Small Business”, by Las Casas (2007). As a partial result, we saw that marketing has been approached with more recurrence, considering that, in times of economic crisis, as at the present time, the disclosure of brands and products becomes more urgent, in order to maintain revenues balanced supermarket. The interest in studying a subject like ours is to try to understand how this mechanism can help companies to overcome the oscillations of the economy.

KEYWORDS: Supermarket, marketing, economic crisis

REFERÊNCIAS

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. *Plano de marketing para micro e pequenas empresas*. São Paulo: Atlas, 2007.

VIVÊNCIA SOCIOCULTURAL NO CARATÊ¹

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Atleta Marcial – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Estudar ou viver o que se prega nos escritos marciais implica em entender que o elo comum entre um e outro escrito sobre o tema são os pontos de vista, os aprendizados estudados e vividos por cada praticante. Cheguei a esta conclusão, por que, na tarefa reflexiva de depreender, por meio da varredura atenta de cada texto marcial lido, talvez não conseguisse efetivamente apreender em que medida os elementos marciais vivenciados por outros pudessem ser reais para mim. Justifica a elaboração deste relato de experiência, o fato de que, uma vez que até mesmo para mim este contexto não tivesse sentido algum que valesse a pena investir tempo em lê-lo, por qual razão eu deveria imaginar que valeria a pena para alguém? Fundamenta este breve falar, a obra *Memória e Sociedade* – lembranças de velhos, donde se lê: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1995, p. 55).

PALAVRAS-CHAVE: Produção e Difusão do Conhecimento, Estudos Filosóficos Intersemióticos, Letras

ABSTRACT: Studying or living what is written in martial writings implies understanding what is common between one and another written on the subject are the points of view, the learnings studied and lived by each practitioner. I came to this conclusion because, in the reflexive task of understanding, by carefully scanning each martial text read, I might not be able to effectively grasp to what extent the martial elements experienced by others could be real to me. It justifies the elaboration of this experience report that, since even this context to me made no sense that it was worth investing time in reading it, why should I imagine it would be worth it to anyone? This brief talk is based on *Memory and Society* – memories of old people, which reads: “Most of the time, to remember is not to revive, but to redo, rebuild, rethink, with images and ideas of today, the experiences of the past. Memory is not a dream, it is work” (BOSI, 1995, p. 55).

KEYWORDS: Knowledge production and dissemination, Intersemiotic Philosophical Studies, Letters

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade* – lembranças de velhos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

¹ O título deste “Resumo” aparece sob o formato “Relato de Experiência”, neste mesmo volume, na Seção “Produção Textual Livre”, uma vez que foi recusado em evento promovido por um Grupo de Pesquisa, também da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Frutal.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UM ESTUDO DE CASO

FREITAS, Marciana Gonçalves de – marcianagoncalvesdefreitas@hotmail.com – 6º período de Licenciatura em Geografia – UEMG, Frutal

RESUMO: O Brasil vem se deparando com uma nova realidade, em nível sócio demográfico: o acelerado aumento do envelhecimento da população acima dos 60 anos. O objetivo desse estudo é o de verificar as condições de acessibilidade e a funcionalidade de um abrigo para idosos de baixa renda, no município de Itapagipe – MG, considerando, ao lado dessa questão, outros aspectos dessa moradia. Este estudo, então, pretende contribuir para a compreensão do modo como a inclusão sócio espacial da população idosa acontece na cidade. Neste trabalho, empregaremos o estudo exploratório, descritivo e observacional participante, entrevistando pessoas que laboram na Instituição, combinando a pesquisa de campo e a bibliográfica. Como resultados parciais, já foi possível notar que o binômio mobilidade x acessibilidade, no abrigo em questão, são itens em que a própria cidade colabora para preservar a independência e a segurança dos internos, reforçando, assim, a função social da cidade no exercício do direito de ir e vir, consagrando-o como moradia digna. Como fundamento teórico inicial, recorreremos aos estudos de Lucía (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Cuidar bem, Idoso, Inclusão

ABSTRACT: Brazil has been facing a new reality at the socio-demographic level: the rapid increase in the aging of its population over 60 years. The objective of this study is to verify the accessibility conditions and the functionality of a shelter for low income elderly, in the city of Itapagipe – MG, considering, alongside this issue, other aspects of this housing. This study, then, aims to contribute to the understanding of how the social and spatial inclusion of the elderly population happens in the city. In this paper, we will use the participatory exploratory, descriptive and observational study, interviewing people who work in the institution, combining the field research and the bibliographic research. As partial results, it was already noted that the mobility x accessibility binomial, in the shelter in question, are items in which the city itself collaborates to preserve the independence and security of the inmates, thus reinforcing the social function of the city in the exercise of right to come and go, consecrating it as a decent home. As an initial theoretical foundation, we resort to the studies of Lucía (2011).

KEYWORDS: Take good care, elderly, Inclusion

REFERÊNCIAS

LUCÍA, Silva. *O Processo de Cuidar de Famílias de Idosos em Situação de Final de Vida na Estratégia Saúde da Família*. Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 2011.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE QUALIDADE TOTAL

Grupo de Trabalho, 2º período, ADM / UEMG, matutino: SOUZA, Ana Luiza Ramos; ASSUNÇÃO, Cíntia Borges; CAETANO, Leandro Luiz; SILVA, Octávio Antônio Nogueira; CAMPOS JÚNIOR, Olinto da Fonsêca

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este estudo trata de investigar as técnicas e estratégias empregadas para a Gestão de Qualidade. Adotaremos por método de pesquisa a revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Por objetivo geral esta pesquisa pretende demonstrar a evolução da gestão de qualidade total. Como objetivo específico, pretende-se compreender como uma empresa atualmente gerencia sua política de qualidade. O fundamento teórico inicial, o temos na obra “Gestão de Qualidade: Teoria e casos”, Carvalho & Paladini (2012). O interesse por um tema como este, prende-se ao fato de que a qualidade está sempre mudando com o passar do tempo, fazendo evocar novas abordagens e conceitos sobre o assunto. Como resultados parciais, já é possível afirmar que, para termos um bom efeito de qualidade, devemos adotar as técnicas atuais de aprimoramento, nos apropriando do conhecimento existente, associando-o ao que está sempre em evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de qualidade, processo produtivo, satisfação

ABSTRACT: This study aims to investigate the techniques and strategies for Quality Management. We will adopt by research method the bibliographic review in physical and digital collections. The general objective of this research is to demonstrate the evolution of total quality management. As a specific objective, we intend to understand how a company currently manages its quality policy. The initial theoretical foundation, we have it in the work “Quality Management: Theory and cases”, Carvalho & Paladini (2012). The interest in a theme like this, is due to the fact that quality is always changing over time, evoking new approaches and concepts on the subject. As partial results, it can already be said that, in order to have a good quality effect, we must adopt current improvement techniques, appropriating existing knowledge and associating it with what is always evolving.

KEYWORDS: Quality management, production process, satisfaction

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marly Monteiro de & PALADINI, Edson Pacheco. *Gestão de Qualidade – teorias e casos* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



MEU PARAÍSO

Caio Cesar dos Santos Martins¹

Você mudou minha vida
Chegou de um jeito contente
Eu estava carente
Deixei me levar

Fiquei parado no tempo
E cada momento
Está no pensamento
Lembrei de você

Guardei o perfume do teu corpo
Lindo, livre, leve e solto
Em meus sonhos te encontrei
Incrível é beijar o teu sorriso
Você é o meu paraíso
Acho que sempre vou te amar

¹ Poeta e Compositor, estudante do Curso de Administração na UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Como a produção poética e musical deste autor já conta com mais de mil exemplares escritos e musicados dá-se, por meio desta publicação, a preservação da autenticidade e do caráter autoral de partes de sua obra.



TUDO PERFEITO

Caio Cesar dos Santos Martins²

Sei que foi o destino que trouxe você
Tanto tempo pra te conhecer
Estou sentindo que agora vai dar

Quer saber a verdade
Eu não posso mentir
Está tudo perfeito, o que eu já vivi,
Que nem acredito que te conheci

Não fui tão sincero e agora confesso
Eu já eu já tive medo de me machucar
Um antigo amor me deixou assim
Com medo da vida e de me entregar

Mas com você tudo é diferente
O mundo parece perfeito pra gente
Nem lembro das vezes que eu chorei
Sei ao seu lado eu me sinto completo
E por toda vida eu te quero por perto
Pra ser tudo aquilo que eu sempre sonhei

² Poeta e Compositor, estudante do Curso de Administração na UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Como a produção poética e musical deste autor já conta com mais de mil exemplares escritos e musicados dá-se, por meio desta publicação, a preservação da autenticidade e do caráter autoral de partes de sua obra.

VIVÊNCIA SOCIOCULTURAL NO CARATÊ³

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Atleta Marcial – <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Estudar ou viver o que se prega nos escritos marciais implica em entender que o elo comum entre um e outro escrito sobre o tema são os pontos de vista, os aprendizados estudados e vividos por cada praticante. Cheguei a esta conclusão, por que, na tarefa reflexiva de depreender, por meio da varredura atenta de cada texto marcial lido, talvez não conseguisse efetivamente apreender em que medida os elementos marciais vivenciados por outros pudessem ser reais para mim. Justifica a elaboração deste relato de experiência, o fato de que, uma vez que até mesmo para mim este contexto não tivesse sentido algum que valesse a pena investir tempo em lê-lo, por qual razão eu deveria imaginar que valeria a pena para alguém? Fundamenta este breve falar, a obra *Memória e Sociedade* – lembranças de velhos, donde se lê: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1995, p. 55).

PALAVRAS-CHAVE: Produção e Difusão do Conhecimento, Estudos Filosóficos Intersemióticos, Letras

ABSTRACT: Studying or living what is written in martial writings implies understanding what is common between one and another written on the subject are the points of view, the learnings studied and lived by each practitioner. I came to this conclusion because, in the reflexive task of understanding, by carefully scanning each martial text read, I might not be able to effectively grasp to what extent the martial elements experienced by others could be real to me. It justifies the elaboration of this experience report that, since even this context to me made no sense that it was worth investing time in reading it, why should I imagine it would be worth it to anyone? This brief talk is based on *Memory and Society* – memories of old people, which reads: “Most of the time, to remember is not to revive, but to redo, rebuild, rethink, with images and ideas of today, the experiences of the past. Memory is not a dream, it is work” (BOSI, 1995, p. 55).

KEYWORDS: Knowledge production and dissemination, Intersemiotic Philosophical Studies, Letters

³ O título deste “Relato de Experiência” aparece sob o formato “Resumo”, neste mesmo volume, na Seção “Resumos”, uma vez que foi recusado em evento promovido por um Grupo de Pesquisa, também da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Frutal. Vale dizer, também, que o texto aqui publicado consiste numa síntese, derivada de um texto bem maior, que será lançado sob o formato “Livro”, durante o ano de 2020.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL

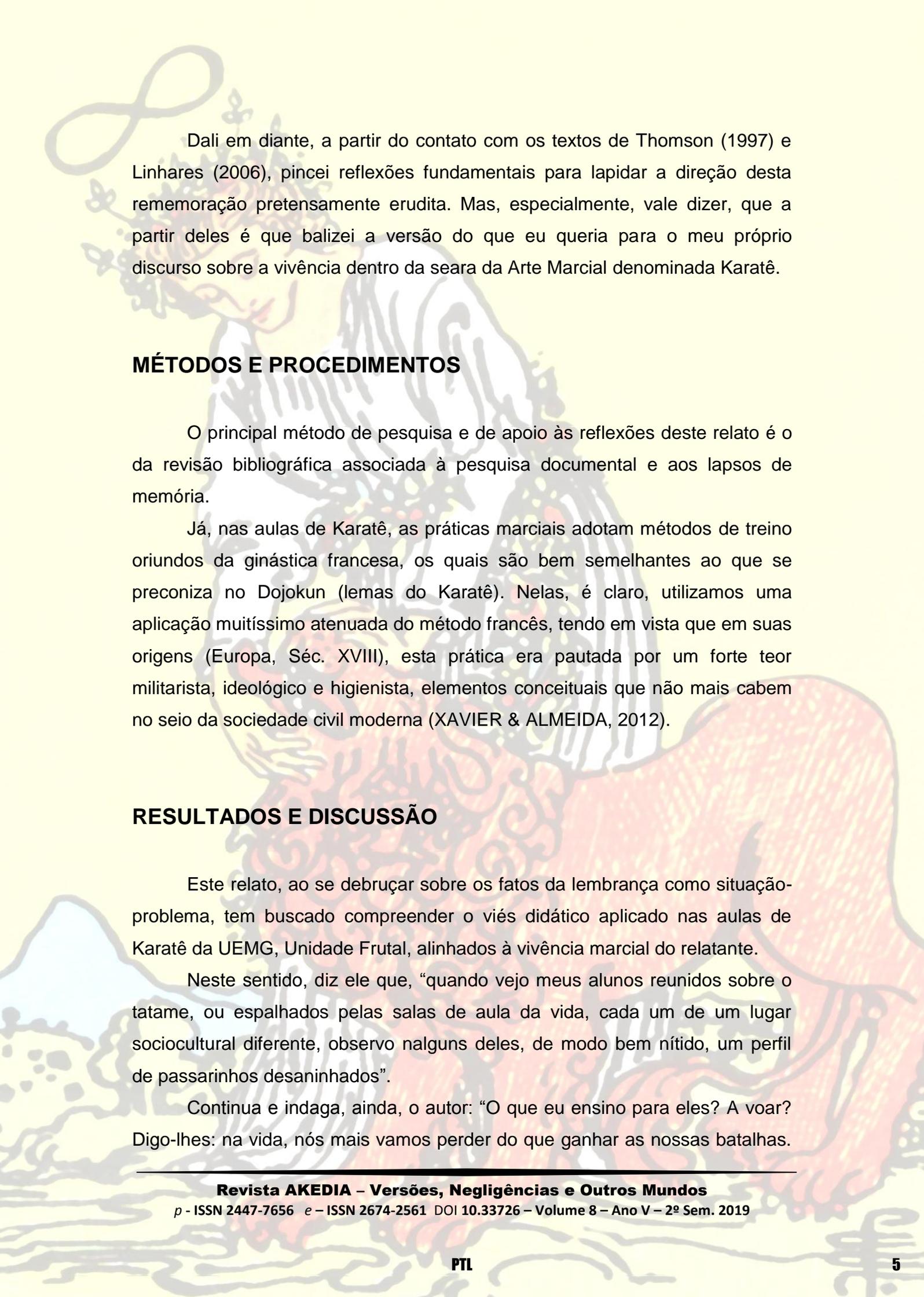
INTRODUÇÃO

Quando pesquisamos certo fenômeno sociocultural, ou estudamos uma nova espécie animal, por exemplo, é comum que, ao discorrer sobre esta ou aquela investigação, se produzam diversos textos, muito diferentes entre si, tendo em vista que o foco reside sobre os objetos analisados e não sobre as próprias convicções que se tenha sobre esta ou aquela expressão de realidade. Assim, eu posso discorrer livremente sobre as greves estudantis, ou sobre a paralisação dos caminhoneiros, ou sobre a crise do comércio internacional protagonizada recentemente pelos EUA e China.

Contudo, quando a matéria prima do meu discurso de pesquisa tem por foco uma metarreflexão, ou seja, parte-se da própria biografia de formação humana ou profissional docente, por exemplo, a separação entre uma percepção e outra, entre um texto e outro fica mais improvável. Por quê?

Por exemplo, minhas experiências de vida ou didáticas, podem, simultaneamente, servir de substrato, tanto para sustentar uma produção em que eu discuta o papel político da universidade num cenário de arrocho fiscal, quanto para versar sobre a emergência de imigrantes venezuelanos em certa cidade do país. Noutros termos, eu posso contar minhas histórias e estórias, fazendo perpassar por elas fatos da sociedade real à qual pertencem Universidades, arrochos fiscais e a vinda de estrangeiros ao Brasil.

Daí, levando em conta que imponho, aqui, um jeito particular de narrar, informo que me caíram às mãos dois brilhantes textos, os quais mantive como molas mestras desta empreitada de memórias. Um deles, denominado “Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias” (THOMSON, 1997). A outra obra, “Memórias Inventadas: figurações do sujeito na escrita autobiográfica de Manoel de Barros” (LINHARES, 2006). Estes textos me instigaram a imaginação em relação às escrituras e vivências que até então eu tentara imitar ou reinventar.



Dali em diante, a partir do contato com os textos de Thomson (1997) e Linhares (2006), pincei reflexões fundamentais para lapidar a direção desta rememoração pretensamente erudita. Mas, especialmente, vale dizer, que a partir deles é que balizei a versão do que eu queria para o meu próprio discurso sobre a vivência dentro da seara da Arte Marcial denominada Karatê.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O principal método de pesquisa e de apoio às reflexões deste relato é o da revisão bibliográfica associada à pesquisa documental e aos lapsos de memória.

Já, nas aulas de Karatê, as práticas marciais adotam métodos de treino oriundos da ginástica francesa, os quais são bem semelhantes ao que se preconiza no Dojokun (lemas do Karatê). Nelas, é claro, utilizamos uma aplicação muitíssimo atenuada do método francês, tendo em vista que em suas origens (Europa, Séc. XVIII), esta prática era pautada por um forte teor militarista, ideológico e higienista, elementos conceituais que não mais cabem no seio da sociedade civil moderna (XAVIER & ALMEIDA, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este relato, ao se debruçar sobre os fatos da lembrança como situação-problema, tem buscado compreender o viés didático aplicado nas aulas de Karatê da UEMG, Unidade Frutal, alinhados à vivência marcial do relatante.

Neste sentido, diz ele que, “quando vejo meus alunos reunidos sobre o tatame, ou espalhados pelas salas de aula da vida, cada um de um lugar sociocultural diferente, observo nalguns deles, de modo bem nítido, um perfil de passarinhos desaninhados”.

Continua e indaga, ainda, o autor: “O que eu ensino para eles? A voar? Digo-lhes: na vida, nós mais vamos perder do que ganhar as nossas batalhas.

Vencer é bem mais agradável, receber prêmios e elogios é mais gostoso. Porém, como reagimos quando perdemos?”.

Em suma, é isso que ensino (diz o autor). Isto é, o que se rememora, é que, parte de nosso treinamento marcial consiste no aprendizado do saber perder com dignidade, em respeitar ao próximo como a nós mesmos, e em nunca desistirmos sem tentar.

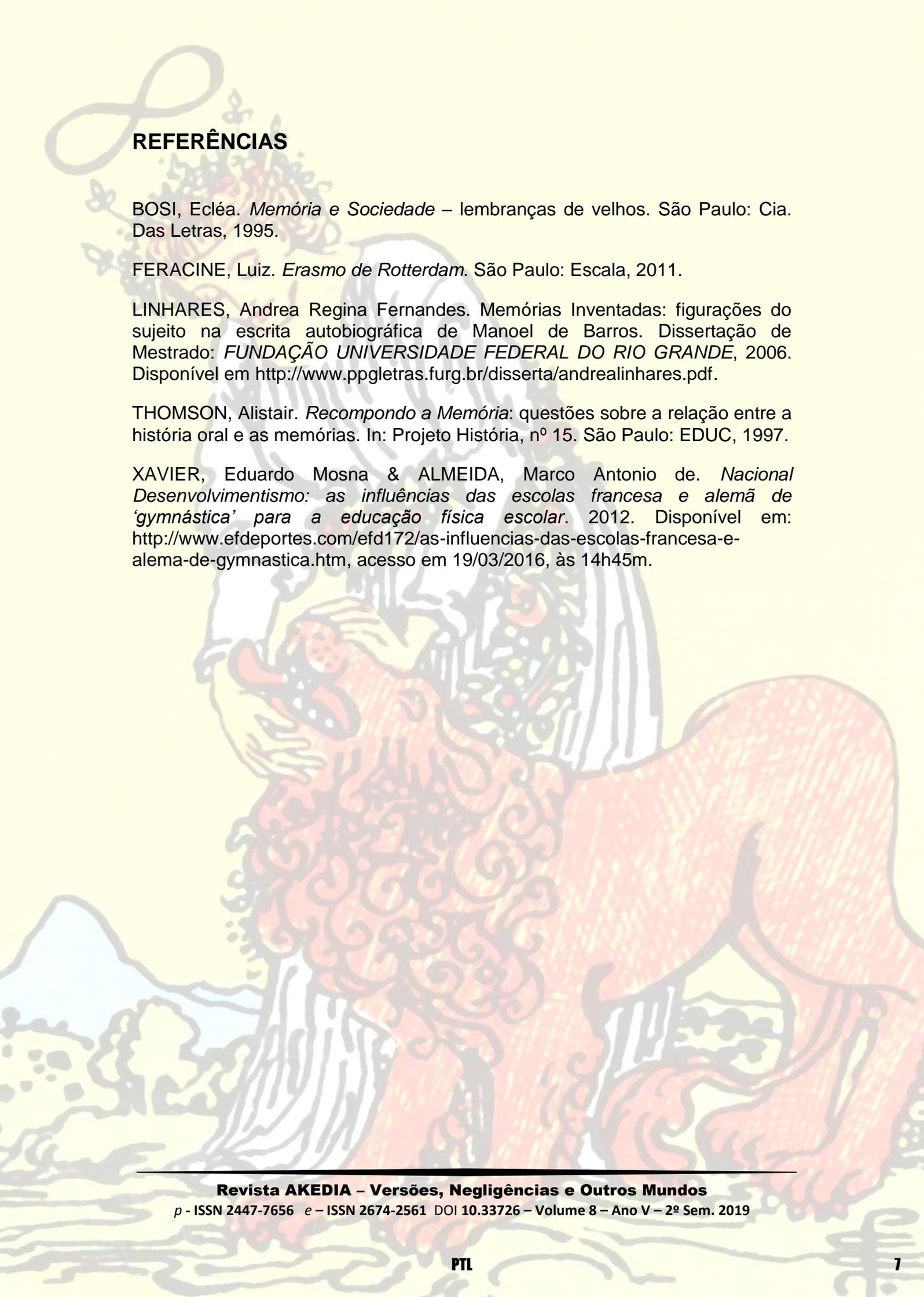
Neste processo, o ser humano é unidade substancial, do modo como definia Aristóteles, e não um agregado de matéria ou extensão. Por isso, cabe a qualquer processo pedagógico visualizar, como finalidade última, a beleza dos gestos e das atitudes que refletem o esplendor da alma (FERACINE, 2011, p. 34).

CONCLUSÕES ou CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sei se é possível quantificar e traduzir em valores ou representar por meio de gráficos a isso tudo que é ou o que deveria ser a minha vida marcial, mas sei que o preço a ser pago, analisado sob qualquer parâmetro que se avalie nossos dispêndios pessoais, sempre são muito altos.

Nesse sentido, acredito muito no que nos ensina o filósofo Mário Sergio Cortella. Diz-nos ele, mais ou menos nestes termos: “mais do que nos preocuparmos com o mundo que nós vamos deixar para os nossos filhos, precisamos nos precaver é quanto aos filhos que nós deixaremos para o mundo”.

Como professor universitário ou como professor de Karatê esta tem sido uma preocupação muito íntima. Preparar melhor os seres humanos com os quais eu tenha algum tipo de contato, fortalecendo-os, não somente para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para a vida.



REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

FERACINE, Luiz. *Erasmus de Rotterdam*. São Paulo: Escala, 2011.

LINHARES, Andrea Regina Fernandes. *Memórias Inventadas: figurações do sujeito na escrita autobiográfica de Manoel de Barros*. Dissertação de Mestrado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2006. Disponível em <http://www.ppgletras.furg.br/disserta/andrealinhares.pdf>.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. In: Projeto História, nº 15. São Paulo: EDUC, 1997.

XAVIER, Eduardo Mosna & ALMEIDA, Marco Antonio de. *Nacional Desenvolvimentismo: as influências das escolas francesa e alemã de 'gymnástica' para a educação física escolar*. 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd172/as-influencias-das-escolas-francesa-e-alema-de-gymnastica.htm>, acesso em 19/03/2016, às 14h45m.